



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**NAS TRILHAS DO CANGACEIRO ANTÔNIO SILVINO:
TENSÕES, CONFLITOS E SOLIDARIEDADES NA PARAÍBA
(1897-1914)**

DEUZIMAR MATIAS DE OLIVEIRA

**Campina Grande - PB
2011**

DEUZIMAR MATIAS DE OLIVEIRA

NAS TRILHAS DO CANGACEIRO ANTÔNIO SILVINO:
TENSÕES, CONFLITOS E SOLIDARIEDADES NA PARAÍBA (1897-1914)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande como requisito para a obtenção do título de Mestre em História, na área de concentração História, Cultura e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Gervácio Batista Aranha

Campina Grande - PB
2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

O48n Oliveira, Deuzimar Matias de.
Nas trilhas do cangaceiro Antônio Silvino: tensões, conflitos e solidariedades na Paraíba (1897-1914) / Deuzimar Matias de Oliveira. — Campina Grande, 2011.
186 f.: il.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Gervácio Batista Aranha.

Referências.

1. História do Cangaço. 2. Antônio Silvino. 3. Sociabilidades. I. Título.

CDU 94(813.3)(043)

DEUZIMAR MATIAS DE OLIVEIRA

NAS TRILHAS DO CANGACEIRO ANTÔNIO SILVINO:
TENSÕES, CONFLITOS E SOLIDARIEDADES NA PARAÍBA (1897-1914)

Aprovada em 23 de Março de 2011.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Gervácio Batista Aranha (UFCG/CH/PPGH)
Orientador

Prof. Dr. Luciano Mendonça de Lima (UFCG/CH/PPGH)
Examinador Interno

Prof. Dr. Celso Gestermeier do Nascimento (UFCG/CH/PPGH)
Examinador Interno - Suplente

Prof.^a Dr.^a Monique Guimarães Cittadino (UFPB/CCHLA/PPGH)
Examinador Externo

Prof. Dr. José Benjamim Montenegro (UFCG/CH/UAHG)
Examinador Externo - Suplente

DEDICATÓRIA

Aos meus queridos pais, Manoel Cosme de
Oliveira e Marinete Matias de Oliveira.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por ter me concedido uma vida plena de saúde e paz, pelo dom da sabedoria e pela serenidade que se fez presente nos momentos mais difíceis dessa caminhada; agradeço de coração aos meus pais e meus irmãos - Davis e Dayana, verdadeiros sustentáculos de minha vida; agradeço a minha esposa Fernanda, companheira e amiga que sempre arranjava algo para fazermos nos fins de semana, aliviando com isso o cansaço da labuta cotidiana e regenerando as forças, a mente e o espírito para o enfrentamento dos dias subsequentes de estudo; sou imensamente grato ao meu orientador, Gervácio Batista Aranha, e por extensão aos professores da Unidade Acadêmica de História e Geografia e do Programa de Pós-Graduação em História dessa instituição, exímios guias durante toda minha trajetória universitária e formação intelectual; agradeço também aos colegas do mestrado que, apesar do pouco tempo de convívio, me ensinaram bastante através das discussões em sala de aula; agradeço de forma carinhosa a Manoel Baptista de Moraes, o “Antônio Silvino” (*in memoriam*) e a todos que se fizeram presentes em nossa história sobre o cangaço; agradeço aos funcionários do Arquivo Átila de Almeida/UEPB, do Arquivo Eclesiástico da Paraíba, do Arquivo da 1ª Vara do Tribunal do Júri/Fórum Afonso Campos e do Depósito Judiciário Juiz Coriolano Ramalho Neto - em especial a Carvalho, do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e do Museu Histórico de Campina Grande, sem eles não conseguiria realizar tal pesquisa; por fim, agradeço a todos os familiares, especialmente a Josefa Matias, “Tia Nenê” (*in memoriam*) e amigos que de algum modo me incentivaram e me apoiaram na realização desse trabalho.

Uma coisa é constatar, no conflito, um elemento impossível de eliminar da experiência humana e, na atual escala da violência, uma reivindicação tão essencial que renunciar a ela significaria perder o direito e o amor à existência (há causas que valem mais do que a vida); outra coisa é fazer da violência uma lei – posição contraditória que esqueceria por que se luta, que privaria a luta de qualquer sentido, ao privá-la de objetivos verdadeiramente políticos, que renunciaria à instauração revolucionária visada em virtude dos riscos corridos em comum e que rebaixaria a vontade de se tornarem homens conjuntamente a ser apenas a 'lei' bestial (ou natural) de uma *struggle for life*.

Michel de Certeau

RESUMO

Entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do XX, a região brasileira que ora conhecemos como Nordeste vivenciou o fenômeno do cangaço. A especificidade das práticas ligadas às políticas oligárquicas de concentração de poderes políticos e econômicos, aos mandonismos locais, às lutas entre parentelas, enfim, aos aspectos culturais relacionados à honra e à moral, desencadearam inúmeros conflitos entre os grupos sociais da região, fazendo com que os homens mais pobres empreendessem diversas formas de resistência e, entre elas, o cangaço se destaca por chamar a atenção mais direta das autoridades e intelectuais do país. Este trabalho tem como principal objetivo refletir acerca das relações sociais de conflitos e solidariedades estabelecidas entre o cangaceiro Antônio Silvino e diferentes grupos sociais (especialmente agricultores, fazendeiros, comerciantes, policiais) que habitavam no interior da Paraíba. Para tanto, fizemos uso de um *corpus* documental que engloba jornais de época, processos criminais, literatura de cordel e a literatura regionalista de José Lins do Rego, no sentido de percebermos os indícios e sinais das práticas e relações sociais em torno do cangaceiro Antônio Silvino. As análises nos levaram a pensar que essas relações, sejam elas de conflitos ou de solidariedade, ocorreram em meio a uma cultura cujo movimento dava-se por meio das expectativas de cada grupo, bem como dos próprios sujeitos em suas individualidades, no sentido de resistirem/sobreviverem às adversidades cotidianas, aproveitando-se das oportunidades à medida que elas iam surgindo.

ABSTRACT

Between the second half of the 19th century and the first decades of the 20th, the Brazilian region now known as Northeast faced the *cangaço* phenomena. The details of practices related to oligarchic policies of political and economical power concentration, the local *mandonismo*, to the struggles among *parentelas*, in a summary, the cultural aspects related to honor and moral, triggered numerous conflicts among social groups from that region, making poor people undertake into various forms of resistance and, among others, the *cangaço* overcomes for calling attention of Brazilian authorities and intellectuals. This research has the objective of discussing the social relations of conflicts and solidarity established between the *cangaceiro* Antônio Silvino and different social groups (especially farmers, traders, police) that dwelt the countryside of Paraíba. For doing so, we used a documentary *corpus* that includes historical newspapers, criminal proceedings, *cordel* literature and José Lins do Rego's regionalist literature, in order to find evidences of social practices and relationships around the *cangaceiro* Antônio Silvino. The analysis led us to consider that those relations, be it conflicts or solidarity, happened in a culture whose movement was based on the expectations of each group, as well as its subjects in their own, in a way to resist/survive to daily adversities, taking advantage of opportunities as well as they appeared.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

ILUSTRAÇÃO 1: Nordeste brasileiro, 1928. Fronteiras estaduais. Limite da área de operação dos cangaceiros.....	41
ILUSTRAÇÃO 2: Paraíba. Área de atuação do grupo de cangaceiros liderado por Antônio Silvino.....	41
ILUSTRAÇÃO 3: Antão Godê.....	83
ILUSTRAÇÃO 4: Antão Godê e um jovem cangaceiro.....	83
ILUSTRAÇÃO 5: Antonio Silvino entre alguns de seus captores.....	85
ILUSTRAÇÃO 6: Parte da tropa que aprisionou Antônio Silvino.....	86
ILUSTRAÇÃO 7: O fotógrafo Benjamim Abrahão e Lampião se cumprimentando.....	88

SUMÁRIO

TRILHA 1: INTRODUÇÃO	10
1.1 Objetivos, justificativas, hipóteses.....	10
1.2 Da historiografia sobre o cangaço.....	13
1.3 Do aporte teórico.....	16
1.4 Fontes e metodologia.....	26
1.5 Estrutura do trabalho.....	38
TRILHA 2: DO CONTEXTO HISTÓRICO E DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CANGAÇO: UM OLHAR SOBRE O GRUPO LIDERADO POR ANTÔNIO SILVINO	40
2.1 Paisagens e “perfis sertanejos”.....	50
2.2 Trajetos de vida: de uma família de valentes ao cangaço.....	61
2.3 Silvino e o “cangaço independente”.....	70
2.4 Da estrutura, funcionamento e leis do cangaço.....	74
2.5 A indumentária do cangaceiro: da simplicidade a estilização.....	79
2.6 Compreensões de si, percepções de mim. Silvino e a vida no cangaço.....	90
TRILHA 3: EXPERIÊNCIAS E COTIDIANO DE VIDA NO CANGAÇO	95
3.1 Ambivalência do moderno em Silvino.....	100
3.2 Vivendo de correrias: entre tensões e conflitos.....	114
3.2.1 Contendas com populares e desentendimentos internos.....	116
3.2.2 “Entre a cruz e a espada”: ambiguidades em relação à igreja.....	125
3.2.3 Confrontos com fazendeiros e comerciantes.....	128
3.2.4 O combate direto na resistência às forças públicas.....	136
3.3 Resistindo com: táticas e solidariedades.....	145
3.4 Tramas e teatralização do político em torno de Antônio Silvino.....	160
CONSIDERAÇÕES FINAIS	175
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	178
FONTES	183
ARQUIVOS E INSTITUIÇÕES	186

TRILHA 1. INTRODUÇÃO

1.1 Objetivos, justificativas, hipóteses.

Este trabalho tem como objetivo problematizar as relações sociais de conflitos e solidariedades ocorridas entre o cangaceiro Antônio Silvino e alguns grupos sociais e profissionais diferentes da Paraíba, especialmente agricultores, fazendeiros, comerciantes, donas-de-casa e policiais, no período compreendido entre a última década do século XIX e as duas primeiras do século XX. Para tanto, fez-se relevante a discussão em torno do contexto sócio-cultural que motivou a entrada de Antônio Silvino no cangaço, bem como da estrutura do grupo, sua indumentária, as táticas que utilizavam para sobreviver, enfim, como o cangaço estava institucionalizado naquele período.

As relações sociais estabelecidas em torno de Antônio Silvino nos induziram a estudar os motivos e conseqüências das tensões, dos conflitos e dos laços de solidariedades. A discussão partiu do olhar para com as práticas sócio-culturais daqueles grupos, práticas essas fortemente ligadas à tradição e que tinham por base o sentido moral dedicado ao trabalho, às relações conjugais e sexuais, à honra familiar, à vida.

Além disso, a ligação entre Silvino e alguns fazendeiros e políticos da região nos levou a discutir sobre uma trama política em torno do cangaceirismo. Apesar dos intelectuais do período em estudo entender o cangaço como uma forma de criminalidade - que levava a sociedade ao caos, à desorganização e ao atraso – e os debates promovidos na imprensa paraibana acerca do combate aos grupos de cangaceiros, em especial o de Antônio Silvino, ter como propósito a garantia da ordem social e o progresso do Estado¹, ao denunciar as relações amistosas, de cumplicidade e trocas de favores entre Silvino e alguns coronéis e políticos o próprio discurso da imprensa dá indícios de uma teatralização promovida pela política local, uma vez que os representantes do povo se diziam inimigos e perseguidores de cangaceiros.

Portanto, pensar no movimento do cangaço é pensar, antes de tudo, em homens comuns que enfrentavam diversos problemas sociais no Nordeste² brasileiro. Majoritariamente, os cangaceiros eram homens simples com aspectos sociais e profissões diversas: eram escravos libertos, agricultores, vaqueiros, capangas, entre outros que, ao

¹ Os letrados e intelectuais (colunistas, juizes, promotores, advogados, bacharéis, etc.) que formavam a elite burguesa do período eram os mais interessados em acabar com o cangaceirismo. Os debates que eles promoviam em torno da criminalidade são bastante perceptíveis na imprensa e no discurso jurídico do período.

² Utilizaremos o termo Nordeste para indicar a Região que hoje conhecemos como tal. Todavia, vale salientar que, no período em estudo (1897-1914), a divisão do território brasileiro em cinco regiões não existia. Segundo Aranha (2006), o Brasil era dividido em “dois blocos monolíticos”: Norte e Sul. Portanto, os Estados do atual Nordeste faziam parte do bloco do Norte.

entrarem para o cangaço, tiveram seus nomes registrados, de forma estigmatizada ou heróica, em romances, poemas e canções populares, bem como nas representações apresentadas pelos jornais e processos criminais produzidas por grupos de intelectuais que se colocavam a serviço da Lei e da ordem social da qual falavam.

Em virtude da complexidade das relações sociais em estudo, alguns problemas se apresentaram durante o desenvolvimento das pesquisas: ao entrar em contato com a literatura que versa sobre a temática, pudemos perceber que os autores se preocuparam mais em entender as causas que levaram os homens a entrar no cangaço ou buscar enquadrar o cangaceiro em algum tipo de identidade, seja ele de criminoso ou de herói, do que propriamente nas relações ocorridas cotidianamente entre os cangaceiros e os grupos sociais em seu entorno, isto é, de camponeses subordinados ao mando dos coronéis ou de populares que habitavam vilas, distritos e cidades.

A inexpressiva produção bibliográfica sobre o grupo de cangaceiros liderado por Antônio Silvino, na Paraíba, foi outro problema. Para se ter uma idéia, no Setor Documental em História Regional, da Universidade Federal de Campina Grande, encontra-se apenas uma monografia de conclusão de curso, produzido em 1983, que aborda o assunto: *O cangaço: uma interpretação histórica*, de Maria Dalva Silva. Além disso, afora uns dois ou três trabalhos de maior fôlego sobre Antônio Silvino, grande parte dos estudos em torno do cangaço foi realizada sobre o grupo de Lampião. E esses, quando tratam de Antônio Silvino, o fazem em poucas páginas ou apenas citam um ou outro episódio de maior relevância na vida desse cangaceiro. Diante dessa realidade, passamos a questionar o porquê do desinteresse dos historiadores que estudam o tema para com um cangaceiro que, juntamente com Lampião, ficou marcado na memória popular por seus atos de valentia para com os inimigos, a honra que dedicava às mulheres e o respeito que tinha dos “grandes” da terra, além, é claro, dos inúmeros crimes que cometeu.

No que diz respeito aos recortes da pesquisa, o período compreendido entre 1897 a 1914 é análogo ao tempo em que Antônio Silvino atuou como cangaceiro, ou seja, de sua entrada no cangaço ao ano em que se entregou às forças policiais do Estado de Pernambuco. Percebe-se que durante todo esse tempo Silvino manteve relações sociais com inúmeras pessoas na Paraíba, tanto em sítios e fazendas quanto em vilas, distritos e cidades. Sua presença foi freqüente em vastas áreas do território paraibano: quando não cruzava o brejo normalmente atuava na área limítrofe entre a Paraíba e Pernambuco, de modo que quando perseguido pelas autoridades de um desses Estados de imediato evadia-se para outro vizinho,

tomando trilhas por muito incertas e chegando a circular pelos Estados do Rio Grande do Norte e do Ceará.

Uma vez vinculados à linha de pesquisa “Cultura e cidades”, do Programa de Pós-Graduação em História da UFCG, buscamos novas discussões e perspectivas frente à cultura, ao cotidiano e às relações sociais. Ao entendermos o termo cultura como um conjunto de manifestações simbólicas e materiais que são produzidos e reproduzidos pela ação do homem, veremos que Antônio Silvino e seus cangaceiros são agentes ativos, produtores e partícipes da cultura de seu povo, homens que carregavam consigo muitas das características e manifestações próprias das comunidades nordestinas; além disso, ao contemplar os estudos sobre a cidade, não entendemos que os cangaceiros estiveram de todo desterritorializados ou ausentes das mesmas. Nas cidades, eles também se fizeram presentes: nas ruas, nos comércios, nas igrejas, marcando suas passagens com brigas, assaltos, mortes e intrigas, mas também com amizades, cordialidades, esperanças, solidariedades. Uma simples notícia da provável passagem de Antônio Silvino em Cabaceiras, Pilar, São João do Cariri ou Teixeira, por exemplo, provocava tensões e conflitos que mudavam a fisionomia não só dos cidadãos que ali habitavam, mas também do ritmo cotidiano local.

Em virtude da problemática em torno de Antônio Silvino, nas discussões perpetradas em nosso trabalho de conclusão de curso pudemos perceber um cangaceiro bem mais complexo e ambíguo do que aquele que era representado nos jornais, na imprensa e na literatura, que o viam apenas como bandido ou herói. A análise nos levou a encará-lo como um mosaico composto por figuras e identidades múltiplas, um ser híbrido situado entre vários pólos, numa “zona de contato”³ onde se encontram, ao mesmo tempo, características de diversos tipos de banditismo e de um ser humano preocupado em preservar a moral e os costumes sertanejos (OLIVEIRA, 2008).

Ao retomarmos o tema, partimos de dois aspectos que reputamos cruciais para a compreensão da história paraibana e do cangaço enquanto provedor de inúmeros conflitos e debates em torno da criminalidade: por um lado, a institucionalização do cangaço, ou seja, a organização do grupo, o modo como vestiam, como agiam perante os conflitos, suas práticas cotidianas de sobrevivência, enfim, como entendiam o cangaço; e, por outro, a forma como agricultores, fazendeiros, comerciantes, donas-de-casa e policiais, entre outros, se relacionavam com o grupo de Antônio Silvino e como eles percebiam a ação do movimento do cangaço na Paraíba.

³ Mary Louise Pratt (1999) refere-se ao termo como um espaço de contatos, onde elementos de culturas distintas se encontram e compartilham suas características, formando um espaço complexo e múltiplo.

Nesse sentido, compreendemos que além dos fatores centrais relacionados aos problemas da terra, como usurpação, injustiças e desigualdades sociais, o cangaço originou-se, especialmente, dos conflitos provenientes das próprias relações cotidianas e dos costumes tradicionais relacionados à moral e à honra do povo sertanejo. Além do mais, defendemos que, tendo a modernidade surgida em meio ou paralelo ao mundo tradicional⁴ e sendo o cangaço entendido pela elite brasileira como um mal a ser combatido, devido ir contra o ideal republicano de ordem e de progresso, Antônio Silvino só pôde sobreviver por muito tempo às “caçadas” policiais patrocinadas pelo Estado devido a uma rede de solidariedade que englobava, além das pessoas mais simples, fazendeiros e políticos do Estado. Uma rede que ultrapassava o limite das fazendas e chegava às vilas e cidades.

Portanto, optamos em desenvolver uma análise que contemple temáticas como cultura, cotidiano, maneiras de viver, conflitos sociais, etc., dando ênfase aos moradores mais simples da Paraíba, homens e mulheres que não deixaram seus nomes nos anais da história, pessoas que entre muitas outras necessidades precisavam lutar cotidianamente pela sobrevivência, mas que apesar das adversidades do dia-a-dia, silenciosa e sub-repticiamente, ampliaram as possibilidades e as formas de estar no mundo em que viviam.

1.2 Da historiografia sobre o cangaço

Apesar da literatura sobre o cangaço ter sido produzida, em grande parte, num período em que seus autores estavam fortemente ligados ao campo do materialismo histórico e entendiam o cangaço como fenômeno social, relacionando-o com os problemas do campo, é possível observar que ela tem mudado com o tempo, ou mesmo denuncia olhares diversos, especialmente no que tange às reflexões feitas a partir de perspectivas metodológicas da história social. Após algumas leituras sobre o tema, fica-nos a impressão de observarmos fisionomias também múltiplas: cangaço como forma de protesto social para certos olhares, cangaço como vingança para uns, cangaço como meio de vida para outros, e ainda cangaço como fruto de uma rede discursiva, só para mostrar as perspectivas mais fortes que têm marcado a historiografia brasileira nos últimos tempos.

Alguns autores caracterizaram o cangaço como sendo grupos compostos por homens que teriam conquistado autonomia, ainda que relativa, em face do latifúndio e que só teria se

⁴ Observamos que os próprios senhores de engenho, políticos e representantes de uma elite nacional contribuíram para a introdução de diversos “símbolos do moderno”, entre eles: o trem, o telégrafo e a luz elétrica. Em Aranha (2006) podemos perceber que, subjacente a introdução dos elementos ditos modernos na Paraíba e região, se desenvolveu uma teatralização política, na qual a trama estabelecida tinha como propósito a manutenção dos privilégios das elites que ora figuravam nos palcos políticos do período.

constituído enquanto tal a partir da formação dos grupos independentes. O cangaceiro justiceiro, vingador ou defensor da honra e da moral passou a ser visto, por escritores e artistas, como um “agitador social”. Porém, segundo Queiroz (1977, p. 18), “o termo ‘cangaceiro’ não adquirira no Sertão um termo pejorativo, num sentido de malfeitor”, que apesar do cangaceiro ser violento e muitas vezes criminoso, isso era aceitável devido os costumes tradicionais da época.

Oliveira (1970) informa que noventa por cento dos bandidos entravam no cangaço em busca de vingança. Além disso, fatores como as questões familiares, secas, doenças, analfabetismo, falta de estradas e transportes e a desassistência social por parte dos governantes causavam a revolta dos sertanejos e faziam com que os mesmos buscassem sobreviver através do banditismo. Próximo a isso, Hobsbawm (1976) aponta o cangaceirismo como um tipo especial de protesto e rebelião camponesa e os cangaceiros como bandidos sociais, ladrões que a população não considera como bandidos comuns, homens famintos que tomavam pelas armas aquilo que necessitavam. Seriam eles “proscritos rurais”, encarados como criminosos pelo senhor e pelo Estado, mas que continuavam a fazer parte da sociedade camponesa, considerados por sua gente como heróis, homens a serem admirados, ajudados e apoiados.

Ao discutir o caráter social do banditismo, Hobsbawm (1970) defende que o fenômeno apresentou certa uniformidade em todas as épocas e continentes. Suas generalizações vão ao encontro de aspectos que são comuns a diversos movimentos ou fenômenos que ocorreram em distintas regiões do planeta. Sua perspectiva teórica leva-o a pensar no banditismo como formas primitivas de organização – de caráter pré-político, que tendia a desenvolver-se em formas de instituições politicamente organizadas, como por exemplo, as ligas camponesas ou o movimento dos sem terra. A reflexão proposta em *Rebeldes Primitivos* leva ao entendimento do banditismo como produto das desigualdades sociais, onde o bandido social aparece como o homem faminto que faz uso de armas para tomar aquilo que necessita ou, aproximando da visão robin-hoodista, que rouba dos ricos para distribuir com os pobres. Portanto, considerando o banditismo como uma forma de protesto, mas não de caráter revolucionário, diz que “a função prática do bandido é, no máximo, impor certos limites à opressão tradicional numa sociedade tradicional, ao preço da desordem, do assassinato e da extorsão” (Idem, p. 33). Todavia, em se tratando dos grupos de cangaceiros, em especial o liderado por Silvino, esse pensamento não pode ser levado em consideração uma vez que eles faziam inúmeras associações com os poderosos locais, sejam eles fazendeiros ou políticos.

Segundo esse autor, as desigualdades podiam desencadear inúmeras formas de banditismo que, por sua vez, “podem refletir a desagregação de toda uma sociedade, a ascensão de novas classes e o surgimento de novas estruturas sociais, a resistência de uma comunidade inteira ou de povos à destruição de suas maneiras de viver” (HOBBSAWM, 1976, p. 17). Entretanto, pensar o cangaço nesses termos é negligenciar também as especificidades de cada grupo, de homens que praticaram crimes motivados pela vingança, que viam o cangaço como um meio de vida e de ascensão social ou até mesmo um refúgio, quando da necessidade de fugir da perseguição policial ou de um fazendeiro, frente algum crime que tenha cometido.

Outro trabalho que pensa o cangaço também a partir das desigualdades sociais, mas que busca no monopólio da terra sua origem é *Cangaceiros e Fanáticos*, de Rui Facó. Nessa obra, Facó busca discutir acerca das possíveis causas do surgimento do cangaceiro, o qual, em sua opinião e diferentemente do que pensou Hobsbawm, constituía “uma percentagem de criminosos de todo anormal, desconhecida em qualquer país, em qualquer época histórica. Eram muito mais frutos do nosso atraso econômico do que eles próprios retardatários” (FACÓ, 1991, p. 16), ou seja, o surgimento do cangaço está associado, principalmente, às desigualdades sociais e à falta de justiça ocasionadas pelo monopólio da terra, ambos desencadeados pelo fator econômico.

Em *Os cangaceiros*, Maria Isaura Pereira de Queiroz faz uma reflexão da formação dos grupos independentes e de suas especificidades, buscando pensar o cangaço também a partir das relações sócio-econômicas e das lutas entre famílias e parentelas. Análogo às reflexões de alguns estudiosos supra mencionados, Maria Isaura acredita que o cidadão que decidia entrar para o cangaço, fazia em geral impelido por um desejo de vingança diante de ofensas e injustiças que sua família ou alguns dos seus sofriam por outras famílias, as quais passaram a ser definidas como inimigas. De certo modo, Maria Isaura corrobora com os pensamentos de Facó, principalmente no que diz respeito ao cangaceiro como símbolo de libertação e de luta contra o monopólio das terras. Contudo, nossa hipótese vai de encontro a essa idéia, pois entendemos que o cangaceiro não lutava diretamente contra o domínio do latifúndio. Em certas ocasiões os próprios cangaceiros aliavam-se aos fazendeiros e chefes políticos locais em troca de algum favor ou quando da necessidade destes resolverem questões políticas ou de honra com grupos rivais.

Diferentemente desses autores, Frederico Pernambucano de Mello (2004) faz uma reflexão do cangaço buscando entender o fenômeno por diversos ângulos, nos quais abarca desde uma visão socioeconômica pelo “ciclo do gado”, passando à análise do “arcaísmo

cultural” e encerrando com o “acobertamento ético” que, em sua perspectiva, habilitava o cangaceiro a justificar o uso sistemático da violência perante si mesmo e perante a sociedade. O que chama nossa atenção para esse estudo é a tese do "escudo ético", que mostra como Antônio Silvino, Lampião e muitos outros cangaceiros utilizavam-se do argumento da vingança para exercer a bandidagem e, já que o crime de honra era moralmente aceito nos sertões, a desculpa servia para encobrir o cangaceirismo como meio de vida. Ao tempo em que comungamos com tais idéias, buscamos um distanciamento de Mello no que diz respeito às intencionalidades do nosso trabalho, pois buscaremos verticalizar o olhar para as relações sociais entre Antônio Silvino e parte da população de nosso Estado, no intuito de refletir acerca do cotidiano, das práticas, dos modos de ser e de fazer.

Existem também trabalhos que analisam o tema a partir de uma perspectiva fundamentada no pensamento pós-moderno, de postura relativista. Em *O rei do cangaço e os vários Lampiões*, por exemplo, Auricélia Pereira (2000) busca refletir o cangaço através dos discursos em torno de Lampião, mais precisamente como ele se tornou o “terror do sertão”, o temido “bandido de Mossoró” ou o “herói do Juazeiro”, ou seja, como foram construídas as várias imagens de Virgulino Ferreira da Silva. Deste modo, a autora se apropria do conceito de “intertexto da crítica literária” para pensar o Lampião como ponto de cruzamento de vários textos que sobre ele são escritos, para nele inscrever o estigma de bandido. Por exemplo, no capítulo II, *Narrativas de um corpo estranho*, Auricélia analisa o que fez de Lampião o “terror do sertão” ou, mais especificamente, quais palavras ou quais discursos transformaram o “rei do cangaço” num famigerado criminoso. O trabalho da autora nos leva a questionar se o Lampião propriamente dito (o Lampião em carne e osso), simples Virgulino Ferreira da Silva, em alguns momentos não aparecia uma só vez enquanto agente de suas práticas sociais, culturais, políticas.

No geral, independente da perspectiva metodológica adotada nesses trabalhos, todos eles têm sua importância para a temática em questão, uma vez que nos fazem problematizar, sugerir novos questionamentos e, conseqüentemente, desenvolver nossa análise e reflexão em vistas de contribuir com o estudo sobre o cangaço.

1.3 Do aporte teórico

Ao lançarmos nossos olhares para as relações sociais estabelecidas entre os cangaceiros e a população paraibana, de longe já nos distanciamos dos objetivos de muitos dos autores que realizaram estudo sobre o tema. Isso quer dizer que tratar de um objeto específico é antes de tudo apontar para as diversas perspectivas e possibilidades do saber

histórico, com sua flexibilidade e complexidade que ocorre mediante escolhas, experiências, concepções e da própria forma de pensar a história. A partir do momento que um pesquisador se propõe a fazer uma história política, social ou cultural seguindo normas que são pré-estabelecidas pela instituição à qual faz parte, aí já poderão estar inseridos parte de seus preceitos e/ou preconceitos de pensar historicamente. Além disso, podemos inferir que as escolhas são influenciadas por toda uma bagagem sócio-cultural que o historiador apreende desde a infância e seguindo suas concepções e ideologias políticas, sendo parte constitutiva de sua sociedade e tendo noção das conseqüências morais e sociais de seus princípios e atitudes, busca refletir questões e sugerir problematizações a partir de seu engajamento.

Por outro lado, é sabido que o saber histórico muda de acordo com as novas perspectivas, problemas e questionamentos que vão surgindo cotidianamente, assim como ocorreu com a escola metódica e com o materialismo histórico em vistas de uma nova história preocupada não apenas com as grandes estruturas, mas também com os homens comuns e todas as suas maneiras de agir, pensar, fazer, sofrer, amar e morrer, ou seja, tudo o que se refere ao que é produzido material e imaterialmente passa a ser objeto do historiador atual, esteja ele ligado ao campo do social ou do cultural. Nesse sentido e diferentemente de alguns autores e perspectivas apontadas acima, partiremos de uma discussão teórico-metodológica embasada nos pressupostos da História Social, todavia, sem desprestigiar a dimensão cultural que se faz presente nas questões sociais.

Partindo do pensamento de Davis (1991, p. 177), vemos que a história social “trata de detectar la existencia de agrupamientos de diverso tipo – categorías de edad, género, linaje, patrocínio, raza, religión – y pregunta cómo se forman y en qué medida refuerzan o traspasan los límites de la clase”, ou seja, é uma história que se interessa pelos fatores culturais na medida em que “los medios de transmisión y recepción, las formas de percepción, la estructura de los relatos, los rituales u otras actividades simbólicas y la producción de los mismos” estão a marcar as relações sociais, com seus conflitos e solidariedades. É uma história preocupada em pôr em evidência a vida e os costumes de pessoas simples, mas também de seus contrários, suas relações de poderes e da luta cotidiana pela sobrevivência; é uma história que tem a ver com os conflitos, com os processos de mudanças e de transformações do ser humano em seu contexto social e cultural.

A preocupação com os sinais culturais se fez presente na obra de E. P. Thompson na medida em que ele procurou fazer a “história dos de baixo”. Ao estudar a formação da classe operária inglesa, por exemplo, o autor observou que o sentimento de “classe” acontece mediante ao acúmulo e a troca de experiências entre os membros de um mesmo grupo social,

de modo articulado e em torno de uma mesma identidade, na busca de interesses que são, conscientemente, comuns a todos. Para ele, “a consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais” (THOMPSON, 1987, p. 10). Portanto, o historiador não deve desvincular o processo histórico de formação social da dimensão cultural e isso é bastante perceptível em *Costumes em comum*, obra que atenta, entre outras coisas, para os usos e costumes tradicionais dos ingleses do século XVIII. Neste trabalho, especificamente no capítulo *A economia moral da multidão inglesa no século XVIII*, o autor objetivou

Reconstruir o modelo paternalista do mercado de alimentos, dotado de expressão institucional protetora e de rotinas de emergência em tempos de escassez, que derivava em parte das antigas políticas de abastecimento e regulação do mercado da época eduardiana e dos Tudor; contrastar esse modelo com a nova política econômica de livre mercado de grãos, associada acima de tudo com *A riqueza das nações*; e mostrar como, em tempos de preços elevados e de penúria, a multidão podia, com uma vigorosa ação direta, impor ao mercado um controle protetor e a regulação dos preços, reivindicando às vezes uma legitimação derivada do modelo paternalista. (THOMPSON, 2008, p. 204)

É, portanto, pensando mediante um conflito latente, consciente e ativo entre o processo capitalista e a conduta não econômica baseada nos costumes que Thompson visualiza uma resistência aos novos padrões de consumo ou necessidades, às inovações técnicas e à racionalização do trabalho que ameaçava desintegrar os costumes e a organização familiar dos papéis produtivos. Na concepção do autor, desse confronto é possível perceber o desenvolvimento das subseqüentes formações de classe, bem como da consciência da classe, onde os fragmentos residuais das antigas estruturas são revividos e reintegrados no âmbito dessa consciência emergente.

A evidência de que o conflito existente entre os grupos populares e os capitalistas se dava prioritariamente pelo costume é enfatizada no capítulo que trata da “economia moral”. Uma vez que os preços da farinha de trigo ou do pão subissem repentinamente, sem que ao menos houvesse reajustes salariais, o povo tinha o direito de reclamar, baseado na lei consuetudinária, o preço que seria justo a toda população. Além disso, “a multidão reclamava que, como as autoridades se recusavam a executar ‘as leis’, ela é que tinha de executá-las” (Idem, p. 178).

De uma economia baseada nos costumes e que diz respeito às resistências promovidas pelos grupos sociais mais pobres contra imposições de normas, idéias e/ou costumes outros pretendidos pelos grupos capitalistas, intelectual e economicamente mais fortes, vemos emergir o conceito de “cultura plebéia”, que diz respeito à cultura própria do

povo, que visa defender e consolidar seus costumes, servindo aos seus interesses e em luta contra as intrusões dos mais privilegiados, em suma, uma cultura de resistência na qual “os grupos sociais constituíam agentes coletivos, capazes de ações deliberadas, de emoções, de sentimentos capazes, sobretudo, de condutas racionais, conformes aos seus interesses objetivos” (PROST, 1998, p. 126-7).

Partindo dos pensamentos de Thompson, entendemos que a cultura também está vinculada aos costumes de determinados grupos sociais e, conseqüentemente, à sua tradição. Além de pensarmos a cultura como um sistema de valores, símbolos, atitudes ou significados compartilhados, também podemos entendê-la como

um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o dominado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos, que somente sob uma pressão imperiosa [...] assume a forma de um “sistema” (THOMPSON, 2008, p. 17).

Ou seja, quando o conceito de “cultura plebéia” é pensado em termos de cultura de resistência, estamos inserindo-o na complexa rede das relações sociais, onde as relações de poder apresentam-se nos diversos segmentos da vida cotidiana, sejam eles: o trabalho, a igreja, a escola ou a família.

Thompson (2008, p. 152) afirma que “é possível detectar em quase toda ação popular do século XVIII uma noção legitimadora”, o que quer dizer que os populares, sejam homens ou mulheres, acreditavam estar defendendo seus direitos e seus costumes, fato que, de modo geral, era apoiado pela comunidade. Apropriando-se desse pensamento e ressignificando-o em vistas de nosso estudo, guardando suas devidas proporções, veremos que várias tensões e conflitos entre Antônio Silvino e alguns populares ou autoridades foram ocasionados em vista de certa moral e honra que estavam impregnadas nas práticas sócio-culturais daquelas comunidades nordestinas, além do mais, veremos que alguns atos de Silvino, por mais violentos que fossem, eram apoiados por parte da população.

Há de se observar que os conflitos e os laços de solidariedade ocorreram em meio a uma cultura cujo movimento dava-se, em certos momentos, de maneira impensada e aleatória, onde as pessoas agiam suscetíveis a experimentarem as contradições da vida, “um rumo onde os acasos não podem ser proscritos ou evitados pelo planejamento” (THOMPSON, 2008, p. 21). É procurar perceber que tanto os cangaceiros quanto os populares aproveitavam as oportunidades à medida que elas iam surgindo, sem ao menos refletirem sobre as conseqüências, “assim como a multidão impõe seu poder nos momentos de insurreição direta, sabendo que seu triunfo não vai durar mais do que uma semana ou um dia” (Idem, p. 22).

Nessa mesma perspectiva da história social, a aproximação com os pensamentos do cientista político James C. Scott é relevante no sentido de refletirmos as resistências empregadas por cangaceiros e populares do nordeste do Brasil frente às precárias condições sociais decorrentes das opressões impostas pelos “senhores da terra”. A discussão parte do estudo realizado por Scott sobre as formas de resistência cotidiana dos camponeses da aldeia de Sedaka, na Malásia.

Portanto, ao analisar a realidade social dos habitantes de Sedaka, o cientista percebeu que a resistência camponesa era distinta dos conflitos rurais contemplados pela história, pois não encontrou formas de resistência por meio do confronto direto entre as classes, isto é, não existia movimentos organizados, revoltas, motins abertos ou violência declarada na forma de banditismo social, entre outros. “A resistência que descobrimos não está relacionada com movimentos políticos amplos, ideologias, ou nenhuma estrutura revolucionária, embora, sem dúvida, lutas similares tenham ocorrido em quase todas as aldeias da região” (SCOTT, 2002, p. 24). Isso não significa dizer que em Sedaka a resistência coletiva fosse inexistente. Ela se manifestava de modo cauteloso e anônimo, de modo que os reduzidos grupos de camponeses atacavam as propriedades durante a noite, agindo com surpresa, em segredo, aproveitando-se oportunamente dos descuidos dos proprietários (idem). As formas de resistência empregadas pelos camponeses ocorriam de modo simplificado, porém constante, uma vez que se sentiam ameaçados ou oprimidos pelos grupos dominantes. Elas ocorriam individualmente e os meios comumente utilizados eram os mais variados possíveis, a saber: promover saques e incêndios premeditadamente; fazer “corpo mole”; ser falsamente submisso; agir com dissimulação; se passar por ignorante; fazer uso da fofoca e da sabotagem, entre outras armas dessa natureza (Idem, p. 11). Formas de luta que demandam pouca coordenação ou planejamento, mas que representam uma forma de auto-ajuda individual ou que evitam algum embate simbólico com as normas estabelecidas pelos grupos de saber e poder.

As relações sociais de auto-ajuda, que veremos no decorrer do texto, entre vários populares paraibanos e o grupo liderado por Antônio Silvino são bem características das resistências passivas ou individuais, uma vez que os homens pobres – e até os mais abastados – se preservam no anonimato, na qualidade de coiteiros dos cangaceiros, dando-lhes água, comida, dinheiro e proteção contra as forças policiais e por extensão contra o Estado.

Eram atividades que, assim como a dos camponeses de Sedaka, ocorriam numa dada localidade, requeriam pouca ou nenhuma organização e se davam como estratégias cotidianas que objetivavam não o fim nem a modificação do sistema de dominação, mas, acima de tudo, a sobrevivência perante as difíceis condições que lhes eram impostas. São, portanto,

resistências que têm como objetivo amenizar ou negar obrigações como pagamento de impostos ou atos de respeito exigidos pelos grupos de poder ou, ainda, reivindicar desses mesmos grupos qualquer tipo de assistência (alimentação, remédios, trabalho, moradia, etc).

Em tempos de crise ou momentos de mudança política, podem ser complementadas por outras formas de luta que são mais oportunas. Entretanto, elas não desaparecerão enquanto a estrutura rural social se mantiver exploradora e desigual. Assim, essas estratégias são o alicerce obstinado sob o qual outras formas de resistência devem crescer e tendem a persistir após outras formas de resistir terem falhado, ou após produzir-se, por sua vez, um novo padrão de desigualdade. (Idem, p. 24)

Não é um ato isolado por si só que vai determinar a resistência. É, sobretudo, o conjunto e a padronização de ações que, embora não sejam sistematizadas, se tornam frequentes e proporciona algum ganho aos grupos subalternos. Os “confrontos diretos” promovidos por mais de um século pelos inúmeros grupos de cangaceiros só foram possíveis mediante as inúmeras resistências individuais e sub-reptícias exercidos pelas pessoas simples, as quais lhes davam, a partir de seus atos, todo o apoio logístico para o funcionamento e prática do banditismo.

A natureza intrínseca e, em certo sentido, a “beleza” de muitas expressões da resistência camponesa é o fato de, frequentemente, conferir vantagens imediatas e concretas e, ao mesmo tempo, negar recursos às classes apropriadoras, sem requerer pouca ou nenhuma organização explícita. A obstinação e a força de tal resistência decorrem diretamente do fato de que ela é firmemente enraizada na luta material vivenciada e partilhada por uma classe. (Idem, p. 27)

Como poderemos ver mais adiante, as resistências dos camponeses e em geral dos populares do Nordeste do Brasil ocorriam de forma mais intensa justamente nos momentos de crise, especialmente nos longos períodos de seca em que elas passavam a buscar novos meios para sobreviver. Próximo ao grupo social estudado por Scott verifica-se que em alguns grupos populares que viviam em áreas agrícolas do Nordeste brasileiro as resistências individuais também ocorriam sem grandes organizações, núcleo ou liderança. Essa forma de resistência, por não ter aspectos hierárquicos, tinha a vantagem de não ser cooptada ou neutralizada, já que a falta de coordenação era compensada pela persistência e flexibilidade das ações.

Por outro lado, Scott (2002, p. 29) salienta que “não devemos esquecer que as formas da resistência camponesa não são apenas o produto da ecologia social do campesinato”. O Estado e seus órgãos de repressão também estabelecem ou proporcionam as formas de reação, de modo que o desenvolvimento de suas práticas possa ou não fomentar meios diversos de resistências (sejam elas individuais ou coletivas, formais ou informais, pública ou anônima)

que combatam ou desafiem o sistema de dominação gerando pequenos e imediatos ganhos para os agentes reacionários. Concomitante a isso, deve “ficar claro que o elemento a ser realmente medido é o nível de repressão que estrutura as opções que estão disponíveis”, pois a repressão só ocorre tendo em vista algum desvio de normas ou padrões estabelecidos.

Em se tratando de grupos sociais que historicamente vêm compartilhando de experiências de subordinação, há de se presumir que seus agentes continuarão silenciados acerca de seus objetivos.

Sua segurança deve depender do silêncio e do anonimato; o tipo de resistência por si mesmo deve depender, para sua efetividade, da aparência da conformidade; suas intenções devem estar, assim, incorporadas [...] à luta rotineira e normal para garantir a subsistência e a sobrevivência da unidade familiar, de modo a mantê-la inarticulada. (Idem. p. 29)

As resistências sub-reptícias dos populares podem ser percebidas em tempos e lugares distintos. Nesse sentido, além do estudo de Scott, podemos citar as reflexões de Thompson (1997) acerca da Lei negra, a qual diz respeito a instituição da pena de morte a maioria dos crimes cometidos na região da floresta real de Windsor, na Inglaterra do século XVIII. Na obra *Senhores e caçadores*, o historiador observa que para manter as tradições e memórias quanto aos direitos e costumes que os pobres tinham com relação ao uso da floresta eles passaram a se associarem sob o nome de “negros”, uma vez que pintava seus rostos como forma de camuflagem/ocultamento, na resistência às determinações daqueles que se diziam “donos” da floresta. Dessa maneira, suas normas e comportamentos podiam revelar seus valores previamente definidos, e estes, conseqüentemente, os motivava a entrar em conflito com lei.

Tais famílias deviam ter uma tradição rica e persistente de memórias quanto aos direitos e costumes (quem podia pescar nesse lago e quem podia cortar aquelas turfas), uma antiga oposição contra os cortesãos e funcionários florestais e um sentimento de que eram eles, e não os intrusos ricos, que possuíam a floresta. (THOMPSON, 1997, p. 141)

Portanto, as intenções dos sujeitos estavam inscritas em suas ações, suas necessidades pessoais, familiares ou do grupo social ao qual faz parte, parecendo sobrepor-se aos propósitos do Estado e informando, concomitantemente, que este falha em conter determinadas insubordinações, inclusive dentro de suas instituições. A esse respeito, Scott diz que

um soldado camponês que, como outros, deserta do exército, está efetivamente dizendo, através desse ato, que o propósito da instituição, bem como seus riscos e o sofrimento que ela impõe, não prevalecem sobre as necessidades pessoais ou familiares. [...] Um trabalhador safrista que rouba arroz de seu empregador está

“dizendo” que sua necessidade por arroz tem prioridade sobre os direitos de propriedade formais de seu chefe. (SCOTT, 2002, p. 29)

Do mesmo modo, podemos inferir que um homem que cometia algum tipo de crime ou entrava para o cangaço por motivo de vingança, a exemplo do que ocorreu com Antônio Silvino, estava dizendo que o Estado ou a Justiça não era capaz de sanar os problemas de cunho sócio-jurídico de sua sociedade.

No campo da luta entre os poderes, as muitas formas de resistência são entendidas pejorativamente pelos grupos apropriadores como desvios às normas sociais, vagabundagem, preguiça e brutalidade, entre outras definições que podem “transformar algo que diz respeito somente à luta não reflexiva pela subsistência num ato de rebeldia (Idem, p. 30). Em se tratando do período em estudo, isso pode ser verificado em vários documentos, os quais demonstram que pessoas ligadas aos grupos de poder informavam – aos órgãos da imprensa ou prestavam depoimentos na justiça acerca das práticas dos cangaceiros – que os mesmos eram criminosos, assassinos, vagabundos e etc. É certo que muito deles mereciam os adjetivos que lhes eram postos, já que se aproveitava da ética que fundamentava o fenômeno para praticar crimes como forma de sobrevivência, mas generalizar todas as relações era no mínimo ilusório e tendencioso.

Por outro lado, vemos que as resistências empreendidas pelas pessoas simples desencadeavam-se, em determinados momentos, na confrontação direta. Nesse caso, a ação do cangaceiro frente os poderes públicos e privados é bem representativa uma vez que a institucionalização do mesmo, com sua organização e conjunto de normas, favorecia a medição de forças através do combate armado. James Scott aponta diversas maneiras pelas quais os pobres, de modo geral, se colocavam frente a frente com os grupos de poderes socialmente legitimados: “invasões públicas de terras que desafiam abertamente as relações de propriedade [...] realização de motins, objetivando eliminar ou substituir oficiais militares, e a invasão de feiras e de celeiros, visando redistribuir o suprimento de alimentos”. Todavia, em se tratando do fenômeno específico do cangaço, há que se fazer uma ressalva, pois, fora alguns casos particulares, os homens que aderiram a esse movimento não possuíam um sentimento de partilha, de redistribuição de renda, terras ou mesmo alimentos. Suas práticas objetivavam precisamente à sobrevivência, à liberdade, o modo de vida. (Idem, p. 13)

E no contexto das relações de poderes, em que as resistências estão atreladas ao poder de mando, de opressão, de condicionamento aos grupos dominantes, novos discursos surgem como incremento às novas configurações e possibilitam aos grupos dominados uma encenação/disfarce dos mecanismos da própria resistência ou, quiçá, agindo eles mesmos com

tal finalidade. Nessa perspectiva, há que se discutirem os conceitos de “discurso direto” e “discurso oculto”, os quais, segundo Menezes (2002), se expressam em práticas cotidianas multiesfaceladas que norteiam as interações entre os grupos dominantes e dominados.

Sabendo-se que as práticas de insubordinação que se confronta com as categorias de poderes são passíveis de reações diretas, e no mais das vezes violenta, por parte dos que detém o poder, os indivíduos que interagem nessas relações fazem uso de diversas “máscaras” com as quais tentam ludibriar seus opositores, escondendo dos mesmos seus reais interesses na relação. Assim,

nas interações sociais mediadas pelo poder, dificilmente “se fala a verdade”. No entanto, elas são orientadas por regras sociais de etiqueta e de boa educação, sendo, na maior parte das vezes, representadas pela troca de amabilidades e sorrisos. Os indivíduos orientam seu comportamento pela posição da pessoa com quem estão se relacionando. (MENEZES, 2002, p. 36)

Nessas relações, os discursos ocorridos publicamente e de forma direta entre os indivíduos são teatralizados a partir da posição social de cada um deles nas relações de poder. Por parte dos grupos subalternos, “as representações de respeito, reverência e admiração são estratégias para convencer as elites de reivindicações básicas que se justificam por sua clara evidência social” (Idem, p. 37). Do outro lado, os dominadores também se apropriam de inúmeros disfarces para controlar suas emoções/sensações perante os insultos praticados pelos dominados. As ofensas disparadas pelos subordinados podem se apresentar com

o anonimato ou ações que isentam de culpa, aproveitar-se da embriaguez para ofender, espalhar fofocas ou rumores que afetem a reputação do senhor, fazer bruxarias, espalhar cartas anônimas, usar de eufemismos para disfarçar mensagens perigosas, resmungar ou rir entre dentes pelas costas do senhor etc. (NASCIMENTO, 2009, p. 96-97)

Portanto, no teatro que envolve as relações de poderes os objetivos serão alcançados pelo grupo que encenar melhor ou por ambos, de acordo com suas necessidades. Se a teatralização deve “esconder seus reais interesses e demonstrar um posicionamento de acordo com as expectativas que os dominantes esperam”, os disfarces “também estão de acordo com as expectativas dos próprios dominados, no tocante a lhes ser úteis para conseguir dos dominantes aquilo que desejam” (BATISTA, 2010, p. 53).

Já no que diz respeito ao discurso oculto, Scott (2000) afirma que ele não é revelado publicamente na relação entre opostos, ao contrário é estabelecido secretamente dentro dos grupos de poder, principalmente dos grupos subordinados, produzido e partilhado por seus pares, em situações e espaços considerados seguros, fora das vistas do grupo rival.

Los espacios sociales relativamente autónomos no son sólo un terreno neutral donde pueden crecer negaciones prácticas y discursivas. Como ámbitos de poder que son por naturaleza, sirven tanto para disciplinar como para formular patrones de resistencia. El proceso de socialización es muy parecido al de cualquier definición de un sentimiento. (Idem, p. 148)

Assim, é compreensivo que tanto os dominantes produzam seu próprio discurso oculto, “ocasião em que se articulam as práticas e as demais exigências para o exercício do poder, e que não pode se exprimir abertamente” (SCOTT apud BATISTA, Op. Cit, p. 52), quanto os grupos subalternos, quando se encontram em condições de sofrimento e opressão, momentos pelos quais promovem um discurso contestatório ao poder nos espaços fora da ação desse grupo. Portanto,

o discurso oculto não existe só em forma de pensamento, existe na medida em que é praticado, articulado, manifestado e disseminado dentro desses espaços sociais marginais. Esses espaços sociais em que se exercita esse discurso oculto são por si mesmos uma conquista da resistência que se ganha e se defende nas relações de poder. (BATISTA, Op. Cit., p. 52)

É importante que os discursos ocultos ocorram em espaços sociais não vigiados⁵, longe dos dominadores, onde os subordinados possam manter laços de solidariedade entre si e desenvolverem um sistema de coordenação e comunicação – “falas, gestos e práticas que confirmam, contradizem ou modulam o que aparece na transcrição pública” (MENEZES, 2002, P. 35) – que assegurem a resistência através da solidariedade, seja ela por meio da cumplicidade ou do silêncio. “Sólo especificando cómo se elaboran y se defienden esos espacios será posible pasar del sujeto rebelde individual – una construcción abstracta – a la socialización de las prácticas y discursos de resistencia” (SCOTT, 2000, p. 147). Além do mais, a segurança desses discursos deve ser efetivada com bastante disciplina e coesão uma vez que os grupos dominantes “procurarão a todo custo prejudicá-lo, através de cooptação” (NASCIMENTO, Op. Cit., p. 96).

A articulação entre discurso oculto e discurso público também é praticado nas relações dos indivíduos, bem como suas perspectivas e objetivos, sejam eles de domínio ou de resistência. As máscaras e teatralizações utilizadas/promovidas nas relações de poderes têm em vista a permanência dos privilégios do poder por um lado, e por outro a sobrevivência e a manutenção dos costumes e práticas sociais.

Portanto, refletir sobre os cangaceiros num contexto em que se pretendia ou que se pensava num projeto de normatização para a sociedade, é antes de tudo pensar em homens

⁵ Também entendidos como “espaços de liberdade”, nos quais os subalternos se afastam do controle, da vigilância e do disciplinamento das elites para praticar a comunicação “fora do palco”. (Ver MENEZES, 2002, p. 37)

que, estando subordinados às leis impostas pelas autoridades públicas e institucionais e vivendo em condições precárias, lutaram e resistiram cotidianamente na tentativa de se manterem vivos, burlando as regras por meio do banditismo.

1.4 Fontes e metodologia

Ao lançar mão de um *corpus* documental que compreende processos criminais, jornais de época, imagens fotográficas, literatura de cordel e a literatura regionalista de José Lins do Rego, buscamos os indícios que nos possibilitaram discutir, dentro do campo do possível, da verossimilhança, a problemática em questão.

A priori, a indicação destas fontes não deve transparecer que, ingenuamente, teremos acesso direto às vozes, vontades e práticas de Antônio Silvino ou dos diversos moradores do Estado que com ele se relacionaram. Não é exatamente assim, estamos convictos do quanto são fontes interessadas e dos lugares de onde falam seus autores. Entretanto, também temos consciência de que mesmo que as fontes se revelem interessadas, elas não se oferecem como monumentos, num sentido absoluto. Com Ginzburg ou Ricoeur, por exemplo, as fontes são reveladoras do vivido passado, ainda que produzidas sob certos interesses. Assim sendo, partiremos do debate que afirma, basicamente, que mesmo sendo fontes elaboradas a partir de interesses e em situações muito peculiares, delas é possível filtrar as falas, projetos, conflitos, práticas e valores de grupos sociais diversos, como os processos criminais, por exemplo.

A discussão em torno da utilização de processos criminais em trabalhos de história se alarga a cada dia, especialmente quando os profissionais dialogam a partir dos pressupostos da micro-história italiana, da história social ou da história social da cultura, a exemplo de Ginzburg, em *O queijo e os vermes*, e Sidney Chalhou, em *Trabalho, lar e botequim*, entre outros que utilizam os processos criminais como fontes centrais em seus trabalhos. Seguindo a linha de raciocínio desses autores, Sousa (2006) apresenta os processos criminais como sendo a

expressão máxima do desejo de busca da verdade e de ordenamento, através da tipificação dos delitos e do estabelecimento das penas. Eles eram acionados quando surgia algum tipo de desequilíbrio entre os diferentes sujeitos sociais e/ou entre estes e o Estado: homicídios, agressões físicas, ofensas morais, roubos, furtos e comoções coletivas (como motins, revoltas, insurreições, etc.). Durante muito tempo reduzidos a casos excepcionais (pela repercussão ou curiosidade despertada no momento), ou então transformados em manchetes das páginas policiais de jornais, as ações criminais são hoje uma das interessantes séries documentais utilizadas pelos pesquisadores para entender não só o discurso e a lógica de funcionamento da justiça, mediante a ação e o saber de juízes, promotores, advogados, escrivães etc., mas, principalmente as tensões e conflitos ocorridos no seio da sociedade.

Assim, além das fontes jornalísticas e literárias, que são classificadas como os canais privilegiados para se observar o olhar dos letrados para com o seu tempo, a reflexão foi perpetrada também através de processos criminais, os quais apresentam uma dimensão que vai além do que a imprensa possibilita e permite ampliarmos o olhar sobre as experiências vivenciadas pelos diferentes sujeitos na Paraíba.

Grinberg (2009) classifica os processos criminais como sendo fontes oficiais produzidas pela Justiça a partir de algum fato que, para o Estado, é entendido como crime. A partir disso tal acontecimento passa pelo clivo passa por duas instituições responsáveis pela ordem social: a polícia e o judiciário. Nesse sentido, os processos criminais são tomados também como “mecanismos de controle social”, marcados fundamentalmente pelo discurso/linguagem jurídica e pela intermediação do escrivão (Idem, 2009, p. 126).

Não é de interesse dos processos criminais a reconstituição de determinados acontecimentos. De outro modo, sendo um documento que se configura numa “investigação na qual se interrogam a vítima (quando possível), o réu, as testemunhas, e do qual ainda participam advogados, juízes e demais agentes da lei e da ordem” (Idem, 2009, p. 127), o processo criminal visa produzir uma verdade, acusando ou punindo alguém. Assim, todos “os depoimentos seriam ‘ficções’, papéis desempenhados por personagens, cada qual procurando influenciar o desfecho da história” (Idem).

Partindo do pressuposto, é possível e necessário observar, dentro desse mecanismo de transformação de um crime em autos, as entrelinhas dos inúmeros discursos que se apresentam desde a denúncia até o desfecho final do juiz, os indícios de como as pessoas diretamente envolvidas (vítimas, réus, testemunhas) descrevem, além dos fatos que os levaram até a Justiça, os relacionamentos sociais estabelecidos entre eles, as condutas, os comportamentos e o que pensam do que vem a ser correto ou não em sua sociedade.

Uma característica relevante dos processos criminais diz respeito ao fato de, apesar de nem sempre sabermos se determinado crime ocorreu, as pessoas envolvidas serem reais, com sentimentos, pretensões, angústias... e apesar de seus testemunhos passar pelo filtro do juiz e do escrivão, eles deixam informações valiosas de suas vidas, o que permite reflexões e análises sobre o perfil de cada uma delas.

através dos dados obtidos em processos criminais, podemos saber onde as pessoas envolvidas viviam, quem eram seus vizinhos, quantas pessoas moravam em uma casa, e daí, com os cuidados necessários, chegar a conclusões mais gerais sobre os vários contextos aplicáveis à cena. (GRINBERG, 2009, p. 129)

Em outras palavras, a análise das falas e dos silêncios de vítimas, réus, testemunhas e demais personagens que um dia caíram nas malhas da lei, são a matéria-prima para se reconstituir e compreender os diferentes contextos de trabalhadores, camponeses, proprietários, policiais, letrados, etc.. Portanto, os processos criminais são fontes bastante relevantes em termos de possibilidade para a compreensão das relações sociais entre os cangaceiros e a população, bem como dos valores, experiências e práticas cotidianas das pessoas simples que não tinham acesso à instrução e que por isso raramente deixaram legados escritos.

Se os processos criminais são relevantes para se observar as falas, desejos, percepções, modos de vida e, até, sensibilidades populares, a imprensa é uma das fontes mais ricas para acompanhar e analisar os projetos e visões de letrados e intelectuais para e sobre seu tempo, especialmente através de crônicas, editoriais, artigos e propagandas, mas é também uma fonte importante para se observar o silêncio dedicado pelas elites, em geral, aos trabalhadores e pessoas comuns ou refratárias ao trabalho.

Todavia, “a discussão em torno do estatuto do que se publica na imprensa periódica já foi – e continua sendo – objeto de acirradas polêmicas. Há objetividade e neutralidade? É possível distinguir notícia e interpretação?” (LUCA, 2010, p. 139). Talvez isso ocorra devido a imprensa escolher, organizar, preparar e narrar, de uma maneira que lhe é peculiar, às cenas que classificam como sendo dignas de chegarem até os leitores.

Além disso, outro problema deve ser levado em consideração ao elegermos a imprensa como fonte para as pesquisas em história: sua vinculação com grupos políticos de poder. Tendo em vista que, ao lado do rádio e/ou do cinema, a imprensa objetiva estrategicamente a divulgação de novos valores e comportamentos, ajustando-se assim às necessidades do poder, devemos ter a preocupação de questionar suas filiações político-partidárias e suas relações com a elite. Nesse sentido, Luca (2010, p. 140) alerta que o “importante é inquirir sobre suas ligações cotidianas com diferentes poderes e interesses financeiros, aí incluídos os de caráter publicitário”.

Atentando para esses cuidados, podemos utilizar o jornal no sentido de percebermos as conflituosas relações cotidianas, bem como a divulgação de idéias, a fim de verificar por meio de que idéias, falas e imagens que manifestadas em torno do moderno. Assim, o jornal pode ser também visto como uma fonte propícia para a exploração de

dados acerca das formas de associação e composição do operariado, correntes ideológicas e cisões internas, greves, mobilizações e conflitos, condições de vida e trabalho, repressão e relacionamento com empregadores e poderes estabelecidos, intercâmbios entre lideranças nacionais e internacionais, enfim, respostas para as

mais diversas questões acerca dos segmentos militantes puderam ser encontradas nas páginas de jornais, panfletos e revistas, que se constituíam em instrumento essencial de politização e arregimentação. (LUCA, 2010, p. 119)

Nos jornais, as pessoas comuns só aparecem em virtude de desordens, brigas, bebedeiras ou crimes que cometem. Nessa mesma direção, os cangaceiros, e em especial Antônio Silvino, foram vistos pelos intelectuais e articulistas da época apenas como bandidos: criminosos que atormentavam a população invertiam a ordem pública e impediam o progresso do Estado.

Essa representação da imprensa, feita de forma negativa, com o intuito de estigmatizar os homens que entravam para o cangaço, tinha o sentido de corroborar com as discussões levantadas pelos intelectuais do período acerca de uma disciplinarização dos corpos em vistas de uma ordem social que privilegiasse a classe burguesa e seus ideários de progresso. Isso pode ser justificado devido alguns dos jornais da época ser de propriedade de homens que faziam parte da elite local, os quais detinham o poder econômico e político da região, como foi o caso de Christiano Lauritzen, dono do jornal *Correio de Campina*, prefeito de Campina Grande entre os anos de 1904 a 1923 e grande fazendeiro e proprietário de terras, o qual, aliás, declarava-se inimigo de Antônio Silvino. Mas essa documentação será aproximada e cruzada com as fontes literárias.

A literatura de cordel, também conhecida como “literatura de folhetos”, se afirma no Nordeste num momento de crise econômica, a qual repercutia nas relações sociais e, conseqüentemente, nos valores e nos costumes que tinham por base a tradição. As críticas de ordem social, política e econômica, contidas nos poemas de época, indicavam que os poetas populares tentaram manter a memória dos valores e costumes do grupo ao qual se identificava, a partir da evocação do passado, tornando legítimo o protesto com base na cultura tradicional: uma cultura que não estava sujeita em suas operações cotidianas ao domínio estrito dos poderosos, podendo ser rebelde em defesa dos costumes populares. Por outro lado, vale destacar o caráter ambíguo do cordel, em termos de valores morais, uma vez que, com o tempo, o cordel passou a ser utilizado pelos diversos poderes (que contratam os serviços do poeta) como um meio de divulgação de suas idéias. Nesse caso, ao passar pelo crivo da crítica do contratante, o cordel age no sentido inverso.

É sabido que no início do século passado a maioria da população brasileira era composta por analfabetos. Assim sendo, como se explicaria o aparecimento de uma literatura popular impressa e a formação de um público para esta literatura? Segundo a socióloga Ruth Brito Lêmos Terra (1983, p. 35)

No período estudado, como ainda hoje, a leitura de um folheto podia ser feita em voz alta para um grande número de pessoas. Pode-se falar em relação à literatura de folhetos, de um “público de auditores”, expressão utilizada por Antonio Candido para designar a elite analfabeta que no Brasil escutava, em saraus e reuniões familiares, a leitura de romances e poemas, o que era muito freqüente.

Portanto, o aparecimento da literatura popular impressa foi possível por ser difundida junto a um público de auditores, o qual comprava os folhetos de cordel para serem lidos por parentes ou amigos letrados. Além disso, o fato dos folhetos serem escritos em verso facilitava sua memorização pelos ouvintes.

Os poetas populares eram herdeiros da tradição oral, e de certo modo, das próprias cantorias que ocorriam no Nordeste desde meados do século XIX. Por fazer parte da camada popular, onde, em geral, o pobre era o trabalhador de engenho, o operário, os “de baixo”, com o qual se identifica, igualmente aos seus leitores, o poeta compartilhava da mesma cultura, do mesmo sistema de crenças e valores que era remexido no momento em que, já estando transpassado pela mesma, elaborava sua escrita do cotidiano.

Muitos poemas de época eram produzidos a partir das leituras que os poetas faziam dos noticiários dos jornais, apesar da pouca escolaridade que os mesmos possuíam. Contudo, as poesias não se confundem com o relato jornalístico dos acontecimentos, mesmo quando na descrição dos fatos o poeta emprega expressões veiculadas pela imprensa. O “noticiário” Nesses poemas é transmitido através de outra linguagem, uma linguagem própria do povo, onde se faziam presente suas palavras, seus modos, simbolismos e imaginário. Logo, ao transmitir fatos através da linguagem do povo, o poeta se responsabilizava perante seu público, de modo que “ao assumir a autoria de um poema, o poeta popular o faz não apenas sobre a sua criação, mas também requer a responsabilidade de divulgar as histórias da tradição da maneira mais fiel possível, a um tempo à tradição e ao público” (TERRA, 1983, p. 38). Além disso, o respeito e a confiabilidade na tradição oral eram marcantes em muitos poemas de época. Ao escrever *Antônio Silvino*, o poeta Manoel Camilo, a exemplo de outros, faz questão de destacar, nas primeiras estrofes de seu poema, sua larga pesquisa oral no intuito de expor (prestar contas) aos seus leitores à verossimilhança de sua história.

Esta aqui posso afirmar
que é a mais verdadeira
pois para isto eu fiz
uma pesquisa certa
com muitos que conheceram
de Silvino a vida inteira.

Estes informantes foram
Idio e Antônio Azevêdo
João Francisco da Silva

e Joaquim Bento Tancredo
 Antônio Souza e Zé Bento
 Zé Barreto e João Valfrêdo.

Antônio e Vicente Paulo,
 seu Nô e Manoel Vieira
 Sr. Horeste Fialho
 e seu Januncio Ferreira
 todos estes, são pessoas
 cada qual mais verdadeira.

Ainda entrevistei
 o tenente Guilhermino
 e o velho Manoel Martins
 e Antônio Laurentino
 e a sra. Teodulina
 prima de Antônio Silvino. (*Antônio Silvino*, Manoel Camilo)

Assim, percebemos que as falas que são emprestadas ou apropriadas e muitas vezes ressignificadas pelo poeta não são de “qualquer um”: José, João ou Maria de tal; são de pessoas que trazem em seus sobrenomes o respeito e a honra da família, a exemplo de Antônio Azevêdo, João Francisco da Silva e Manoel Vieira, entre outros. Isto faz com que muitos poemas sejam entendidos pelos seus autores como portadores de verdade, uma verdade que se apresenta na oralidade de homens e mulheres da comunidade.

Todavia, vários poemas tratam de assuntos que muitas vezes são, meramente, frutos da imaginação do poeta. Os conflitos de Antônio Silvino com o Diabo e/ou com Lampião, por exemplo, narradas por Antônio Teodoro dos Santos (*A luta de Antônio Silvino com o Diabo*), Leandro Gomes de Barros (*Como Antônio Silvino fez o Diabo chocar*) e José Costa Leite (*A briga de Antônio Silvino com Lampião no inferno e Encontro de Lampião com Antônio Silvino*) não passam de estórias criadas com o intuito de divertir e instigar o imaginário da população com relação aos feitos de Silvino. Deste modo, quando analisamos alguns poemas que tratam dos encontros de Antônio Silvino com Lampião percebemos que, apesar destes cangaceiros terem existido na realidade, há uma incoerência em termos temporais, pois enquanto Silvino permaneceu no cangaço até 1914, ano em que se entregou à polícia pernambucana, Lapião só teria iniciado sua vida de cangaceiro no início da década de 1920, sendo impossível, portanto, eles terem se encontrado. Alguns poetas chegaram mesmo a confessar que certos poemas não passam de fantasia e imaginação. João Martins de Athayde relata-nos como escreveu suas histórias de cangaceiros: “em algumas me aproveitei do que noticiava o jornal, noutras do que me contava a boca do povo. E em algumas não me baseei em fato nenhum. Imaginei o caso e fiz o meu floreio” (apud TERRA, 1983, p. 46-7).

É sabido que tanto o cordel e suas temáticas quanto a imagem sobre o cordel tem mudado ao longo do tempo, mesmo assim foi possível destacarmos dois poetas que dedicaram grande parte de seu tempo com a temática do cangaço: Leandro Gomes de Barros e Francisco das Chagas Batista. Esses autores nos possibilitaram, através de seus escritos, fazer uma análise mais aproximada do cotidiano de muitas pessoas que vivenciaram o cangaço no tempo de Antônio Silvino. Leandro Gomes foi um dos principais poetas da literatura de cordel. Nascido na Paraíba em 1865 começa a publicar seus primeiros poemas em folhetos em 1893, data em que marca o início da literatura popular impressa no Nordeste. Tendo vivido exclusivamente da produção e venda de seus poemas, utilizou-se de diversas fontes para escrever suas histórias, entre elas: matérias jornalísticas, a oralidade do povo sobre certos acontecimentos, casos policiais e sua própria experiência de vida, marcada pelo contexto em que Manoel Batista de Moraes se fez presente no cangaço sob o pseudônimo “Antônio Silvino”.

Francisco das Chagas Batista, também nasceu na Paraíba, no ano de 1882, e viveu de sua arte. Assim como outros poetas populares, ele foi um homem do povo, não tendo se relacionado intimamente com letrados ou abastados. Muitos folhetos de época escritos por ele também foram versificados a partir da leitura de jornais. Chagas Batista era leitor de jornais de Pernambuco e da Paraíba; das Revistas *O Malho*, *A careta*, *Revista da Semana* e *Cosmos* do Rio de Janeiro e da *Revista do Brasil* de São Paulo, material do qual se apropriou para criar parte de sua literatura. Além dos vários folhetos que escreveu sobre o cangaceiro Antônio Silvino, em seus poemas de época Chagas Batista noticiou e comentou fatos políticos, desastres e crendices populares, o que revela que a grande maioria é sobre fatos de época.

Entretanto, não foi só na literatura de cordel que a realidade invadiu a ficção, ela também se fez presente na literatura regionalista, na qual os autores, a exemplo de José Lins do Rego, narravam fatos a partir de suas próprias memórias e experiências de vida. José Lins destacou-se entre os literatos regionalistas por sua visão crítica das relações sociais. Descendente da oligarquia canavieira, sendo neto de senhor de engenho, o romancista soube aliar a linguagem forte e poética à dura realidade da vida nordestina, colhida de dentro. Por isso, seu trabalho literário é tão impregnado de afetividade e emoção em uma narrativa onde a literalidade supera a preocupação estilística. Também, por este motivo é inserido no grupo de autores que, com bastante realidade, retratam o cotidiano do interior do país e que enfocam as relações sociais ocorridas. Nesse contexto, incluído assim como autor com cunho sociológico. As obras que compõem o chamado “ciclo da cana-de-açúcar” são classificadas como romances sócio-regionais por fazerem analogia entre a estrutura da obra e a estrutura social

num período de transição da economia canavieira nordestina, num tempo de tensões econômicas nos engenhos de açúcar e de conflitos sociais promovidos pelos diversos grupos de cangaceiros que percorriam vastas áreas do Nordeste.

A literatura regional apresenta diversos temas ligados ao mundo rural e tradicional daquele período, assuntos que dizem respeito ao valor da terra para o homem do campo; as relações familiares; ao poder institucionalizado da igreja, da política e da economia; da educação; do paternalismo dos coronéis; enfim, das diversas tensões e conflitos sociais ocasionados pelo cangaço. Além disso, a literatura regional nos fornece diversas imagens discursivas que mostram que a sociedade paraibana no início da república, apesar de conservar diversos traços e costumes da sociedade patriarcal do período colonial brasileiro, não deixou de se beneficiar, de certo modo, com as idéias de modernidade que circulavam por todo o país, exemplo disso é a presença do trem cortando os territórios no Norte e a substituição do tradicional sistema econômico dos engenhos de açúcar pelas novas tecnologias trazidas pela usina.

Muitos desses aspectos são tão presentes na obra de José Lins que vários estudiosos, historiadores e gramáticos como Otto Maria Carpeaux, João Ribeiro e Carlos Drummond de Andrade, a vê como um “espelho da realidade”, onde a narrativa apresenta a vida como ela é, ou seja, um monumento de uma época que se foi, mas que está presente, por impressões e modos de ser e de sentir, através de seus personagens. E tudo isso por meio de um processo de rememoração onde a ficção é escrita nos anos de 1930/40, só que ambientada nas duas primeiras décadas do século XX.

Toda ficção está sempre enraizada na sociedade, pois é em determinadas condições de espaço, tempo, cultura e relações sociais que o escritor cria seus mundos de sonhos, utopias ou desejos, explorando ou inventando formas de linguagem. (FERREIRA, 2009, p. 67)

Portanto, o caráter realista da ficção, se assim o podemos dizer, pode ser observado nas entrelinhas da trama de forma que, se propusermos deixar de lado o que é ficcional, a partir da seleção de dados, da análise e da crítica, muitos dos aspectos físicos, sociais, econômicos, políticos ou culturais do mundo real podem emergir. Assim como qualquer produção humana, a literatura tem suas raízes na sociedade e sabe-se que ela tem várias funções: “expansão da cultura, conhecimento do mundo, compromisso social, exercício de contestação e de denúncia” (NÓBREGA, 2004, p. 83), além, é claro, de distrair, entreter, agradar e comover, “mas como se pode imaginar uma árvore sem raízes, ou como pode a qualidade dos seus frutos não depender das características do solo, da natureza do clima e das

condições ambientais?” (SEVCENKO, 1995, p. 20). Há de se perceber, em cada texto, que muito das transformações sofridas pela sociedade brasileira na passagem do século XIX ao XX ficaram registrados por meio da linguagem, das diferentes interpretações do mundo que a elas foram incorporadas. Nesse caso, as obras que compõem o “Ciclo da cana-de-açúcar” também servem como exemplo, haja vista que elas buscam denunciar as transformações estruturais, econômicas e culturais, entre outros fatores ocorridos nos antigos engenhos. A figura do escritor se apresenta, portanto, como interseção entre a história, a literatura e a sociedade. Segundo Sevcenko (1995, p. 246), “uma análise que pretenda abranger esses três níveis deve se voltar com maior atenção para a situação particular do literato no interior do meio social e para as características que se incorporam no exercício do seu papel em cada período”.

De modo geral, os estudiosos que buscam uma aproximação entre a história e a literatura entendem que ambas são representações da realidade, que detêm visões e ideologias de mundo, que trazem à tona nuances do imaginário individual ou coletivo e possibilita, ao leitor, apreender a imaginação alheia. Logo, devemos entender que os textos literários estão “propícios a múltiplas leituras, especialmente por sua riqueza de significados para o entendimento do universo cultural, dos valores sociais e das experiências subjetivas de homens e mulheres no tempo” (FERREIRA, 2009, p. 61).

Assim, pode-se supor que o texto literário serve de base para a história, no tocante ao emprego de fontes, do mesmo modo em que

A aproximação do imaginário histórico permite, por sua vez, tratar o documento literário e o artístico como documentos históricos, pois a história também existe pelo discurso, embora se reconheça que este discurso, a exemplo de outros, tenha a sua própria especificidade (NÓBREGA, 2004, p. 90).

Nesse sentido, voltando-se para a literatura regionalista de José Lins do Rego, em especial as obras *Menino de Engenho*, *Fogo Morto* e *Cangaceiros*, percebemos como é tênue a fronteira entre ficção e realidade: literatura e história. O coronel Zé Paulino, que aparece em *Menino de Engenho* é personagem fictício, embora represente proximamente o avô do autor. Zé Paulino é avô de Carlinhos, o narrador do romance, já o Coronel Napoleão, do Pilar, e o próprio Antônio Silvino são personagens reais; Em *Fogo Morto*, verificamos a existência de uma rede subterrânea de informantes de um cangaceiro na vida real: Antônio Silvino, que invade a trama ficcional; e na obra *Cangaceiros*, o autor nos traz várias representações, de maneira bastante viva, do cotidiano dos muitos personagens daquele Nordeste do tempo dos coronéis. Um deles, Cazuza Leutério de Jatobá – fazendeiro e político é o típico coronel de

poderes ilimitados que dominava a Região. Além do mais, quem conhece um pouco da vida de Antônio Silvino, bem como a de seu irmão Zeferino, pode claramente vê-la refletida nos personagens Aparício Vieira e Domício, respectivamente.

De modo geral, entendemos que a literatura regionalista apresenta-se como uma representação da realidade, mas não uma representação como cópia fiel do real, uma imagem perfeita sem fissuras ou estrias, e sim como uma construção feita a partir deste real, na qual alguém se coloca no lugar do outro, distante no tempo e no espaço. Nesse sentido, Sandra Jatahy Pesavento (2005, p. 39) indica que

As representações construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência. São matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade.

Mesmo que os personagens façam parte da trama ficcional, eles refletem parte do que foi um dia vivido, emprestando ou tomando por empréstimo vidas, nomes, gestos e atitudes, sensibilidades e subjetividades de homens, mulheres e crianças que se fizeram presentes no Nordeste brasileiro.

Por último, tendo em vista que, independentemente do tempo, do local e do grupo, o cangaceiro era facilmente reconhecido pelo seu traje e pelo modo como dispunha as armas e equipamentos pelo corpo, vale refletir como os grupos de cangaceiros se vestiam antes da estilização promovida por Lampião, como isto ocorreu e em que sentido a indumentária contribuiu, em certo sentido, para a formação identitária e institucional do cangaço. Para tanto, lançaremos mão da imagem fotografia enquanto fonte que nos possibilita refletir, discutir e produzir um saber histórico acerca do cangaço. As imagens de Antão Godê, Antônio Silvino e Lampião, apresentadas ao longo do texto, são bastante representativas e dão indícios de como esses cangaceiros, a exemplo de muitos outros, diferenciavam-se pelo modo de vestir e portar seus equipamentos e armas. Para tanto, nos apropriaremos das significativas reflexões estabelecidas por Boris Kossoy e Philippe Dubois, sobretudo no que diz respeito à relação história-fotografia.

Partindo, portanto dessa discussão, entendemos a imagem fotográfica como “um meio de conhecimento pelo qual visualizamos microcenários do passado” (KOSSOY, 2001, p. 78), ou seja, como indício de um determinado fato ou de um acontecimento social. Todavia, vale observar que

os propósitos determinados pelos usos antropológicos da foto, que mostram que a significação das imagens fotográficas é de fato determinada culturalmente, que ela

não se impõe como uma evidência para qualquer receptor, que sua recepção necessita de um aprendizado dos códigos de leitura (DUBOIS, 1993, p. 41-2),

Compreendemos que por mais aprofundada que seja a análise da imagem fotográfica, jamais ela atingirá seu objetivo sem antes haver uma contextualização do evento estudado e uma averiguação/cruzamento com outros documentos com os quais as informações devem ser cruzadas e comparadas: estratégia fundamental e necessária em qualquer estudo de história, pois apesar da fotografia fazer referência a um real ela por si não dá conta desse real. Portanto, há que se levar em conta um referente que esteve ali diante da câmera fotográfica e a subjetividade de quem a clicou.

Devemos levar em consideração que

A abordagem semiológica coloca em outros termos aquilo que a própria sociedade identificava como prova, verdade ou testemunho. A fotografia passa a ser compreendida não como verdade, mas como marca, isto é, índice. O índice é um tipo de signo que se define como vestígio do objeto que lá esteve – o referente. (LIMA, 2009, p. 42)

Assim, o fotógrafo que se põe à frente de seu objeto, que com toda sua subjetividade interage com aquele que interpreta como símbolo, enfraquece o caráter de verdade da imagem fotográfica. Sua “interpretação do signo desloca a idéia de realismo que a fotografia inspirou desde os seus primórdios e que nos usos sociais aprofundou-se com a possibilidade do instantâneo” (Idem).

Portanto, o *corpus* documental apresentado será analisado no sentido de percebermos os indícios que nos remetam as relações sociais existentes na Paraíba, entre o cangaceiro Antônio Silvino e todos aqueles que com ele teve contato. A problematização e o cruzamento entre as fontes e entre elas e a literatura sobre o tema será relevante para detectarmos as contradições e as analogias entre uma e outra. Assim, entendemos que além das representações elaboradas sobre o cangaceirismo terem sido feitas no sentido de observarem ou de enquadrarem os cangaceiros em algum tipo de identidade, seja ela de bandido ou de herói, elas nos permitem fazer análises mais profundas daquela realidade social. Isto é, a própria documentação deixa um leque de possibilidades para novas análises, nos excitando a percorrer por outros caminhos e a pensar em outros meios: a discutir sobre homens que, além de criminosos ou paladinos dos pobres, se fizeram presentes numa região caracteristicamente marcada pela tradição e por uma noção de honra e de moral distinta da que conhecemos em nossos dias e a pensar numa sociedade que tinha lá seus conflitos cotidianos, mas que também mantinha laços de solidariedade, através do apoio múltiplo, da cordialidade, das sensibilidades e das subjetividades.

Portanto, na tentativa de problematizar possíveis verdades acerca das sociabilidades estabelecidas entre cangaceiros e populares na Paraíba, buscaremos desenvolver a pesquisa por meio do método indiciário, analisando e investigando as fontes em seus detalhes, seguindo as pistas, os sinais, na tentativa de observar realidades mais profundas. Na perspectiva de uma historiadora social, o paradigma indiciário pode ser entendido “como um conjunto de princípios e procedimentos teórico-metodológicos que orientam a elaboração do conhecimento a partir da investigação e análise dos indícios” (RODRIGUES, 2005).

Em *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*, mais especificamente no capítulo *Sinais: raízes de um Paradigma Indiciário*, Ginzburg (1990) vai buscar as origens desse paradigma em outros saberes, a exemplo dos paradigmas “venatório” e “divinatório”, bem como da “semiótica médica”. O “paradigma venatório” diz respeito à caça e seu universo, e consiste em passar de fatos ilegíveis para a realidade complexa, não observável diretamente; o divinatório, ao saber relativo à adivinhação e seus instrumentos; e a “semiótica médica” permite “diagnosticar doenças inacessíveis à observação direta na base de sintomas superficiais, às vezes irrelevante aos olhos do leigo, pistas talvez infinitesimais que permitem captar uma realidade mais profunda, de outra forma inatingível” (RODRIGUES, 2005).

Se as fontes silenciam e/ou distorcem sistematicamente a realidade social das classes subalternas, um documento que seja realmente excepcional [...] pode ser muito mais revelador do que mil documentos estereotipados. Os casos marginais [...] funcionam como espias ou indícios de uma realidade oculta que a documentação, de um modo geral, não deixa transparecer. (GINZBURG, 1989, p. 177)

O núcleo do paradigma indiciário embasa-se, portanto, no princípio de que apesar de a realidade se apresentar ilegível em alguns aspectos, ela pode ser decifrada através de determinadas pistas, rastros ou, como diz Ginzburg, indícios. Sua importância para as ciências humanas e conseqüentemente para a história está em algumas características que lhes são peculiares e que proporcionam novas possibilidades de observação através das relações entre razão e sensibilidade e natureza e cultura, em que assumindo um estatuto frágil seja possível obter resultados relevantes, ou seja, “flexibilizando o rigor científico e sendo sensível aos sons, sabores e odores de modo que a sensibilidade, a intuição e a técnica do historiador combinem para a obtenção de verdades possíveis” (Idem), de modo a valorizar o emocional do que é observado, com seu objeto, traços e conhecimentos individuais em detrimento à generalização.

Além disso, Ginzburg nos faz refletir acerca da verdade histórica, na qual as provas visíveis e palpáveis não são as únicas passíveis de serem averiguadas pela narrativa histórica. Alguns “momentos excepcionais”, vistos como momentos de crise, podem ser reveladores de

uma dada normalidade, num sentido de fazerem emergir verdades cotidianas. Esses momentos podem ser aquilo que aparece de anormal na fonte: a fala de uma testemunha de um processo criminal que diverge de todas as demais que depõem no mesmo processo ou mesmo um artigo jornalístico denunciando o envolvimento de algum político ou instituição com o grupo de Antônio Silvino, quando o normal parece ser que eles fazem perseguição aos cangaceiros. As provas extratécnicas, que Ginzburg chama de indícios mudos, também são alvo de investigação. Desse modo, é preciso que a realidade seja transformada num enigma. Devemos duvidar do óbvio e tratar a prova e a retórica como partes integrantes do mesmo processo, onde a prova documental, as provas extratextual e a retórica sejam parte da pesquisa e do processo de construção do conhecimento histórico.

Portanto, buscaremos refletir e analisar nosso *corpus* documental tentando identificar os indícios que se encontram subjacente às estruturas processuais, nas falas normatizadoras de juristas e intelectuais, bem como das narrativas ficcionais dos poetas populares e do literato José Lins do Rego, no intuito de entender as sociabilidades contidas na realidade social dos diversos grupos populares, bem como das perspectivas, anseios, práticas e experiências de homens e mulheres que vivenciaram as tensões, os conflitos e os laços de solidariedade do período em estudo.

1.5 Estrutura do trabalho

No sentido de alcançarmos os objetivos aqui propostos, dividiremos o trabalho em três capítulos, os quais chamaremos de *Trilhas*⁶, sendo o primeiro composto por essa parte introdutória, onde discutimos as questões teórico-metodológicas e estruturais, e os dois seguintes pelas problemáticas centrais, específicas e essenciais para a temática.

Na segunda trilha, especificamente, faremos uma contextualização do ambiente nordestino do fim do século XIX e início do XX, na qual destacaremos as “paisagens e perfis sertanejos” no sentido de refletir sobre as condições sociais pelas quais passavam os diferentes grupos de populares. Seguindo a trilha, achamos conveniente esboçarmos o trajeto de vida do cangaceiro Antônio Silvino para mostrar, a partir de sua vivência, como os homens entravam no cangaço e como o próprio fenômeno social do cangaço, assim entendido como

⁶ Além do termo “trilha” dizer respeito aos caminhos, rastros, pistas ou sinais da presença do cangaceiro Antônio Silvino na Paraíba, ele também será utilizado metodologicamente na estrutura do trabalho, indicando as três grandes vias de acesso para as problematizações sugeridas, sejam elas: as reflexões teórico-metodológicas; as discussões em torno da institucionalização do cangaço e as relações sociais estabelecidas em torno de Silvino. De antemão, alertamos para o fato de que essas trilhas serão perpassadas por muitas outras durante o decorrer dessa trabalho. Em seu emaranhado podemos perceber uma vida turbulenta, de homens que entraram para o cangaço buscando resistir/sobreviver às complexas relações e lutas entre poderes.

sendo fruto das relações sociais, se distanciava das parentelas para traçar seus caminhos, agora de forma independente – apesar de em alguns momentos um e outro (parentela e cangaceiros) se uniam em prol de seus interesses, os quais nem sempre eram comuns. A discussão segue em torno da institucionalização do cangaço, mostrando que os homens que aderiram a esse movimento estavam organizados, com leis próprias, comportamentos, práticas e disciplina bem próximos a dos militares; os modos de ser, de estar e de se fazerem presentes nos ambientes (fazendas, vilas, cidades...) e até a forma de vestir; aliás, com base no aspecto da indumentária do cangaceiro buscaremos problematizar as diferenças de práticas culturais que havia entre os distintos grupos no sentido de mostrar que a imagem que se solidificou no imaginário popular (que todo cangaceiro se reflete na pessoa de Lampião) não diz respeito à realidade dos grupos em suas diferentes temporalidades, pois cada qual tinha seus próprios modos de comportamentos e práticas. Ao fim dessa trilha, discutimos como os cangaceiros entendiam sua maneira de viver, bem como suas percepções de mundo, perspectivas, desejos e ansiedades.

Na terceira trilha, buscamos refletir acerca das práticas, experiências e sociabilidades estabelecidas em torno do cangaceiro Antônio Silvino. Em seu contato com alguns signos do moderno, a exemplo do telégrafo ou do trem, vemos emergir relações de ambivalência nas quais os sentimentos de depredação e apropriação têm como foco as resistências aos novos valores e a sua própria sobrevivência. Com esses mesmos objetivos, o vemos em correrias para um lado e outro – entre os Estados da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará –, assassinando, roubando, furtando, lutando com fazendeiros, policiais, padres, populares, enfim, fazendo de seu cotidiano uma constante de tensões e de conflitos por onde passava. Entretanto, numa fração de segundos o vemos mudar de rumo e seguir por trilhas nas quais as solidariedades se sobressaem às contendas diárias. Envolvido por entre os laços de amizade, companheirismo, comprometimento e cumplicidade por parte da sociedade, o cangaceiro garante a sobrevivência. Expandido esses laços de solidariedade, Silvino deixa-se envolver pelas tramas e teatralização do político nas quais os governantes se apropriam de seu nome para tirar proveitos em tempos de eleições, seja se associando ao grupo liderado por ele no sentido de reforçar os grupos armados que contribuía na manipulação eleitoral, seja acusando os grupos rivais de proteger o cangaceiro, como forma de ofendê-los perante a sociedade letrada. Por outro lado, Antônio Silvino também sabia tirar proveito da situação. Se apropriando das associações com os grupos de poder, encenava que estava do lado dos mesmos quando, na prática, isso não passava de uma manobra para resistir às inúmeras perseguições e garantir a sobrevivência do grupo.

TRILHA 2. DO CONTEXTO HISTÓRICO E DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CANGAÇO: UM OLHAR SOBRE O GRUPO LIDERADO POR ANTÔNIO SILVINO

Tendo em vista o estudo das relações sociais em torno de Antônio Silvino, buscaremos, nesse capítulo, discutir como o grupo liderado por esse cangaceiro institucionalizou-se em meio a uma sociedade que se dizia “pacata”, alheia à rebelião e à “belicosidade”. Partindo do conceito de institucionalização, que diz respeito à existência de uma “estrutura decorrente de necessidades sociais básicas, com caráter de relativa permanência, e identificável pelo valor de seus códigos de conduta, alguns deles expressos em leis” (FERREIRA, 2004), refletiremos acerca de cinco fatores que entendemos ser fundamentais para a compreensão de como isso ocorreu com o grupo de Silvino, a saber: a relativa independência que mantinha de grupos sociais mais fortes, como fazendeiros, comerciantes e/ou políticos; o imaginário sobre Silvino, ou seja, como ele era visto pelos diversos grupos de populares e intelectuais paraibanos; os objetivos pretendidos; a estrutura do grupo e o funcionamento do mesmo, com sua organização, leis e modos de vestir e agir.

Antes de tudo, no sentido de situar o leitor na problemática em questão, se faz relevante localizar a zona de atuação dos grupos de cangaceiros, bem como refletir acerca do cenário político, econômico e social nos anos em que Silvino atuou como cangaceiro.

Assim, fazendo uma leitura do mapa abaixo, elaborado por Oliveira (1988), vemos que em 1928 os grupos de cangaceiros estavam distribuídos, geralmente, por toda a área que se estende desde a cidade de Limoeiro do Norte, ao nordeste cearense, encobrendo todo o sudeste desse Estado, parte do centro leste piauiense, o norte e nordeste da Bahia, o centro-oeste de Sergipe, o oeste alagoano, as regiões que se estendem do centro ao oeste dos Estados de Pernambuco e Paraíba e o sudoeste do Rio Grande do Norte. Todavia, vale salientar que nem todos os grupos de cangaceiros se fizeram presentes nessas zonas, a exemplo do próprio grupo de Silvino que só atuava na área limitada pelos Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Nas demais regiões, pode-se verificar a presença de dezenas de grupos de cangaceiros como o dos Irmãos Ingrácia, de Luca de Feira, de José Baiano, de Lampião, de Corisco, de Sebastião Pereira, o grupo dos Porcos, dos Matildes e de tantos outros. (Cf. OLIVEIRA, 1988, p. 36-37)

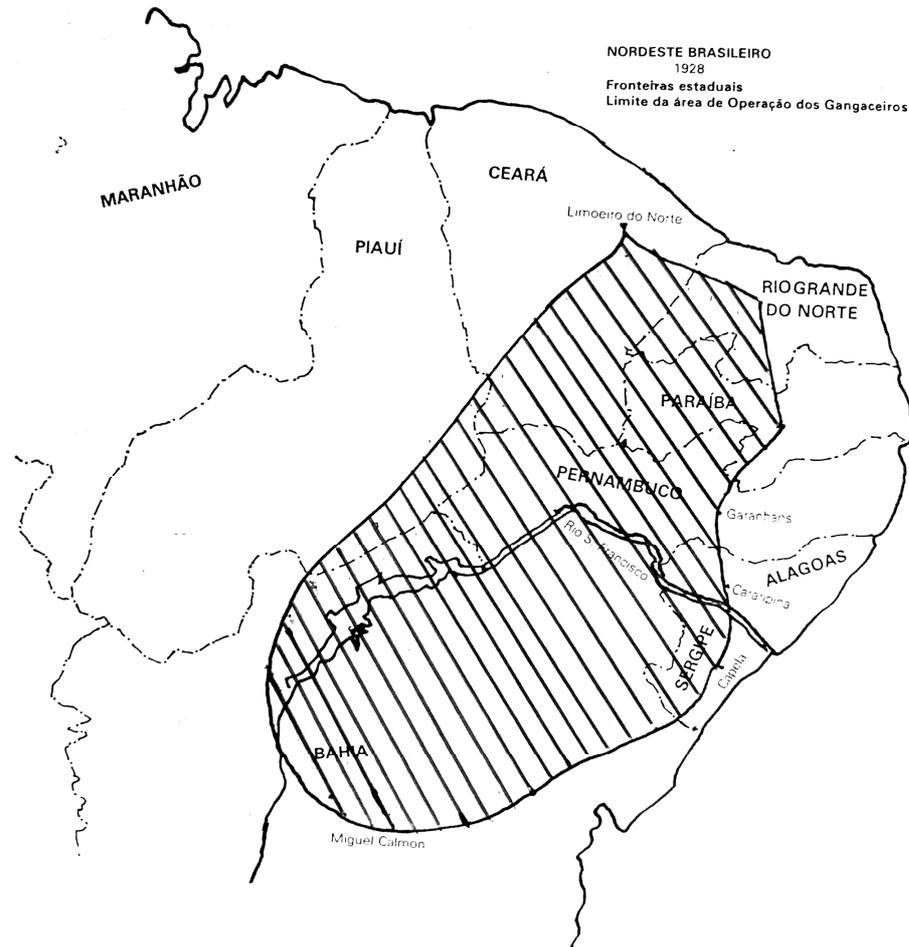


ILUSTRAÇÃO 1: “Nordeste brasileiro, 1928. Fronteiras estaduais. Limite da área de operação dos cangaceiros” (Reproduzido de OLIVEIRA, 1988, p. 39)

Já quando lidamos com o cangaço na Paraíba, especialmente à zona de atuação do grupo liderado por Antônio Silvino, observamos que o cangaceiro se fez presente em quase todo o território, ou seja, nas microrregiões do Agreste, Borborema e Sertão.



ILUSTRAÇÃO 2: Paraíba. Área de atuação do grupo de cangaceiros liderado por Antônio Silvino.

Nesse sentido, o *corpus* documental pesquisado fornece indícios suficientes que corroboram com a hipótese acima sugerida, por exemplo: enquanto as notícias dos jornais davam conta do paradeiro do grupo de Antônio Silvino, quando informavam acerca dos lugares visitados/atacados pelo cangaceiro, os poetas populares, a exemplo de Francisco das Chagas Batista (em *A política de Antônio Silvino; Antônio Silvino: vida, crimes e julgamento*), Manoel Camilo (em *Antônio Silvino*) e Leandro Gomes de Barros (em *A ira e a vida de Antônio Silvino; O leão na jaula: Antônio Silvino*), entre tantos outros, apontam para as possíveis localidades que foram freqüentadas/dominadas por Silvino:

Nos brejos eu tenho Areia,
Lagoa Grande, Cuité,
Serraria, Alagoinha,
Pirpirituba, Sapé
Canafistula, Mulungú,
Gurinhem e São José.

Mamanguape, Cachoeira,
Páo-Ferro, Araçagy
Boa Esperança, Matinhas
Serra Redonda Cuaty
Lagôa Nova, Pocinhos,
e o velho Cariry.

Campina Grande, Fagundes
Ingá, São Sebastião,
Itabayana, Mogeiro,
Bacamarte ou Riachão,
Alagoa do Remigio,
Soledade e Batalhão.

Desterro, Teixeira, Patos,
Rio do Peixe, Pombal
Souza, São José, Cajazeiras,
e em resumo afinal
só não é meu no Estado,
o Forum da Capital. (*O testamento de Antônio Silvino*. Antônio Baptista Guedes)

Portanto, nesses espaços é possível observar que os diversos problemas (desigualdades sociais, má distribuição da renda, concentração fundiária, politicagem, secas, etc.) enfrentados pelos grupos subalternos, à época do surgimento dos grupos independentes de cangaceiros, estavam relacionados, geralmente, às questões de cunho econômico e à estrutura agrária marcada tão fortemente pelas relações de mandonismo e coronelismo que eram regidas pelos detentores do poder.

É sabido que desde a colonização brasileira, nossa estrutura fundiária esteve caracterizada predominantemente pela grande propriedade, iniciada com as sesmarias

concedidas aos donatários e prolongadas aos grandes latifúndios voltados à monocultura, com grande abundância de terras nas mãos de poucas pessoas.

No Brasil colonial e imperial, por exemplo, os grandes engenhos de açúcar eram compreendidos por edificações, aparelhos e máquinas que, em etapas sucessivas, espremiam a cana, engrossavam e solidificavam o caldo, secavam e purificavam o açúcar para depois acondicioná-lo em caixas e comercializá-lo. Do engenho tradicional fazia parte a "casa da moenda", onde a cana era espremida, a "casa da fornalha", onde ficavam os tachos de cozimento que, por evaporação, transformavam o caldo de cana em produto sólido, e a "casa de purgar", onde se completava o processo de purificação e deixava o produto pronto para ser embalado (FREYRE, 1961).

Além dessa estrutura para a produção do artigo base para exportação, existia uma variedade de culturas agrícolas como milho, feijão, mandioca, batata doce, legumes, entre outros, que eram produzidas por escravos e por moradores sitiantes dos próprios engenhos, que arrendavam a terra aos senhores e pagavam o foro, geralmente com parte do que era produzido e/ou vendido nas feiras livres das cidades. Apesar de a historiografia vir questionando certa noção de auto-suficiência dos antigos engenhos, por muito tempo acreditou-se que ele constituía um organismo completo:

Tinha capela onde se rezavam as missas. Tinha escola de primeiras letras, onde o padre-mestre desasnava meninos. A alimentação diária dos moradores, e aquela com que se recebiam os hóspedes, frequentemente agasalhados, procedia das plantações, das criações, da caça, da pesca proporcionadas no próprio lugar. (HOLANDA, 1995, p. 80)

Parecia que nos domínios rurais, escravos ou não, todos estavam subordinados ao proprietário de terras ou que a autoridade do senhor de engenho não sofria contestações e seu poder econômico se refletia na política e na vida social de modo que todo o funcionamento da localidade sob sua autoridade se fazia consoante sua vontade, sem nenhuma distinção e muitas vezes de forma caprichosa e despótica. Como o próprio nome sugere, essas características são típicas do mandonismo: relações que dizem respeito à existência local de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder, as quais são produzidas a partir da república e apresentam certo grau de sofisticação, onde

o mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política. (CARVALHO, 1997)

Com a passagem do período colonial para o imperial essa estrutura permaneceu, porém os grandes proprietários passaram a controlar a política nacional devido o poder que a eles foram concedidos por motivo da grande riqueza acumulada, ou seja, a posse de grandes quantidades de terra: os latifúndios. O mando e o poder deslocam-se do privado para o público, quer dizer, eles deixam de controlar apenas o que é seu para controlar a sociedade através das câmeras locais, estaduais e até federais, ultrapassando deste modo a esfera local e chegando à nacional.

Na Monarquia, eram ainda os fazendeiros escravocratas e seus filhos, estes educados nas profissões liberais, quem monopolizavam a política, elegendo-se ou fazendo eleger seus candidatos, dominando os parlamentos, os ministérios e, em geral, todas as posições de mando, fundando a estabilidade das instituições nesse “incontestado” domínio (HOLANDA, 1995, p. 73).

Ao controlarem a política nacional, os grandes fazendeiros passam a agir dentro de uma concepção que, na primeira metade do século XIX, ficou conhecida como coronelismo⁷. O termo “coronel”, entretanto, remonta à criação da Guarda Nacional, em 1831, pelo governo imperial, em substituição às milícias e ordenanças, com o objetivo de defender a constituição e a integridade do Império. Todavia, como seus quadros eram nomeados pelo governo central ou pelos presidentes de província, o tráfico de influências e a corrupção política logo dominaram o sistema. A patente de coronel era concedida de preferência aos senhores de terras, que assim adquiriam autoridade para impor a ordem sobre o povo e os escravos. Contudo, sem nenhum controle central, os coronéis não davam conta da dimensão territorial que a eles cabiam administrar, fato que os levavam a cometer excessos e abuso de poder, mas, apesar de tudo, eram defendidos por um partido.

Assim, o coronelismo surge da junção de fatos políticos e econômicos dada pela alteração das relações de força entre proprietários rurais e o governo. A decadência econômica enfraqueceu o poder político dos coronéis em face de seus dependentes rivais. Segundo Carvalho (1997), “a manutenção desse poder passava, então, a exigir a presença do Estado, que expandia sua influência na proporção em que diminuía a dos donos de terra”.

⁷ Diferentemente do mandonismo e do coronelismo, o termo clientelismo indica um tipo de relação ocorrida entre agentes políticos e que engloba uma “concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto.” São relações que existem independentemente da presença ou participação do coronel, podendo ocorrer entre governos, ou políticos, e setores pobres da população. Porém, no caso específico de nossa análise, é indubitável que ele tenha se dado de forma constante durante o coronelismo. (Ver CARVALHO, Op. Cit.)

O termo “coronelismo” foi criado, portanto, para designar certos hábitos políticos e sociais próprios do meio rural brasileiro, onde os grandes proprietários rurais, ditos coronéis, exerciam determinado domínio sobre as pessoas que viviam em suas terras ou delas dependiam para sobreviver. A sujeição, adoração ou medo que tinham dos seus “senhores” era tal que, no mais das vezes, as resistências dos camponeses frente ao quadro de miséria e sofrimento pelo qual passavam se davam silenciosamente e imperceptíveis, de modo oculto, a exemplo das migrações. Todavia, em alguns momentos se indignavam com a situação e intentavam uma resistência mais exaltada, através da violência individualizada ou mesmo em pequenos grupos armados, como o próprio cangaço.

Além do mais, ao pensarmos nas resistências de homens e mulheres pobres, camponeses ou cidadãos, devemos levar em consideração o contexto sócio, econômico e político dos diversos grupos sociais e das relações que se estabeleciam entre eles num certo momento. Segundo Monteiro (1981), a concentração de terras nas mãos dos mais abastados dividia a população em dois grupos: de um lado, os proprietários ou arrendatários de terras; e do outro, o grande contingente de trabalhadores que, quando não estavam na condição de moradores, ficavam andando de propriedade em propriedade a procura de algum serviço que lhes possibilitasse a sobrevivência. Essa grande quantidade de desempregados acarretava a desvalorização da mão-de-obra e, conseqüentemente, intensificava a crise e as precárias condições de vida, levando os homens a enfrentarem a vida como jagunços ou cangaceiros.

Em se tratando do meio rural nordestino, o coronel “todo poderoso” estava no centro de convergências das lutas sociais e políticas, traçando o direcionamento de suas relações. Em conseqüência dos poderes econômicos, jurídicos e políticos que ele assegurava em detrimento da posse da terra, passava a influenciar, inclusive, nos parâmetros da vida religiosa, controlando o vigário local. “Os coronéis não cedem na sua autoridade e agem como se fossem o poder maior”, como de fato eram, “descaracterizando o poder público na sua área de influência, desmoralizando a justiça e oprimindo desapidadamente os que estão na sua dependência” (MONTEIRO, 1981, p. 16-17).

Do lado oposto e mantendo incomensurável distância dos coronéis estavam os populares. Caracterizados pela heterogeneidade em termos sócio e econômicos, formavam a grande maioria da população, eram eles pequenos arrendatários/proprietários, moradores e outros de profissões diversas que estavam aptos a exercerem qualquer tipo de atividade.

Suas condições de vida e trabalho eram precárias. Como moradores ou agregados de uma grande propriedade, habitavam por favor nas terras do senhor, numa situação instável, podendo a qualquer momento ser expulsos, perdendo as benfeitorias e, inclusive, a “roça”. Não tinham a necessária liberdade para decidir suas vidas e

mesmo a contragosto eram convocados, não podendo se recusar, para realizar tarefas nada legais sob o mando arbitrário do coronel. Se não eram moradores, constituíam-se em força de trabalho disponível conforme as necessidades dos proprietários. O fato de serem trabalhadores eventuais, geralmente convocados nas épocas de plantio ou colheita, sob ínfimas condições de pagamento, fazia dessa gente uma população sofrida, subnutrida e mendicante, muitas vezes migrando de paróquia para paróquia, à procura de trabalho e alimentos (Idem, p. 19).

É sabido que após as leis contra o tráfico negreiro, os proprietários de terras tiveram mais dificuldades de contratar trabalhadores rurais, especialmente por causa das condições exploratórias que eram impostas. Em fins da década de 1850, os fazendeiros clamaram às autoridades pela adoção de medidas que obrigassem os homens pobres e livres a trabalhar em suas propriedades e, no geral, eles não eram cobertos pela lei ou pelo menos a lei não os favorecia.

Não recebiam proteção dela, pois, no seu vasto mundo, os coronéis eram a lei suprema. Os julgamentos e decisões dos juizes, as resoluções das Câmaras Municipais, as ações da polícia, etc., tudo se colocava sob o arbítrio daqueles *landlords*. Não havia recurso diante de seu autoritarismo, a não ser abandonar a terra, acomodar-se, ou então transformar-se em bandido. (Idem, p. 20-21)

De modo geral, podemos pensar que as relações sociais estabelecidas a partir do mandonismo ligado ao poder dos coronéis e grandes proprietários de terra não eram peculiaridades da região norte, pois elas também ocorriam nas regiões cafeeicultoras do centro-sul do país, uma vez que os fazendeiros passaram a cobrar incentivos das autoridades públicas para se aumentar as imigrações europeias, mas apesar desse fato e da mão-de-obra ser mais qualificada no que diz respeito ao trato com a terra, os europeus que para cá rumaram não tiveram vida fácil. As precárias condições sociais impostas aos imigrantes não se diferenciava muito da que tinha a grande parte população pobre do norte ou mesmo dos escravos e ex-escravos. Segundo Andrade (1991), desde o transporte até chegarem aos engenhos, suas condições físicas e sociais eram precárias: vinham amontoados na proa dos navios e ao chegarem aos sórdidos portos, muitos já contagiados pela febre amarela, eram logo embarcados nos trens de carga, onde faziam suas necessidades nos mesmos vagões em que eram transportados, parecendo mais animais que gente; e das estações às senzalas, de onde estavam saindo o escravo, o transporte era feito através de carros de bois guiados por negros. Chegando ao destino, se subordinavam ao poder do senhor, ante o olhar vigilante de feitores armados.

A respeito das reações às péssimas condições sociais, no caso do Nordeste brasileiro, o cangaço foi visto pelos populares como uma das alternativas de resistência às condições subumanas pelas quais se encontravam. Se em suas atitudes e práticas parecia não havia uma

consciência política, no sentido estrito do termo, o acúmulo de experiências adquiridas nas revoltas, em especial durante os longos anos no banditismo social, nos levam a pensar no desenvolvimento da própria história política daqueles homens. Segundo Thompson (2008), as revoltas ocorridas em detrimento da fome não requeriam um alto nível de organização. Para ele, o motim da fome “requeria um consenso de apoio na comunidade e um padrão de ação herdado com seus próprios objetivos e limites”. Partindo do pressuposto, o historiador questiona: “teria [o motim] continuado a existir durante tantos anos [...] se repetidamente tivesse deixado de atingir os seus objetivos [...]?” (THOMPSON, 2008, p. 186). Apesar da complexidade da questão sugerida, seria válido comparar o caso inglês com o cangaço? Se a resposta for afirmativa, teria o cangaço existido durante tanto tempo se seus objetivos, sejam eles quais forem, não estivessem sido alcançados e se, do mesmo modo, não tivessem o apoio de grande parte da população?

Na visão de Monteiro (1981, p. 21), “optar pelo banditismo significava a solução extrema diante da penúria e de certa forma a ‘liberdade’, se bem que em termos individuais”. Todavia, apesar dos crimes que cometiam, aqueles homens eram admirados e vistos como heróis por parte da população, com a qual estabeleciam uma rede de solidariedades. A acentuada degradação das condições sociais consolidava a violência como um meio de relação natural entre os populares de modo que, uma vez no cangaço, “a audácia e independência ante o coronel transformavam-nos em exemplos vivos de saída possível” (Idem). Além disso, diversos outros fatores contribuíram para aliviar as tensões, entre eles podemos citar as migrações de grandes levas de nordestinos para outras regiões (litoral, Amazônia e Sul do país). Assim sendo, entendemos que quando o Nordeste passava por períodos de secas mais críticas, a exemplo do que ocorreu no século XIX, os grupos mais pobres “não se limitaram a esperar pacificamente pela solução de seus problemas. Reagiram a seu modo, a curto ou a longo prazo” (Idem, p. 13). Os que não migravam para outras regiões à procura de melhores condições, entravam para a vida do crime, fortalecendo o banditismo que se alargava para as diversas áreas dos Sertões, sem falar nos sediciosos, ditos indisciplinados, que se rebelavam diretamente contra seus exploradores, furtando dinheiro, alimentos, animais, roupas, entre outros objetos de uso pessoal e arrombando e roubando estabelecimentos comerciais e fazendas⁸.

⁸ A partir das pesquisas realizadas no arquivo do 1º Tribunal do Júri do Fórum Afonso Campos, pudemos observar que, em se tratando da cidade de Campina Grande e Região, em fins do século XIX e início do XX, os crimes de furtos e roubos estão entre os mais recorrentes (sendo 84 de furtos de animais e 33 de furtos e roubos em geral), ficando estes atrás, apenas, dos crimes de ferimentos, agressão física, lesão corporal e homicídios, os quais totalizam 162. No que tange aos furtos de animais, especialmente de cavalos, verifica-se que muitos destes

Em alguns momentos os conflitos ocorreram de forma mais calorosa e as resistências foram empreendidas, normalmente em momentos de carestia, pela pequena classe média composta por artesãos, profissionais liberais e pelo clero, influenciados pelas idéias de justiça social. Nesse sentido, vemos emergir no Nordeste duas insurreições de contestação social: o “Ronco da abelha”, ocorrido entre 1851 e 1852, e o “Quebra-quilos”, de 1874 a 1875. Segundo Monteiro, durante esses movimentos, os mais pobres

saíram em campo lutando contra seus opressores ou aqueles que identificaram como tais. Atacaram as fazendas na revolta de 1851-52 e, entre outros, as Câmaras Municipais e Coletorias na de 1874-75. Em ambas, com o mesmo pavor de serem escravizados, pois foi assim que entenderam (ou foram induzidos a tal) os decretos inovadores do registro civil, do sistema métrico decimal e da nova lei do recrutamento militar. Esta atitude serve para demonstrar o quanto de contas tinham a ajustar com seus “senhores”. Demonstra, outrossim, que possuíam certa consciência da miserabilidade, dependência e opressão em que viviam e não achavam estranha a possibilidade de virem a ser escravizados. (Idem, p. 21-22)

Ao lançar mão de dados quantitativos e “levando em consideração os relatórios e falas de presidentes das províncias, chefes de polícia e de correspondências com o Ministério da Justiça”, Monteiro (apud Oliveira, 2005, p. 126) identificou cerca de 507 conflitos no Nordeste (com grupos com mais de dez pessoas) classificados como “banditismo, revoltas, coronelismo, recrutamento, eleições, motins urbanos, escravos”. A informação nos faz refletir acerca das resistências populares, ocorridas cotidianamente e fundadas numa noção legitimadora que, no caso específico do Nordeste, dizia respeito aos usos da terra pelos homens do campo, à manutenção de seus códigos de moral e honra e à defesa de seus direitos e costumes tradicionais perante a lei e a sociedade.

Mais a diante, durante o período republicano, os intelectuais da imprensa local, em especial aqueles ligados à Igreja Católica, não cessavam de lançar suas críticas aos governantes em face da falta de preceitos morais e éticos para com as sociedades nordestinas, as quais passavam por grande flagelo.

O que é certo é que, até agora, depois do 15 de Novembro transacto, uma só idéia domina os espíritos e os desalenta, inculcando-lhes, o funesto presentimento de que ficaremos nesta *pasmaceira* por muitos annos; os interesses moraes são postos a margem, as idéias se enfraquecem, as crenças empallidecem e os costumes seguem o caminho da perversão. (*A Imprensa*. 26 de Fevereiro de 1899)

crimes ocorriam com fins lucrativos, devido ao alto preço do animal, pois os transportes de pessoas, cargas e alimentos eram realizados nos lombos dos mesmos. Já os furtos aos estabelecimentos comerciais aconteciam por ser nesses locais onde se encontravam, mais facilmente, dinheiro e mercadorias que podiam ser consumidas e/ou trocadas por outros produtos (OLIVEIRA; ARANHA, 2007, 394).

Dando continuidade à matéria, a qual, aliás, tem como título “Situação do Paiz”, o articulista não cessa de apontar as dificuldades que oprimem o paraibano. Sabendo-se que a política deveria ser praticada em benefício do povo, o que se percebe é o uso da máquina do Estado em favor dos que a controlam.

Os espíritos se acham divididos no turbilhão dos sonhos políticos, e nas oscilações do futuro se arrojam ao barathro do desespero! O ostracismo em que são lançados os interesses vitais de um povo, o menosprezo que lhe impõe a vontade do mais forte – *sios colo sic jubeo* – abrem par a par a porta larga por onde se enveredam, em demanda do precipício, a melhor vontade e as mais fortes energias. Já estamos cansados e os nossos esforços são frustrados reclamando as atenções do Governo Central para aquelles que se estorcem nas agonias da necessidade. As sumptuosidades, a vida principesca, o fausto e os altos interesses da política pessoal fazem esquecer os gemidos do pobre e as lagrimas do infeliz! (Idem)

Nesse contexto, podemos perceber em estudos sobre esse período que o cangaço aparece, então, como uma organização de alguns revoltosos que oferecia alguma resistência. Porém, esse fenômeno só atingia a elite fundiária de forma indireta. De todo modo, o domínio dos fazendeiros-coronéis fazia com que eles usassem e abusassem de seus poderes, chegando até a decidirem sobre a vida e a morte daqueles que estivessem sob sua autoridade. Esse mesmo poder opressor também era estrategicamente utilizado no campo político.

Num ambiente em que as lutas políticas eram bastante acirradas entre parentelas locais, como não abusar dos poderes que possuíam para conquistar o que desejavam? Como não tentar intimidar o “inimigo” com atos de terrorismos e ameaças de todos os tipos? Valia tudo para se ganhar uma eleição. Durante a República, opressões aos populares e emboscadas para eliminar adversários políticos eram comuns no Nordeste brasileiro. Frente essa situação, os pobres, em especial, não reagiam abertamente, por meio do confronto, pelo menos de forma coletiva e organizada: dependiam dos poderosos e neles buscavam proteção em momentos de crise política ou econômica. Nesse caso, não poderíamos pensar que os populares se colocavam na qualidade de coitados para estabelecer alguma resistência?

Além de toda essa conjuntura, havia e ainda há no Nordeste características múltiplas e distintas de uma região para outra e que formam um grande caleidoscópio, no qual as transformações sazonais parecem atingir as relações sócio-culturais. Os articulistas e cronistas que escreviam para a imprensa paraibana dedicaram parte do espaço que lhes era destinado nos jornais para retratarem paisagens e tecerem notas acerca das regiões mais interioranas do Estado, em especial as áreas sertanejas. A cultura, a sociedade e os longos períodos de estiagem descritos por esses intelectuais constituem um mosaico que, em sua complexidade, se torna bastante representativo do período em que emergiu o grupo de Silvino.

2.1 Paisagens e “perfis sertanejos”

“A terra desnuda armazena os ardores das soalheiras” e absorve os raios caloríficos de Phebo e reflecte-os numa diffusão completa, “num reverberar offuscante”. O vento sopra rijo e calido como o Ciroco do Sahara: são baforadas dum monstruoso animal. Columns ascensionaes de ares adustos elevam-se ás alturas, bronzeando, em suas passagens, as faces dos viajantes daquellas regiões.

(*A Imprensa*, 06 de Fevereiro de 1913)

Ao pensarmos num conceito para a região que ora conhecemos como o Nordeste do Brasil, o fazemos de forma múltipla e dinâmica, onde diversos elementos geográficos, políticos, econômicos, sociais e culturais se misturam e se reconstituem através do tempo, criando um mosaico vivo e repleto de rachaduras, de conflitos. Não é possível pensar esse espaço de modo homogêneo, como se todos os Estados, as micro-regiões que lhe compõem e seus habitantes compartilhassem dos mesmos aspectos, da mesma cultura. O Nordeste não é apenas a região mais pobre do país, onde as secas periódicas castigam o solo, a agricultura, os animais, os homens; tampouco é somente a área onde, desde o período colonial, chama a atenção dos governos em momentos de crise. Segundo Manuel Correia de Andrade, em seu livro já clássico *A terra e o homem do Nordeste*, esta região também se apresenta

ora como área dos grandes canaviais que enriquecem meia dúzia em detrimento da maioria da população; ora como área essencialmente subdesenvolvida devido à baixa renda *per capita* dos seus habitantes ou, então, como a região das revoluções libertárias. (ANDRADE, 1986, p. 22)

Além disso, é uma região onde o desenvolvimento urbano, técnico e científico se fez presente, nas cidades litorâneas, como Recife, Natal e Fortaleza, ou mesmo do interior, a exemplo de Campina Grande, na Paraíba, que tem um parque tecnológico onde se desenvolve projetos de última geração ligados ao campo da informática e do beneficiamento do algodão colorido, entre outros; onde as pessoas são hospitaleiras, bonitas, alegres e trabalhadoras; onde se promove diversas festas com tradições culturais distintas umas das outras, como o *axé* na Bahia, o *frevo* em Pernambuco e o *forró* na Paraíba. Mas, por outro lado e como qualquer região do país ou do mundo, também tem suas adversidades: a pobreza, a fome, a falta de assistência médico-hospitalar, o descaso com a educação e com os meios de transportes. Enfim, é uma região que deve ser olhada por sua pluralidade.

Portanto, em suas condições naturais e diversificações regionais, o Nordeste múltiplo e colorido se caracteriza, como qualquer área geográfica, pela influência de vários fatores,

“entre os quais, sobressaem-se os domínios físicos – estrutura geológica, relevo, clima e hidrografia –, o meio biológico – vegetação e fauna – e a organização dada ao espaço pelo homem” (Idem, p. 24). Dos fatores naturais, o clima é o que mais se destaca e o que mais preocupa o homem do Nordeste, por meio do índice pluviométrico. Todavia, isso também não deve ser entendido de forma global, totalizante, homogêneo. As análises e caracterizações perpetradas por Manoel Correia de Andrade, acerca das quatro micro-regiões que formam o Nordeste (Zona da Mata, Agreste, Sertão e Meio Norte), nos convida a refletir sobre essa região com olhares também variados, pois em cada uma delas vemos emergir um novo nordeste de contradições.

Distinguir-se desde o tempo colonial a “Zona da Mata”, com o seu clima quente e úmido e duas estações bem definidas – uma chuvosa e outra seca –, do Sertão, também quente, porém, seco, e não só seco, como sujeito, desde a época colonial, a secas periódicas que matam a vegetação, destroçam os animais e forçam os homens à migração. Entre uma área e outra se firma uma zona de transição, com trechos quase tão úmidos como o da Mata e outros tão secos como o do Sertão, alternando-se constantemente e a pequena distância, que o povo chamou de Agreste. Daí dessa diversidade climática surgiria a dualidade consagrada pelos nordestinos e expressa no período colonial em dois sistemas de exploração agrária diversos, que se complementam economicamente, mas que política e socialmente se contrapõem: o Nordeste da cana-de-açúcar e o Nordeste do gado, observando-se entre um e outro, hoje, o Nordeste da pequena propriedade e da policultura e, ao Oeste, o Meio-Norte, ainda extrativista e pecuarista. (ANDRADE, Op. Cit., p. 25)

Para entendermos tal multiplicidade, faz-se relevante uma breve apresentação de cada uma dessas micro-regiões. O Meio Norte compreende uma enorme área que se estende do Piauí ao Maranhão, na qual os cerrados são dominantes nas chapadas e interflúvios e a floresta de cocais prevalecem nas baixadas e nas várzeas. Não foi verificada a presença de cangaceiros nessa região.

A região da Mata e do Litoral Oriental é considerada como sendo a mais importante do Nordeste, por nela se concentrar a maior parte da população e por suas atividades econômicas estarem ligadas à indústria – concentradas nos parques industriais – e à agricultura, à qual é desenvolvida em larga escala através da *plantation*. Andrade (1986) informa que a natureza exuberante da Zona da Mata induziu o homem, no momento da colonização, a derrubar a mata, drenar as várzeas encharcadas e construir casas, canaviais e engenhos, fato que impulsionou a economia local e, conseqüentemente, promoveu certo desenvolvimento urbano.

A zona do Agreste, por sua vez, caracteriza-se pela diversidade e organização de espaço, baseado na agricultura. Algumas áreas são classificadas como agrestinas (a exemplo do que ocorre nos municípios de Bom Jardim e Orobó, em Pernambuco) em detrimento mais

ao tipo de ocupação e do uso das terras do que das condições naturais propriamente ditas; noutras, surgem os Brejos, com condições de umidade e pluviometria idênticas às da Zona da Mata. Deste modo, as inúmeras paisagens que se apresentam em curtas distâncias, sintetizam ou se aproximam das condições encontradas em todo o Nordeste, com umas áreas muito secas e outras muito úmidas. Entretanto, a falta de água é constante, tornando-se o mais sério problema enfrentado pela população desta zona, embora não a atinja em proporções tão acentuadas como ocorre no Sertão (ANDRADE, op. cit., p. 38), por isso os fazendeiros tratam de construir açudes, barreiros, tanques e cacimbas, a fim de que o gado possa permanecer, no verão, durante o maior tempo possível em suas propriedades (Idem, p. 37). Assim como a variedade do clima e da geografia, sua cultura é bem diversificada. Nesta zona, podemos encontrar a pecuária de corte, com gado de boa qualidade e pastagens cultivadas; usinas de açúcar; sítios que se dedicam à produção de fumo, batata-inglesa, mandioca, banana e frutas, entre outras (Idem, p. 34).

Embora sendo uma região outrora colonizada por criadores de gado, é o Agreste, hoje, mais agrícola que pecuarista. Ao contrário da região da Mata, é policultor e produz geralmente visando ao abastecimento do mercado interno, enquanto aquela é monocultora e preocupa-se, sobretudo, com produtos de exportação – o açúcar, o cacau e o fumo. Distingui-se também do Sertão, pela grande densidade demográfica, pela grande importância da agricultura e porque a pecuária aí, apesar de não ser a atividade econômica dominante, é feita em padrões superiores aos do Sertão [...]. Também a maior proximidade das grandes cidades nordestinas, valorizando as terras e facilitando o escoamento da produção, torna possível a criação do gado leiteiro e a engorda do gado de carne com arraçoamento à base de palma. (ANDRADE, Op. Cit., p. 36).

Das quatro micro-regiões do Nordeste, o Sertão, juntamente com o Litoral Setentrional, são as áreas mais extensas, ocupando, aproximadamente, pouco mais da metade de seu território. Com um clima quente e seco, suas temperaturas médias anuais são de 25°C – variando de uma estação à outra – e com baixa amplitude térmica anual, menos que 5°C, o que é característico das regiões de baixa latitude. O período de chuvas é compreendido de duas estações bem definidas: uma chuvosa, compreendendo os meses de verão e de outono, e outra seca, que se estende pelos meses correspondentes ao inverno e à primavera.

Assim, o sertanejo, providente, guarda para os meses do estio parte dos alimentos que adquire durante a estação chuvosa e recorre como alimentação suplementar para o gado ao restolho das culturas do milho e do algodão, sobretudo, assim como utiliza também as cactáceas nativas – o mandacaru, o facheiro, o xiquexique e a macambira, na alimentação de animais. [...] O sertanejo está sempre preocupado com a possibilidade de uma seca, já que desde os tempos coloniais ela se vem repetindo, com maior ou menor intensidade, mas com periodicidade impressionante. (ANDRADE, Op. Cit., p. 45)

Seguindo a trilha rumo aos sertões paraibanos, portanto, nos deparamos com paisagens, culturas e sociedades múltiplas, mas que parecem formar um tipo bem característico, assim como se percebe em todos os contextos da realidade brasileira. Os inúmeros artigos e crônicas jornalísticas do período em estudo, especialmente acerca da geografia, do clima e dos traços etnográficos das comunidades interioranas, nos levam a pensar em realidades também diversas, mas que contribuíram para o desenvolvimento ou a intensificação das relações com os grupos de cangaceiros.

Nesse sentido, refletindo sobre as “notas sertanejas”, escritas por João de Almeida, no *Correio da Serra*, em 1910, observamos que quem viajava pelo interior dos Estados do Nordeste e buscava analisar, de forma detalhada, os hábitos e manifestações culturais das populações, a despeito da identidade de raça e de língua, normalmente percebia não só na etnografia, mas também na geografia e nas condições climáticas uma diferença muito sensível de um Estado para outro.

Nas regiões centrais da Paraíba, como de outros Estados do Nordeste, a topografia apresenta aspectos particulares: cheios de tabuleiros e cortadas por serras pedregosas, onde viviam onças e macacos. Na tentativa de explicar o processo de formação geológica dessa região, um articulista do jornal *A Imprensa*, na edição de 06 de fevereiro de 1913, afirma que em parte deste terreno, elevado pela cordilheira da Borborema, a terra foi se constituindo pela continuada condensação de seu arcabouço externo e se transformou em abobadas colossais.

Pelo pezo enorme que sustentava e pela ausência de espessura ainda suficiente vinha a desabar, sobrepondo-se uma parte a outra, dando dest’arte origem ás montanhas com suas cordilheiras e suas implicadas ramificações. Segundo esse processo, o aspecto topographico do alto sertão traduz-nos uma mesma edade para elle e para a parte que se lhe sobrepõe, a qual constitue o baixo sertão. A topographia das Espinharas até o Rio do Peixe, salvo poucas excepções, é quase a mesma do Cariry Velho, estando somente a 300 metros abaixo do seo nível. (*A Imprensa*, 06 de fevereiro de 1913).

Em toda essa área o terreno é geralmente pedregoso, cheio de quartzito e apresenta elevações de natureza granítica. No entanto, tirando os numerosos relevos da terra, o restante é uma grande planície que, no período de chuvas, é cortada por correntes de grande curso e volume, a exemplo dos Rios Espinharas, na cidade de Patos; do Rio das Piranhas, em Pombal; e nas cidades de Souza e em S. João, o Rio do Peixe.

Ao caracterizar parte da flora e dos cursos dos rios sertanejos, vemos que entre um e outro há uma ligação que contribui para o desenvolvimento econômico da região. Assim, é possível observarmos que os rios que passavam parte do ano seco, hodiernamente tornaram-se

perenes com a intervenção do homem, isto é, com a construção de grandes açudes e/ou barragens nos altos cursos.

Várzeas que têm, às vezes, uma dezena de quilômetros de largura, com depressões transformadas em lagoas por ocasião das enchentes dos rios e que estão cobertas por verdadeiras matas-galerias de carnaubeiras. [...] Passava grande parte do ano inteiramente seco, mas hoje, com a construção de grandes açudes nos altos cursos, acha-se perenizado e, no esteio, um filete d'água está sempre presente no leito. Acima deste, 4 a 5 metros, está a várzea coberta de carnaubais, com os espaços em claro ocupados por habitações ou por roçados de algodão, de milho, de sorgo e de outras culturas de subsistência. Em alguns trechos, a divisão da propriedade em lotes estreitos e compridos, partindo da margem do rio e dirigindo-se até a caatinga, com alguns metros de frente [...] por vários quilômetros de fundo, transforma a estrada em verdadeira “rua”, quase em povoação. (ANDRADE, Op. Cit., p. 40, grifo nosso)

No que diz respeito à vegetação do Sertão, com exceção a região das planícies que se desdobram entre Pombal e Souza – as quais são cobertas por variadas plantas da família das palmeiras, como as carnaúbas; o matagal que acompanha as voltas das correntes e as oiticicas, as craibeiras e os joazeiros que dominam a flora ribeirinha – o restante não é nada atraente. Com predominância dos cactos, está sempre mirrada pelos grandes períodos de estiagem e pelos ardentes raios de sol.

Os habitantes dessas regiões foram denominados, dentre outros termos, de “filhos da luz”. O termo encontra-se nos textos de João de Almeida, publicados na imprensa local, e faz referência à proximidade dessa região com a linha do Equador: lugar onde o calor é mais intenso, asfixiante. Lá o sol brilha na maior parte do tempo, “como se fossemos a última paragem dos trópicos” (*Correio da Serra*, 29 de Janeiro de 1910). Outrossim, essas condições climáticas iluminaram autores como Frederico Pernambucano de Mello a pensarem os cangaceiros como verdadeiros guerreiros que, sob o sol intenso, digladiaram-se cotidianamente pela sobrevivência: o título *Guerreiros do Sol* por si só é bastante revelador.

Como se essas condições já não fossem empecilhos suficientes para uma boa qualidade de vida, as secas periódicas vêm para agravar as condições sócio-econômicas dos sertanejos: escassez de alimentos, carestia, fome e dependência aos fazendeiros e grandes proprietários de terras são fatores do flagelo sofrido pelas inúmeras famílias, de moradores e/ou agregados. Em carta endereçada ao Jornal *A Imprensa*, em setembro de 1898, o padre de Santa Luzia do Sabugy, Jovino da Costa Machado, relata a situação daquelas localidades e sugere soluções para, junto com as autoridades competentes, produtores e comerciantes, tentarem minorar o sofrimento ocasionado pela seca daquele ano.

Os produtos base da dieta dos sertanejos, em 1898, ficaram escassos e, conseqüentemente, os preços haviam aumentado. Na feira da Vila de Santa Luzia do Sabugy, por exemplo, os valores e as condições dos gêneros alimentícios eram a seguinte:

Feijão de corda, carcomido pelo gorgulho – 10 litros á razão de 6:000⁹; e o de arrancar, novo – 8:000; farinha de má qualidade – 4:000; milho da presente safra vindo dos brejos – 4:600; sal, 3:500; rapaduras – de Cariry 600 – e do brejo 300 – carne secca, procedente de Pombal e Souza – 1 Kilo 1:200; tudo “supra” escassissimo, já neste mez de Setembro! (*A Imprensa*, 2 de Outubro de 1898).

Segundo o mesmo jornal, a alta dos preços, de fato, era reflexo da difícil situação pela qual passara a região naquele ano. Quem conhecia o sertão ou dele tinha idéia, sabia que em outros tempos feijão, milho, farinha e arroz eram vendidos por 400 e 500 réis, a cuia¹⁰, e carne, principalmente de ovelhas e cabras não tinha quase preço, porque muitos praticavam a pecuária. Entretanto, nessa crise o povo pobre tudo ia arrancando, sem trabalho, sem dinheiro, sem ter mais o que vender. Para complicar mais ainda esse quadro, os mais abastados rivalizavam com os menos favorecidos por carência de viveres e falta de dinheiro. Achando-se todos cercados por grandes necessidades, era necessário que o governo envidasse meios para sanar a crise. Nesse sentido, o padre Jovino da Costa Machado sugere algumas alternativas: vir, dos Estados que estivessem nas condições de exportar, carregamentos de cereais para os portos vizinhos e dali conduzidos para as localidades por conta do mesmo governo, para serem distribuídos com os válidos mediante trabalhos, e grátis com os inválidos; mandar parte dos socorros em dinheiro para outras precisões dos indigentes e, inclusive, para o andamento das obras públicas (*A Imprensa*, 02 de Outubro de 1898). Além disso, os comerciantes podiam contribuir enchendo seus armazéns com artigos diversos e revendê-los a preços cômodos, “justos”¹¹, preestabelecidos frente às necessidades da população mais carente.¹²

⁹ A unidade monetária da época era o “Réis”. Portanto, lê-se Seis Mil Reis.

¹⁰ Unidade de medida muito utilizada nos Sertões, equivalente a 10 litros.

¹¹ Em *Costumes em Comum*, ao refletir sobre “A economia moral da multidão inglesa do século XVIII”, Thompson afirma que em tempos de escassez e fome era necessário que os preços dos produtos base da dieta dos ingleses fossem estabelecidos de forma “justa”, ou seja, tendo em vista as dificuldades dos grupos mais pobres. Quando isso não ocorria, os pobres promoviam motins que, segundo eles, tinham uma noção legitimadora capaz de regular os preços: homens e mulheres acreditavam que estavam defendendo seus direitos e costumes tradicionais. Portanto, “tinham uma visão consciente tradicional das normas e obrigações sociais, das funções econômicas peculiares a vários grupos na comunidade” (THOMPSON, 2008, p. 152). Diferente das atitudes adotadas pelos ingleses do século XVIII, os sertanejos nem sempre agiam em grupo. Entretanto, praticavam uma reação oculta, silenciosa, migrando para regiões menos atingidas pelas secas (em busca de trabalho e da própria sobrevivência) ou entrando para o cangaço ou para a polícia (quando esta necessitava de homens que conhecessem a região, para perseguição aos cangaceiros). Uma luta de classes sem classes, mas que aos poucos foi sedimentando essa consciência de classe.

¹² A visão do padre Jovino da Costa Machado é acompanhada pelo articulista João de Almeida, os quais tomam a parte pelo todo nessa questão. Veja: Santa Luzia do Sabugy é um exemplo no Sertão, não é todo o Sertão.

É nesses espaços, portanto, que vive o sertanejo, constituindo, no período em estudo, uma população rural um pouco superior à urbana. Assim sendo, vale salientar as grandes diferenças econômicas entre a população rural, uma vez que há, ao lado de grande massa de trabalhadores rurais assalariados, pequeno número de grandes e médios proprietários com elevado padrão de vida.

Entre uns e outros há ponderável percentagem de pequenos proprietários que, conforme a localização e qualidade das terras que possuem, ora têm um padrão de vida razoável, semelhante ao dos colonos de origem estrangeira do Sul e Sudeste do Brasil, ora mourejam na terra em condições precaríssimas, ora trabalham como assalariados de grande e médios proprietários vizinhos e têm um padrão de vida idêntico ou semelhante ao dos trabalhadores sem terra. (ANDRADE, Op. Cit., p. 49)

Esses trabalhadores pobres formavam, muitas vezes, a grande massa camponesa nordestina que, encontrando no campo condições econômicas insatisfatórias, migravam para o Sul ou para as grandes cidades do Nordeste, especialmente para as capitais,

onde se estabelecem em barracos, mocambos e favelas, passando a formar a grande massa de mendigos e de subempregados – pessoas que vivem de um trabalho avulso e esporádico – que perambulam e congestionam ruas e pontes das grandes cidades nordestinas. (Idem, p. 50)

Essa forma de resistir às imposições dos “senhores da terra” é muito comum em todo o Nordeste. Visando, acima de tudo, a sobrevivência de sua família, saem à procura de melhores condições de vida e de trabalho. Deste modo, o agravante do problema está na estrutura fundiária, ligada à concentração da propriedade e a falta de garantias, de contratos escritos e respeitados, que permitissem maior estabilidade aos pobres que lidam diretamente com a terra.

Ao abordar a questão, Andrade (1986) compreende que a concentração fundiária existente na região resultou do aspecto essencialmente comercial da agricultura nordestina, manifestado desde o início da colonização e que ainda hoje, apesar do leve crescimento da classe média e do mercado interno, reflete em sua industrialização. “Seu domínio se manifesta através da proteção dispensada pelos órgãos governamentais à grande lavoura – à cana-de-açúcar, ao café, ao cacau etc. – e ao completo desprezo às lavouras de subsistência” (Idem, p. 51).

De modo geral e embora a aparente homogeneidade dessa população, não obstante a mescla dos elementos componentes, cujos laços étnicos, a língua e a religião se consolidam, o

Portanto, tratam o sertanejo como um “pobre coitado” a esperar a caridade das autoridades e/ou poderosos da terra, mas o sertanejo também reagia. Há que se considerar que, em muitos lugares, os sertanejos tomaram atitudes; reagiram às adversidades saqueando, migrando e até se aproveitando, esmertamente, das esmolas (o que eles chamavam de socorros) para tirar proveito da situação.

sertanejo tem nas diversas camadas sociais perspectivas variadas, limites divisórios acentuadamente distintos e inconfundíveis. Falando-se do porte físico e até do modo de vestir, andar e se comunicar, foram-lhes feitas representações que os apresentam como sendo um grupo específico de características bem peculiares. Todavia, as atribuições que lhe foram concebidas nem sempre se verifica em todos os homens dessas regiões interioranas.

No *Correio da Serra*, a exemplo de outros jornais de época, encontramos diversos escritos que tentaram retratar alguns lugares do interior do Estado e as pessoas que neles habitam. Os textos eram construídos, no mais das vezes, a partir da experiência dos próprios intelectuais, de suas vivências cotidianas ou das visitas a outras regiões. Em suas “Notas do Sertão”, João de Almeida expressa sua percepção acerca da fisionomia, do comportamento e do modo de vestir dos sertanejos paraibanos:

Rijo, musculoso, cabeça meio achatada, como a do cearense, tem nas sobrelhas inteiriças o característico do atleta atheniense e na inquietitude dos olhos, ligeiramente faiscantes, o agouro do homem inteligente e destimido. Forte pulmão que retumba, como um Stentor, às custumeiras vaqueijadas, ele é um indiscreto falando na expressão do sentir, com seus modos gargalhantes e innocentemente grosseiros, como si o interlocutor não ouvisse e nunca houvesse conveniência no que falasse. As pernas entrançadas, com vértices angulares, apoiando de quando em vez os dedos intronettidos sobre o jarrete, ele, o rústico camponez de chapéo de couro de abas duras, calças largas e pallitot curto, conversa com a gente n’essa despreocupação de vaedade exhalando, de instante, as baforadas de um cigarro de palha de milho. (*Correio da Serra*, 22 de Janeiro de 1910)

Temos a impressão que João de Almeida fez sua descrição a partir de alguém que lhe é próximo, em que se apropria de suas atribuições e as toma como se fossem próprias dos grupos de pessoas que habitavam os sertões ou, por outro lado, buscou criar um indivíduo a partir do amálgama de elementos que podem ser encontrados em vários outros, a exemplo do que fez Mário de Andrade (1978) quando representou o brasileiro com a personagem *Macunaíma* – um ser bastante complexo, composto por características que parecem ser peculiares a todos os brasileiros e que reflete, através das várias metamorfoses sofridas, a nossa multiplicidade física e psicológica. Portanto, João de Almeida elabora uma visão um tanto estereotipada do sertanejo.

Continuando em suas “Notas”, na edição do *Correio da Serra* de 29 de Janeiro de 1910, o articulista distingue, por outro lado, o sertanejo dos brasileiros que habitam em outras regiões do país. Com um olhar a exaltar os traços regionais, ele destaca que o sertanejo é a “representação exata da figura brasileira”, o qual teria mais características do caboclo e do negro do que o “mocinho do reino”, ou seja, o branco que vai, em sua opinião, se “italianizando no sul e aportuguesando nos litorais do norte”. Seja como for, a diversidade

étnica que formou o brasileiro em sua heterogeneidade, faz surgir caracterizações de tipos isolados. Nesse sentido e somado aos aspectos físicos, a religiosidade, a benevolência, a honradez, a dignidade e a valentia, entre outros, contribuem para a composição do quadro.

Na concepção da maioria dos intelectuais e literatos nortistas, à época, o sertanejo sempre se mostrou religioso. Educados, em geral, dentro dos princípios da Igreja Católica, têm fé e acreditam no Deus único, criador de tudo e de todos; nos santos e anjos; nas almas em purgatório; no céu e no inferno; na ressurreição da carne e na vida eterna. Assim como ainda hoje se verifica, assistiam habitualmente a missa, especialmente aos domingos e dias santificados, comungavam e confessavam os pecados no intuito de obterem perdão e a salvação para o espírito, tiravam o chapéu às cruzeiras das margens dos caminhos e acreditavam na manifestação substancial do espírito. Quando não podiam vencer as barreiras materiais, se apegavam ao sobrenatural e suas divindades: Deus, Nossa Senhora, os Santos e Anjos. Quermesses, missas, novenas e orações em grupo eram os rituais mais frequentes para pedirem proteção, chuvas e melhores condições de vida.

Dentro dessa complexidade sócio-cultural apresentada até aqui, podemos perceber aspectos psicológicos também variados. As subjetivações acerca dos sentidos e significados de tranquilidade, de paz, de benevolência e do direito se contrastam com a crescente criminalidade e o banditismo refletido nos grupos de cangaceiros. Nesse sentido, tomando os textos editados nos jornais como base, é visível a oposição que se estabelece entre os discursos de criminalistas e de intelectuais interioranos.

Por mais que os mestres da criminologia nos dêem por uma potencialidade cósmica – lima quente a pecha de homicidas ou criminosos sanguinários, vivemos abrasados em luz nos tempos estivaes e críticos e, tranquilos na nossa casa, não investimos contra a honra e a vida do cidadão. (*Correio da Serra*, 29 de Janeiro de 1910)

É certo que os discursos são propostos a partir das relações de poderes e dos saberes que os legitimam. Todavia, muitos crimes (especialmente homicídios, furtos e roubos) que foram e, hodiernamente, ainda são perpetrados por causa da fome e das precárias condições de vida e frágeis relações sociais entre sertanejos, além da formação de inúmeros grupos de cangaceiros, foram levados em conta pelos criminalistas ao tentarem traçar o perfil daqueles homens. Exceto esses especialistas, boa parte dos letrados que conviviam com os grupos sociais mais pobres viam os sertanejos, de modo geral, por outro ângulo. Para estes, os habitantes dos sertões eram “amigos da paz e também do direito, porque já muito compreendiam o sagrado principio, eram infensos aos movimentos vermelhos quase sempre

partidos – às vezes que os temos – d’essa pretensa megalomania política, eterno desespero do sertanejo potentado” (Idem). Além disso,

Enganam-se manifestamente os que nos fazem em absoluto revolucionários e turbulentos. O sertanejo, muitas vezes, se acastellando á centenas de bacamartes ou homisiando os que, por um determinismo terrestre se fizeram indignos da inteira convivencia social não é que queira dar pasto às apregoadas tendências delictuosas, que não as tem. E o império da vaedade, agindo em toda a sua fúria de grandeza, o frenesi da nomeada, o desejo de império perante a baixa collectividade local. (Idem)

Parece-nos que o articulista se espelha em seu grupo social, de letrados, para esboçar uma visão geral dos sertanejos (homens, mulheres e crianças, pobres ou ricos, que habitavam os sertões do Nordeste brasileiro). Assim, a impressão é que ele busca combater uma visão estereotipada com outra visão estereotipada. E o pior: se coloca no lugar do sertanejo, sem que apareça a diferença entre ele, um sertanejo letrado, e os demais sertanejos.

Deste modo, tendo em vista tal oposição, acreditamos que, em se tratando de grupos sociais, ou mesmo de pessoas isoladas, como no caso do próprio Antônio Silvino, toda e qualquer tentativa de generalização é frustrada. Tomando como exemplo o aspecto da criminalidade aludido acima, podemos afirmar que o crime ocorre em todas as sociedades, independente do grau de desenvolvimento das mesmas, que ele não é exclusividade de um “grupo social específico” que compartilha de “práticas sócio-culturais isoladas” e nem é influenciado pela geografia. Aprofundando melhor a análise, entendemos que os termos “grupo social específico” e “práticas sócio-culturais isoladas” não são mais cabíveis. Nesse sentido, os pensamentos de Pratt (1999) e Burke (2006) referentes aos conceitos de “zona de contato” e “modelo de encontro”, respectivamente, são bastante relevantes para o entendimento da questão.

O termo “zona de contato” é utilizado por Mary Louise Pratt como sinônimo de “fronteira colonial”, ou seja, “é uma tentativa de invocar a presença espacial e temporal conjunta de sujeitos anteriormente separados por discontinuidades históricas e geográficas cujas trajetórias agora se cruzam” (PRATT, Op. Cit., p. 32). É entender como os sujeitos são constituídos a partir de relações uns com os outros, não em termos de separação, mas em termos de interação, de união, entendimentos e práticas interligadas. Devemos perceber que, uma vez estabelecido o contato, uns e outros saem modificados.

Este conceito também pode ser entendido em termos culturais, em que os grupos marginalizados e/ou subordinados selecionam e inventam aquilo que precisam, a partir de normas e materiais que a eles são transmitidos por uma cultura que se diz “dominante”. É o que Certeau chama de “apropriação” e “ressignificação”, ou seja, é quando um grupo entra

em contato com culturas diferentes da sua, seleciona alguns elementos que entende como relevantes e os usam de formas e em contextos diversos daqueles dos grupos que os transmitiram. Nesse sentido, comungamos com o pensamento de Mary Pratt quando diz que “se os povos subjugados não podem controlar facilmente aquilo que emana de culturas outras, eles efetivamente determinam, em graus variáveis, o que absorvem em sua própria cultura e o que o utilizam” (PRATT, Op. Cit., p. 30-31).

Em síntese, “zona de contato” aparece como um espaço de encontros de culturas díspares, no qual as pessoas, culturas e ideologias entram em contato umas com as outras e estabelecem relações contínuas, comumente associadas a circunstâncias de coerção e desigualdades.

Próximo a isto está o “modelo de encontro”, proposto por Peter Burke na obra *Variedades de história cultural*, especificamente no ensaio intitulado *Unidade e variedade na história cultural*. Neste texto, Burke lança uma crítica à história cultural clássica, devido a esta pensar a cultura como sendo fruto de uma elite que tinha acesso à educação formal e que, por isto, eram tidas como as únicas capazes de produzir arte, literatura, símbolos, sentimentos, etc. Para ele, a história deve refletir a cultura ou culturas a partir dos mais variados aspectos sociais, políticos e econômicos, bem como das relações de poderes existentes na sociedade e como as pessoas percebem os símbolos e os materiais, os usos que deles fazem e os nomes que a eles são articulados (BURKE, Op. Cit., p. 238).

O “modelo de encontro” é refletido a partir da junção de diferentes idéias e culturas e por meio das apropriações que um grupo faz da cultura de outro, tornando-se difícil identificar qual delas sobrepõe-se a outra. Assim, Burke (Op. Cit., p. 257) diz que

se nenhuma cultura é uma ilha, nem mesmo o Haiti ou a Grã-Betanha, deve ser possível empregar o modelo de encontro para estudar a história de nossa própria cultura, ou culturas, que devemos considerar variadas em vez de homogêneas, múltiplas em vez de singulares.

Segundo Barth (2000) é impossível e ingênuo pensarmos, hodiernamente, que os grupos étnicos mantêm sua cultura afastada e indiferente da cultura de outros grupos. Todavia, sabe-se que tudo que é absorvido ou excluído de um grupo qualquer é previamente selecionado a partir de traços que compartilham ou não das mesmas significações dos receptores. De modo geral, esses pensamentos nos levam a problematizações outras, de sociedades, grupos sociais e pessoas que, em suas fisionomias, modos de ser e de fazer se apresentam como um mosaico formado por uma heterogeneidade de peças, de constituições múltiplas, isso para não falar das construções feitas no mais das vezes através do imaginário,

das representações nos jornais, nas canções populares, nos cordéis, na literatura e nos textos acadêmicos, entre outros materiais que servem para refletir a sociedade.

Voltando o olhar novamente para o sertanejo, vemos emergir daquele contexto outro tipo: o valentão. De tempos em tempos, a figura do valentão aparecia para tentar solucionar problemas de ordem social ou mesmo tumultuar mais ainda as já complicadas relações que se estabeleciam naquelas regiões. Na imprensa local, lhe são atribuídas caracterizações generalizantes que marcam sua existência desde os tempos da colonização/domínio dos interiores até o período de existência dos grupos de cangaceiros: “representava não obstante, a antiga valentia, a proverbial fanfarronice do matuto sertanejo (...), vivia num meio rude, dominado a principio por lutas de bandeirantes com índios e depois daqueles com cangaceiros” (*Correio de Campina*, 26 de Julho de 1914). Era um homem destemido que se colocava a disposição ou se impunha na resolução de contendas entre moradores de sua comunidade e na defesa da mesma perante ataque de criminosos e cangaceiros. Não obstante Antônio Silvino ser um valentão, considerado como um homem destemido e que impunha respeito pela destreza na luta e o uso que fazia das armas, alguns populares que se diziam e eram encarados, também, como valentões se aventuraram a encará-lo de frente, em conflitos que poderiam lhes custar a vida. No decorrer do texto, em especial no segundo capítulo, nos depararemos com algumas histórias de conflitos entre valentões (a exemplo do Bidú, morador de Piancó; do Antônio Nicácio, de Serra Verde e do Vicente Cacauzinho, do Estado de Pernambuco) e Antônio Silvino. Todavia, para entendermos essas relações de conflito se faz necessário que discutamos a trajetória desse cangaceiro. Vale salientar, desde logo, que Silvino entra no cangaço em consequência da morte do pai, que era considerado um valentão, assim como outros da família, e em detrimento disso arrumava diversos inimigos.

2.2 Trajetos de vida: de uma família de valentes ao cangaço

A experiência de vida de Antônio Silvino, nos leva automaticamente a discutir os motivos que levavam os sertanejos a entrar para o cangaço. As causas mais significativas ou que ocorreram mais frequentemente, a saber: a vingança, o refúgio e o meio de vida, são perceptíveis na trajetória de vida desse cangaceiro de modo que, ao se vingar dos homens que julgava ser os assassinos de seu pai, ele aproveitou-se do cangaço como refúgio, uma vez que estava sendo perseguido pelas volantes policiais que tinham ordem para prendê-lo devido aos crimes cometidos; depois, chegando a chefe de grupo, fez do cangaço o seu meio de vida, tendo, nesse ínterim, aceitado em seu grupo alguns homens que também tinham no cangaço

um refúgio: um meio de fugir das perseguições de opositores ou mesmo da polícia, por algum crime que teriam cometido. Todavia, antes mesmo de Manoel Batista se transformar no cangaceiro Antônio Silvino, em 1897, ele era um jovem que ajudava nas atividades familiares, auxiliando o pai nos serviços do campo, e participava socialmente das manifestações culturais de sua comunidade: indo a festas, ritos religiosos e reuniões.

Manoel Baptista de Moraes, o futuro Antônio Silvino, nasceu em dois de novembro de 1875, na Fazenda Colônia, município de Afogados da Ingazeira, situado na Serra da Colônia-PE, zona de fronteira com o Estado da Paraíba; descendia de duas poderosas famílias da Zona do Teixeira, os Brilhantes por parte da mãe, Balbina Pereira de Moraes, e os Cavalcanti Ayres, por parte do pai, Pedro Baptista Rufino de Almeida (DANTAS, 2006, p. 22; QUEIROZ, Op. Cit., p. 72). Pela fazenda Colônia passava um riacho que descia a serra, favorecendo aos moradores da localidade uma vida confortável, sem fome ou sofrimento, mesmo durante as estiagens. Foi neste ambiente, portando, que cresceram Manoel Baptista e seus irmãos.

Tendo recebido uma educação rígida, pautada nos costumes e na moral do povo sertanejo, desde muito jovem que Manoel Baptista era iniciado no trabalho do campo, lavrando a terra e produzindo o que necessitava. “Desde menino criei-me/ no trabalho do sertão:/ tropeava, vaquejava,/ plantava milho e feijão” (*A vida criminosa de Antônio Silvino, s/d*). Outrossim, tal educação ia além da disciplina no trabalho. Segundo Dantas (2006), Manoel Baptista era de índole pacífica, cortês e educado com as mulheres e raramente se metia em confusão com outros sertanejos.

Diferentemente da vida tranquila dos filhos, seu pai, Pedro Baptista ou “Batistão”, como era mais conhecido, há muito que assumira a responsabilidade de apaziguar os conflitos entre os moradores da região. Considerado um valentão pelos populares, às vezes se metia em brigas com alguns deles. Segundo Barroso (apud DANTAS, 2006, p. 23), Batistão era chamado constantemente a resolver questões de conflitos de terra, já que na região as propriedades não eram bem determinadas. Todavia, nem sempre suas decisões eram acatadas e quando isto ocorria, normalmente o conflito tendia a aumentar. Os comportamentos e atitudes de Batistão faziam dele um líder local, seus gestos de honra, moral e, principalmente, valentia, foram representados em canções e versos populares. No poema “*Projectos de Antônio Silvino*”, de 1925, um artista não identificado, colocando-se no lugar do cangaceiro, conta-nos de forma romanceada um pouco da vida de Batistão:

Meu pae quem conheceu elle
confirma bem o que digo,

nunca cançou em viagem
 nunca correu em perigo,
 nunca meteu-se em disputa
 morreu no campo da lucta
 não curvou-se ao inimigo.

No céu mandados por elle
 não tem só vinte defunctos
 no inferno nem se falla,
 no purgatório tem muitos
 há lugares no sertão
 que de uma ocasião
 se enterraram vinte juntos.

Nunca ouviu chefe político
 nunca escutou delegado
 deu em muitos inspectores
 tomou rifle de soldado
 deu de peia em enredeiro
 deportou alcoviteiro
 e nunca foi desfeitiado. (*Prójectos de Antônio Silvino*, Autor desconhecido)

No geral, a valentia de Batistão era admirada pelos sertanejos, mas, além disso, fazia com que sua lista de inimigos aumentasse a cada dia. Com o passar do tempo, Batistão passou a ser ameaçado e tornou-se alvo de emboscadas cometidas pela família Ramos, vizinhos de propriedade. Também cultivou inimizades com o Coronel Luís Antônio Chaves Campos, chefe político de Afogados da Ingazeira, em Pernambuco. Segundo Gustavo Barroso (apud DANTAS), essa inimizade teria começado por causa de uma instalação de um bebedouro para o gado, em terras indeterminadas e das quais não se sabiam os limites e a posse. Instalado o conflito, Pedro Batista decidiu manter o bebedouro e, em contraposição, o Coronel Luís Antônio Chaves mandou desmanchá-lo. Estava declarada a guerra.

Sabedores do conflito entre Batistão e Antônio Chaves, os Ramos logo se mobilizaram e puseram-se a disposição do poderoso Chaves no intuito de eliminarem Batistão. Desidério Ramos foi o encarregado de realizar o serviço. Acertado o plano entre os Ramos e Antônio Chaves, Desidério logo se uniu ao irmão Manoel, então delegado de polícia daquela localidade, alguns militares e capangas e saíram à procura do rival para assassiná-lo.

Em torno da morte de Pedro Batista foram produzidas representações que narram o fato de maneiras diversas. Na Literatura de Cordel, por exemplo, as informações foram colhidas do “disse-que-disse”, do conhecimento e da oralidade do povo; já no discurso jornalístico, percebemos que além da fala dos populares, os textos eram produzidos com informações obtidas através de policiais e do próprio inquérito judicial. A datação, nesse caso, parece dar maior verossimilhança ao ocorrido. Porém, independente da forma que essas representações foram construídas, há de se evidenciar, em ambas, uma tensão eminente entre

Batistão e os Ramos, tensão essa que se transformou num conflito armado do qual ocorreu o assassinato.

No fim do século passado,
em Afogados da Ingazeira,
Zé Ramos e seus dois filhos
e o cabra Né Cabaceira
mataram o Batistão
de uma forma traiçoeira.

Lá na casa do prefeito
estava o grupo formado.
Grieco, irmão do prefeito,
foi grandemente culpado;
fez o Batistão parar
pra melhor ser alvejado.

- Batistão, meu velho amigo,
disse Grieco sorrindo:
me responda pra onde vai,
me diga donde vem vindo,
com tão bela montaria
neste cavalo tão lindo!

- Grieco me deixe ir.
Respondeu-lhe Batistão:
pois a noite já vem vindo,
vamos ter escuridão!
E daqui para a fazenda
duas léguas inda são.

Uma bala, em meio a tantas,
pelo grupo dirigida,
na cabeça do Grieco
no ouvido foi metida.
O prêmio da falsidade
ele pagou com a vida. (*Um cangaceiro diferente: Antônio Silvino*. José Praxedes Barreto)

Mesmo Grieco sendo apenas um dos homens que compunham o grupo que perseguia Batistão, vemos que ele também é apontado como culpado, tal qual Judas revelou Cristo aos romanos com um beijo. De um modo ou de outro, naquele dia 03 de janeiro de 1897¹³ Pedro Baptista recebeu ordem de prisão dos seus perseguidores. Indagando o motivo pelo qual estava sendo preso, não obteve nenhuma resposta. Com base na imprensa local Sérgio Dantas (2006, p. 24-25) narra o ocorrido:

Desidério de forma atrevida e desassombrada, avançou em sua direção, portando um pedaço de corda para prendê-lo. Não houve tempo para uma reação à suprema afronta. Aquele dia de feira fora fatídico para Pedro Baptista. Tiros o fizeram tombar

¹³ A data da morte de Batistão ainda é discutida. Autores como Maria Isaura Pereira de Queiroz e Semira Adler Vainsencher, por exemplo, datam o ano de 1896, mas sem nenhuma comprovação; já Sérgio Augusto de Souza Dantas, com base em fontes jornalísticas, informa que o episódio teria ocorrido em 1897. Cf. DANTAS, Op. Cit., p. 25.

morto. Gritos, atropelos e profuso pânico seguiram-se ao ato de covardia. [...] Em pouco, curiosos cercaram o cadáver, desde logo reconhecido.

Quando a Instituição Judiciária, por algum motivo, não cumpria com seu dever, a lei que vigorava no interior nordestino era a do “olho por olho, dente por dente”, isto é, se um parente fosse morto, logo sobrevinha o “direito” de pôr fim à vida do assassino que não fosse julgado por vias do direito. Contudo, apesar dos incidentes e do desejo por vingança, Manoel Baptista e seus irmãos decidiram, a princípio, denunciar o fato na delegacia da Vila de Ingazeira e clamando pela Justiça¹⁴, procuraram um advogado no intuito de processar José Ramos e seus filhos Desidério e Manoel Ramos, acusados da morte de Batistão: “Mataram meu pai querido, somente por malvadeza, eu á justiça dei parte, ela usou de safadeza: sabendo do ocorrido, quebrou um pau no ouvido, pessoa alguma foi presa” (*A vida criminosa de Antônio Silvino*, Antônio Teodoro dos Santos).

Assim, presos e julgados, todos os réus envolvidos na morte de Batistão foram absolvidos pelo Tribunal do Júri. Inconformado com o veredicto, o advogado da família recorreu da sentença. Novamente encaminhados à prisão, os réus aguardaram novo julgamento. Contudo, a condenação dos mesmos era incerta, já que o Júri não passava de mero fantoche nas mãos dos poderosos coronéis e chefes políticos da região. Mas, antes mesmo do julgamento os réus estariam em liberdade: “A escolta policial responsável pelo transporte dos presos até Flores, fora subornada dias antes pelos mandões da Vila de Afogados. No curso da viagem, a soldadesca franqueou a fuga dos presos” (Dantas, 2006, p. 27).

Ele que viu a justiça
ao crime não se interver
pois os assassino era
gente rica e de poder
resolveu com próprias mãos
sua justiça fazer.

Assim tendo resolvido
cuidou em se preparar
preveniui um clavinote
e mandou logo avisar
aos criminosos que ia
a morte do pai vingar. (*Antônio Silvino*, Manoel Camilo)

¹⁴ Apesar das inúmeras manobras perpetradas para livrar os poderosos das malhas da Lei, a Instituição Judiciária tinha certa credibilidade perante os populares. Para não recuarmos a tempos mais remotos, a exemplo disso, vemos que no século XIX diversos escravos fugiam das senzalas para intentarem ações de liberdade nas cidades. A esse respeito ver LIMA, Luciano Mendonça de. **Cativos da “Rainha da Borborema”**: uma história social da escravidão em Campina Grande. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009 (Coleção Teses e Dissertações). Além do mais, o simples fato de os irmãos Baptista procurarem a Justiça, a fim de processarem os criminosos do pai, demonstra que a vingança só era praticada quando, de fato, a Justiça não exercia sua função social de prender, julgar e punir os criminosos.

O desejo de vingança toma conta de Manoel Baptista. Cansado de esperar que os assassinos do pai fossem punidos e vendo que nada acontecia, Né Baptista, como também era conhecido, “cingiu a cartucheira, pôs o rifle ao ombro e dentro de poucos dias cometia o primeiro crime. Encontrou numa vereda Manoel Ramos Cabaceira, sobrinho do assassino de seu pai que vinha em companhia de um tal João Rosa. Com dois tiros certos derrubou ambos” (QUEIROZ, Op. Cit., p. 73). Com base no depoimento de Silvino à Justiça, após sua prisão, onde tentava se defender das acusações dos crimes que provavelmente teria praticado, o poeta popular transmite a versão do Cangaceiro em relação aos conflitos estabelecidos com a polícia após esses assassinatos: “ai foi que a justiça, tratou de me perseguir, soldado vinha acordado, eu fazia ele dormir [...]” (*A vida criminosa de Antônio Silvino*, Antônio Teodoro dos Santos).

Um dos chefes de polícia que saiu no encalço de Né Baptista foi Francisco Braz. Delegado de polícia e protetor da família Ramos da Silva, Francisco Braz tinha por objetivo e função prender o assassino. Porém, em um combate com o seu mais novo inimigo acabou sendo assassinado a facadas. Daí por diante as perseguições a Né Baptista são constantes. Ele vendo que não podia escapar do cerco policial acabou refugiando-se no cangaço.

Manoel Baptista tinha um tio chamado Silvino Ayres Cavalcanti de Albuquerque o qual após ter brigado com os partidários do General Dantas Barreto, Governador de Pernambuco, decidiu organizar um grupo de cangaceiros e, desde então, passou a viver em constantes conflitos pelos sertões do Nordeste do País na tentativa de vingar a morte do pai, assassinado em 1866. Tal vingança só foi concretizada anos depois, com a ajuda do próprio Batistão. A imprensa paraibana destacava a rivalidade entre os Dantas e os Ayres. Num artigo publicado no Correio de Campina, em edição de 13 de maio de 1913, Miranda de Sardenha ressalta: "Por esses tempos corriam diversas questões entre famílias poderosas dos sertões do nosso Estado, entre as quais uma da Vila do Teixeira, entre a família Dantas e a família Ayres, de onde se originou o celebre grupo de Antônio Silvino". Portanto, indignados com a falta de justiça e aproveitando-se da ocasião de ter um parente no cangaço, Né Baptista e seu irmão Zeferino entraram para o grupo liderado pelo tio (VAINSENER, 2007). Entretanto, o grupo era constantemente perseguido pela polícia, sobretudo a partir do ataque à Vila de Teixeira, ocasionado por causa de uma afronta de um dos membros da família Dantas contra Silvino Ayres.

Segundo Dantas (2006, p. 28), o Tenente-coronel Manoel Correia de Góis Júnior teria espalhado entre os habitantes da Vila de Teixeira, na Paraíba, que Silvino Ayres era

“ladroão de cavalos”¹⁵, fato que o deixou revoltado e o fez ir ao encontro do inimigo para tirar satisfação. Numa tentativa de resumir a vida de Antônio Silvino, o Jornal *A República* relata acerca do fato:

Em 1897, quando Presidente do Estado o Sr. Gama e Mello, Antonio Silvino, cujo verdadeiro nome é Manoel Baptista, em companhia de seu irmão Zeferino, fez parte de um grupo de scelerados, que chefiado por Silvino Ayres assaltou a Villa do Teixeira com o fim de saqueal-a e matar o delegado de policia. Providencialmente poude aquella autoridade escapar, não sendo entretanto possível, em vista da surpresa no ataque, evitar as depredações de toda a ordem que os vândalos commetteram: arrombamento da cadeia, ferimentos por bala em diversas pessoas, saque total na residência e estabelecimento commercial do delegado. (*A República*, 23 de outubro de 1907)

Ao tomar conhecimento do fato, o Governo do Estado de imediato tomou providência, mandando a polícia perseguir os criminosos até que, depois de muitos conflitos, foram presos alguns deles, inclusive o chefe Silvino Ayres. Todavia, o grupo retomou suas atividades criminosas, passando a ser liderado por Luiz Mansidão.

Descendente de escravos, Mansidão não permaneceu por muito tempo no comando do grupo devido sua vida de aventuras, principalmente na região de Moxotó-PE, lhe render várias inimizades. Queiroz (1977) afirma que em pouco tempo como líder, Mansidão foi morto por um rapaz que vingava uma ofensa que o cangaceiro teria feito a sua mãe.

Com a prisão do tio Silvino Ayres e a morte de Mansidão, o grupo fica sem liderança. Os remanescentes passam então a discutir os seus destinos: se separariam e procurariam outros grupos de cangaceiros para se unir ou escolheriam entre eles um novo líder? Só não podiam se entregar a polícia, pois a escolha de entrar para o cangaço tinha se dado por motivos de honra e moral. Manoel Batista tinha outro parente no cangaço: o primo Antão Godê, que inclusive também liderava outros cangaceiros, podendo então unir-se ao mesmo e continuar fugindo das perseguições policiais e vivendo sua vida de aventuras. Todavia, a opção de seus companheiros foi para Manoel Batista ficar como chefe do grupo, já que ele mostrava ser um homem destemido e bastante inteligente, perspicaz, rápido no gatilho e certo na pontaria. Ficando isso acertado, então ele teria falado: “[...] - está certo, se vocês querem eu combino, eu não quis ser cangaceiro, mas se é este o meu destino, vou assumir a chefia, com o nome: Antônio Silvino” (Manoel Camilo. *Antônio Silvino*).

¹⁵ Para os sertanejos da época, tal acusação era uma ofensa gravíssima devido à importância social e econômica que o animal representava para aquela sociedade. Roubar um cavalo de quem dependia, quase que exclusivamente, de seus serviços era como lhe tirar o principal meio de vida. Portanto, a noção era a de que não havia honra nem moral em quem praticava esse crime.

Assim, como chefe de seu grupo de cangaceiros, Manoel Baptista mudou o nome para Antônio Silvino. Contudo, ainda há controvérsias com relação à escolha deste nome, isto é, não se sabe ao certo o motivo que o levou a escolher o nome *Antônio*, talvez tenha sido em homenagem ao Santo Antônio, padroeiro da fazenda Colônia. Já com relação ao nome *Silvino*, há um consenso entre os estudiosos do tema que este teria sido escolhido em homenagem ao tio Silvino Ayres.

O certo é que, desde fins do século XIX, os jornais paraibanos já vinham noticiando atos criminosos cometidos por cangaceiros, muitos deles já atribuídos ao então Antônio Silvino. Um deles, *A Imprensa*, vinculado à Igreja Católica, dizia que todos os dias chegavam à Capital do Estado notícias de novos assaltos, de novos crimes perpetrados pela horda de cangaceiros que estavam causando desordem e pondo terror no Estado. O jornal denuncia que nos últimos dias os cangaceiros “atacaram de novo uma das povoações que pertencem ao termo do Ingá e ameaçam invadir Alagoa Grande, Gurinhem e os domicílios ruraes dos que não lhes acoitam, nem os protegem na faina ingloria de anarchisar e destruir tudo” (*A Imprensa*, 10 de junho de 1900). Além das denúncias, toda a imprensa paraibana clamava às autoridades por providências contra o banditismo, o qual, para a elite intelectual, estava a assolar todo o interior do Estado e a oprimir o povo já tão sofrido.

Tenhamos mais amor a esta terra que nos servio de berço; tenhamos mais dó do povo que soffre pelas constantes correrias desses infelizes patrocinados. O povo, senhores políticos, que vos dá seus votos, que se sacrifica pelo ganho da vossa causa na bocca das urnas, o povo que vos serve, está irrequieto; é victima de atrozes perseguições; geme sob o pezo de muitas misérias. Cumpre-vos pôr um dique a corrente de desgraças que o afligem e o torturam. O povo confia no vosso patriotismo e seriedade. Attendei sem tardança os seus clamores. (*A Imprensa*. 10 de Junho de 1900)

Na perspectiva dos jornalistas, a situação era de tristeza e calamidade e se não fossem tomadas as providências necessárias contra os cangaceiros, que ameaçavam e destruíam os maiores interesses da população, logo os atos criminosos tomariam proporções grandiosas e ninguém poderia medir as consequências. Assim, com o intuito de pedir ao poder competente providências imediatas e enérgicas contra o bandido, os comerciantes do Estado se uniram em prol da causa, oferecendo auxílio ao governo na perseguição e punição aos cangaceiros, ao mesmo tempo lhes foram prometidas providências para que dentro de poucos dias a Paraíba se livrasse da ação perversa dos mesmos. (*A Imprensa*, 12 de Agosto de 1900)

Decorrido sete anos, a imprensa paraibana não se cansara de noticiar as atrocidades cometidas por Antônio Silvino e nem de cobrar providencias às autoridades públicas: matérias recorrentes nas páginas dos jornais. Antônio Silvino marcava sua presença em sítios,

fazendas, vilas e cidades e nada de ser preso. Em outubro de 1907 esteve em Santo André, “povoado um pouco acima de S. João do Cariry, perto do município de Batalhão, e alli cometteu as maiores arbitrariedades, roubando cerca de quinze contos de reis do Padre Custodio Luiz de Araujo, que felizmente não estava em casa quando nella penetrou o terrível bandido” (*A República*, 23 de Outubro de 1907).

A situação que durante mais de uma dezena de annos tem affligido os dous Estados da Parahyba e Pernambuco com uma horda de bandidos que de vez em quando apparecem aqui e acolá, desapparecendo como sombras, não póde permanecer. Não há fazendeiro que tenha tranquillidade em suas fazendas, onde surgem estes faccinoras, inopinadamente sem tempo para defesa e sempre deixando após sua passagem as violências, o roubo, o assassinato. Actualmente esta situação de descrédito para o principio da authoridade, para o direito emfim para a paz e tranquillidade publica está atravessando um período que parece vae terminar por próximo epilogo; e, portanto cumpre a todos os municípios levantarem-se como um só homem para o extermínio dessa praga de dous Estados. (*O Município*, 05 de Julho de 1908)

Independentemente do que diziam os jornais, os populares, de modo geral, viam Antônio Silvino por um outro ângulo, pois no início de sua trajetória como chefe de grupo teria encarnado a imagem do cangaceiro romântico. Segundo Dantas (2006), Silvino se colocava como defensor dos mais pobres, protetor das virgens e viúvas e que só matava em sua própria defesa, além de demonstrar atitudes cavalheirescas e gestos de generosidade; poupava adversários valentes; respeitava damas, donzelas, velhos, crianças e doentes; devotava profunda honra à mulher casada e, por consequência, possuía amigos que o defendiam e prezavam sua amizade.

À frente de um grupo reduzido, com cerca de seis a doze homens, Silvino desejava destruir todos os seus inimigos, principalmente a família Ramos, pois costumava dizer em suas conversas com alguns populares ou fazendeiros que Desidério Ramos foi um dos matadores de seu pai e filho do principal matador e responsável por sua vida de cangaceiro, José Ramos da Silva. (MELLO, Op. Cit., p. 120)

Isso implica dizer que Antônio Silvino, assim como a maioria dos cangaceiros, entrou para o cangaço por essas vias, sem ao menos saber, de início, a vida que teria pela frente. Aqueles que viam o cangaço como refúgio não imaginavam as dificuldades futuras, de sofrimento, de solidão, de angústias e de incertezas, porém, assim o faziam por uma necessidade maior: não cair nas malhas da polícia, que talvez fosse muito pior. Já os que acreditavam que o cangaço lhes proporcionaria certa liberdade, uma vida mais aconchegante, com muitas mulheres, bebidas e dinheiro, faziam por aventura, sem pensar nos riscos e nas

consequências e sem saberem que o cangaço tinha uma estrutura própria que zelava por seus códigos de moral e de honra.

2.3 Silvino e o “cangaço independente”

Como já vimos, as condições sociais enfrentadas pelos sertanejos, em fins do século XIX e início do XX, foram determinantes para que diversos homens entrassem no cangaço. Era admissível, portanto, que o cangaceiro fosse um indivíduo altamente revoltado e merecedor de toda proteção por parte dos populares, pois é possível que se houvesse justiça social, que se os homens que aderiram ao cangaço tivessem sido tratados com dignidade e respeito pelos poderes públicos responsáveis pela ordem e pelo bom andamento da sociedade, lhes possibilitando melhores condições sociais, eles teriam tido outros destinos e, quem sabe, melhor sorte. Além disso, vale salientar que muitos homens também entraram no cangaço a serviço dos fazendeiros e chefes políticos ou por vingança, desejosos de fazer justiça com as próprias mãos, lavando a honra com sangue.

Os cangaceiros independentes mantinham relativa autonomia dos grupos sociais economicamente mais fortes, como os políticos, fazendeiros e comerciantes. As relações sociais estabelecidas entre estes grupos e os cangaceiros aconteciam, normalmente, de forma inesperada, sem cálculos ou planejamentos, mas com lógica. Do mesmo modo que era possível um fazendeiro contratar os serviços do cangaceiro, no sentido de proteger ou atacar determinado inimigo, ele também podia ser vítima da ação dos mesmos, com furtos, violências físicas ou depredação do patrimônio. Nesse caso, o cangaceiro não dependia de ninguém. Ele tomava suas decisões mediante as necessidades da fome, de munições e armas.

Os conflitos e as sociabilidades ocorridos entre ricos e pobres, não necessariamente nesta ordem, muitas vezes determinava o tipo de representação que era criada sobre o cangaceiro. Assim como Silvino Ayres, Antão Godê, Gesuíno Brilhante, Lampião ou mesmo Pancho Villa, no México, Antônio Silvino sempre foi descrito como herói ou como bandido. Enquanto uns diziam que Silvino era um símbolo de malvadeza, que tinha o coração de pantera e matava sem piedade, outros afirmavam que ele era uma pessoa bondosa, uma vez que protegia a nobreza e a virgindade das moças honestas. “Trato tudo muito bem, pesso a quem pode me dar, não tiro de quem não tem, só dou a quem precisar, mas andem com muito jeito, saíam fora de direito, é mesmo que se enforcar” (*Projectos de Antônio Silvino*, Autor desconhecido).

Na imprensa, o lado negativo do cangaceirismo se torna ainda mais visível, pois os intelectuais que escreviam para os jornais mostravam-se defensores do projeto republicano de “ordem e progresso” e para que isso se realizasse era preciso combater o banditismo. Na edição de 27 de setembro de 1907, o jornal *A República* destaca dois fatores que deram origem ao cangaceirismo: um natural e outro social, ao mesmo tempo. Mergulha, por um lado, no estado psicológico dos próprios cangaceiros, cujos instintos “irrequietos, nômades, rebeldes ao trabalho constante e methodico, propensos aos actos que revelam coragem e força brutas, os inclinam á vida aventureosa do crime”. Por outro lado, prende-se ao estado moral da sociedade, onde a fraqueza do sentimento do direito, a falta de amor à legalidade, os maus hábitos da política, a ausência de escrúpulos em homens de posição relativamente elevada, portanto “esses e outros factores sociaes offerecem ao gérmen criminoso, latente em certos indivíduos campo vasto e fértil para fecundar, crescer e proliferar”. Portanto, na perspectiva daqueles intelectuais, para que a sociedade pudesse se desenvolver social e economicamente, era necessário que houvesse o extermínio de todos os grupos de cangaceiros e, em especial, o de Antônio Silvino. Assim sendo, diziam que “o exemplo mais sytrico do cangaceirismo é representado pelo grupo que tem como chefe *supremo* Antonio Silvino [...]. Antonio Silvino tem não há negal-o, instinctos sanguinários” (*A República*, 27 de Setembro de 1907). Portanto, entendem que o cangaço independente não conseguiria se manter enquanto instituição, que se ostentou e se fez duradoura, se não fosse ajudada, mutuamente, por indivíduos “desalmados”.

Por outro lado e apesar das inúmeras denúncias publicadas contra Antônio Silvino, alguns jornais chegaram mesmo a reconhecer o lado humano do cangaceiro:

Antonio Silvino sempre creu em Deus e respeitava muito, em sua rude ignorância, a S. S. Virgem. Tinha também, ás vêses, sentimentos bem manifestos de alguma humanidade: commovia-se, não raro, diante da indigência, de velhos e mulheres fracas. Não era uma fera, inteiramente deshumana e selvagem. Temia a morte, fugindo sempre da imminencia de ser tragado por Ella em algum combate singular. Vemos nisto não somente um natural instincto de conservação, sinão também o temor das penas sobrenaturaes que elle comprehendia reservadas aos seus crimes. (*A Imprensa*, 08 de Dezembro de 1914)

Independente de tais representações há que se reconhecer que muitas elaborações foram desenvolvidas sem que tivessem, necessariamente, a função de julgar um e outro cangaceiro. Rui Facó (1991), por exemplo, aponta o monopólio da terra como sendo a principal causa que desencadeou os diversos problemas sociais, econômicos e culturais do Nordeste do Brasil, entre eles: travamento do crescimento das forças produtivas, ocasionado por uma economia monocultora voltada essencialmente para a exportação de alguns produtos,

a exemplo do açúcar e do algodão; dificuldade para introdução da tecnologia moderna nos campos e o atraso cultural que, na concepção desse autor, foi ocasionado pelo

encarceramento em massa das populações rurais na nossa hinterlândia, e que chamamos Sertão, estagnada por quatro séculos. Analfabetismo quase generalizado. Ignorância completa do mundo exterior, mesmo o exterior ao sertão, ainda que nos limites do Brasil. (FACÓ, Op. Cit., p. 17)

Além de discutir as causas que deram origem aos grupos independentes de cangaceiros, Facó se embasa em artigos de revistas e jornais de época para criticar autores como Euclides da Cunha, Xavier de Oliveira e Optato Gueiros, os quais teriam explicado, de modo simplista, o fenômeno do cangaceirismo nos sertões nordestinos. Segundo Facó, Euclides afirmava que o cangaço surgiu da mestiçagem racial que teria formado a população; entretanto se isso fosse realmente a causa do cangaceirismo este fenômeno não teria terminado, pois “como a mestiçagem constituía um fato irremovível, seus resultados no Nordeste – o cangaço e fenômenos correlatos – jamais teriam remédio...” (FACÓ, Op. Cit., p. 39). Já com relação a Xavier de Oliveira, a crítica é lançada por ele pensar o cangaço a partir, simplesmente, das questões de terra. Afirmava ele que o homem do Sertão era trabalhador e honesto e que por causa de uma questão de terra tornara-se um bandido. Para Xavier a solução para o banditismo era a instalação de regiões militares, onde o Exército pudesse atuar na caça aos cangaceiros. Contudo, Facó pensa que “estes homens, tinham forçosamente que ser revoltados. Sem terra, sem ocupação certa, a mais brutal exploração de seu trabalho, revoltar-se-iam qualquer que fosse a dosagem de seu sangue, sua origem racial, o meio físico que atuasse sobre seu organismo” (FACÓ, Op. Cit., p. 40). Por último, Optato Gueiros teria feito uma leitura determinista do cangaço, o que não foi bem visto por alguns estudiosos. Falava que

A zona do Nordeste é privilegiada pela natureza. Ali não existem, em quantidade avassaladora e mortífera, os insetos dos outros Estados – o carrapato, muriçocas, berne, piolho-de-mocó, maruim, em quantidade tão grande que desesperam até os próprios animais selvagens, apesar de suas defesas naturais. Esses insetos, se fossem abundantes em nossos sertões, como o são noutros Estados, estou certo de que nunca teria existido nenhum grupo de cangaceiros na vasta parte onde serve de palco aos mesmos. (apud FACÓ, Op. Cit., p. 41)

Ao contestar essas posições, Rui Facó defende que as causas mais profundas do surgimento do cangaceirismo nos sertões nordestinos são: a ausência de justiça; analfabetismo; precariedade de comunicações e transportes e baixos salários, elementos esses resultantes das desigualdades sociais, do lento desenvolvimento do capitalismo e das forças produtivas e dos latifúndios concentrados nas mãos de uma minoria, fator que lhes davam

poder econômico ilimitado. No geral, as idéias desse autor com relação às causas do surgimento do cangaço são bastante pertinentes, principalmente àquelas que dizem respeito às desigualdades sociais e à falta de justiça, ocasionadas pelo monopólio da terra. Mas, ao mesmo tempo em que comungamos com tais idéias, discordamos quando pensa os cangaceiros como sendo homens

pobres do campo que saíam de uma apatia generalizada para as lutas que começavam a adquirir caráter social, lutas, portanto, que deveriam decidir, mais cedo ou mais tarde, de seu próprio destino. Não era ainda uma luta diretamente pela terra, mas era uma luta em função da terra. (FACÓ, Op. Cit., p. 45)

Portanto, acreditamos que o cangaceiro não lutava diretamente contra o domínio do latifúndio, pois como já vimos afirmando, em certas ocasiões eles mesmos aliavam-se aos fazendeiros e chefes políticos locais, quando da necessidade destes resolverem questões políticas ou de honra com grupos rivais. Ademais, apesar de cangaceiros como Antônio Silvino e Lampião terem certa consciência das injustiças sociais e dizerem proteger os pobres, dividindo com eles o produto de assaltos, “não havia uma partilha denotando algum ideal de igualdade de bens, mas uma concepção de ajuda aos pobres que era a mesma dos coronéis: um paternalismo que fazia distribuir a estes as sobras da mesa dos ricos...” (QUEIROZ, Op. Cit., p. 207); comportamentos desse tipo denunciam que os discursos, direto e oculto, convergem, exclusivamente, em prol da sobrevivência do grupo. Portanto, a tentativa de transformar esse ou aquele cangaceiro em “Robim Hood” do Nordeste é fora de propósito.

Para Queiroz, existiam três tipos básicos de banditismo: o social, o de vingança de sangue e o banditismo puro e simples, os quais estariam relacionados com as distintas formas de cangaço. Enquanto o banditismo social era produto de uma população que começava a protestar contra as injustiças das hierarquias sócio-econômicas, porém sem conseguir ainda formular reivindicações de classe, o banditismo de vingança de sangue aparecia

em sociedades profundamente divididas por lutas entre clãs, entre parentelas rivais, entre grandes grupos que dominam tanto a economia como a política, e corresponde ao predomínio de um clã sobre o outro, fazendo com que os componentes deste último, perseguidos, não encontrem meios legais ou oficiais de se defender. A defesa da honra leva a derramar o sangue do inimigo, e em seguida a desaparecer [...], retornando todas as vezes que é possível acertar novo golpe contra a parentela inimiga. (QUEIROZ, Op. Cit., p. 205)

Já o “banditismo puro” seria aquele no qual os indivíduos vivem do resultado dos assaltos à mão armada, dos furtos e arrombamentos e que, para isso, às vezes cometem assassinatos. Portanto, diferentemente dos outros tipos de banditismo, que lutavam pela defesa da honra ou para ajudar na comunidade em que viviam, este tipo de banditismo não

teria uma causa justa. Entendemos que, independente de tais definições, estas têm “por finalidade estabelecer linhas claras de separação entre os fenômenos ou os objetos, e por isso coloca toda a ênfase naquilo que os separa” (QUEIROZ, Op. Cit., 206). Assim, para Maria Isaura, o banditismo tanto pode existir em estado de “quase pureza”, quanto pode amalgamar os tipos. Entretanto, o que mais nos aproxima de seu pensamento é quando afirma que um banditismo que começa com o intuito de vingança, pode derivar para “banditismo malfeitor” ou para “banditismo social” e, ainda, quando diz que é possível toda associação entre os diversos tipos de banditismos.¹⁶

No mais, entendemos que houve uma mudança significativa de mentalidade, atitude e comportamento no cangaço, mudanças essas que foram possíveis mediante o afastamento entre os cangaceiros e os potentados locais. Sabe-se que quando os cangaceiros estavam na qualidade de agricultores/moradores das terras dos ricos fazendeiros e/ou políticos locais, eles mantiveram laços de solidariedades, no mais das vezes forçados pela dependência e subordinação, os quais foram sendo rompidos quando da entrada daqueles homens no cangaço e, principalmente, da formação e institucionalização dos grupos de cangaceiros, através de estruturas, funcionamentos e leis que passaram a delimitar suas próprias ações e práticas.

2.4 Da estrutura, funcionamento e leis do cangaço

Ao se formar um grupo de cangaceiros, a intenção mais comum era a de vingar algum parente que teria sido assassinado ou sofrido algum tipo de desonra. O grupo era comandado por um líder que, em vistas de sua inteligência e autoridade para com outros homens, além dos objetivos, da fúria ou indignação frente às angústias e sofrimentos que trazia consigo se fazia o mais forte e destemido. Esse líder era chamado por seus comparsas de “capitão”, menção feita a um dos altos postos da hierarquia militar, e sempre tinha ao seu lado um homem de confiança que se destacava nos combates, que aconselhava e que ajudava o chefe a decidir os rumos do grupo. Um “braço direito” que normalmente assumia a liderança do grupo após a morte ou a prisão de seu “capitão” ou se este decidisse abandonar a vida de cangaceiro. Os demais eram considerados como iguais: “soldados”, quase sempre aptos a obedecerem e cumprirem as ordens do chefe.

¹⁶ A postura assumida por Maria Isaura é bastante pertinente. Entretanto, há que lembrar que a autora fala como socióloga de uma determinada época. Em suas proposições, vemos emergir certa concepção tipológica do cangaço, ou seja, enquadrando-o como banditismo, distingue-o a partir de três tipos: o social, o de vingança e o banditismo puro e simples.

Silvino tem a mania do militarismo, e começando por elle mesmo como praça de pret (sic) na vida de crimes, só no longo percurso de 19 annos, obteve por si mesmo a *patente de tenente coronel*. Dizem que, quando elle escapava d'um tiroteio perigoso, e que alcançava victoria matando o commandante da força, elle mesmo augmentava uma fita, quando sergente, e um galão, quando official. (*Correio de Campina*, 13 de Dezembro de 1914)

Ao compararmos a organização do grupo de cangaceiros liderado por Antônio Silvino com outros grupos, parecia que o dele estava mais bem estruturado, de forma que suas ordens, modos de pensar e comportamentos fossem passados para seus subordinados com mais precisão, pois ele exigia a mesma moral e honra que trazia consigo. O número de cangaceiros sob sua liderança era limitado entre seis e quatorze homens¹⁷, quantidade que facilitava a imposição de autoridade, respeito e controle do grupo. As fontes informam que desde o início de sua trajetória como chefe do grupo, Silvino impunha regras militares: “Está o grupo organizado, disciplina militar: tenente Antônio Silvino, assim podem me tratar. Zeferino é o sargento, pra soldadesca manda” (*Um cangaceiro diferente: Antônio Silvino*, José Praxedes Barreto).

Além disso, o longo tempo que Silvino permaneceu como chefe do grupo já demonstra que parecia haver, de fato, o respeito e a consideração de todos os seus subordinados. Mostrando franqueza para com seus homens, Antônio Silvino informava-os da dura vida no cangaço, da necessidade da disciplina rígida e do cumprimento de suas ordens para poderem sobreviver, do comprometimento de uns para com os outros e, principalmente, de todos para com o chefe. Sua liderança, modos e comportamentos são transferidos para a lei do cangaço, para os mandamentos de Antônio Silvino.

Primeiro [mandamento]: amar o cangaço
De todo seu coração
Segundo: a ordem do chefe
Não deixar ficar em vão
Terceiro: acreditar nele
E quarto: morrer por ele
Em qualquer ocasião.

Quinto: não deixar fugir
O soldado que pegar
Sexto: nunca ter dó
De nenhum particular
E sétimo: a arma da mão
Se deixar cair no chão
Manda o chefe o fuzilar.

¹⁷ Vários documentos vão apontar para essa estrutura, sendo que, dependendo do momento vivido pelos cangaceiros, esses números podem alterar, porém sempre dentro desse limite. Ver os poemas de Antônio Teodoro dos Santos, *A luta de Antônio Silvino com o diabo*; Siqueira & Comp, *A vida completa de Antônio Silvino* e Leandro Gomes de Barros, *Os cálculos de Antônio Silvino*.

Oitavo: não maldizer
 A vida de cangaceiro
 Nono: não cobiçar
 Se não jóias e dinheiro
 E décimo: quem conspirar
 Manda o chefe o amarrar
 Em cima de um formigueiro! (*A vida criminosa de Antônio Silvino*, Antônio Teodoro dos Santos)

Atentando para esses mandamentos, podemos observar certo exagero por parte do poeta, talvez seu objetivo fosse dar mais visibilidade à organização dos grupos de cangaceiros. É certo que nem todos os homens entraram no cangaço por amor: a necessidade da sobrevivência cotidiana impunha que muitos deles encontrassem no cangaço a forma mais objetiva de resistir às adversidades da vida; acreditar e obedecer às ordens do chefe era fundamental para a manutenção do grupo, assim ela devia ser seguida, de fato; já em relação ao quarto mandamento, de morrer pelo chefe em qualquer ocasião, na prática ele não era obedecido, pois verificamos que em muitos confrontos com as forças policiais os cangaceiros saíam correndo para salvar suas próprias vidas, sem importar-se com a unidade do grupo. Com o grupo de Silvino, isso teria ocorrido inúmeras vezes com ordem do próprio chefe que dizia que quando se vissem cercados por uma força militar superior, se espalhassem e fugissem, voltando a se encontrarem dias depois em algum local combinado. Para ilustrarmos essa informação, faremos uso de uma imagem literária escrita pelo poeta popular Antônio Américo de Medeiros, na qual narra um conflito ocorrido no Surrão, entre Silvino e uma força policial da Paraíba. Durante o confronto, Silvino teria percebido que seus homens estavam sem munição, então

Antônio avisou ao resto
 o jeito é se debandar
 correr pra todos os lados
 vou minha turma espalhar
 fugir tudo debandado
 para a polícia endoidar.

Norte, Sul, Leste e Oeste
 da uma vez ocuparam
 trinta e cinco cangaceiros
 que desse fogo escaparam
 em ponto determinado
 com dois dias se juntaram.

Fugindo assim debandados
 a polícia se vexou
 porque pra todos os lados
 do Surrão se espalhou
 o resto dos cangaceiros
 como Antônio ensinou. (*A vida do cangaceiro* de nome Antônio Silvino, Antônio Américo de Medeiros)

Com relação ao quinto mandamento, parece improvável que eles matassem os soldados aprisionados ou mesmo que aprisionassem militares. Não correriam tal risco. Quando ocorriam mortes, estas se davam em combate; ao sexto também podemos questionar, uma vez que, normalmente, Silvino só exigia a quantia de Duzentos Mil Réis, necessária para a manutenção e sobrevivência do grupo, ou seja, compra de munições ou alimentos; e de igual modo, ao sétimo, pois um chefe de grupo como Antônio Silvino, que escolhia seus homens a dedo, não assassinaria um cangaceiro pelo simples fato dele deixar a arma cair no chão durante combate, apesar disso ser de suma importância para a sobrevivência do grupo; ao oitavo, podemos afirmar que nem todos os cangaceiros estavam satisfeitos com sua vida criminosa, o próprio Silvino desejou por algumas vezes deixar a vida de cangaceiro. Nesse sentido, ele teria pedido a alguns padres que intercedessem por ele junto ao governo federal, estadual e até municipal para que estes o perdoassem dos crimes cometidos e ele pudesse ter uma vida normal de agricultor; o mandamento seguinte diz respeito à questão da moral e da honra familiar: quando fala que o cangaceiro cobice “se não jóias e dinheiro”, quer dizer que não deve cobiçar as mulheres e donzelas honradas, de famílias honestas; por fim, o último alude às punições daqueles que tentavam enganar o chefe, o formigueiro aí serviria como uma forma de tortura, mas também poderia haver o fuzilamento do traidor ou simplesmente sua expulsão do grupo.

Portanto, apesar desses mandamentos serem frutos do imaginário do poeta, não se sabendo de sua real existência, é possível perceber, em alguns deles, certa verossimilhança com a realidade vivida. Mas, no geral, eles parecem representar bem as aspirações de Antônio Silvino, já que suas atitudes sempre tenderam a continuidade da vida no cangaço.

Com relação aos conflitos internos no grupo de Antônio Silvino, os indícios nos levam a pensar que, independente das suposições e das elaborações imaginativas, o compromisso assumido pelos seus cangaceiros parecia ser cumprido, pelo menos de modo oculto, com muito respeito ou temor, dedicação, cautela e sem grandes desentendimentos ou traições. No geral, eram regras que se comparavam às hostes militares, chegando a imitar seus modos e comportamentos. As fitas e galões pregados nos punhos das mangas da camisa, por exemplo, eram feitas com cadarços ou algum outro tipo de cordão utilizado para outras finalidades, porém nos grupos de cangaceiros tinham a função de estabelecer as patentes¹⁸. Assim, seus trajes eram muitos parecidos, se não dizer que eram idênticos aos dos soldados

¹⁸ Ver Ilustração 5, na página 85, na qual é possível perceber os cordões presos nos punhos das mangas da camisa de Silvino para identificar seu posto de “tenente-coronel” do grupo (ver seta indicativa na imagem).

das forças públicas: chapéu de couro, punhal atravessado na cintura, alpercatas de couro cru etc.¹⁹

De maneira geral, o cangaço não se resumia apenas a essa organização e condições de vida. Tinha toda uma estrutura que agia sub-repticiamente e que era de fundamental importância para a manutenção e sobrevivência dos grupos: eram os populares, homens, mulheres e crianças que, camuflados no seio da população, encobriam os cangaceiros, lhes informava acerca da localização das tropas policiais, davam-lhes alimentos e compravam armas e munições, entre outros afazeres. Comumente eles eram chamados de “coiteiros” pelas elites intelectuais e poderes públicos. “Zé Luís”, personagem na obra *Cangaceiros*, conta-nos de uma experiência sua ao conhecer um desses populares que ajudavam cangaceiros. Diz ele: “Quando eu estava no Brejo conheci um cego que pedia esmola na feira. E depois o povo descobriu que o tal não era cego nem nada. Era espia de Antônio Silvino. No cerco do Surrão com o Tenente Paulino Pinto, encontraram ele morto de rifle nas mãos” (Idem, p. 78); Essa rede subterrânea de relações sociais não se limitava aos populares, ela se estendia por entre os grandes comerciantes, que lhes mandavam dinheiro em troca de proteção e os fazendeiros que contratavam os serviços dos cangaceiros para eliminarem algum desafeto político ou resolverem alguma questão de ordem econômica ou de honra familiar com outra parentela rival.²⁰

Aparício estava de ajuste com o Coronel Fonseca para liquidar um inimigo dele. E era ajuste que não podia demorar muito. Tinha vindo um mandado para fazer o serviço com rapidez. [...] Este Coronel me mandou dinheiro para este serviço. É meu conhecido de outras empreitadas. (Idem, p. 42-43)

Portanto, há de se verificar que a estrutura dos grupos cangaceiros estava corporificada e institucionalizada na sociedade, aceita por parte dos grupos subalternos, moradores pobres dos sítios, fazendas, vilas e pequenas cidades dos Sertões do Nordeste brasileiro e, também, por parentelas de poder aquisitivo superior que viam na união com os cangaceiros a solução ou a oportunidade, dependendo do momento, de alcançarem os cargos políticos almejados e, conseqüentemente, o poder na sua Região. Por outro lado, se de alguma maneira existia esse apoio aos cangaceiros, também é certo que havia, dentro da mesma sociedade, aqueles que não os viam de bom grado, que buscavam combatê-los. São, enfim, comportamentos e sentimentos diversos, concepções múltiplas.

¹⁹ No próximo tópico, quando trataremos especificamente da indumentária do cangaceiro, poderemos perceber como eram, de fato, parecidas as roupas de cangaceiros e policiais.

²⁰ Essa rede subterrânea de informantes também é encontrada na obra *Fogo Morto*. São informantes de um cangaceiro na vida real, ainda que invada a trama ficcional.

2.5 A indumentária do cangaceiro: da simplicidade à estilização

Usava cabelo grande
E um bruto chapéu de couro
Um bom lenço no pescoço
Preso com anel de ouro
Rifle, bernal, cartucheira
O punhal, a lambedeira
P'ra não agüentar desaforo.

(*A vida criminosa de Antônio Silvino*, Antônio Teodoro dos Santos)

Consta o cangaço: d'um rifle,
um revolver e uma faca,
uma cartucheira dupla
que nem todo home a ataca,
um punhal e uma pistola
e a respeitável Macaca!!

(*O testamento de Antônio Silvino*, Antônio Batista Guedes)

A indumentária é vista como uma das principais características do cangaço, juntamente com o modo de viver e agir frente aos conflitos cotidianos. Até a década de 1920 a indumentária do cangaceiro se apresentava de forma simplificada e bastante utilitária: o uso de chapéus, bornais e sandálias de couro, típicos dos sertanejos, se dava em vista das necessidades frente às adversidades do clima e vegetação das vastas áreas semi-áridas do Nordeste do país. Do mesmo modo, as armas: facas, punhais, rifles, revólveres e cartucheiros, não apresentavam adornos e eram utilizadas para a prática de crimes ou para a defesa frente aos combates com as forças policiais ou grupos de capangas armados por fazendeiros. Contudo, após esse tempo, verificamos algumas modificações no que diz respeito ao estilo, isto é, ocorreu um acrescentamento estético à funcionalidade do equipamento: bordados à mão e à máquina foram introduzidos nas peças do vestuário, a exemplo do chapéu e dos bornais, e metais e pedras preciosas foram cravejados em parte dos equipamentos e armas. Isto teria ocorrido, naturalmente, devido ao gosto de alguns cangaceiros pela arte do bordado, onde em seus momentos de descanso ou de relativa tranquilidade ocupavam parte do tempo enfeitando suas roupas e equipamentos com o fruto dos roubos e assaltos. Uma mudança estética vista como espetacularização por articulistas da época, os quais passaram a promover um discurso que contribuiu para fundar no imaginário popular uma falsa idéia de que a indumentária estilizada fosse característica de todos os grupos de cangaceiros.

Como vimos, os homens que foram levados a entrar na vida do cangaço eram pessoas simples, de várias regiões do Nordeste do país, principalmente dos Sertões, que tinham um modo de vida e profissões bastante diversas: eram eles escravos fugidos ou libertos, agricultores, vaqueiros, capangas, populares famintos, entre outros que tiveram, já no

século XVIII, seus nomes registrados em algumas histórias e/ou estórias, cantadas, escritas e narradas por muitos artistas populares ou mesmo pessoas pobres que, uma vez sabendo das aventuras e feitos dos cangaceiros, as repassavam oralmente a parentes e amigos.

Na década de 1770, têm-se notícias de um cangaceiro que se tornara famoso por sua audácia e atrocidades: José Gomes, vulgo “Cabeleira”. Suas façanhas em territórios pernambucanos foram cantadas e proclamadas nos versos de trovadores, que o tinha como *Robin Hood*. “Cabeleira” ficou mais conhecido a partir do romance *O Cabeleira*, de Franklin Távora, no qual o cangaceiro apresenta-se como o protagonista (Cf. TÁVORA, 1973).

Meio século depois, por volta de 1822, surge Lucas da Feira, um filho de escravos que conseguiu fugir dos domínios de seu senhor aos 15 anos de idade e passou a viver escondido no mato²¹. Tornando-se cangaceiro, chegou a comandar um grupo com cerca de 30 homens (ARAUJO, s/d) e passou a exercer a prática de assaltos, assassinatos e raptos de donzelas. Segundo Cardoso (2005), sua má índole e façanhas fez com que diversos cantadores e poetas passassem a representá-lo “na tradição oral dos feirenses”. Ainda no século XIX surgem outros homens que se destacam no cangaço por suas peripécias, valentia e enfrentamentos aos poderosos da região e governantes locais, entre os mais importantes podemos citar: João Calango, Jesuíno Brilhante, e Antônio Silvino. Em 1877

Bandos de retirantes empurrados pela seca invadem e saqueiam povoados. João Calango organiza seu bando de cangaceiros. Jesuíno Brilhante, célebre cangaceiro, ataca comboios do governo que transportam alimentos e distribui tudo aos necessitados. Sua mulher e seus filhos sempre o acompanham. (Idem)

Em fins do século XIX, a imprensa paraibana passou a noticiar constantemente os atos criminosos cometidos por cangaceiros. O jornal *A Imprensa*, vinculado à Igreja Católica, dizia que todos os dias chegavam à Capital do Estado notícias de novos assaltos, de novos crimes perpetrados pela horda de cangaceiros que estavam causando desordem e pondo terror no Estado (*A Imprensa*, 10 de junho de 1900). E acrescenta: “ultimamente atacaram de novo uma das povoações que pertencem ao termo do Ingá e ameaçam investir Alagoa Grande, Gurinhem e os domicílios rurais dos que não lhes acoitam, nem os protegem na faina inglória de anarquizar e destruir tudo” (Idem). Além disso, ao fim das matérias normalmente os jornais clamavam às autoridades por providências contra o banditismo, principalmente contra o grupo de Antônio Silvino, o cangaceiro mais comentado pelos poetas e cantadores,

²¹ Nesse contexto, o cangaço se constituía como uma saída e um meio dos escravos e demais homens pobres e livres sobreviverem à situação de miséria profunda e atrocidades.

proclamado pelos populares e odiado e perseguido pelas autoridades públicas dos Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

Já sabemos que a vida dos homens que habitavam os sertões do Nordeste era bem simples: trabalhavam comumente na agricultura e/ou na criação de gado; praticavam uma economia de subsistência e tinham uma alimentação à base de feijão, farinha de mandioca, rapadura e carne seca, podendo obviamente variar em momentos de crise ou entre uma comunidade e outra; vestiam-se com roupas típicas da região, no mais das vezes com calças e camisas compridas e na cabeça um chapéu de palha, feltro ou couro para amenizar o calor do sol. Uma vez no cangaço, a preocupação dos homens era tão somente a sobrevivência, fosse ela por meio de furtos e roubos ou por doações recebidas e troca de favores com populares ou mesmo comerciantes, fazendeiros e políticos. Além da maneira simples e utilitária de vestir, a utilização de armas foi o meio mais adotado, necessário e fundamental para tal propósito e a forma como elas e outros equipamentos eram dispostos pelo corpo: cartucheiras na cintura e/ou cruzadas sobre o peito, longos punhais, facas, revólveres ou pistolas conduzidas na cintura e bornais (que serviam para carregar pertences pessoais, dinheiro e alimentos) pendurados nos ombros, caracterizava o cangaceiro. Aliado a isso, a experiência dos homens do cangaço refletiam no imaginário popular, principalmente através dos poemas e canções.

Para muitos sertanejos que viveram entre os séculos XVIII e XX o cangaço foi fundamental como meio de vida e de sobrevivência, especialmente para escravos fugidos, agricultores e vaqueiros. Esses homens aspiravam por liberdade e justiça e diante das dificuldades, da seca e da fome não hesitaram em pegar em armas e viver de forma intensa, sem compromissos, sem responsabilidades, sem a preocupação com o dia de amanhã. O primordial para eles era garantir a sobrevivência.

Portanto, o que tinha a perder um escravo que fugia das amarras de seu senhor para se tornar cangaceiro e viver de forma livre e desinibida, fazendo das aventuras e dos conflitos cotidianos sua motivação para permanecer vivo num mundo tão desigual? O cangaço servia-lhe como um colírio para os olhos ressecados, cansados, irritados; um alívio para o peso das correntes, do tronco e dos chicotes. Se em 1822 “Lucas da Feira” decidiu fugir com apenas quinze anos de idade é porque, a exemplo de muitos outros, não suportou mais a escravidão e aí o cangaço aparece-lhe como refúgio. O cangaço também era o destino de muitos vaqueiros e agricultores que viviam subordinados aos mandatários locais e ao sistema político, econômico e social que favoreciam, e ainda favorece, aos mais abastados.

Ao desprender-se das amarras, o que esses homens levavam? O que vestiam e calçavam e o que utilizavam para defender-se de seus inimigos? Geralmente a roupa do corpo

e algumas outras peças que levavam em um pano qualquer; sapatos e sandálias fabricados artesanalmente em couro, típicos da região; o tradicional chapéu; algumas armas (rifle, revolver e/ou punhal), adquiridas de amigos ou conhecidos, compradas em feiras livres com o dinheiro arrecadado nos primeiros roubos e furtos ou, ainda, que roubavam de seus antigos senhores.

De modo geral, o cangaceiro era facilmente identificado pela sua indumentária: a maneira de vestir, o modo pelo qual dispunha o equipamento pelo corpo e as armas que carregava. O simples fato de andarem caracterizados provocava sensações distintas: medo, tensão, vingança, justiça e solidariedades, são alguns dos sentimentos que tomava conta das pessoas que mantinham algum tipo de contato com os mesmos.

Portanto, diferente da representação que ficou solidificada no imaginário popular sobre a indumentária do cangaceiro, entendemos que nem sempre esses homens utilizaram roupas tão adornadas e que a estilização ou os acréscimos estéticos à funcionalidade do equipamento só veio acontecer em meados da década de 1920. O termo “espetaculosa”, cunhado em novembro de 1929, pelo *Correio de Aracaju*, para se referir à indumentária utilizada por Lampião, dá indícios de uma transformação que só veio acontecer alguns anos após ele ter se tornado cangaceiro.

As duas ilustrações seguintes, do cangaceiro “Antão Godê”, possibilitam percebermos a simplicidade da indumentária utilizada pelos grupos de cangaceiros existentes antes de Lampião.

Nascido em Afogados da Ingazeira, região do Pajeú, em Pernambuco, “Antão Godê” foi chefe de cangaceiros, igualmente ao primo Antônio Silvino, com o qual se aliava sempre que possível para perseguirem ou se protegerem de inimigos considerados mais fortes. Atuante nas duas primeiras décadas do século XX, em vasta área dos sertões, principalmente na Paraíba, Antão Godê promoveu diversos conflitos com populares, autoridades locais e a força pública estadual. Foi, inclusive, na Paraíba que “Antão Godê” participou de seu último combate, no qual foi morto. Alguns jornais do Estado noticiaram o fato:

Telegrammas precedentes de Alagoa do Monteiro, noticiam uma luta travada entre a força policial commandada pelo alferes Antonio Ribeiro, que se acha em deligencia naquella região, e a horda de bandidos, chefiada pelo celeberrimo salteador e perverso Antão Godê. A deligencia deu um resultado salutar, optimo e feliz: foram mortos Manoel Estevam, Germino e o caudilho delles, o referido Godê. (*Correio da Semana*, 20 abr 1913)

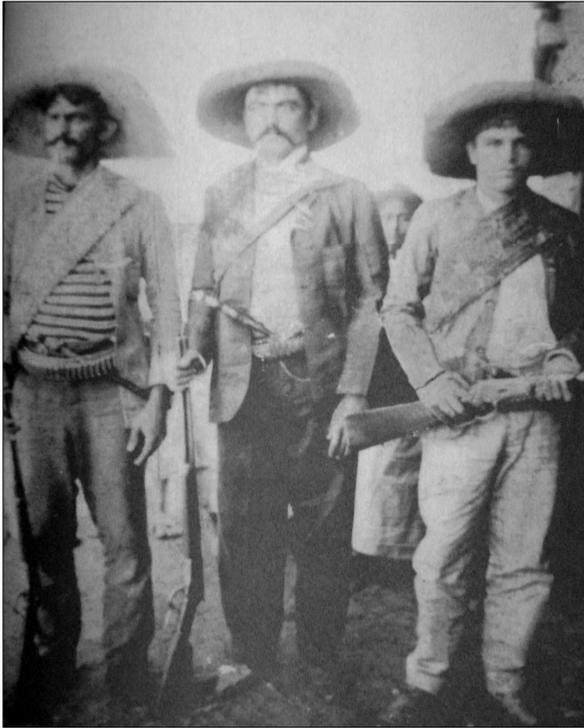


ILUSTRAÇÃO 3: Antão Godê. Ao centro da foto, Godê está acompanhado por dois cangaceiros de seu grupo. (Reproduzida de DANTAS, 2006)



ILUSTRAÇÃO 4: Antão Godê e um jovem cangaceiro. Godê encontra-se à direita da imagem. (Reproduzida de MELLO, 2005)

Alguns líderes de cangaceiros eram bastante vaidosos, gostavam de boas roupas, jóias e, principalmente, perfumes, porém sem muitos exageros ou preocupações estéticas. Quando deixavam que fossem fotografados, suas vestimentas era a mesma utilizada cotidianamente pelos agricultores e demais homens simples daquelas sociedades. Nas ilustrações de Antão Godê, percebemos que ele apresentava uma postura bastante firme; de pele branca e bigodes bem aparados, andava sempre alinhado, assim como seu primo “Antonio Silvino” e sua aparência nos faz lembrar, inclusive, os líderes da Revolução Mexicana, Emiliano Zapata e Pancho Villa.

Na ilustração 04, “Antão Godê” parece não se preocupar em encostar sua calça clara em chão de terra, aliás, calça que está combinando com sapatos e casaco da mesma tonalidade. Vestia camisa de mangas compridas e, na cabeça, um chapéu que parece ser de couro. A respeito dos acessórios, “Godê” usava na cintura uma cartucheira com um punhal atravessado e por cima do casacão apresenta-se uma correia de um bernal que, no mais das vezes, era utilizado pelos cangaceiros para carregar alimentos, munições, jóias ou dinheiro. Suas armas eram o punhal e o rifle, dos quais dificilmente se separava.

Outro aspecto que chama a atenção nesta ilustração de Antão Godê é a tenra idade do cangaceiro que lhe acompanha. É sabido que o cangaço proporcionava aos jovens órfãos a

oportunidade de vingarem a morte dos pais ou de lavar com sangue a honra da família que por acaso tivesse uma filha deflorada antes do casamento e o acusado fugisse de suas responsabilidades para com a moça. O companheiro de “Godê” apresenta a mesma postura e o mesmo padrão de vestimenta, traje comum entre agricultores e populares dos sertões do Nordeste. Isso é notável até mesmo entre os policiais, pois esses homens da “lei” também eram recrutados entre a população mais carente da região. “É o que sobra para o sertanejo. Quando não é a seca é o cangaceiro, é o soldado” (REGO, 1976, p. 17). Isto é, a necessidade, o sofrimento e a fome faziam com que as escolhas fossem limitadas.

Ao comparar os homens das forças públicas com os cangaceiros percebemos que, paradoxalmente, a função que exerciam (de proteger a população e prender bandido), os policiais tratavam as pessoas com mais violência do que os próprios cangaceiros, fazendo com que elas preferissem dar amparo aos ditos “bandidos” e lhes fornecer alimento do que entregá-los às autoridades. Esta concepção é enfatizada por Rui Facó quando diz que “por todo este interior do Brasil, onde quer que a polícia tenha chegado para perseguir cangaceiros ou 'fanáticos', praticou contra as populações rurais crimes mais hediondos do que os cangaceiros mais sanguinários” (FACÓ, Op. Cit., p. 44). Além disso, as volantes policiais visavam

indistintamente cangaceiros e supostos cangaceiros, ou informantes seus, ou ainda pessoas que nada tinham a ver com o cangaço. Enquanto os cangaceiros andavam de preferência nos matos, a polícia percorria cidades, vilas e povoados, cujos habitantes muitas vezes fugiam à sua aproximação. Não era para menos. As andanças dos destacamentos policiais eram verdadeiras expedições punitivas, atingindo indistintamente culpados ou supostos culpados e até inocentes, inclusive mulheres e crianças. (Idem)

Isto ocorria porque as volantes tinham carta branca para agir, indicando o quanto o cangaceiro incomodava as autoridades, isto é, a ordem em nome da qual falavam. O rigor das volantes na realização de suas tarefas, talvez, se deva ao fato de que existia uma rede de solidariedade para esconder da polícia o paradeiro dos cangaceiros, reforçando o apoio logístico para a sobrevivência do grupo. No romance *Fogo Morto*, por exemplo, o mestre José Amaro é um personagem que reflete bem os laços de solidariedade entre a população pobre e o cangaceiro “Antônio Silvino”. Mestre Amaro dava informações da localização dos policiais, “matava galinhas e dava para o Capitão Antônio Silvino” (REGO, 1980b, p. 57).

Além da aparência física e da maneira de agir, os policiais também se vestiam muito parecidos com os cangaceiros. Isto não podia ser diferente já que grande parte das forças policiais era composta por homens que habitavam naquelas zonas do Sertão e, com exceção

das patentes mais altas, os governos municipais e/ou estaduais não mandavam fardamentos específicos para os “macacos” que saíam na perseguição de cangaceiros. A esse respeito, vejamos a ilustração de “Antônio Silvino” entre seus capturadores.



ILUSTRAÇÃO 5: “Antonio Silvino” entre alguns de seus captores. Foto publicada no jornal do Recife em 02 de dezembro de 1914”. (Reproduzida de DANTAS, 2006. p. 302)

Ao ser preso, conforme noticiou a imprensa da época, Silvino “trajava calça e dolmã de brim com listas amarelas, tendo nas mangas 5 galões de fita de cadaço amarelo, indicando o posto de tenente-coronel do grupo de cangaceiros. Usava chapéu de vaqueiro e calçava sapatos de banho²²”. (MELLO. Op. Cit., p. 162)

Nessa ilustração, na qual Antonio Silvino encontra-se no centro e circundado por alguns policiais que fizeram parte da força pública responsável por sua prisão, podemos perceber que realmente não havia características na indumentária que pudessem colaborar para distinguirmos entre o cangaceiro e os policiais. Focalizando nosso olhar, em especial, para os dois policiais à frente do grupo, vemos que, a exemplo dos demais, todos se vestiam do mesmo modo: calças e camisas de mangas compridas, sendo estas vestidas por cima de outra, que podia ser também de mangas compridas ou curtas; chapéu de couro, alpercatas de couro cru e cartucheiras que eram carregadas à cintura e nas quais estavam os punhais e armas de fogo de pequeno porte. Essa semelhança entre a indumentária do cangaceiro e do policial

²² Os sapatos de banho eram calçados feitos de lona, com sola de corda de agave.

também foi representada na literatura regionalista de Rego (1976, p. 103) quando Bentinho reparou que os trajes dos soldados não eram diferentes aos dos cangaceiros.

Já na ilustração a seguir, podemos verificar a presença de dois oficiais trajando chapéus e roupas diferenciadas, tipicamente militares. Eram os responsáveis pelo grupo, designados pelos governos para comandarem as tropas contratadas no interior. Na extremidade à esquerda vemos o Tenente Teófanos Torres, o responsável direto pela força policial que capturou “Antonio Silvino”, e à direita o Sargento José Alvino de Queiroz. Na ilustração podemos perceber com mais nitidez a diferença entre o comandante e seus subordinados, homens da força pública que pareciam em tudo com os cangaceiros.



ILUSTRAÇÃO 6: “Parte da tropa que aprisionou Antônio Silvino. Na extremidade esquerda, o Tenente Teófanos Torres. No ângulo oposto, o Sargento José Alvino de Queiroz. Foto publicada no *Jornal do Recife*, edição de 02 de dezembro de 1914.” (Reproduzida de DANTAS, 2006. P. 302)

Se não fosse a presença do tenente Teófanos Torres, julgaríamos a fotografia como sendo uma representação de um grupo de cangaceiros. A semelhança entre cangaceiros e policiais era tanta que nem mesmo as pessoas que viviam nas zonas por onde esses homens circulavam sabiam distinguir entre um e outro, isto é: entre cangaceiros e policiais. Em depoimento prestado durante Sumário de Crime por Homicídio²³, Anna Pessoa informou, de maneira imprecisa, acerca dos possíveis assassinos seu marido. A testemunha disse que

²³ Este Processo Criminal foi aberto junto ao Primeiro Tribunal do Júri do Fórum Afonso Campos, Campina Grande-PB, no ano de 1906, no qual consta como autora a Justiça Pública e como réu Manoel Baptista de Moraes, vulgo “Antônio Silvino”.

no dia dois de Dezembro do anno proximo passado, de oito para nove horas do dia, estava em sua casa no lugar Torres quando a viu envadida por um grupo de soldados e um homem a paisano, os quais desfeicharam diversos tiros na pessoa de seu marido que morreu poucos minutos depois; que seu marido tinha recebido cinco tiros e duas faccadas; que lhe disseram que os soldados que haviam assassinado seu marido são os cangaceiros que acompanhão Manoel Baptista, conhecido por Antônio Silvino, o qual vinha apaisano, não sabendo affirmar se Antônio Silvino desfechou algum tiro em seu marido ou se todos os tiros foram dados por seus companheiros.²⁴ (grifo nosso)

Do depoimento, observa-se que tanto Anna Pessoa quanto as pessoas que lhe informam a respeito dos assassinos de seu marido, se referem aos cangaceiros como sendo um grupo de soldados e o fato de dizerem que Antônio Silvino “vinha apaisano”, ou seja, sem os equipamentos e as armas que os caracterizavam, diz respeito a uma das estratégias utilizadas por ele para adentrar nas localidades rurais, vilas ou pequenas cidades sem que fosse reconhecido.

Em síntese, essas imagens são bastante representativas do modo de vestir da maioria dos homens que viveram no cangaço até a década de 1920. O próprio discurso jornalístico, ao denunciar os feitos praticados pelos grupos de cangaceiros e os lugares por onde passavam, muitas vezes reforçava o perfil apresentado nessas imagens. Em uma dessas matérias, o jornal *O Município* apresenta a maneira como “Silvino” se portou e as roupas que vestia quando de uma visita que fizera a Augusto Rezende, proprietário da fazenda “Grossos”, localizada a três léguas da estação do Ingá, no ramal da via férrea de Campina Grande. Segundo o referido jornal

o celebre cangaceiro deu entrada na vivenda às 4 horas da tarde, acompanhado de cinco indivíduos armados a rifle e punhal. Dirigindo-se ao bacharelado Augusto Rezende, disse chamar-se Antonio Silvino e, acceitando a cadeira que se lhe offerecia, começou a palestrar alegremente. Estava descalço, vestia roupa cinzenta e tinha á cabeça moderno chapéo de massa quase preto [...]. (*O Município*, 28 de Junho de 1908, grifo nosso)

Portanto, uma indumentária bem simples em comparação àquela apresentada nas últimas imagens de Lampião, a qual contava com acréscimo estético e estilo que ficaram marcados no imaginário popular como sendo característica de todos os cangaceiros. Na fotografia a seguir, em que Lampião figura ao lado de Maria Bonita e cercado por alguns de seus homens de confiança, cumprimentando o fotografo Benjamim Abrahão podemos perceber o caprichoso trabalho estético presente em algumas peças do equipamento.

²⁴ Processo Criminal, s/n, 1906, Manoel Baptista (vulgo Antônio Silvino). Primeiro Tribunal do Júri do Fórum Afonso Campos, Campina Grande-PB.



ILUSTRAÇÃO 7: O fotógrafo Benjamim Abrahão e Lampião se cumprimentando. Ao lado, Maria Bonita e alguns homens de confiança. Fonte: <http://jerimumbeta.com.br/tag/historia-do-cangaco>. Acesso em 28 abril 2010, 10:50 hs.

Na obra *Os cangaceiros*, Maria Isaura Pereira de Queiroz reproduz o inventário feito pela polícia baiana após a morte de Lampião, em 1938, no qual relaciona o armamento e os objetos que compunham a indumentária desse cangaceiro. Dentre todos os objetos arrolados no documento, o chapéu e os bornais chamam nossa atenção devido à grande quantidade de adornos e bordados que foram introduzidos nessas peças:

Chapéu – de couro, tipo sertanejo, ornado em alto relevo em suas abas, com seis sinos de Salomão; barbicacho - de couro, com 46 centímetros de comprimento e ornado em ambos os lados com cinquenta e peças de ouro, de confecção variada, como sejam: botões para colarinho, para punhos, e cartões de tipo visita, com variadas inscrições como “Saudade”, “Recordação”, “Lembrança” e “Amizade”, em alguns, um “P” como inicial e em outro “C.L”, e mais três anéis, sendo um com pedra verde, outro uma aliança e o terceiro um de identidade gravado o nome “Santinha”; testeira de couro, com quatro centímetros de largura e vinte e dois centímetros de comprimento, onde estão afixadas as seguintes moedas e medalhas – duas com a gravação “Deus te guie”, duas libras esterlinas, uma moeda brasileira de ouro com a efígie de “Petrus II”, de 1855, e ainda duas brasileiras de ouro, respectivamente de 1776 e 1802; barbicacho trazeiro de couro, com as mesmas dimensões da testeira e ornado com as seguintes peças de ouro: duas medalhas com a inscrição e um brilhante pequeno e quatro outros de desenhos diferentes.

Bornais – um jogo bordado à máquina, com linha de várias cores e perfeito acabamento, tendo no fecho de um dois botões de ouro e prata e no outro apenas um botão de prata, encontrando-se, no respectivo suspensório, nove botões de prata e ainda apenso a um dos bornais uma caixa de folha de flandres, coberta do mesmo pano dos bornais, também bordado à máquina; ainda um bernal de brim azul mescla bastante usado, próprio para mantimentos, tendo como referência o ano de 1937 e as seguintes iniciais: C.V.F.S.L., tudo bordado à máquina. (QUEIROZ, 1977. p. 13-14)

Deste modo, seja na imagem fotográfica de Lampião, seja na descrição dos objetos feita pela polícia baiana, é possível perceber certa preocupação estética acrescentada à funcionalidade do equipamento. Talvez isto tenha ocorrido devido à vaidade de Lampião, bem como seu gosto pela arte do bordado. De maneira específica, a suntuosidade da indumentária de Lampião e de seus homens, com a delicadeza dos detalhes e o cuidado na produção/transformação de cada peça, contribuiu para a edificação, no imaginário popular, da imagem de Lampião como o “rei do cangaço” e, conseqüentemente, de sua indumentária como sendo típica do cangaço.

Em vista do exposto e contrário às afirmativas de Queiroz e aos argumentos que contribuíram para a solidificação do imaginário, no qual entende que tais objetos poderiam ter pertencido aos predecessores de Lampião, como o próprio “Antônio Silvino”, e que são, portanto, característicos de qualquer cangaceiro, acreditamos que o acréscimo estético na indumentária do cangaceiro só veio ocorrer de fato alguns anos após Lampião ter entrado para o cangaço. Apresentada e representada hodiernamente com sua forma estilizada ela não é marca e nem característica geral do cangaço, tampouco dos cangaceiros que viveram e protagonizaram no fenômeno antes de Lampião. Todavia, o mais importante é que, assim como a multiplicidade de grupos de cangaceiros, suas divergências em termos de intencionalidade e modo de agir, a indumentária se configura como um aspecto também distinto e variável de acordo com o tempo e os grupos que existiram.

Portanto, observamos que ao ser transpassado pelas complexidades das relações e costumes de seu tempo, Silvino parecia um caleidoscópio no qual mudara de formatos e cores ao passo em que ia, por trilhas no mais das vezes incertas, “tocando” sua vida de cangaceiro. A compreensão que tinha de si, também não era uniforme, tampouco as percepções das pessoas sobre ele. Ora falava do cangaço como sendo um paraíso, ora expressava o desejo de abandoná-lo. Parecia que depois de algum tempo, estava angustiado com a sorte que a vida havia lhe proporcionado. Já com relação às pessoas, não importa se fossem populares ou intelectuais, fazendeiros, comerciantes ou políticos, todos tinham uma visão bem peculiar de Silvino, assim mesmo como um caleidoscópio que, ao passar de mão em mão, no mais leve dos movimentos, muda de forma. Esse cangaceiro era visto como herói por uns e como bandido por outros, de modo que as representações fossem sendo construídas de várias maneiras.

2.6 Compreensões de si, percepções de mim. Silvino e a vida no cangaço

Eu fui um barco perdido
nas ondas do alto mar
não tive busola nem leme
que me pudesse guiar
afundei longe de terra
e não pude me salvar.

(*O leão na jaula: Antônio Silvino*, Leandro Gomes de Barros)

Estava mesmo Antônio Silvino como um barco à deriva? Sua vida de ambiguidades, de contrastes e incertezas o levava a uma trilha sem volta? Silvino parecia compreender que, após entrar no cangaço, sua vida tornara-se selvagem. Impulsionado pelo desejo de vingança, sua ignorância levou-o a mudar de personalidade: ao escolher o crime como solução de seus problemas, passou a agir com violência, com rigor para com os que atravessavam seu caminho, seus inimigos. Preso, teria reconhecido sua má conduta, mas uma conduta imposta pela vida de espinhos, de amarguras e de sofrimentos. A trilha do crime o levou ao lugar que já parecia ser certo: à prisão, mas também poderia tê-lo levado à morte, ao cemitério. Mas, apesar de tudo, não é certo afirmar que a vida de Silvino tenha sido de todo sofrimento, a liberdade proporcionada pelo cangaço lhe possibilitara, dentro das vicissitudes da vida, muitas alegrias, além de manter as esperanças de vingar a morte do pai.

As lamentações e angústias de Antônio Silvino só são expressas, de forma mais acentuada, quando ele se encontra preso no cárcere, sentindo o ardor da vida: “Quando eu penso em minha vida, e ser um ente infeliz, ter um nome tão tímido que todo mundo mal diz, tenho uma inveja profunda daquella que a sorte o quis” (*O leão na jaula: Antônio Silvino*. Leandro Gomes de Barros). Por outro lado, reconhecendo a vida de bonança no cangaço, onde gozava da liberdade, caminhando por diversos lugares, Silvino teria confessado apenas dois remorsos em toda sua vida: “a morte de uma donzella, que elle assassinou em Pernambuco, e os desaforos e maltratos atirados contra o vigário Antonio Galdino” (*A Imprensa*, 11 de Dezembro de 1914), fora isso, sempre se gabava das glórias obtidas, das vitórias sobre os policiais, dos furtos e roubos aos comerciantes e fazendeiros...

Suas proezas não tinham sido realizadas nem presenciadas em nenhum outro lugar dos sertões. Até mesmo outros grandes cangaceiros que existiam no período, considerados “homens de categoria” (por expressar coragem, dignidade, respeito e honra) lhe rendiam homenagens e lhe tratavam com cortesia e veneração. Quando iam lhe falar, tiravam logo o chapéu e pediam licença ao seu capitão (*O silêncio de Antônio Silvino*, s/d).

Todavia, de tempos em tempos Antônio Silvino sentia necessidade de descansar um pouco, dar uma pausa em suas correrias e contendas cotidianas. Nesses momentos, os conflitos davam lugar às sociabilidades e às relações amistosas²⁵, sem que seu nome ficasse esquecido, continuava sendo o mesmo “rifle de ouro”, o mesmo “governador do sertão” (*As lágrimas de Antônio Silvino por Tempestade*, s/d). Se ninguém mexesse com ele, se conservava em paz, acautelado. Às vezes, a tranquilidade e a serenidade de um momento o levava a refletir na vida de cangaceiro e a desejar abandoná-la. Tentou reabilitar-se por três vezes, conversando com os padres Custódio, Almeida e José Paulino para intercederem por ele junto ao Governo Federal, mas, apesar de todas as tentativas, não obteve perdão (*Um cangaceiro diferente: Antônio Silvino*, José Praxedes Barreto).

Consciente de que o cerco policial estava se fechando a cada ano, o cangaceiro sentia uma necessidade extrema de negociar a paz com o Governo, o qual, segundo alguns populares haviam lhe dito, também tinha o mesmo desejo. Porém, era preciso constatar a veracidade das falas, confirmar o que de fato queria o Governo, mas sem antes se preparar e prevenir, já que as ações em prol de sua captura estavam se acentuando. Contudo, teria buscado informações acerca de um possível acordo com o governo.

Se fizerem paz commigo
deixo de ser cangaceiro
planto fava, crio bode
a mim não falta dinheiro
boto o cangaço n'um canto
cobro imposto mais não tanto
fica o imposto maneiro.

É o que tenho a fazer
se o plano não for errado
pois o governo acceitando
fica o Brasil descançado. (*As proezas de Antônio Silvino*, 1908)

Estabelecido o plano, por volta de 1910, Antônio Silvino teria resolvido escrever um ofício para o Governo Federal, outro para o Governo Estadual e conforme fosse a resposta, ainda escreveria um terceiro para o Municipal (*Os cálculos de Antônio Silvino*, 1908). Entretanto, não sabemos se ele chegou a remeter os ofícios, o certo é que permaneceu no cangaço até o ano de 1914, indício mais do que forte para entendermos que nenhum acordo foi firmado.

De modo geral, a compreensão que Antônio Silvino tinha de si mesmo era de um homem que sempre tentou fazer as coisas certas, dentro das “leis do sertanejo”. Porém, nem

²⁵ Ver na Trilha 2, o tópico “Resistindo com: táticas e solidariedades”.

sempre o que é certo para um, é de igual modo para outro e ao mesmo tempo em que ia conquistando a simpatia daqueles que de alguma maneira ele ajudou, ia arranjando intrigas com os que ele assaltou, roubou ou desonrou. As contrariedades de sua vida são perceptíveis através de suas práticas cotidianas, criminosas ou não, as quais refletiram nos discursos e representações sobre o mesmo.

Adorados por uns, detestados por outros. Eram esses os sentimentos mais gerais da população para com aqueles cangaceiros que deveriam ser os seus salvadores, vingadores e justiceiros ou, por outro lado, seus assassinos, estupradores, maculadores de famílias honestas. Mas, qual o porquê dessa contradição? Por que os cangaceiros agiam de formas distintas? O que os levava a agir cordialmente com uns e de forma agressiva com outros? A princípio, podemos observar que havia entre as parentelas e os grupos políticos de várias localidades nortistas acirradas disputas pelo poder, que normalmente atingia a população mais carente. Quando um grupo de cangaceiros era formado, não raro ele ficava entre as disputas ou jogo de interesses desses grupos, relacionando-se ora amistosa, ora conflituosamente com um ou com outro, prestando serviços, tomando parte em alguma questão de honra, defendendo seus próprios interesses.

Ora, se alguns grupos de cangaceiros eram admirados, a exemplo do grupo de Antônio Silvino, era porque prestavam algum “serviço”²⁶ aos populares que sofriam com as estiagens ou que viviam “obrigados” a aceitar a autoridade despótica do Coronel ou dos grupos dominantes em cada região. Deste modo, vários populares viam no cangaço a esperança de poderem alimentar-se melhor, de vingar alguma desonra feita por um “grande” ou fazer justiça quando os poderes legitimados não a faziam.

Nesse sentido, o que seria das ditas famílias “maculadas” se não fossem os cangaceiros? Em quem as pessoas mais pobres se apoiariam se os responsáveis pela sua proteção estavam agindo contra eles, tirando suas poucas possibilidades de sobrevivência? Pediriam auxílio aos fazendeiros, mesmo sabendo que viveriam explorados, esperançosos que um dia Antônio Silvino lhes vingasse? Ou eles mesmos entrariam para o cangaço e fariam sua própria justiça? São perguntas complexas, mas as alternativas não eram muitas para aquelas pessoas que experimentaram tais situações.

São muitas as histórias de pessoas que sofreram perseguição, desonra ou que tiveram algum parente assassinado por cangaceiros e capangas de Coronéis. As representações

²⁶ Em várias ocasiões, os cangaceiros se solidarizavam com os pobres que estavam passando por algum tipo de necessidade. Nas redes de solidariedades estabelecidas entre cangaceiros e populares, discutidas no segundo capítulo, podemos perceber a diversidade de serviços (modos de ajuda) prestados pelos cangaceiros.

literárias são ilustrativas para a compreensão desses conflitos. José Lins do Rego retrata algumas contendas que foram recorrentes no cotidiano das pessoas que vivenciaram o tempo de Silvino. Em uma delas, contada por uma negra que vivia nas terras do capitão Custódio, dizia que Fidélis, um irmão seu, foi assassinado pelos capangas de Cazuza Leutério.

Morreu, coitado, numa barranca do S. Francisco, de um tiro doido. Ele disse aqui, a pai, que ia a mando de Dona Mocinha. Mió que tivesse ido pro cangaço. Aparício não rouba de pobre e castiga os graúdos. Ôi, se tivesse cangaço pra muié, estava nele. (REGO, 1976, p. 21)

Frente às injustiças, sempre havia o desejo de vingança. Se a Justiça de direito não resolvia os problemas que a ela cabia, a solução era o cangaço, pois uma vez desonrado a vida de um sertanejo parecia não ter mais importância. Então, o cangaço agia como uma instituição que de fato, e não de direito, tinha um papel fundamental para aquela sociedade, ou seja, o de manter seus códigos de honra e moral.

Outra saga bastante comumente representada no romance de José Lins é a dos irmãos Terto e Germano, dois sertanejos de Vila Bela que foram trabalhar no engenho do capitão Custódio após sua família ter sido “desgraçada” pela força policial. Segundo o narrador, o capitão Aparício Vieira teria passado certa vez pelo sítio onde Terto e Germano moravam com seus pais e irmãs.

O velho recebeu os homens conforme as suas posses. Deu-lhes coalhada e tratou-os como se trata uma visita de cerimônia. Pois bem, não demorou muito e bateu por lá a força do Tenente Lopes, homem também natural de Vila Bela: - pegaram o velho meu pai e foram com ele ao cipó-de-boi. Amarraram ele na prensa da casa de farinha e foi um dar de cortar coração. [...] As minhas irmãs deram para chorar e eu vi o desgraçado dum praça apalpando uma delas como se fosse galinha. [...] Fizeram o diabo nas moças bem na nossa cara. Levaram o velho para Vila Bela, estragaram as moças minhas irmãs e foram dando no velho até na cadeia. (REGO, 1976, p. 24)

Em meio a sociedades tão moralistas, onde os homens priorizavam as questões relativas à honra da mulher e da família, como essas moças desonradas podiam viver naquela comunidade? E a vida de seus irmãos? Não teria mais sentido se a honra da família não fosse vingada. Portanto, desde o dia que ocorreu esse fato Germano não sorriu mais. Sua alegria de viver teria acabado. Só pensava numa coisa: entrar para o cangaço e vingar a desonra feita em suas irmãs. (REGO, 1976, p. 25)

Muitos acreditavam na justiça dos cangaceiros e faziam o possível para ajudá-los e protegê-los, pois apesar de agirem com violência alguns grupos só faziam mal aos seus inimigos. Todavia, a relação com os cangaceiros era uma faca de dois gumes. Servir de coiteiro não garantia segurança e tranquilidade. As volantes policiais eram mais brutais do

que os próprios cangaceiros e, por isso, nem todas as pessoas estavam predispostas a ajudar. Quando não tinham medo, acreditavam que os cangaceiros não levavam uma vida digna.

Também muitos pais e mães de família que tinham algum filho no cangaço culpavam os chefes dos cangaceiros pelo destino do filho. O cangaço era entendido por alguns como o mal do Sertão, o meio que transformava meninos e rapazes dóceis em criminosos – ladrões, assassinos, esturpadores, homens sem coração que só viviam de matar e morrer.

O meu filho Anacleto, depois que foi se perder em Jatobá, caiu no cangaço e anda no bando de Aparício e me disseram que Aparício carregou o Santo para o Ceará. Este cabra tem desgraçado o sertão e botado a perder os filhos da gente. Anacleto era um bom rapaz. (REGO, 1976, p. 15)

Realmente, qual a mãe que gostaria de ver o filho viver sem nenhuma expectativa de vida, podendo a qualquer momento ser morto em um conflito com as forças do Estado ou por algum inimigo que fizera nas andanças de cangaceiro? Se o cangaceiro sofria em detrimento das péssimas condições de vida, sua mãe provavelmente sofria muito mais, e não só ela como também seu pai e seus irmãos. Era uma vida de angústias, de pessoas que, como Bentinho, pareciam pagar pelos outros, mas que sonhava em viver

longe de tudo isto, eu bem que me queria ligar ao povo do mestre Jerônimo. Casar com a filha dele, aprender o ofício de mestre e sair do sertão atrás de um engenho no Brejo. Onde pudesse viver longe, bem longe de Aparício. Mudaria minha vida, correria dos antigos da família e com a minha mulher e com os meus filhos tinha que criar outro mundo onde pudesse voltar às lições do padrinho, o padre do coração de ouro. (REGO, 1976, p. 54)

É certo que muitos desejaram entrar no cangaço, alguns até conseguiram, outros se apoiaram na certeza de estarem fazendo o melhor para sua comunidade. Mas, outros tantos viviam com um medo constante. Segundo Rego (1976, p. 105), o medo de muitos sertanejos não era o medo de morrer. “Havia um medo maior, mais deprimente, mais terrível, consumindo-lhe a vida: o medo de cair no cangaço”.

Em suma, o cotidiano conflituoso das pessoas que vivenciaram esse período, nos leva ao entendimento de concepções múltiplas acerca do cangaço: do modo de agir, de se comportar, de vestir e do que entendiam por honra e moral. Assim, ao refletir sobre o cangaceirismo, devemos ir mais além das discussões que perpassam os conflitos por terras, as condições precárias de vida e, talvez, o próprio banditismo. Faz-se necessário pensar, sobretudo, em territórios constituídos pela ação do homem que se fez presente e lutou pela sobrevivência, que manteve relações de conflitos e laços de solidariedade, se deixando transpassar por sentimentos diversos em suas relações com a comunidade da qual participava. É o que passamos a discutir no próximo capítulo.

TRILHA 3: EXPERIÊNCIAS E COTIDIANO DE VIDA NO CANGAÇO

Uma nova trilha se apresenta e nela as relações sociais em torno do cangaceiro Antônio Silvino passam a ser vistas como constituintes de uma nova cartografia para os espaços/territórios nortistas, tanto nas áreas rurais quanto nas urbanas. Na história social, os atores não se apresentam como únicos protagonistas, como ocorria na história tradicional. Agora, passaram a ser vistos de igual modo aos populares ou, de modo inverso, estes passam a ter lugar especial nas discussões acadêmicas por serem encarados como agentes ativos de nossa história: uns, importantes em seu meio social (políticos, fazendeiros, ricos comerciantes); outros, homens e mulheres pobres que habitavam em casas simples, cuidando de seus afazeres domésticos e das crianças, vivendo da agricultura em seus pequenos sítios, produzindo artesanato e vendendo seus produtos nas feiras livres das cidades ou que trabalhavam nos estabelecimentos e residências dos mais abastados. Muitos deles, independentemente de etnia, religião, partido político, ideologia ou posição social, mantiveram relações com o cangaceiro Antônio Silvino, relações essas que, ao passo que ocorriam, estabeleciam outras configurações para os espaços, como se estivessem a escrever um novo texto para suas vidas.

Entendemos que o espaço refletido na idéia de território só é possível com a complexidade da vida social, com a (re)construção e (re)definição promovida pelas significações, práticas e usos que dele faz seus sujeitos (moradores e/ou transeuntes). Segundo Rolnik (1992), o espaço deve ser visto como expressão do processo social que antecede o território, no qual, a partir dele, nos faz pensar sobre as transformações políticas, econômicas e sociais. Mas é importante destacar que para se estudar o espaço vários fatores devem ser levados em consideração, a exemplo do tipo de espaço ou mesmo dos elementos que corroboram na constituição do mesmo. Nesse sentido, a discussão com estudiosos que se preocuparam com a temática, a exemplo de Maria Stella Bresciani e Fábio Gutemberg de Sousa, se faz relevante para discutirmos alguns elementos que, em se tratando das análises sobre cidade, devem ser levados em consideração.

Ao refletir sobre o tema, Bresciani (1992) percebe a cidade como um fator histórico que se constituiu mediante as necessidades humanas e que pode ser estudada em seus diversos aspectos, políticos, econômicos, sociais e culturais. Mas no tocante ao conceito de cidade moderna devemos ter um cuidado especial, uma vez que não devemos entendê-la no sentido de continuidade no tempo. A reflexão sobre a mesma deve partir de elementos como a

técnica, a mecânica, o social e suas novas identidades, a sensibilidade burguesa e o lugar da história ou o “progresso”.

Na concepção da autora, a questão técnica está relacionada com a racionalização do espaço vinculado ao saber médico, ou seja, na verificação e transformação do meio ambiente em um lugar que não traga tantas complicações ao homem. Para que isso ocorresse se fazia necessário a interferência do público no privado por meio de implementação de políticas que interferissem tanto meio ambiente quanto na organização dos espaços e das vidas das pessoas. Os dados técnicos e o saber médico passaram a influenciar na organização física das cidades de modo que a constatação de uma epidemia era suficiente para a transformação de uma cidade ou parte dela, através de políticas que viabilizavam a canalização da água e dos esgotos evitando o desenvolvimento da doença para outros setores da cidade.

Concomitante com os problemas urbanos que iriam aparecendo surgiram novos signos ditos modernos que, por sua vez, eram frutos de políticas habitacionais que resultavam normalmente em redefinições do espaço, como alargamento de ruas e divisão nos cômodos das casas, entre outros, que reeducava as pessoas à base de uma educação burguesa e levava-as a uma individualidade que, segundo Aranha (2003), é causada pela sensibilidade da personalidade a partir do rápido crescimento e desenvolvimento da estrutura física e econômica da sociedade.

No que tange à mecânica e a questão social no Nordeste brasileiro é visto que, a partir do inchaço das cidades, provocado pela migração de pequenos agricultores e demais populares que lidavam com o mundo rural, os grupos oprimidos passaram a reivindicar direitos à sobrevivência²⁷. Ao mesmo tempo em que os pobres reivindicavam seus direitos, lutando contra as instituições opressoras, ele se tornava um grupo que promovia, aos olhos dos poderes públicos, a desordem, o caos. Portanto, visto que as resistências populares passavam a interferir diretamente na política e nas relações sociais, uma vez que suas práticas preocupavam e ainda preocupam os poderes públicos e ameaçam seus ideários de desenvolvimento, era entendido como necessário que a questão social fosse regulada pela política, por meio de mecanismos administrativos que controlassem os embates entre os diversos segmentos sociais.

²⁷ A partir da representação feita no filme *Morte e vida Severina*, do poema de João Cabral de Mello Neto e dirigido por Walter Avancini, podemos perceber como em determinados momentos de nossa história parte da população nordestina resistia às crises provocadas pelos longos períodos de estiagem, carestia e desigualdades sociais, migrando para os grandes centros urbanos, a exemplo de Recife. As resistências, nesse caso, podem ser percebidas através das falas, gestos e comportamentos dos personagens da obra cinematográfica.

Além disso, devemos levar em consideração as críticas acerca das visões de cidade como lugar do progresso e da civilização, como lugar do capital e dos conflitos sociais e como lugar de disciplina. Nesse sentido, Sousa (2001) discorre sobre as perspectivas positivista, que dá ênfase aos assuntos políticos e relacionados com a vida das elites; marxista, que além de contribuir para a crítica às ambigüidades do progresso, a partir de conceitos e análises de grupos marginalizados, mostra o progresso como aquele que traz simultaneamente o desenvolvimento e a miséria por meio do capitalismo; e foucaultiana, a qual busca verificar, entre outros aspectos, as mudanças ocorridas na cidade como estratégias da elite burguesa, por meio de suas formas de organização, de ordem, disciplina e controle às camadas pobres. Ao tempo em que se distancia de tais posturas, aproxima-se da história social da cultura na tentativa de abordar sobre o papel autônomo desempenhado pelas camadas populares na constituição das cidades. Para esse autor, a cidade se faz sobre as bases das práticas culturais e das relações sociais estabelecidas pelas pessoas simples, bem como pelas relações entre a violência dos levantes urbanos e seus ritos, as táticas, astúcias e capacidade de reapropriação do homem comum diante da determinação dos poderes dominantes. Em síntese, entender a cidade enquanto território, enquanto espaço que só se constitui pela presença do homem, é se preocupar acima de tudo com o cotidiano de trabalhadores e com a experiência dos grupos sociais e étnicos diversos e específicos, a exemplo dos agricultores, vendedores ambulantes, soldados, donas de casa, etc., como eles enfrentam seus problemas, as redefinições que fazem no uso dos espaços e como vivenciaram as mudanças ou tentam resgatar a diversidade das experiências e perspectivas diante dos projetos dos grupos dominantes.

Partindo desses pensamentos, a reflexão que norteia essa nova trilha está, pois, com o cotidiano de Silvino, suas experiências cotidianas e sociabilidades estabelecidas com grupos sociais e étnicos diversos, tanto na cidade quanto no campo.

Pelos múltiplos espaços, o território se alarga e as sociabilidades passam do campo à cidade e vice-versa num emaranhado de trilhas que, no mais das vezes, se tornam confusas e incertas. Em alguns momentos ficamos sem saber para onde o cangaceiro rumou, em outros não sabemos onde encontrá-lo e, vez ou outra, o vimos numa encruzilhada entre o mundo tradicional e o moderno ou, pelo menos, ao que está se modernizando.

A instalação de alguns signos do moderno nas cidades paraibanas, como em outras cidades do país, implicou em inúmeras conquistas, a exemplo do encurtamento das distâncias e agilidade na comunicação entre as pessoas. Entretanto, apesar dos benefícios para a sociedade, a introdução desses elementos provocou alguns conflitos no seio de nossa sociedade. A relação de Antônio Silvino com os bens modernos era confusa e ambivalente:

ora se contrapunha, ora se aliava aos mesmos. A resistência podia ser empreendida pela retaliação e depredação (de forma consciente e muitas vezes planejada – pois sabia que o trem, o telégrafo e o correio podiam ser usados em sua perseguição e/ou captura, de modo que as forças policiais poderiam se deslocar com mais rapidez ao local onde ele encontrava-se, assim como as informações sobre seu paradeiro chegar à capital do Estado – de onde partia os maiores agrupamentos policiais em sua perseguição) ou de maneira astuciosa e utilitária – na qual ele se apropriava de tais elementos para tirar vantagem financeira ou ludibriar os policiais em sua perseguição. Em 1906, por exemplo, Antônio Silvino teria exigido indenização à companhia inglesa Great Western para que a locomotiva que conduzia materiais e trabalhadores a serviço da construção da estrada de ferro que ligaria Itabaiana à Campina Grande passasse pela Vila de Mogeiro-Pb. Também teria feito uso de telégrafos mandando mensagens às autoridades governamentais e policiais informando que estava a caminho de determinada vila ou cidade, quando na verdade estava caminhando em direção contrária do lugar indicado.

Além disso, as práticas de resistências eram desencadeadas a partir de relações de poderes preestabelecidos, de imposição de normas, das perseguições policiais e dos próprios conflitos com os diversos grupos sociais. Essas novas implicações levam-nos a seguir por outras trilhas, a dos conflitos interpessoais com fazendeiros, comerciantes, padres e policiais, bem como com agricultores, donas de casas, vendedores, entre outros populares que habitavam sítios, vilas e cidades de nosso Estado. Mas, devemos observar que tais relações de conflito nem sempre ocorriam de maneira planejada, em muitas ocasiões elas se davam no ato do contato, de forma imprevista e impensada. De uma simples conversa, uma palavra mal interpretada podia gerar uma intriga ou um conflito corporal que causasse ferimentos e até a morte de alguém. O mesmo podia ocorrer se um comerciante ou fazendeiro negasse algum pedido de dinheiro por parte do cangaceiro ou se algum popular lhe negasse coito (esconderijo, alimento, armas,...).

Assim, durante o tempo que Silvino permaneceu no cangaço, o índice de assassinatos, ferimentos, roubos e furtos foi tão alto que mobilizou e uniu os governos da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará em sua perseguição, mesmo sabendo-se que nem todos os crimes tinham sido cometidos por ele (era de conhecimento das autoridades que diversos outros grupos de cangaceiros agiam nas vastas áreas sertanejas). Nesse caso, a perseguição a Silvino foi desencadeada de maneira mais intensa por ele representar, para os grupos de intelectuais, o “maior dos cangaceiros”.

Sendo assim, poderíamos levantar a seguinte indagação: se a perseguição a Silvino foi mais acentuada, por que ele sobreviveu durante dezessete anos no cangaço? A resposta pode ser encontrada nas táticas utilizadas pelo cangaceiro e nos laços de solidariedade mantidos tanto com populares, que se vendo desamparados pelos poderes públicos lhe davam proteção, comida, amparo, enfim, o apoio necessário para escapar das intensas perseguições promovidas pelas diversas volantes policiais, quanto com os fazendeiros, comerciantes e políticos que lhe forneciam dinheiro para a compra de armas, munição e alimentos e, em troca, Silvino lhes prestava inúmeros serviços, a saber: resolvia questões de honra ou moral, dava auxílio político, ajuda financeira em momentos de crise econômica que provocava carestia e fome, entre outros.

Além do mais, sugerimos a hipótese de que essas solidariedades se estenderam até os poderes públicos, ou seja, os políticos da Paraíba mantiveram uma estreita relação com Antônio Silvino em benefício de seus objetivos políticos, econômicos e sociais. Tal relação teria existido camufladamente, sem que a sociedade percebesse ou que fizesse de conta que não percebia. Para tanto, foi necessário criar uma teatralização na tentativa de esconder da população a união entre um grupo e outro (políticos e cangaceiros). Assim sendo, os cangaceiros auxiliaram os políticos em campanhas eleitorais e nos conflitos com as parentelas rivais e em troca tinham as “rédeas afrouxadas”, isto é, os políticos não empreendiam grandes esforços em sua perseguição. Então, as inúmeras forças policiais agiam dissimuladamente para mostrar que o “governo” estava fazendo algo para acabar com o banditismo, quando na prática isso não ocorria: “uma mão lavava a outra”.

Além do mais, sabendo-se que o desencadeamento das relações conflituosas terminava, normalmente, nos tribunais do júri, buscaremos refletir - através de processos criminais, correspondências e auto de perguntas diversos (acusações e interrogatórios) sobre o envolvimento de Antônio Silvino na Paraíba - sobre as tensões e angústias de cangaceiros e populares frente o poder judiciário, ou seja, como seus comportamentos e falas se estabeleciam em detrimento das subjetividades para com os cangaceiros acusados e o próprio poder público. Nesse caso, as resistências também eram variadas: mudanças nos depoimentos prestados entre a delegacia e no Tribunal do Júri dizem muito sobre as mesmas relações, as quais são descobertas pelo silêncio da testemunha ou pela fala de afrontamento à instituição do cangaço e à normatização social instituída pelos poderes legitimados.

3.1 Ambivalência do moderno em Silvino

É sabido que desde o período imperial a sociedade brasileira cobrava das autoridades públicas “melhoramentos materiais”, em especial a instalação e/ou ampliação dos setores de transporte, energia, comunicação, água e esgotos. Com a transição política para o sistema republicano, as pessoas passaram a vivenciar novos projetos de desenvolvimento social e cultural, intensificados pelos ideários positivistas. Mas, para que isso fosse possível, era necessário que o Estado passasse a exercer um controle maior sobre os segmentos da vida social, estendendo suas funções e seus domínios para o espaço privado, de modo que a imposição de leis teria a função de ordenar a todos que estivessem sob sua tutela. Nesse contexto, para que o tão esperado progresso ocorresse em algumas cidades do Nordeste era imprescindível a realização de novas conquistas materiais, símbolos que para o imaginário da época eram tidos como modernos, a exemplo do trem, do telégrafo, do telefone e da eletricidade, entre outros equipamentos que advieram com o objetivo de facilitar a vida das pessoas, trazendo-lhes agilidade, segurança, conforto, comodidade, praticidade, saúde, etc..

Sabendo-se que nesse período o país sofria com o atraso decorrente das políticas econômicas agroexportadoras, era de se esperar que a grande maioria das cidades brasileiras não desfrutasse de mecanismos nem de políticas públicas que possibilitassem melhorias sociais e culturais. Além disso, vale salientar que apesar de algumas cidades terem sido contempladas com algum desses signos elas ainda não podiam ser consideradas como desenvolvidas ou inseridas num processo de modernidade, pois a nosso ver a introdução dos mesmos atendia principalmente as necessidades das elites locais e nacionais e isso é notório quando percebemos, ainda hoje, que em determinadas regiões (aí podemos destacar boa parte do interior do Nordeste) a decadência de algum ciclo econômico levava as cidades, quase sempre, a uma estagnação, tendo elas recebido ou não algum elemento dito moderno. Assim, é importante perceber que por trás dos discursos de desenvolvimento ou de progresso havia certa estrutura de poder, com suas hierarquias sociais e mentalidade patrimonialista, ainda que em sintonia com as “modernices” estrangeiras.

Independente da intenção pretendida com a introdução dos símbolos do moderno em vastas regiões do país é sabido que os mesmos provocaram e provocam significativas mudanças no comportamento das pessoas e da sociedade em geral. Por exemplo, antes do trem os serviços postais a longas distâncias, responsáveis pela entrega dos jornais, cartas e revistas, eram realizados por tração animal. Este meio de transporte fazia com que as informações chegassem às cidades interioranas com vários dias de atraso, alargando o tempo

de espera de determinadas informações e, conseqüentemente, atrapalhando algumas relações sócio-comerciais. Portanto, entendemos ser benéfica toda e qualquer conquista material que venha favorecer a sociedade num sentido de melhorar sua qualidade de vida.

Alvo das análises e reflexões de Aranha (2003), o trem é visto como o canal que liga as cidades nortistas ao resto do país, servindo tanto de transporte de passageiros e de cargas como de notícias e novidades, viabilizando e facilitando a divulgação de materiais impressos como jornais e revistas e, conseqüentemente, estimulando a mudança de hábitos de comunidades inteiras que residiam em vilas ou cidades por onde passava, bem como a todas aquelas que se situavam em sua circunvizinha. Desta forma, o trem aparece como elemento que encurta distâncias e tempo, viabilizando a locomoção de cargas e passageiros e agilizando a circulação e entrega notícias e de correspondências.

Por serem conquistas que necessitavam de altos custos para sua produção, quando esses símbolos modernos foram introduzidos na sociedade passaram a servir, especialmente, aos grupos sociais mais abastados, aqueles que realmente podiam pagar pelos serviços, além de suprir os interesses públicos, a saber: troca de correspondências acerca da situação política em determinada região; transmissão de mensagens telegráficas informando a chegada de autoridades nas cidades ou dando conta do paradeiro de criminosos; transportando políticos em campanhas eleitorais ou batalhões completos de policiais que seguiam na perseguição aos cangaceiros. Essa idéia também pode se estender a outras conquistas ditas modernas, a exemplo do sistema de água encanada, de esgotos ou da eletricidade, as quais beneficiavam inicialmente as classes mais abastadas.

Evidentemente os signos da modernidade, em especial o trem e o telégrafo, eram vistos pelos intelectuais e homens públicos como a salvação do país. O progresso e a industrialização só eram possíveis, aos olhos dos mesmos, mediante o advento de tais conquistas materiais. Ao criticar a ignorância humana frente à criminalidade na Paraíba, a imprensa brejeira, no interior da Paraíba, evidencia os anseios de sua época:

[...] si alguns casos de sangue tingem as calçadas das ruas ou os lagêdos dos caminhos, é um producto das paixões habituaes que nunca se corregir, mas somente modificar poderão com as desciplinas da epocha. Aqui, como ali, como acolá, o homem rouba e mata, sem as innatas inclinações criminosas, pois o crime é a ignorância, o momento, a paixão, a honra e a dignidade. A luz benéfica da civilisação que vae entrando na barbaridade das Chinas e das Indias, só entrará até nós, quando houvermos por toda a parte a cruzada bemdicta dos telegraphos e das locomotivas. Então seremos industriosos e progressivos. (*Correio da Serra*, 05 de Fevereiro de 1910. Grifo nosso)

Outrossim, o discurso da imprensa nos possibilita rastrear os efeitos que o advento de respectivos símbolos do moderno causou na sociedade paraibana. Ao denunciar a criminalidade no interior do Estado e uma possível trama política, o jornal *A república*, com sede na capital, deixa expresso que tendo em vista a contensão dos conflitos em determinadas regiões (ou possíveis arranjos políticos) o trem se fazia necessário para encurtar a distância entre a capital e o interior Estado, bem como para locomover grandes contingentes de policiais.

Com um grande destacamento de policia seguiu hontem, pelo trem do horário, com destino á Villa do Teixeira, o Sr. Alferes Genuino Bizerra, que, segundo consta-nos, leva ordens terminantes, não sabemos si, para restabelecer a ordem ou si, conforme desejam os *supremistas* para encorporar-se a horda de bandidos que desde muito planta ali a discórdia, o terror e a miséria. Ultimamente o Teixeira tem se tornado teatro das mais tristes scenas de sangue, praticando-se assassinatos até por meio do incêndio, processo este adoptado pelos Neros da política dominante. (*A Republica*, 11 de Setembro de 1907. grifo nosso)

A matéria não deixa dúvidas de que o trem auxiliou o destacamento policial a chegar mais rapidamente ao destino planejado. Entretanto, vale salientar que não existia trem (saindo da Capital) diretamente para a Vila do Teixeira – nessa época, setembro de 1907, sequer havia sido inaugurado a estação de Campina Grande. Talvez o trem já chegasse nas proximidades de Campina, sendo assim tal destacamento teria que seguir até Teixeira por tração animal, isso a partir da última estação de trem.

Anos mais tarde, precisamente em maio de 1911, o jornal *A União* noticia que em Alagoa do Monteiro-PB o bacharel Santa Cruz, juntamente com seus jagunços, também chamados pelo jornal de cangaceiros, estava praticando diversos crimes contra a honra das famílias e contra o patrimônio privado, depredando casas, cercas, estabelecimentos comerciais, queimando plantações, enfim, provocando a desordem e apavorando famílias inteiras. Para tentar combater o grupo de Santa Cruz, o governo ordenou, “sem perda de tempo”, que um contingente de 230 policiais, comandados pelo coronel Álvaro Monteiro, partisse da capital no dia doze, “pelo trem das 7 da manhã”, com destino a mencionada localidade. (*A União*, 13 de Maio de 1911)

Por volta de um ano depois, mais precisamente no dia 31 de maio de 1912, às duas horas da madrugada, “um trem especial” vindo de Natal chegou à cidade de Guarabira-Pb conduzindo a 3ª companhia de soldados. A corporação comandada pelo capitão Dr. Felizardo Toscano trazia, além dos oficiais, um efetivo de 100 praças, os quais, aliados a outros contingentes do exército, destina-se a combater o cangaceirismo que, na visão das autoridades e intelectuais, perturbava a ordem publica por todo o interior do Estado, “saqueando,

espalhando o terror, depondo as autoridades e cometendo toda a sorte de depredações”. Ao que consta por esse período a cidade de Patos e a Vila de Soledade foram “atacadas” pelos cangaceiros liderados por Antônio Silvino, além de varias outras localidades terem corrido o risco de assaltos (*Correio do Interior*, 01 de junho de 1912). Os conflitos provocados pelo cangaceiro Antonio Silvino ocorreram, na maioria dos casos, através do confronto direto, uma vez que seus atos desafiaram por vários anos os poderes públicos e privados, principalmente dos Estados da Paraíba e Pernambuco, agindo ora nas regiões interioranas ora nas proximidades de cidades maiores, atacando estações telegráficas e mandando telegramas aos governadores²⁸, afrontando inclusive uma força do exercito nacional, que vindo uma tropa para combatê-lo retornou sem sucesso algum.

Podemos observar que em ambos os casos, independente dos objetivos pretendidos, o trem serviu aos interesses dos poderes públicos. A urgência que tais situações pareciam requerer e a necessidade de transportar grande quantidade de policiais só era possível através do trem, que facilitava uma parte do trajeto entre a Capital e o interior. Se levarmos em consideração que antes da introdução desse elemento moderno as pessoas se transportavam de um lugar a outro em lombos de animais ou a pé, podemos inferir que sem o trem era muito difícil conter rapidamente qualquer conflito de maior intensidade nas localidades interioranas.

Ao mesmo tempo em que alguns signos modernos iam sendo introduzidos na sociedade, Antônio Silvino ganhava destaque por suas façanhas e habilidades para escapar das perseguições policiais. Talvez as tensões provocadas pelas astúcias e depredações perpetradas pelo cangaceiro frente a essas conquistas materiais tenha chamado tanta a atenção dos órgãos da imprensa, dos intelectuais e dos governantes preocupados em ordenar a sociedade da época. Segundo o *Correio de Campina*, de treze de dezembro de 1914, Silvino foi chamado por um jornal estrangeiro de “governador do sertão”, naturalmente devido a um possível acordo que a Companhia Great Western teve de fazer com ele, no sentido de que o trem pudesse trafegar livremente, sem interrupções por parte de seu grupo.

O que nos parece é que o cangaceiro compreendia que a introdução de alguns equipamentos facilitaria sua perseguição por parte do Governo. Sabia ele que com o auxílio do telégrafo as notícias de seu paradeiro chegariam com mais velocidade ao comando da polícia e, conseqüentemente, as tropas o alcançariam rapidamente através do trem. O que antes levava dias para locomoção de uma tropa da Capital do Estado para as localidades mais

²⁸ Ver outros exemplos dessa ação de Silvino na página 111.

longínquas, depois da introdução desses elementos era questão de horas. O texto literário abaixo é bem representativo:

A imagem do Capitão Antônio Silvino apareceu na [cabeça do mestre José Amaro] . Lembrava-se de Alípio que ontem estivera lhe dando notícias do homem. Aquele apito de trem fizera pensar no Tenente Maurício. Este podia levar a sua gente para onde quisesse, correr de Itabaiana para o Ingá, em duas horas. Podia dispor da ligeireza do trem, enquanto o outro [Antônio Silvino] vencia sempre escondido, marchando no escuro. (REGO, 1980b, p. 109)

Compreendendo a função dos equipamentos modernos e os prejuízos que eles poderiam lhe causar, Antônio Silvino passa a estabelecer uma relação de ambivalência com os mesmos, ora promovendo depredações, ora fazendo apropriações e resignificando-os em prol de sua sobrevivência, foi assim com o trem e com o telégrafo e, por extensão, com o sistema de entrega de correspondências – o correio.

Deste modo, Silvino passa a ser o principal empecilho à construção das linhas férreas que ligariam a capital paraibana ao interior do Estado. No ano de 1906, Silvino empenhou-se para barrar o avanço dos trilhos da Great Western no Agreste da Paraíba, perseguindo engenheiros, impedindo os trabalhos, obstruindo as linhas já construídas para o trem não passar e cobrado dinheiro para que o mesmo pudesse trafegar, dizendo que aquelas terras eram suas e que não tinha autorizado a construção das linhas, tampouco a passagem do trem. (QUEIROZ, Op. Cit., p. 76-77)

Foi a sete de setembro,
De novecentos e seis.
Ao povoado Mogeiro,
Destinei-me dessa vez,
A cortar o fio aéreo
E pegar algum inglês.

O fio do telegrama
Logo ao chegar eu cortei
E uma pilha de madeira
Na linha férrea eu deitei;
Foi graças a essa astúcia
Que um trem de lastro esbarrei. (*Antônio Silvino: vida, crimes e julgamento.*
Francisco das Chagas Batista)

A locomotiva atacada por Antônio Silvino conduzia materiais e trabalhadores a serviço da construção da estrada de ferro de Itabaiana a Campina Grande. O maquinista parou o trem ao perceber que um grupo de homens barrava a ferrovia, mas assim que a locomotiva parou logo percebeu que se tratava de um grupo de cangaceiros, o qual era chefiado por Silvino. Objetivando arrecadar algum dinheiro, Silvino convidou um dos empreiteiros da

construção, o coronel Francisco de Sá, para dar-lhe uma palavra em particular. (*A Província* apud MELLO, Op. Cit., p. 299)

Eu disse ao Chico de Sá:
- Eu venho aqui lhe avisar
Que esta terra me pertence
E prá o trem nela passar
É preciso a companhia
Primeiro me indenizar.

São trinta contos de réis
Que a mim terá que pagar
A companhia inglesa
Do contrário hei de arrancar
Os trilhos, e por aqui
O trem não há de passar!

Então o Chico de Sá
Prometeu-me que daria
O meu recado aos ingleses,
Gerentes da companhia,
Para que eles mandassem
A exigida quantia.²⁹ (*Antônio Silvino: vida, crimes e julgamento*. Francisco das Chagas Batista)

Segundo o jornal *A Província*, de 10 de novembro de 1906, antes de liberar a partida do trem Silvino teria ameaçado arrancar os trilhos que levaria o trem até Campina Grande caso a importância de Trinta Contos de Réis não fosse paga o mais breve possível. Além disso, pediu Cem Mil Réis para o almoço dos cangaceiros que lhe acompanhava. O dinheiro foi arrecadado entre os passageiros do trem e entregue a Silvino pelo coronel Francisco de Sá que, de imediato, comunicou o fato ocorrido às autoridades e aos engenheiros da companhia Great Western.

O acordo firmado entre Antônio Silvino e Francisco Sá para que o trem pudesse trafegar desencadeou insatisfações por parte de órgãos da imprensa que passaram a criticar o governo de forma mais intensa. O jornal *A República* disse que para vergonha dessa situação “consta de que os ingleses estão dispostos a transigir com Antonio Silvino, para terem garantida sua linha férrea”. É provável que o jornal estivesse fazendo propaganda contra o governo da situação, dizendo que essa relação com o cangaceiro denunciava a incapacidade dos governantes gerenciarem o Estado, ou melhor, se apropriarem dos mesmos para satisfazerem seus desejos, uma vez que “os nossos soldados já não são os mantenedores da ordem, a garantia devida a propriedade do cidadão parahybano mas a machina geradora de

²⁹ Esta imagem também pode ser verificada em *A vida criminosa de Antônio Silvino*, de Antônio Teodoro dos Santos e em “*A vida do cangaceiro*” de nome Antônio Silvino, de Antônio Américo de Medeiros.

prestígio para os chefes políticos decahidos na opinião pública” (*A República*, 6 de novembro de 1907).

Todavia, ao ter conhecimento do fato, a companhia inglesa mandou pedir garantias ao governo federal que enviou um contingente do exército para combater o grupo de cangaceiros que ia contra os interesses dos estrangeiros e do próprio Estado.

Do batalhão Vinte e Sete,
Noventa e quatro soldados
Vieram em meu alcance,
Sendo estes comandados
Por quatro oficiais,
Homens já experimentados.

Do segundo batalhão,
Quarenta praças valentes
Vieram me perseguir.
Guiados por dois tenentes;
Na cidade de Campina
Juntaram-se os contingentes.

Então o capitão Formel
Dividiu em diligências
As forças que comandava,
Tomando mil providências,
Garantindo não falharem
As suas experiências.

Resolvi deixar o plano
De embaraçar a linha
De ferro, porque essa força
Disposta a matar-me vinha;
Então a vinte de novembro
Entrei em Alagoinha. (*Antônio Silvino: vida, crimes e julgamento*. Francisco das Chagas Batista)

Em suma, o que se percebe é que a bravata de Antônio Silvino visava, além da sobrevivência, a construção de um espaço próprio a partir da racionalização e apropriação de certo território, bem como do estabelecimento das relações sociais. Exigir impostos para o trem trafegar “em suas terras” era mais que a garantia de um prato de comida ou de munição para seus bacamartes, insinuava que ele era senhor de si e do espaço por onde trilhava há anos. Os cem mil réis recebidos para liberar o trem representavam uma vitória frente aos grupos de poderes instituídos socialmente, uma vitória que não lhe garantia o estabelecimento perpétuo da situação, mas que possibilitava novas perspectivas de sobrevivência

O espaço ia sendo construído, se territorializando, também era fruto de tensões e conflitos ocasionados com as relações de contato entre seus moradores e transeuntes e o cangaceiro. É comum que o maquinista e os passageiros do trem tivessem medo de serem assaltados ou que lhes acontecesse algo pior, pois tinham conhecimento que aquela terra era

frequentada por Antônio Silvino. Do mesmo modo, Francisco de Sá teria ficado temeroso ao ser convidado por Silvino para uma conversa em particular, pois ele não sabia os reais interesses do cangaceiro e qualquer mal entendido poderia levá-lo à morte. Além desses, os diretores da companhia Great Western tiveram certa preocupação com a questão³⁰, exigindo do Presidente do País providências para dar continuidade a seu empreendimento, aliás, foi por causa desse conflito com Silvino que a força federal veio à Paraíba. Quase tudo que era discutido, vivenciado e/ou compartilhado caía nas malhas da imprensa, transformando-se em notícia para a população e em críticas e cobranças endereçadas aos governantes locais que pareciam não se importar muito com a situação.

Já com relação ao telégrafo, vemos que esse equipamento surge como um aparelho moderno visto que sua função era facilitar a comunicação entre as pessoas. Assim, o telégrafo pode ser entendido como

Um ícone moderno ansiosamente desejado por todas as comunidades. Operando a informação de forma rápida, instantânea, o telégrafo leva ao encurtamento das distâncias, contribuindo, nas comunidades que dele dispõe, para redefinir as noções de espaço-tempo. (ARANHA, 2003, p. 107)

Segundo Aranha (2003), o desenvolvimento do telégrafo para o Norte deu-se com a instalação de cabos submarinos, chegando primeiramente aos grandes centros urbanos como Recife e Bahia e destes se espalhando para as demais cidades. Já entre as cidades interioranas, o telegrafo nacional acompanhou as linhas férreas e, normalmente, estava associado a estas. Uma vila ou cidade que não contasse com uma estação ferroviária dificilmente possuía um posto de telégrafos.

Tendo como função primeira a comunicação, o telegrafo teria auxiliado bastante as autoridades públicas no combate ao cangaceirismo. As trocas de informações entre o interior e a capital sobre a localização de determinados grupos de cangaceiros facilitava a perseguição por parte das tropas militares. Além do mais, as notícias transmitidas por meio do telégrafo legitimavam os acontecimentos, dando um valor de verdade ao que era divulgado oralmente. Durante todo o tempo que Silvino permaneceu no cangaço os jornais da Paraíba e de Pernambuco reproduziram telegramas enviados/trocados entre autoridades, através dos quais é possível perceber certa relevância dada ao meio de comunicação que levava a informação de forma rápida e segura.

³⁰ Apesar das preocupações dos diretores da Companhia Great Western com o bom andamento das obras, os verdadeiros donos da ferrovia eram acionistas estrangeiros, os quais não teriam qualquer prejuízo com possíveis investidas do cangaceiro, pois o governo brasileiro dava garantias de juros sobre o capital estrangeiro investido no país, de modo que o governo seria o primeiro a não aceitar uma ferrovia barrada por Silvino e seu grupo.

No mês de junho de 1910, o *Diário de Pernambuco* disse que o delegado de Bom Jardim, major João Izidoro, comunicou por telegrama, ao Dr. Ulysses Costa, ter recebido denuncia de que o Antônio Silvino fora visto com o seu grupo nos limites daquele município com a Paraíba. No mesmo telegrama o major João Izidoro avisava que partia naquele momento com policiais suficiente para averiguar a denúncia. (*Diário de Pernambuco*, 06 de junho de 1910 - Arq. Dr. Flávio Maroja)

Mas, os telegramas nem sempre traziam notícias satisfatórias. A morte de diversos oficiais da polícia era confirmada através dos mesmos e recebidas com bastante pesar pelo governo do Estado, a exemplo da informação da morte do Capitão Augusto Lima.

Ao noticiar a morte do agente de polícia, o *Correio de Campina* faz a reprodução do telegrama no qual o Sr. Castro Pinto, então Presidente do Estado, estabelece as diretrizes a serem seguidas pelo prefeito de Campina Grande. Com a matéria intitulada “*Mais uma victima dos cangaceiros. Cobarde assassinato do Capitão Augusto Lima. A acção da força. As homenagens fúnebres*”, o jornal diz que a cidade tinha sido surpreendida com a triste notícia de que o Capitão Augusto Gonçalves Lima tinha sido assassinado pelos cangaceiros, agitando e preocupando a população que buscava informações sobre o ocorrido. Confirmado o fato, o prefeito Christiano Lauritzen telegrafou sem perda de tempo ao Presidente do Estado, contando que o Capitão Augusto Lima havia sido assassinado numa emboscada dos cangaceiros, tendo, horas depois, recebido em resposta o telegrama seguinte:

Prefeito Christiano Lauritzen,
 Recebi telegrama. Peço noticias circunstanciadas morte Capitão Augusto. Ampare família, faça despesas funeraes enterro conta Governo. Anime população. Campina será sede operações. Governo dará família pensão vitalícia.
Castro Pinto. (Correio de Campina, 20 de abril de 1913)

Silvino tinha conhecimento de que telégrafo, assim como as correspondências, servia para dar conta de seu paradeiro. Deste modo, uma de suas principais táticas para impedir que a polícia chegasse rapidamente onde ele estivesse era cortar os fios telegráficos. Logo que adentrava numa determinada vila ou cidade que tivesse o serviço, sua primeira atitude era se dirigir à estação telegráfica e interditar o comutador.

No mês de agosto de 1911, Antônio Silvino esteve em diversas localidades paraibanas, a exemplo de Taperoá e Passagem. Nas proximidades de Taperoá, teria assistido a um casamento na fazenda de Jocelino Vilar, onde teria participado do banquete e dos divertimentos comemorativos. O poeta Francisco das Chagas Batista fala do episódio como se fosse o próprio cangaceiro que estivesse a falar:

Sai então da fazenda
De Jocelino Vilar,
E logo no dia seguinte
Eu consegui me encontrar
Com primo Antônio Godê,
E juntos fomos andar...

No dia doze [de agosto de 1911] estivemos

Na Passagem; lá cortei

O arame telegráfico,

Pois com este me intriguei,

Porque ele é mexeriqueiro

Com prazer o estraguei. (*Antônio Silvino: vida, crimes e julgamento.* Francisco das Chagas Batista. Grifo nosso)

Mesmo sabendo que a fala no poema referido não é do cangaceiro, que o poeta utilizou-se dessa técnica para dar veracidade a sua história, é visto que Silvino mantinha laços de solidariedade com fazendeiros, mas sempre desconfiava que alguém pudesse lhe denunciar através de telegrama, por isso ele agia desse modo. No campo da luta cotidiana, a depredação dos fios telegráficos era uma das formas de permanecer vivo. Os conflitos com os equipamentos modernos eram, muitas vezes, estendidos das tensas relações sociais que Antônio Silvino mantinha com os moradores das regiões onde passava, a exemplo do que aconteceu com Manuel Tavares e Francisco Afonso, ambos residentes em Pocinhos-Pb e considerados inimigos seus.

Em abril de 1910 Silvino pretendeu castigar Manuel Tavares. Mas, sem querer confusão e temendo o pior, Manuel fugiu assim que soube que o cangaceiro estava a sua procura. Logo que o grupo chegou à residência de Tavares só encontraram sua esposa, a qual Silvino poupou de qualquer agressão, mas mandou-a avisar ao marido que mudasse daquele local em três dias. Precisando de dinheiro, Antônio Silvino partiu com seu grupo para casa de Francisco Afonso com o intuito de assaltá-lo. Ao estabelecerem contato, Afonso tentou resistir, porém rendeu-se ao ser ameaçado de “surra” e entregou o dinheiro. Então, quando Silvino deixou o lugar, temendo ser perseguido cortou o fio telegráfico em diversos lugares. (*Antônio Silvino: vida, crimes e julgamento.* Francisco das Chagas Batista)

Antônio Silvino também se apropriava do telégrafo para se gabar das vitórias alcançadas perante as forças públicas e/ou para menosprezar os poderes públicos, como ocorreu após o assassinato do Tenente Maurício. Este oficial se apresentava como um dos maiores inimigos de Silvino, pelas incansáveis perseguições que fazia na tentativa de prendê-lo. Porém, apesar deles terem se encontrado diversas vezes no campo da luta, o militar nunca teve grande sucesso. Por conhecer de perto seu adversário e saber que ele era bastante astucioso e habitualmente andava munido, o tenente armou-se com uma bomba para melhor

fazer frente ao grupo de Silvino. Entretanto, em 25 de maio de 1910 acabou caindo numa emboscada planejada pelo cangaceiro quando, no Cariri paraibano, o tenente se deslocava apressadamente no rastro do inimigo. Não obstante o Tenente Maurício contratar os serviços de Zé de Couto, um rastejador que conhecia bem a região, Silvino e seus homens se entrincheiraram numa cerca de pedra e ficaram aguardando o melhor momento para atacar (*“A vida do cangaceiro” de nome Antônio Silvino. Antônio Américo de Medeiros*).

Ficaram todos ocultos
ali naquele ambiente
quando a tropa apareceu
o rastejador na frente
com Mauricio e um soldado
andando apressadamente.

Antônio atirou de ponto
matou o rastejador
o soldado ainda disse
atire a bomba senhor
nisto Mauricio caiu
com um tiro matador. (Idem)

O interessante é que, logo após o conflito, Silvino passou a cortar o fio do telégrafo em vários lugares a fim de dificultar o conserto da linha e, conseqüentemente, atrasar o envio de telegramas com informações de seu paradeiro. Após os cangaceiros distanciarem-se do local do combate, caminhando por trilhas já conhecidas para poderem se esconder, o chefe do grupo mandou avisar a polícia de Campina Grande-Pb acerca da vitória alcançada. (*Antônio Silvino: vida, crimes e julgamento. Francisco das Chagas Batista*). Neste caso, o telégrafo serviu aos interesses de Silvino uma vez que ele o utiliza para se glorificar do sucesso obtido no combate com o tenente Maurício, aquele que diziam ser seu maior algoz, ao mesmo tempo em que passa a debochar das autoridades públicas, apontando para a incapacidade do governo em prender criminosos.

Sabendo se apropriar dos equipamentos modernos em vistas de seus interesses, sempre que o cangaceiro adentrava em uma vila ou cidade que contasse com o serviço sistematizava sua ação em detrimento do mesmo: a escolha de cortar as linhas telegráficas ao entrar ou sair de um local era determinado apenas pelas relações que iam se estabelecendo no momento do contato. Do mesmo modo como aconteceu com Manuel Tavares, Francisco Afonso e com o Tenente Maurício, ocorreu com Rufino, quando em janeiro de 1913 Silvino chegou à sua casa, no lugar denominado “Cachoeira dos Guedes”, e roubou-lhe Dois Contos de Reis. Segundo um poeta popular, Silvino passou em seguida a telegrafar ao presidente do

Estado dizendo que o governo perdia tempo em lhe perseguir (*A prisão de Antônio Silvino e Antônio Silvino de luto*. Francisco das Chagas Baptista).

O mesmo foi feito em Cruz da Passagem, quando recolheu algum dinheiro e ordenou aos seus homens que cortassem os fios do telégrafo (DANTAS, Op. Cit., p. 166); em Alagoa do Remígio, quando da invasão deste povoado paraibano o grupo de Antônio Silvino tomou a Repartição dos Correios e saqueou o cofre, fato que “foi comunicado à Capital tão logo restabelecida a linha telegráfica, cortada anteriormente por um dos homens do bando” (Idem, p. 192); e, na Vila do Pilar, durante o ataque de fevereiro de 1907, quando “os cangaceiros soltaram os presos, cortaram os fios do telégrafo da estrada de ferro e foram à casa do prefeito Napoleão para arrasá-lo” (REGO, 1980b, p. 205). Sobre esse último acontecimento, Leandro Gomes de Barros reforça a informação dizendo que Silvino telegrafou ao presidente do Estado da Paraíba para avisar que tinha soltados os presos da delegacia do Pilar e mandado o juiz assinar a liberdade dos mesmos (*O leão na jaula: Antônio Silvino*. Leandro Gomes de Barros).

A imprensa da época disse que Silvino, “com inaudita arrogância, aproximou-se da capital, em Alagoa Nova, de onde telegraphou ao actual Presidente do Estado exigindo a quantia de 30 contos de réis” (*A República*, 23 de outubro de 1907). Como se percebe, nem sempre o uso do telégrafo foi prejudicial para os cangaceiros. Antônio Silvino soube como utilizá-lo em seu favor para enganar os policiais, exigir dinheiro, fazer negociações com autoridades políticas, intimidar a população.

Em dois de dezembro de 1906, por não sofrer grande resistência ao entrar em Alagoa Nova, o cangaceiro dirigiu-se ao quartel da polícia, assaltou os soldados, cercou o telégrafo para que ninguém lhe denunciasse ao comando geral da capital e ordenou a seus homens que recolhessem os impostos do comércio. Após angariar boa quantidade de dinheiro, Silvino telegrafou ao presidente do Estado dizendo-lhe que o comércio já havia sido coletado (*Antônio Silvino: vida, crimes e julgamento*. Francisco das Chagas Batista).

Para exemplificar melhor como Silvino apropriou-se do telégrafo em seu favor, retornamos à questão da companhia Great Western na qual, após os conflitos em que bloqueou a linha férrea para o trem não passar, o cangaceiro teria obrigado um oficial de justiça a escrever um telegrama ao governo paraibano:

[Em março de 1907] Um oficial de justiça
Escreveu, por mim ditado,
Um pequeno telegrama
Ao presidente do Estado:
Já vê que a um homem assim
Não se usa mandar recado.

No telegrama eu lhe disse
Que abandonava a questão
Da companhia inglesa,
E depois pedi-lhe, então,
Que ele a força federal
Retirasse do sertão. (Idem. Grifo nosso)

Dois detalhes chamam atenção na representação acima: primeiro, além de sua função comunicativa, o equipamento moderno passa a medir o *status* social, no qual a informação transmitida através de seus fios teria uma áurea de dignidade e respeito e, segundo, apesar de em muitos casos Silvino deprender os fios telegráficos, como vimos, ele apropriava-se do equipamento para estabelecer laços ou relações políticas com os poderes públicos: deixaria de lado a questão do trem se o governo retirasse as forças federais de “seu território”.

Em dias do mês de julho de 1911, na Vila de São Mamede, após recolher o dinheiro das pessoas abastadas do lugar, Silvino mandou um recado a Manoel Augusto de Araújo, rico fazendeiro da região, pedindo-lhe a importância de Um Conto de Reis. Enquanto isso,

um popular conseguiu fugir sorrateiramente até o telégrafo. De lá, enviou mensagem de alerta à cidade de Patos. O imprudente telegrama informava que a fazenda do Coronel Manoel Augusto ia ser saqueada. A Polícia rapidamente acorreu ao local e nada encontrou. A propriedade estava intacta (DANTAS, Op. Cit. p. 159).

Antônio Silvino estava longe dali, havia seguido por trilhas ignoradas. Sabia muito bem utilizar-se dessas táticas de sobrevivência, aliás, não eram as únicas. Desconfiado de tudo e de todos, às vezes mandava recado para fazendeiros e políticos, dizendo que em dias os visitaria quando, na verdade, estava a léguas de distância. Isto servia para deixar a povoação em alerta, pôr medo em seus inimigos e confundir a polícia que estava em seu encalce; outras vezes, perseguia os correios, tomava-lhes as malas e, como não sabia ler, queimava as correspondências, alegando que poderia haver em algumas delas denúncias de seu paradeiro ou ordens do governo para sua perseguição e captura, além de abrir vários envelopes para se apropriar dos conteúdos das mesmas, principalmente de dinheiro, jóias e outros objetos pessoais.

[Em 1906] No Estado do Paraíba,
 Com um correio me encontrei.
 Das malas que ele trazia
 Eu logo me apoderei
 Então tomei testemunhas
 E ás malas todas queimeei.

E dei ao correio as coisas
 Que a ele pertenciam;
 LQueimeei as malas porque

Julguei que elas traziam
Dinheiro ou instruções
Para os que me perseguiam.

E depois que eu tomei
As malas desse correio,
O governo entendeu
Que esse era um ato feio;
E então em minha pista
Uma grande escolta veio. (*Antônio Silvino: vida, crimes e julgamento*. Francisco das Chagas Batista)

Da mesma maneira ambígua que se relacionava com o telégrafo, Silvino agia com os serviços de entrega de correspondência. Seguindo suas trilhas, encontramos diversos indícios de relações conflituosas com os correios. Assim como em 1906, Silvino tomou correspondências, rasgou, queimou e roubou inúmeras cartas em períodos e lugares distintos. Nesse sentido, o poeta popular Francisco das Chagas Batista informa que em abril de 1910 Silvino encontrava-se nas proximidades da Vila de Taperoá, na Paraíba, quando avistou o carteiro João Domingos que estava cumprindo com suas funções. Conhecendo as táticas de Silvino, alguém teria pedido para ele não abrir as correspondências, mas ele não atendeu ao pedido por entender que sua prática atingiria diretamente o governo: “Eu sei que governo paga qualquer quantia avultada que o agente ou estafeta deixa ser extraviada, por isso a correspondência fora por mim violada” (*Antônio Silvino: vida, crimes e julgamento*. Francisco das Chagas Batista). Com esse intuito, Silvino apoderou-se das três malas que o carteiro portava, abriu os envelopes e encontrou no interior dos mesmos valores em dinheiro que lhe renderam cerca de cento e quarenta mil réis.

No que diz respeito ao carteiro, Silvino não teria lhe ofendido por entender que João Domingos era um simples empregado e em nada se opôs. Tudo indica que Silvino só agredia a quem lhe ofendesse ou fosse contra seus princípios. Todavia, podemos inferir que as demais cartas tomadas nesse assalto foram queimadas, já que isso era uma prática recorrente do cangaceiro. “No Estado da Paraíba, Silvino então encontrou um correio e sem demora todas as malas tomou, tendo tomado o dinheiro só foi riscar o isqueiro e as malas incendiou” (*A vida criminosa de Antônio Silvino*. Antônio Teodoro dos Santos); perto da cidade de Patos-Pb, por volta de 1912 (sic), Silvino também tomou as malas de um correio e queimou todas as correspondências. (*A prisão de Antônio Silvino e O interrogatório de Antônio Silvino*. Francisco das Chagas Baptista)

Sob a liderança de seu grupo de cangaceiros, Antônio Silvino não se limitava a atacar apenas os funcionários dos correios, sua ação estendia-se às agências onde era guardado, além

de correspondências, o dinheiro da venda dos selos, como podemos observar na representação acerca do ataque a agência de Lagoa do Remigio-Pb, no ano de 1913:

Em Lagoa do Remigio,
Fui à agência do correio.
Botei prá fora o agente,
Somente porque era feio;
Tomei-lhe o cobre dos selos
E contra mim ninguém veio.

Uma vez dono da agência,
Dei logo um expediente
E avisei ao diretor
Que ali eu era o agente,
E que todo o apurado
Tocaria a mim somente! (*Antônio Silvino: vida, crimes e julgamento e Antônio Silvino de luto*. Francisco das Chagas Batista)

Antônio Teodoro dos Santos afirma em *A vida criminosa de Antônio Silvino* que o cangaceiro queria mostrar seu prestígio ao povo do lugar, mas para isso foi necessário assumir o expediente com o nome de “Aprígio”, talvez para disfarçar sua identidade de cangaceiro e ludibriar os policiais. Pode-se supor que se ele realmente mudou de nome, também tenha se desfeito de alguns objetos – como os punhais e as armas de fogo – que caracterizavam o cangaceiro. Ao expulsar o agente dos correios, Silvino arrecadou o dinheiro do cofre, bem como o da tesouraria e, ao sair de Lagoa do Remigio, deu uma parte aos pobres da vila e saiu nas carreiras para longe dali.

3.2 Vivendo de correrias: entre tensões e conflitos

Durante a Primeira República, em vastas áreas do Nordeste do Brasil, a justiça estava a cargo dos grandes fazendeiros e dos chefes políticos locais, ligados às poderosas famílias. O poder adquirido por eles tinha força para manipular o Júri, por exemplo, fazendo com que as injustiças ocorressem a todo instante. Só aqueles que cometessem algum crime e não estivessem amparado por uma parentela é que iriam para a prisão ou então buscavam refúgio no cangaço. A própria morte de Batistão, a absolvição dos réus e, posteriormente, a fuga dos mesmos, citadas no segundo capítulo, é um bom exemplo dessa relação. Esta situação indignara Antônio Silvino que, uma vez no mundo do crime, resolveu vingar-se de todos os envolvidos na morte do pai.

Silvino e seus homens viviam dos roubos e das visitas que faziam aos fazendeiros e comerciantes mais abastados, os quais mantinham, normalmente, relações de proximidade com os grupos políticos que detinham o poder. Segundo Dantas (Op. Cit., p. 32), Antônio

Silvino limitava-se a pedir dinheiro para a manutenção do grupo que liderava, agindo com violência apenas quando tinha a solicitação recusada ou, de outra forma, tivesse contas a ajustar com o proprietário da fazenda “visitada”/invadida. Entretanto, estas visitas não passavam do que conhecemos como “assalto à mão armada”, pois o cidadão era levado a dar o dinheiro exigido mediante a força das armas e se assim não o fizesse era ameaçado, espancado e/ou assassinado.

Mas, na concepção de muitos populares, Silvino não era apenas um simples criminoso, visto que seus crimes estavam pautados na moral e no costume do povo sertanejo. Portanto, sendo suas ações aceitas ou respeitadas pela comunidade à qual participava, ele passou a ser proclamado por poetas e cantadores que, aproveitando-se de suas peripécias, iniciaram a produção imageticamente de um verdadeiro “super-homem”, um cangaceiro que ia muito além de suas limitações. Um caso claro dessa produção sobre Silvino, pode ser observado nas estrofes a seguir:

No Pilar da Paraíba
Eu fui juiz de direito,
No povoado — Sapé,
Fui intendente e prefeito,
E o pessoal dali
Ficou todo satisfeito.

Ali no entroncamento
Eu fui Vigário-Geral,
Em Santa Rita fui bispo,
Bem perto da capital,
Só não fui nada em Monteiro,
Devido a ser federal. (*Antônio Silvino, o rei dos cangaceiros*. Leandro Gomes de Barros)

O certo é que durante os dezessete anos que esteve no cangaço, Silvino se envolveu em incontáveis conflitos com populares, padres, fazendeiros e comerciantes, sem falar nos combates com as forças policiais das regiões por onde passou – principalmente do Estado da Paraíba. Contudo, devemos entender que, independentemente do grupo social com o qual estabeleceu relações conflituosas, suas ações ocorriam, sobretudo, no sentido de resistir e sobreviver às opressões, ao controle e aos domínios dos poderes que manipulavam a sociedade. As representações de época, elaboradas em jornais, processos criminais e na literatura dão indícios das tensas e complexas sociabilidades experimentadas pelo cangaceiro.

3.2.1 Contendas com populares e desentendimentos internos

No cotidiano de Antônio Silvino as experiências nem sempre eram satisfatórias, tampouco lhes geravam bons frutos no tocante a boas relações sociais ou na aquisição de bens materiais, dinheiro e armas. As desavenças com populares eram frequentes e inevitáveis, uma vez que seus atos criminosos (mesmo tentando ser justificados) provocavam sentimentos de raiva e indignação, fazendo com que muitas pessoas lhe reprovassem e pegassem em armas para combatê-lo ou passasse a ajudar as forças públicas, indicando seu paradeiro, embora muitos tenham sido forçados por essa mesma força.

Em fins do ano de 1905, por exemplo, Silvino invadiu o lugar denominado “Torres”, na Vila do Ingá-PB, onde juntamente com seu grupo de cangaceiros adentrou à casa de Manoel Rodrigues e o assassinou com diversos tiros e golpes de faca. Porém, antes do crime, Antônio Silvino e seus homens haviam almoçado na casa do cidadão Jesuíno Amorim, morador no Surrão do Amorim, aonde disseram que iam matar a vítima. Segundo Anna das Virgens Pessoa, viúva de Manoel Rodrigues, o crime ocorreu devido seu marido não ter dado a importância de duzentos mil reis solicitada por Antônio Silvino. Todavia, Honorio Salatier da Silva Amorim (testemunha no processo criminal no qual o cangaceiro é citado como réu) disse que o cangaceiro era inimigo de Manoel Rodrigues “por ter este acompanhado os praças do governo em sua perseguição”³¹.

Após o crime, o grupo de cangaceiros levou da casa de Anna Pessôa duas armas de fogo, sendo uma máuser e um rifle, objetos de ouro e algumas peças de roupa e dinheiro. Apesar de Silvino ser representado no imaginário popular como “justo”, “vingador” e “protetor dos pobres”, os roubos e extorsões por ele cometido não tinham “o propósito principal de redistribuição de renda rural. Significava, sim, assegurar a própria manutenção e a de seus cangaceiros” (DANTAS, Op. Cit., p. 70).

Desse modo, independente de qualquer motivo, os atos violentos de Antônio Silvino sempre geravam tensões, deixando uma grande parcela da população apavorada e com medo de ser perseguida pelos cangaceiros, se porventura denunciasse o paradeiro do grupo ou proferisse alguma injúria contra o mesmo. Apesar de algumas pessoas da época dizerem que os cangaceiros só faziam mal ao povo “quando andam aperreados pela polícia, quando desconfiam que se deu notícia deles à tropa do governo, ou quando, precisando de dinheiro, sabem que o sabagante tem em casa, mas não dá porque não quer” (QUEIROZ, 1977, p. 143-

³¹ Processo Criminal de Manoel Baptista, vulgo Antônio Silvino (réu), s/n, Campina Grande. 1ª Vara do Tribunal do Júri. Fórum Afonso Campos, 1906. p. 22

144), o povo não vivia sossegado. A angústia pode ser percebida na fala das pessoas que vivenciaram o momento, principalmente em seus depoimentos nos processos criminais, as quais davam informações imprecisas e muitas vezes desencontradas entre um testemunho e outro.

No depoimento de Anna das Virgens Pessoa³², por exemplo, percebemos que apesar de num momento ela contar que o grupo que assassinou seu marido era comandado por Silvino e noutra dizer que não sabia realmente se eram os mesmos assassinos, devido nunca ter visto qualquer um daqueles homens, ela afirmou a Honório Salatier da Silva Amorim (um vizinho que esteve em sua casa logo após o crime) e a Manoel Torquato de Lyra Junior (homem que vivia próximo a sua residência) que os assassinos de seu marido tinham sido Antônio Silvino e seus companheiros. Além disso, logo após o crime, seu filho Benedito foi à feira de Serra Redonda chamar Raymundo Simão da Silva e Isidro Barbosa da Silva, entre outros, para ajudarem a carregar o corpo de seu pai até o cemitério daquela cidade, declarando também, aos mesmos, que seu pai tinha sido assassinado por Antônio Silvino e seus cangaceiros.³³

Entende-se que mesmo que Silvino fosse admirado por muitos populares, várias pessoas não estavam de acordo com os seus atos, não aceitavam que familiares, amigos ou conhecidos fossem assassinados por questões de pouca importância. Tais circunstâncias as levavam a depor nos julgamentos contra Silvino, confirmando a passagem do grupo de cangaceiros pela localidade em que viviam, bem como os crimes que perpetrava. Essas imagens nos levam a crer que Antônio Silvino não era apenas um vingador, justiceiro ou protetor dos pobres, como muitos o intitulavam. Agindo de acordo com suas conveniências e necessidades, Silvino também levava o terror e a inquietude aos homens e mulheres em todos os lugares por onde passava, invadindo e assaltando sítios, arruados, vilas e cidades.³⁴

Além dos atrevidos e dos que se metia a valentões, Antonio Silvino detestava pessoas avarentas, usurárias e mexeriqueiras. Certa vez ele foi informado que perto do Pajeú havia um velho chamado Vicente Magro que tinha muito dinheiro enterrado em casa, mas por

³² Ver citação entre as páginas 87 e 88.

³³ Processo Criminal de Manoel Baptista, vulgo Antônio Silvino (réu), s/n, Campina Grande. 1ª Vara do Tribunal do Júri. Fórum Afonso Campos, 1906. p. 22.

³⁴ Se, por um lado, entendemos o cangaço como uma forma de resistência, bem como algumas ações promovidas pelos cangaceiros – a exemplo das fugas e combates frente às forças policiais e até os laços de solidariedade, uma vez que através de um discurso oculto algumas pessoas se manifestavam em prol dos cangaceiros, por outro lado, as práticas criminosas (assassinatos, roubos, furtos e espancamentos, entre outros crimes) dos cangaceiros não podem ser vistas como formas de resistência, no sentido pensado por Scott. Sendo assim, os momentos vivenciados e as práticas adotadas por Antônio Silvino é que vão apontar se ele está resistindo ou não às imposições de ideologias, normas, forças ou caprichos dos detentores do poder.

ser muito avarento negava auxílio (remédios, roupas e alimentos) à própria família (*Antônio Silvino*. Manoel Camilo). Em vinte e oito de setembro de 1907, Silvino entrou em S. José dos Cordeiros acompanhado de seis cangaceiros com o objetivo dar uma lição em Vicente Magro. Ao chegar à localidade, os cangaceiros se dirigiram à casa do senhor exigindo algumas moedas de ouro, dizendo ao homem que sabiam que ele tinha dinheiro escondido. Tentando resistir aos opressores, Vicente informou que não possuía nenhum dinheiro, mas tendo sido espancado e ameaçado de morte pelos cangaceiros acabou entregando a quantia exigida. Francisco das Chagas Batista informa ainda que dois jovens, parentes do Vicente Magro, correram para sua casa para tentar impedir o assalto:

Chegaram então dois rapazes
Que eram do velho parentes
E contra mim os dois tolos
Se meteram a valentes...
Vi-me obrigado a matar
Um desses dois inocentes...

Um, eu matei a punhal,
O outro, menos caipora,
Comprou veado e fugiu
Danado de porta a fora.
Dei-lhe um tiro prá espantá-lo
E deixei-o ir embora. (*Antônio Silvino: vida, crimes e julgamento*. Francisco das Chagas Batista)

Na década de 1900, Antônio Silvino se envolveu em inúmeros conflitos por todo o sertão nordestino. Perambulando por entre os territórios da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e do Ceará, fazia sua “justiça”, punindo com espancamentos, roubos e assassinatos as pessoas que, não aceitando seus atos criminosos, lhes faziam oposição. Os jornais da época denunciavam que os cangaceiros liderados por Antônio Silvino continuavam a atacar algumas povoações, atentando contra a vida de agricultores e demais pessoas que não aprovavam seus atos. Diziam ainda que próximo ao mês de setembro de 1900 o grupo de Silvino esteve em “Água-Doce, Serra Redonda e Serra da Ponte. Em todas essas localidades deixaram enormes prejuízos” (*A Imprensa*, 04 de Setembro de 1900). Já em 1902, ao passar perto da vila do Ingá o cangaceiro encontrou um “enxerido” que andava denunciando o paradeiro de seu grupo às forças públicas e, sem nada discutir foi logo assassinando o indivíduo. No mesmo ano, estando nas proximidades de Campina Grande, encontrou e matou o cidadão Manuel Rodrigues Torres, considerado inimigo por lhe fazer perseguição, atitude que era adotada contra todos os que Silvino considerava traidor. (*Antônio Silvino: vida, crimes e julgamento*. Francisco das Chagas Batista)

Diferente dessas pessoas, alguns populares tiveram mais sorte em seus contatos com o grupo de Silvino, sendo passíveis apenas de surras, furtos ou depredações de seus imóveis. Em onze de outubro de 1907, o jornal *A República* reproduziu uma carta remetida de Alagoa Grande ao seu redator, a qual informava que acabava “de chegar a esta Villa o Sr. Silvino Gomes Bizerra, vindo do logar Areial do vizinho termo de Alagoa Nova; o qual vem fugindo do temível Antonio Silvino, de quem soffreu verdadeiros horrores”. O cidadão citado na carta tinha fugido para Alagoa Grande, juntamente com sua família, totalmente “destroçado”, roubado e com diversos ferimentos que tinham sido ocasionados pelos espancamentos sofridos pelo cangaceiro.

O próprio Sr. Silvino Gomes aludiu que se encontrava em desespero,

privado de todos os haveres que constituíam a sua pequena fortuna, muito doente em razão dos maltratos que soffreu, sem poder continuar em seu sitio porque o bandido impoz a sua retirada, dalli, sua família aterrorizada e finalmente, sem ter para quem appellar, sem ver quem uma tão critica situação o favoreça! (*A República*, 11 de Outubro de 1907)

Além disso, o mais complicado é que as autoridades sequer procuram ouvir a vítima. Segundo o mesmo jornal, nenhum paraibano encontrando-se em condições idênticas jamais procuraria levar queixas as autoridades, pois “semelhante procedimento apenas provocaria o rizo desses homens que presentemente cuidam somente em garantir as suas posições officiaes, o seu predomínio político, e jamais irão acodir ao appello dos que soffrem!” (Idem).

No mais, após a passagem do grupo de Antônio Silvino por aquela zona, registraram-se outros fatos idênticos a estes. Trilhando para Lagoa de Roça, saqueou a casa do Sr. Manoel Onofre, de onde levou dinheiro e objetos e perto de S. Sebastião entraram na casa de José Candido, onde demoraram cerca de três dias, em cujo espaço de tempo perpetraram diversos roubos, inclusive na casa de um “tal Sr. Sacerdote”, além de serem vistos em “Juá, Bastiões, Gurinhem, Genipapo, Geraldo, onde em uma venda banqueteu-se soltando até foguetes” (Idem).

A mesma prática adotou em Barra de S. Miguel, quando em 26 de janeiro de 1907, deu uma surra num “alcoviteiro”; em 20 de fevereiro de 1909, na povoação Cachoeira, também conhecida à época de Cebola, Antônio Silvino arrecadou e tomou dinheiro de diversos comerciantes, a exemplo de Manuel Borba e Juvência, surrou “Clementino de tal” e mandou incendiar a casa de João Farias, também considerados inimigos seus. Chegando à Barra de Santa Rosa, Manuel Feitosa e Manuel Bezerra tiveram que dar cerca de quinhentos mil réis para não serem maltratados e, em Fagundes, no dia treze de julho de 1909, espancou até a morte um negro e uma negra devido eles terem agido com falsidade, coisa que Silvino

não perdoava; voltando novamente a Barra de S. Miguel, em setembro de 1910, invadiram a Mesa de Rendas e roubaram uma pequena quantidade de dinheiro que lá havia, seguindo de imediato para a casa do inimigo José Couto, onde fizeram diversas perversidades com a família do mesmo, surrando seu irmão, mandando o cangaceiro João de Banda bater na mãe e queimando fardos de algodão da propriedade. (*Antônio Silvino: vida, crimes e julgamento*. Francisco das Chagas Batista)

Foi esta a primeira vez
Que consenti espancar
Uma mulher, pois no velho
É que o compadre ia dar;
Não o achou, deu na velha
Prá viagem aproveitar.

Então ordenei à velha
Que com o marido repartisse
As pancadas que levou,
E ao Zé do Couto pedisse
Prá ele ir criar seus filhos
E comigo não bulisse. (Idem)

Dos conflitos entre Silvino e as pessoas comuns, o combate com o inspetor de polícia Antônio Nicácio, ocorrido no Povoado denominado Trapiá – termo da cidade de Caruarú-PE, chama a atenção pela valentia, coragem e ousadia em ele querer prender o cangaceiro.

Sobre esse evento, José Felipe Carmo dos Santos informou, em depoimento à Justiça, que antes de entrar em Trapiá, entre outubro e novembro de 1905, Silvino separou-se do grupo, talvez, na tentativa de não ser reconhecido no lugar (*Dossiê Antônio Silvino - 1904-1908*. IHGP). Enquanto Silvino seguia sozinho, o resto do grupo foi por outra trilha, ficando cerca de duzentos metros da povoação onde o chefe tinha entrado. Atentos ao que se passava, os cangaceiros o viram conversando com um indivíduo que não conheciam, mas com pouco tempo começou a confusão entre o Silvino e o Inspetor Antonio Nicácio. Ao barulho do bate boca seguiu-se o estampido dos primeiros quatro tiros, alertando o grupo que de imediato correu até a feira para acudir seu chefe. José Felipe disse ainda que tinha ficado afastado dos cangaceiros e não entrou no povoado, com o objetivo de averiguar qualquer ofensiva que por ventura viesse a aparecer e, assim como ele, havia outros homens em diversos pontos com a mesma finalidade.

Com o fim do conflito que resultou na morte do inspetor Nicácio, o grupo se juntou para saquear o comércio, depois se retiraram da localidade e foram planejar as próximas ações. Seguindo imediatamente em trilhas até então desconhecidas daqueles que observaram a movimentação, os cangaceiros chegaram no dia subsequente ao lugar denominado “Vertente

do Léo” (sic), na casa do irmão de José Felipe, o cidadão João do Carmo, onde possivelmente teriam feito alguma refeição e descansado um pouco.

O confronto entre Silvino e Nicácio foi contado por alguns poetas populares, dentre os quais podemos destacar Severino Cesário, *O encontro de Antônio Silvino com o valente Nicácio na vila de Trapiá*, e Antônio Teodoro dos Santos, *A vida criminosa de Antônio Silvino*, o qual versou o conflito da seguinte forma:

Silvino entrou numa feira
Para comprar munição
Ai topou-se com um negro
Valente que nem um cão
Que lhe disse: - Antônio Silvino
Meu punhal é aço fino
E eu nunca perdi monção!

Silvino reconheceu
Que esse negro era inspetor
Foi posto por não temer
Da luta o duro terror
Silvino disse: - Está certo
Pegou-me de corpo aberto
Porém não foi traidor!... (*A vida criminosa de Antônio Silvino*. Antônio Teodoro dos Santos)

Não raro, o grupo de Antônio Silvino era acompanhado por populares e/ou capangas de poderosos fazendeiros ou chefes políticos locais. Em 1905, o grupo comandado por ele assaltou, com a ajuda de vários populares, o povoado de Alagoinha, do termo de Guarabira, deixando a população apavorada. O cangaceiro “Fura Moita” afirma em seu depoimento à justiça paraibana que, além dele, fizeram parte do grupo assaltante

Nicolau morador em Gurinhemsinho e para isto mudou até de nome conduzindo uma pessoa sua de nome Valdivino Pedreiro; que depois do assalto voltaram todos para o citado lugar Cabaças, que o numero dos assaltantes compunha de quatorse homens e que elle respondente pôde precisar os nomes seguintes: Manoel Moisinho (sic), José Duca, Hermenegildo, João Tetéo, Miguel Pedreiro, Antonio Felix e os demais não pôde precisar os seus nomes.³⁵

Por esse tempo, Antônio Silvino já era afamado e conhecido pela população e autoridades de todo o Nordeste do país. Isso fazia com que outros grupos de cangaceiros se aproveitassem de sua reputação para cometer crimes e lhes por a culpa, levando os governos a desconfiarem quase sempre de Silvino.

A esse respeito, as alegações apresentadas pelo Bel. Antonio Vicente de Andrade, Advogado de Maria Correia de Queiroz no processo criminal instaurado contra os assassinos de seu marido, Capitão Porfirio Alipio Pereira de Queiroz, nos dão indícios de algumas

³⁵ Processo Criminal de Firmino Paulo da Silva, Op. Cit., p. 8

tramas elaboradas por outros criminosos para incriminarem Antônio Silvino. Segundo consta o documento, o indivíduo Antônio José de Maria afirmou ser o autor do crime do Capitão Porfírio de Queiroz, ocorrido no Jucá-PE, em 22 de novembro de 1903; que, para perpetrar o assassinato, o indiciado foi à casa da vítima “dizendo-se Rio Preto e enviado de Antônio Silvino” (*Dossiê Antônio Silvino - 1904-1908*. IHGP).

Mais tarde de dez para onze horas, é assaltada a casa de vivenda por quatro individuos, que depois de grande lucta, sem que tivessem podido nella penetrar, gritando que já haviam morto o Capitão Porfírio a mandado do Capitão Antonio Silvino, se retiraram sem levar adiante os seus intuitos perversos. (Idem. grifo nosso)

O nome de Antônio Silvino só aparece nos autos processuais por duas vezes, justamente na trama que intentava livrar os verdadeiros culpados. Todavia, foi averiguado que o crime tinha sido encomendado pelo “Sr. Vilo” e “José Ferreira”, possíveis inimigos da vítima, isentando assim o cangaceiro de qualquer culpa.

Além do mais, o cangaceiro ligado ao grupo de Silvino que por ventura cometesse algum crime individualmente, a culpa normalmente recairia para o chefe, culminando em algum conflito interno. O testemunho de Firmino Paulo da Silva, o “Fura Moita”, à Justiça paraibana é apenas um exemplo dos muitos casos que teriam ocorrido. Ao narrar sua participação num homicídio que fez fora do grupo de Silvino, “Fura Moita” disse que existia no Mulungú de Cabaças um indivíduo conhecido por Bronzeado que teria lhe convidado e oferecido pagamento para assassinar Bellarmino, o qual se achava amasiado com sua esposa. Ao aceitar o convite, os dois seguiram à casa de Bellarmino, botaram a porta abaixo e, aparecendo Bellarmino, Bronzeado toma o rifle de “Fura Moita” e desfecha dois tiros em seu “ofensor”, devolve a arma ao seu dono e foge do local, procurando tirar de si a responsabilidade do crime. De posse novamente da arma, “Fura Moita” dispara mais um tiro contra a vítima³⁶: queria ele garantir o pagamento pelo serviço!?

Portanto, ao certificar-se que “Fura Moita” assassinou Bellarmino sem o seu consentimento, Antônio Silvino o dispensa do grupo, toma a arma e lhe dá a quantia de cinquenta mil reis. Mas, antes disso, Silvino teria contado o fato ao um amigo, Coronel Eufrásio Câmara, o qual lhe ordenou que matasse o cangaceiro criminoso, mas como não queria assim proceder apenas o expulsou do grupo.³⁷

Há de se perceber que a existência de conflitos no cangaço não estava ligada apenas às relações com outros grupos sociais, pois vez ou outra eles ocorriam dentro do próprio

³⁶ Idem, p. 11

³⁷ Idem, p. 8-9

grupo, por determinado ato de insubordinação de algum cangaceiro ao seu chefe ou pelo descumprimento de suas leis. Já sabemos que, em alguns momentos, Antônio Silvino comportava-se com respeito, dignidade e cortesia, virtudes que o levava a adotar medidas disciplinares mais rígidas com seus cangaceiros e que culminavam, não raramente, em algum conflito ou tensão entre eles.

Na representação elaborada em *Antônio Silvino*, o poeta Manoel Camilo destaca que em certo dia, Silvino entrou numa residência (próximo ao Ingá do Bacamarte) e mandou a dona da casa preparar uma galinha para seu grupo saciar a fome, mas a mulher ficou tão tensa com a presença do grupo que se esqueceu de colocar sal na comida. Ao perceber que o alimento estava insosso um dos cangaceiros logo reclamou, isso fez com que seu chefe o castigasse: “Silvino obrigou o cabra comer um litro de sal, dizendo: - eu comi calado cabra safado e boçal, depois puxou-o para fora e o sangrou de punhal” (*Antônio Silvino*. Manoel Camilo). Ainda que relatassem práticas inverossímeis, fruto da imaginação do poeta, ações, falas e textos como estes foram fomentando o imaginário popular acerca de Silvino, mostrando-o como um cangaceiro honrado que dava direito a quem tinha e castigava o errado.

Outros conflitos entre cangaceiros de um mesmo grupo ocorreram por motivo de vingança, quando algum popular sentindo-se ofendido por um ou outro cangaceiro, entrava no grupo do mesmo com o objetivo assassiná-lo e, conseqüentemente, lavar sua honra. Embates desse tipo ocorreram tanto com Antônio Silvino, quanto com outros chefes de cangaceiros, a exemplo de Cocada. No caso de Silvino, ele teria assassinado um rapaz em Andradina e um irmão da vítima teria jurado vingar sua morte. Nesse sentido, quando o cangaceiro estava acampado nas caatingas de Monteiro, na Paraíba, chegou o moço pedindo-lhe para entrar no grupo liderado por ele. Não reconhecendo o rapaz que parecia ter boas qualidades, o cangaceiro o aceitou em seu grupo, ficando o mesmo aguardando uma oportunidade para acabar com seu inimigo. Porém, outro cangaceiro do grupo, Francisco Cabral, ia traiçoeiramente atirando em Silvino quando o dito rapaz impediu-lhe: queria ele mesmo ter o prazer de assassinar o chefe!?

Depois de punir Francisco Cabral, assassinando-o³⁸, e saber os verdadeiros intuitos do rapaz, Silvino entrou em luta corporal com o mesmo e pediu aos seus homens que não se intromettesse na questão, pois queria matá-lo sozinho. Assim, depois de algum tempo de confronto percebeu-se que ambos eram iguais na coragem, na força e na habilidade para luta.

³⁸ Ao passar pela fazenda Grossos, próximo ao Ingá, Silvino confessou ao fazendeiro Augusto Rezende e ao bacharel João Demetrio que teria assassinado Francisco Cabral por julgá-lo “um grande traidor” (*O Município*. 28 de junho de 1908).

Nisso um cangaceiro de Silvino resolveu matar o rapaz por traz, sendo imediatamente proibido pelo chefe, que lhe disse que um homem inteirado daquele não se matava com traição. O poeta Manoel Camilo informa, em *Antônio Silvino*, que o rapaz teria desistido da vingança ao perceber a hombridade de Silvino, mas é possível que isso não tenha ocorrido, que ele tenha simplesmente fugido do embate com o líder dos cangaceiros que, aliás, estava acompanhado de seus homens.

Já o cangaceiro Cocada não teve a mesma sorte. Cocada era considerado o cangaceiro mais valente do grupo de Silvino. Diziam, inclusive, que nem mesmo o chefe o igualava. Quando se separou do grupo de Silvino, Cocada passou a praticar barbaramente assassinatos, roubos e defloramentos. Em fins do ano de 1907, esse cangaceiro desvirginou uma órfã de pai, tendo sua mãe ido comunicar o fato ao tio da moça, José Vitalino, que indignado com o crime buscou vingar-se do cangaceiro.

Cocada era acostumado a aparecer na casa de Vitalino. No entanto, após o crime o Vitalino ofereceu-se para acompanhar Cocada no cangaço. Aceita a proposta, seguiram os dois, juntamente com os cangaceiros Ribingudo e Pinicapáo para o Conde, onde na quarta feira, 11 de dezembro de 1907, assaltaram a residência do coronel José Alves, depois foram para Serrinha com o objetivo de roubar um cavalheiro ali residente, mas antes do ataque deitaram um pouco para descansar.

Cocada descansava um pouco afastado dos companheiros que o seguiam, entre os quais o tio da moça, quando este comunicou aos outros dois seus planos de matá-lo. Ribingudo e Pinicapáo tiveram receio e discordaram, mas o vingador insistiu e ameaçou-os também, caso avisassem ao Cocada de suas intenções. Temendo por suas vidas, os dois cangaceiros ficaram quietos enquanto o companheiro armou-se de um rifle, dirigiu-se ao Cocada e com a coronha da arma deu-lhe uma forte pancada na cabeça. Cocada tentou levantar-se, mas o agressor, “com o próprio punhal do morto, deu-lhe 35 facadas, e depois cortou-lhe o pescoço”. (*A República*, 19 de dezembro de 1907)

Após a morte desse cangaceiro, o assassino desapareceu. Ribingudo e Pinicapáo tomaram destino ignorado, porem foram presos dias depois. Apesar da malvadeza do crime, por se tratar de um cangaceiro, a imprensa paraibana disse que o assassino tinha “bons sentimentos, e obedeceu somente á sua indignação pela deshonra da sobrinha” (idem).

3.2.2 “Entre a cruz e a espada”: ambiguidades em relação à igreja

Desde os tempos da colonização, as comunidades que foram se constituindo no Nordeste brasileiro criaram um elo muito forte com a Igreja Católica. A religiosidade e os mistérios da fé levavam as pessoas a buscarem explicações naquilo que não entendiam, a exemplo dos fenômenos naturais como os grandes períodos de estiagem e, conseqüentemente, o sofrimento vivenciado pela grande maioria da população que habitava nas regiões interioranas. Segundo Facó (1991), em momentos de crise a religião apresentava-se, juntamente ao lado do cangaço, como a principal forma de resistência dos sertanejos. Além do mais, os populares entendiam que o respeito e a devoção a Deus, aos santos e aos demais símbolos da igreja eram essenciais para obtenção das graças do Pai que os conduziriam a dias melhores. Portanto, como a maioria dos sertanejos, o cangaceiro praticava sua religiosidade com deferência, dignidade e muita fé, pedindo sempre ao Senhor e a Nossa Senhora que os protegesse dos perigos cotidianos. A prática dos rituais de pedir a benção do padre, de se confessar e comungar, entre outras, estavam sempre presentes.

Com Antônio Silvino não era diferente, pois quando entrava numa localidade que tinha uma igreja e um padre, habitualmente ele deixava o cangaço “de lado” para “cuidar” do espírito. No entanto, nem sempre o contato com os religiosos se dava de forma amigável, pois como uma parte da população, os padres também viam o cangaceiro como um criminoso comum que se apropriava do cangaço como um meio de vida.

Diferentemente do que alguns diziam, quando era ameaçado por alguém, Silvino não fazia distinção entre fazendeiros, políticos ou, mesmo, padres, todos se tornavam seus inimigos. Ele era um ser bastante ambíguo que agia mediante as situações, podendo num momento estar ao lado de uma pessoa – fazendeiro, político ou padre – e, num outro, ser inimigo da mesma. Assim, para tornar-se inimigo de Silvino bastava uma simples recusa ou uma palavra que lhe desagradasse.

Nesse sentido, apesar de dizerem que “o Capitão Antônio Silvino não dava em padre, não bulia nas coisas da Igreja porque fora pedido de sua mãe” (REGO, 1980b, p. 83), alguns padres também se envolveram em relações conflituosas com o cangaceiro. Um deles foi o padre José Paulino, ameaçado por Silvino devido ter entregado alguns homens de seu grupo à polícia. Independente do motivo que levou José Paulino a agir desse modo, sua prática gerou um ressentimento no cangaceiro que passou a lhe odiar e fazer, sempre que possível, ameaças de morte que o deixava profundamente tenso. O poeta popular Leandro Barros representou os sentimentos de Antônio Silvino para com o padre: “Eu juro pelo meu rifle, que o Padre José

Paulino cai sempre na ratoeira e paga o grosso e o fino, não há de casar mais homem, nem batizar mais menino. (Antônio Silvino: o rei dos cangaceiros. Leandro Gomes de Barros)

Outro religioso perseguido por Silvino foi o padre Custódio. Segundo Leandro de Barros, o padre Custódio era bastante interesseiro e condenava os coiteiros – homens que davam rancho aos cangaceiros. Informado de que o padre Custódio teria escondido grande quantidade de dinheiro em seu quintal, Silvino logo seguiu para sua residência a fim de arrecadar algum dinheiro.

Disse, padre eu quero entrar,
 Sonhei com dinheiro aqui!...
 E preciso o arrancar,
 Quero levá-lo na frente
 Para o senhor me ensinar. [...]

Lance mão do cavador,
 E vamos ver logo os cobres,
 Esse dinheiro enterrado
 Está fazendo falta aos pobres,
 Usemos de caridade
 Que são sentimentos nobres. (Idem)

É certo que esses versos são parte de uma literatura romanesca advinda do imaginário popular que mitificou Antônio Silvino como sendo um cangaceiro cavalheiresco e protetor dos pobres. Porém, não deixa de ser uma imagem que trata do cotidiano do cangaceiro, que nos faz refletir acerca dos assaltos, dos saques ou dos assassinatos perpetrados contra todos que o contradiziam.

A esse respeito, os jornais registravam cotidianamente os conflitos entre padres e cangaceiros, os quais, segundo a imprensa paraibana, não se cansavam de vitimar as povoações do interior do Estado. Por causa dos ataques, as pessoas ficavam tensas, principalmente quando autoridades e padres eram vítimas. Como se percebe através da notícia abaixo, publicada num jornal da época – quando da invasão de um grupo de cangaceiros à Vila do Ingá, em maio de 1900, na qual um policial foi morto e um padre teve sua casa invadida – os populares imaginavam que se nem mesmo esses grupos sociais eram respeitados, o que dizer das pessoas mais simples.

Informaram-nos que a horda de cangaceiros que tem trazido o nosso Estado em inquietação, em suas correrias assaltou a Villa de Ingá assassinando uma autoridade policial. Levados pelo instinto perverso de feras indomáveis, foram a casa do nosso amigo Padre José Alves que no gozo de uma licença acha-se temporariamente residindo ali e como não o encontrasse, quebraram moveis, romperam papeis e violentaram uma velha creada a dizer onde o Padre José Alves guardava dinheiro e para onde tinha ido. (*A Imprensa*, 14 de Maio de 1900)

Além do mais, os jornais desenvolviam representações sobre as perversidades de Silvino na tentativa de produzir algum efeito, ou seja: destilar todo um ódio popular contra o cangaceiro e seu grupo. Nesse sentido, outras informações davam conta de que, em outubro de 1907, Silvino esteve em Santo André, povoado próximo ao de S. João do Cariry e ao município de Batalhão, onde invadiu e roubou cerca de quinze contos de reis do padre Custódio Luiz de Araújo, o qual, segundo o jornal, “felizmente não estava em casa quando nella penetrou o terrível bandido” (*A República*, 23 de outubro de 1907). Silvino levou do padre Custódio o quanto pôde, pois sabia que ele guardava em casa o dinheiro que recebia dos casamentos – muitos deles feitos entre filhos de grandes fazendeiros, o que deixava bons rendimentos para a igreja.

De outro modo, nem sempre os conflitos eram esperados, como acontecia na ocasião dos roubos ou assaltos. Às vezes eles se davam até dentro da igreja, quando em seu momento de fé o cangaceiro buscava confessar seus pecados ao padre, obter seu perdão e ser abençoado para continuar nas correrias diárias.

Ao tratar da religiosidade do cangaceiro, Leandro Gomes de Barros conta, em *A confissão de Antônio Silvino*, que este, querendo redimir-se de seus pecados, buscou se confessar com um padre. O cangaceiro teria dito ao padre que Deus não o perdoaria por ele ter assassinado mais de “cento e quarenta” pessoas, mas disse-lhe o padre: “- Ora, Jesus perdoou ao bom ladrão! Silvino perguntou: - como eu posso alcançar perdão? Disse o padre: se entregando, primeiro se confessando, se recolhendo à prisão! (*A confissão de Antônio Silvino*. Leandro Gomes de Barros). Seguindo seus versos, o poeta imaginou que o cangaceiro tinha outro entendimento acerca do arrependimento e do perdão, que o padre fosse dizer para ele voltar a ser um homem de bem, para não matar ou roubar as pessoas, mas frente as orientações do padre, Silvino passou-lhe a fazer ameaças de surra e de morte.

De todas as contendas com membros da igreja, a que Silvino teve com o padre Antônio Galdino foi a única que teria lhe causado arrependimento. No mês de novembro de 1914, pouco antes de sua prisão, Silvino seguiu uma trilha, acompanhado de cinco cangaceiros, com destino a Pocinhos, nas proximidades de Campina Grande. Ao chegar à localidade, o grupo de cangaceiros invadiu a casa do padre e pediu-lhe almoço. Apesar de o padre Galdino dispor de criados e cozinheiras que podiam preparar o jantar do modo que Silvino desejasse, ele foi obrigado a fazer toda a refeição por simples capricho ou maldade do cangaceiro.

Segundo informações colhidas pelo jornal *A Imprensa* (11 de dezembro de 1914), o cangaceiro estava bravo por algum motivo, descarregando sua ira sobre o padre com maltrato,

admoestações e ofensas verbais, sem que o mesmo tivesse lhe dado algum motivo para tal. Do outro lado, o sacerdote não reagiu às provocações do ofensor, nada respondeu ao cangaceiro. Depois de toda humilhação, antes de sair da residência, Antônio Silvino ainda disse ao padre que precisava de algum dinheiro, pedindo-lhe que entregasse o apurado dos casamentos, mas como o padre nada possuía no momento, Silvino mandou-o ir arrecadar com algum fazendeiro ou comerciante rico do lugar. Aliás, esses dois grupos sociais também se envolveram em inúmeros conflitos com o cangaceiro.

3.2.3 Confrontos com fazendeiros e comerciantes

O confronto direto estabelecido por populares contra fazendeiros e ricos comerciantes se dava a partir do ato em que pegavam em armas para invadir vilas, cidades e fazendas e tinha como propósito maior resistir/sobreviver frente às precárias condições sociais que lhes eram impostas, mas lembremos sempre que era uma resistência embasada na ética e na moral daquelas pessoas.

Na obra *Cangaceiros*, José Lins do Rego apresenta várias imagens que são, a nosso ver, bastante representativas do cotidiano e das resistências dos muitos personagens daquele Nordeste do tempo dos coronéis. Numa delas, Cazuzza Leutério (fazendeiro e político) é o típico coronel de poderes ilimitados que dominava a Região, e porque não dizer o Estado de Alagoas. Cazuzza mandava em tudo, nas eleições, no júri e até no governo. “É mesmo que Governo, tem até soldado de linha para garantir a casa” (REGO, 1976, p. 131). Ninguém podia com ele e, diante disso, o que fazer uma população analfabeta, sem terras e morada própria? Podiam se rebelar? Desejavam que outra parentela lhe tomasse o poder. Mas não ficaria tudo igual? Seja como for, para muitos a esperança estava no cangaço. O que se percebe é que, na concepção do romancista e de muitos populares o cangaço era visto como o único meio de justiça social. Todavia, como já afirmamos, havia diversas outras maneiras de resistir à opressão, às crises econômicas, às disparidades sociais.

Ao conversarem acerca da situação política do sertão, o capitão Custódio informa a Bentinho sobre o desejo do cangaceiro Aparício, irmão do mesmo Bentinho, de acabar com as forças do Coronel Cazuzza Leutério.

Cazuzza Leutério está imaginando que há de mandar a vida inteira neste sertão. Outro dia me vieram falar de política. Foi o promotor de Alagoas de Baixo, rapaz filho dos Wanderley de Triunfo. Eu disse a ele: - Senhor doutor, aqui quem manda é Cazuzza Leutério, manda mais do que o Governo. Jatobá e Tacaratu é o mesmo que fazenda dele. E está tudo

acabado. Foi assim na Monarquia e assim entrou pela República. Haja rei, haja presidente, manda Cazuza e está acabado. [...] Eu sei é que, hoje em dia, de nada vale o direito do voto. Manda Cazuza Leutério nas eleições e no Júri. O resto é conversa. [...] Menino, só o teu irmão Aparício Vieira é que é homem neste sertão. Ele sabe que justiça de verdade só mesmo na boca do rifle. (REGO, 1976, p. 27)

O capitão Custódio era um fazendeiro influente da região, porém sem forças para combater seu principal inimigo. Alguns políticos da região desejavam obter seu apoio para tentar derrotar Leutério nas eleições. Um deles foi o promotor de Triunfo que, através de um amigo e juiz em Tacaratu, chamou o capitão Custódio para conversarem sobre política. Queria o promotor saber se poderia contar com o capitão para as eleições de deputado. Todavia, Custódio lhe fora sincero, não queria saber de eleições, de política. Não tinha forças suficientes para derrotar aquele que mandava no sertão: seu inimigo Cazuza Leutério.

Portanto, junto ao desejo de ganhar as eleições e derrotar um dos grandes coronéis do Sertão, o juiz de Tacaratu e o promotor de Triunfo tentaram armar uma “trama política”³⁹ objetivando o apoio do capitão Custódio, pois sabiam eles que o capitão mantinha relações amistosas com o cangaceiro Aparício, inclusive que tinha acolhido a família deste em suas terras e lhe servia de coiteiro.

O velho Custódio se fizera de coiteiro para uma vingança. O filho morto e a impunidade do crime mantida pelo seu inimigo Cazuza Leutério conduziam aquele homem pacato aos braços do banditismo, a uma vingança que parecia ser a sua única saúde. Para ele pouco valia o que lhe pudesse acontecer, desde que a vingança contra o homem que odiava chegasse ao fim. (REGO, 1976, p. 62-3)

Deste modo, assim como o capitão Custódio, o juiz acreditava que a desgraça daquela parte do Sertão era o Cazuza Leutério e, apesar de ser um dos maiores representantes da lei, acreditava que “só mesmo Aparício pode acabar com ele” (REGO, 1976, p. 62). Mas, o capitão descobriu que todo o interesse pelo seu apoio estava ligado com a política. É que “o pai do juiz é o Coronel Januário, da cidade de Caratinga, e a coisa se prende ao prestígio de

³⁹ A trama política, no sentido aqui elaborado, diz respeito a uma associação/aproximação entre fazendeiros e/ou políticos com cangaceiros no sentido de alcançarem seus objetivos com mais facilidade. Porém, havia uma tentativa de esconder esse pacto da população. Vale lembrar que mesmo que a trama em questão e seus personagens seja resultado de invenção ficcional, ela diz muito do mandonismo local. Portanto, não é o fato de ser uma obra ficcional que ela não pode ser apropriada. Mais adiante faremos uma análise mais detalhada de uma trama envolvendo políticos paraibanos e o cangaceiro Antônio Silvino.

Cazuza Leutério. Eles todos querem acabar com a força do miserável e tomar conta do terceiro distrito⁴⁰” (idem).

Sabia-se que o pai do juiz era inimigo de morte de Cazuza Leutério e bem que podia acabar com o “miserável”. Porém, a força de Cazuza Leutério não havia encontrado igual. O capitão Custório não queria se meter com o juiz e nem mais saber de negócios com ele. Mandou dizer-lhe que procurasse outro. De fato, o que poderia apresentar em política um homem que nem tinha cara para falar de um filho assassinado, que não fora vingado? É que o capitão Custódio estava desmoralizado por não conseguir vingar a morte do filho, assassinado na feira de Jatobá e, principalmente, devido o assassino, o próprio Cazuza Leutério, continuar impune e acima de tudo mandando na política, no juiz, na vida de todos (REGO, 1976, p. 10-11).

Diante de opressões e injustiças, os populares eram quem arcavam com as consequências. Cotidianamente eram-lhes ceifadas as condições de viver ou trabalhar. Sobravam-lhes, portanto, a fé em Deus e o desejo de serem vingados pelos cangaceiros, ditos seus justiceiros. Além dessa situação, um criminoso impune por conta da proteção de um ou outro coronel fazia com que muitos populares pegassem em armas para vingar a morte de um parente, lavando sua honra com o sangue do inimigo. Isto era culturalmente aceitável na sociedade da época. Mas, ao cometer um delito de morte, o “criminoso” passava a ser perseguido pela polícia, pois perante a Lei do Estado tal atitude não era aceitável.

No tempo de Antônio Silvino, fazendeiros como João Lourenço Porto e José Agra tiveram os seus domicílios atacados, roubados e depredados: diversas cercas, portas e moveis, entre outros bens foram quebrados e eles só não morreram ou sofreram afrontas por terem fugido antes da chegada dos cangaceiros. *A República* informou, em nove de outubro de 1907, que o bacharel José Agra, bem como um irmão, viu-se obrigado a sair de sua fazenda devido as ameaças de que era alvo. No geral,

Dar a Antonio Silvino avultadas sommas, *ganhas laboriosamente ao gotejar do suor honesto, e não com a locupletação de rendas municipais*, - trata-o bem em casa, e até *festejal-o*, são actos praticados debaixo do terror, e muitas vezes em presença de rifles, promptos a fazer valer sua autoridade ao menor signal de recusa do intimado. (*A República*, 09 de outubro de 1907. Grifo do jornal)

Outras notícias diziam que Silvino saqueou a casa do fazendeiro Manoel Onofre, localizada em Alagoa Grande-PB, roubando-lhe muito dinheiro e, em Alagoa Nova, no lugar São Sebastião, feriu um cunhado de Manoel Veras, comerciante e sócio do chefe político de

⁴⁰ Acreditamos que José Lins do Rego manteve a nomenclatura “distrito eleitoral” para referendar a tradição, é que a mesma deixou de existir na República.

Alagôa Grande, major Ernesto Cavalcante, levando membros da família – esposa, filhos e irmãos – a se humilhar, implorando de joelhos que o cangaceiro parasse de espancá-lo. Com o fim do conflito e temendo novas investidas do cangaceiro, os moradores daquela casa se mudaram para um lugar considerado seguro (*A República*, 24 de outubro de 1907)

No dia dez de dezembro de 1907, por volta das seis horas da tarde, Antônio Silvino juntamente com seis cangaceiros armados de rifles e punhais assalta a casa do coronel José Alves Souza, na localidade do Conde. Segundo o jornal *A República* (13 de dezembro de 1907), quando os cangaceiros chegaram ao local do crime se puseram por algum tempo do lado de fora, pois José Alves ainda não havia chegado do trabalho. Vendo que o dono da casa se aproximava, imediatamente os cangaceiros o intimaram, sobre ameaças, a entregar todo o dinheiro. O coronel não teria esboçado nenhuma reação e sem perda de tempo mandou abrir uma mala onde se encontrava, além de dinheiro, diversos objetos de valor e uma pistola. Mas, antes do roubo, os cangaceiros pediram a uns vinte e três trabalhadores da fazenda para não se moverem, sob ameaças de serem alvejados com tiros de rifles, ordem que teria sido reforçada pelo próprio José Alves, que, temendo uma chacina, achou por bem entregar o dinheiro e os objetos solicitados pelos cangaceiros.

O capitão Pedro Henriques, sendo informado de que a propriedade de seu pai se achava invadida pelos cangaceiros, foi com oito homens em seu socorro. Já não encontrando os bandidos, deixou de persegui-los a pedidos do coronel José Alves que alegava que os assaltantes iam bem armados e municados e qualquer ação contra os mesmos poderia ser muito arriscada. Por fim, ao tomar ciência do ocorrido, o chefe de polícia fez uma diligência para auxiliar as autoridades do Conde na perseguição dos cangaceiros, mas não tiveram muito sucesso, os cangaceiros já seguiam por trilhas desconhecidas das forças públicas. (Idem)

Depois disso, só temos notícias de outros conflitos entre Silvino e fazendeiros paraibanos em junho de 1908. O silêncio da imprensa e demais fontes nos levam a pensar que, segundo suas próprias táticas de sobrevivência, ou ele teria rumado para o território pernambucano ou se refugiado na casa de algum coiteiro. O dinheiro do assalto ao Sr. José Alves Souza era suficiente para ele passar alguns meses tranquilo, pelo menos sem precisar fazer outros crimes. Portanto, aproximadamente seis meses após o conflito no Conde, o cangaceiro volta a atacar outro fazendeiro na Paraíba: o coronel Silvino Campos, dono da *Fazenda Muribeca*, na comarca de Campina Grande. Desse proprietário, os cangaceiros conseguiram levar também uma elevada quantia de dinheiro (cerca de dois contos de réis) e jóias avaliadas em um conto de réis. (Idem)

Detalhes do assalto foram contados através de uma carta reproduzida pelo jornal *O Município*, na qual é possível perceber a astúcia de Antônio Silvino em se passar por um oficial do Estado de Pernambuco para perpetrar o roubo. Eis a carta:

“No dia 7 do corrente, pelas 5 horas da tarde, Antonio Silvino chegou em casa do coronel Silvino, abriu a porta entrou, cumprimentou-o e disse ser um official do Estado de Pernambuco; em seguida perguntou o nome de uma pessoa, da baixa camada social, e deu voz de prizão. Feito isto Antonio Silvino disse que o seu fim alli, já tendo entrado outros cangaceiros, era receber, de ordem do dr. Affonso Campos, um conto de reis em pagamento da correspondência que botou nos jornaes chamando-o de bandido.

O coronel disse não ter dinheiro em casa; retorquindo Antonio Silvino que n’aquella casa existia dinheiro, então exigiu as chaves, fazendo-se acompanhar do coronel e sua mulher e por um cangaceiro de nome Tetéo, deu rigorosa busca em todas as gavetas e malas, tendo arrecadado pouco mais de 2 contos e duzentos mil reis em dinheiro e cerca de um conto em jóias.

Quando os cangaceiros chegaram estavam em casa do coronel dois moradores, tendo chegado depois mais 3 ou 4.

O bandido estragou os moveis, tratou mal o coronel e sua mulher, dizendo que só os não matava por que elle era um homem bom, intimou-o para se mudar dentro de 24 horas e mandou surrar 2 ou 3 moradores presentes.” (*O Município*, 14 de Junho de 1908).

Antonio Silvino parecia se informar muito bem das pessoas e dos lugares onde entrava e apesar de não saber ler nem escrever, a tradição oral lhe deixava a par das contendas políticas dos Estados por onde andava, dos acordos financeiros entre grandes fazendeiros e comerciantes e das necessidades dos populares de algumas localidades mais carentes. Sabendo que os ataques políticos estavam quase sempre ligados à depreciação moral feita através dos jornais, a reprodução de cartas como essa num órgão da imprensa denuncia o conhecimento do cangaceiro, bem como das tramas que se desenvolvia naqueles tempos.

Além do mais, como se não bastasse os assaltos e depredações perpetrados pelo grupo de cangaceiros chefiado por Antônio Silvino, o interior paraibano estava em constante tensão por causa das inúmeras ameaças do bacharel Santa Cruz, o qual estava agindo com os seus jagunços. Tendo sido essas informações confirmadas por telegrama procedente de Monteiro, as tropas policiais se colocaram em alerta para qualquer confronto com os homens que, provavelmente, defendiam os interesses políticos do Bacharel Santa Cruz na região. Apesar da precaução, em vinte e seis de setembro de 1912 o jornal *A Imprensa* noticiou um assalto a fazenda Alagoa Grande, daquele mesmo município, de propriedade do delegado Antonio dos Reis, que durante algum tempo teria se dedicado a perseguir Santa Cruz. Todavia, os assaltantes não tiveram seus objetivos alcançados por terem sofrido forte resistência das forças públicas.

Era comum o cangaceiro ser agressivo com os inimigos. Ferimentos, roubos, depredações de casas comerciais ou fazendas ocorriam a todo instante já que eles viviam constantemente em correrias por diversas regiões, podendo atacar inúmeros fazendeiros ao longo de um único dia, a exemplo do que ocorreu em três de novembro de 1912, quando Antônio Silvino passou em Espírito Santo e Entroncamento, onde “espancou barbaramente ao honrado coronel Guerra, abastado agricultor alli residente” (*A Imprensa*, 04 de novembro de 1912).

Segundo um jornal da cidade de Patos-PB, em novembro de 1914, Antonio Silvino esteve em Pocinhos, onde teria jogado cartas na maior tranquilidade com alguns amigos e depois seguindo para a fazenda *Cabeça de Boi*, do fazendeiro Christiano Lauritzen, em Campina Grande, “onde praticou depredações e mandou recados ameaçadores e atrevidos ao alludido Cel.” (*A voz do Sertão*, 06 de dezembro de 1914), dizendo que ele o devia dois contos de reis “e que se não me os pagasse perdia maior valor!” (*Antônio Silvino de luto*. Francisco das Chagas Baptista). Apesar de fontes distintas abordarem acerca de uma possível rivalidade entre Antônio Silvino e o gringo Christiano Lauritzen, no cômputo geral de nossas pesquisas é possível vislumbrar uma possível trama para disfarçar a aproximação entre um e outro. Os indícios são suficientes para entender que havia relações amistosas e troca de favores entre ambos, pois como veremos mais adiante, no tópico *Tramas do político*, Silvino visitava frequentemente a fazenda de Christiano Lauritzen para descansar.

Assim como ocorreu com os fazendeiros, os conflitos com os comerciantes, principalmente os mais abastados, não eram tão diferentes, tampouco a maneira de agir do cangaceiro. Entrando nas vilas e cidades em dias de feira, valendo-se do aglomerado de transeuntes para melhor praticar a ação e dificultar a defesa pelas forças públicas ou aproveitando-se dos esconderijos nas estradas para emboscar comerciantes, o cangaceiro normalmente conseguia bons rendimentos que lhe garantiam a sobrevivência por um pouco mais de tempo.

Muitas trilhas levavam Antônio Silvino a lugares já conhecidos, a exemplo da vila do Pilar, na Paraíba. Por certo era uma comunidade onde tinha muitas pessoas que lhe ajudavam e sabendo que nessa localidade existia comerciantes bem sucedidos, aproveitava suas passagens por ali para arrecadar algum dinheiro para manutenção do grupo que liderava.

Numa de suas “visitas” ao Pilar, o cangaceiro tomou conta da feira, ordenou aos comerciantes que vendessem aos pobres sem receber de ninguém e entrando numa das casas pediu ao lojista duzentos mil reis e, ao sair, avisou-o que se algum dia precisasse de mais ele iria ali buscar. (*Um cangaceiro diferente: Antônio Silvino*. José Praxedes Barreto)

A documentação parece demonstrar que Silvino possuía certa compreensão da realidade social dos pobres, principalmente nos momentos de crise, em que era levado a praticar uma economia moral próximo daquela vivenciada pelos ingleses do século XVIII. Não que ele tivesse uma noção de redistribuição de renda que o levasse a experiências cotidianas como a ocorrida no Pilar, talvez isso fosse apenas uma repetição do que faziam os ricos quando “jogavam” para seus serviçais a sobra do que lhes restavam à mesa, mas certamente assumia politicamente a função de amenizar o sofrimento da população quanto à garantia dos direitos – mesmo que por alguns momentos – de terem os produtos básicos de sua alimentação.

Em vinte e oito de fevereiro de 1907, Silvino voltou à vila do Pilar com o objetivo de receber o pagamento de uma nota falsa que o coronel Joaquim Pio Napoleão, chefe político da localidade, havia lhe passado (REGO, 1980a, p. 14). Seguro do propósito de desmoralizar as autoridades do Pilar, Silvino cerca a cadeia, prende os soldados e toma-lhes as armas. “Fui ver depois a prisão e soltei cinco coitados que nessa imunda cadeia estavam encarcerados, e alguns desses já prenderam por serem bem descuidados” (*Antônio Silvino: vida, crimes e julgamento*. Francisco das Chagas Batista).

Ao soltar os presos, Silvino segue com destino à residência de Napoleão, porém não o encontrando obriga a mulher do mesmo, Inês, a lhe dar o dinheiro contido no cofre. Depois, dirigiu-se ao estabelecimento comercial de Napoleão e apropriou-se do dinheiro que estava na gaveta do balcão: “a municipalidade, pertencia esse dinheiro, porém eu que do governo sou o principal herdeiro, apossei-me deste cobre e em guardá-lo fui ligeiro!” (Idem).

Em muitos casos, o cangaceiro não esperava pelo raio de ação do inimigo, talvez ele não sobrevivesse por tanto tempo agindo apenas na defesa. Havia alguma semelhança com os reis e generais da antiguidade e do medievo que se sentiam honrados em lutar à frente de seus exércitos? Independentemente da resposta para essa pergunta, uma coisa é certa: para os “guerreiros do sol” o que mais importava era a sobrevivência no campo de batalha. Assim, sempre que tinha alguma questão por resolver, seja ela com políticos, fazendeiros ou comerciantes, Silvino buscava o confronto direto – talvez, numa tentativa de questionar a ordem, ou quiçá o caos, da sociedade em que vivia – ou recuava taticamente em alguns casos e até se emboscando em outros tantos.

Em outros eventos, os conflitos nos quais Antônio Silvino se envolveu com os grupos de poderes eram direcionados pela própria ação desses grupos, principalmente quando tentavam persegui-lo ou praticavam injustiças com os seus pares. Os comerciantes que não aceitavam a “(des)ordem” provocada pelo grupo de Silvino chegaram a armar tropas com

mais de vinte homens para prendê-lo ou assassiná-lo, além dos castigos que mandavam fazer aos cangaceiros que iam sendo presos.

A esse respeito, duas contendas ocorridas entre ele e comerciantes servem para iluminar nosso argumento, ambos representados por Francisco das Chagas Batista, em *A prisão de Antônio Silvino*: a primeira se deu em Macapá, em vinte e nove de novembro de 1911, com Manoel Bello, e teria ocorrido por causa das perseguições que esse comerciante fazia ao cangaceiro. Todavia, ao chegar ao estabelecimento comercial de Manoel Bello, Silvino só encontrou um genro dele, ao qual pediu as chaves do cofre e roubou cerca de dez contos de réis, deixando o local em chamas. Não temos informação se o comerciante continuou com as perseguições, mas é certo que seu prejuízo foi incomensurável; a outra contenda foi em Santa Luzia, em sete de junho de 1912, com o capitão Aristides. Há tempos que Silvino tinha prometido de dar uma surra em Aristides por ele ter mandado matar de fome e sede dois cangaceiros que tinham ido se entregar à polícia. “Promiti dar-lhe uma surra e á promessa compri, então á família d’ele dessa vez eu persegui, de alguns levei dinheiro d’outros os bens destuí”. Além do mais, ao entrar em Santa Luzia, na Paraíba, o grupo de cangaceiros assaltou o comércio, levando todo o dinheiro dos comerciantes, além dos bens tomados da família de Aristides.

Devido à adesão de muitos populares ao cangaço, pode-se supor que os conflitos com comerciantes não ocorreram especificamente com o grupo de Antônio Silvino. Vários outros cangaceiros aproveitavam-se inclusive de suas táticas para cometer roubos e assaltos, fato que era denunciado cotidianamente pelos jornais. Nesse sentido, *A União* publicou que em nove de janeiro de 1908 um grupo não identificado de cangaceiros invadiu a localidade Mataraca, da comarca de Mamanguape, assaltou e assassinou o negociante capitão José Guilherme. O crime foi noticiado por outros jornais, a exemplo d’*A República*, seguida de um manifesto que exprimia a revolta dos grupos letrados contra a chamada “anarchia”, que estava sendo praticada pelos cangaceiros no interior do Estado, e de um voto de confiança ao presidente da Paraíba, Monsenhor Walfredo Leal, devido eles entenderem que o “honrado presidente do Estado, está no firme propósito de exterminar o banditismo, que tanto tem infelicitado o Estado, causando o pânico, desenvolvendo o terror, matando, roubando” (*A República*, 14 de janeiro de 1908).

Havia, de fato, uma aproximação dos grupos sociais de poder e um sentimento compartilhado de quererem acabar com o cangaceirismo na região. Vários órgãos da imprensa paraibana, em diversos momentos, defenderam e apoiaram o governo do Estado, informando que ele estava empenhado na extinção do cangaceirismo que há muito praticava crimes no

interior. Todavia, apesar desses grupos acreditarem nisso, eles não estavam seguros da eficácia das ações empregadas para tal finalidade, pois Silvino já completava mais de quinze anos de livres correrias nas zonas que se estendiam do Sertão até o Agreste, o que já se tornava um fato relevante a ser registrado nos anais da história paraibana. Os intelectuais entendiam que

Si outros fossem os nossos costumes, outro o pensar de certos homens de responsabilidade que têm interferência nos negócios públicos do Estado, talvez o exmo. sr. presidente tivesse a suprema gloria de pacificar a Parahyba, garantir a liberdade individual, o livre transito commercial, quasi interrupto pelo revoltante facciosismo que, de rifle em punho, espreita o incauto commerciante que trilha as nossas estradas em cumprimento dos seus negócios. Mas, para maior vergonha nossa e afflicção do governo, tão vontadoso em levantar os brios deste esquecido recanto do Norte, ahi está pompeando o banditismo infrene, assaltando a bolsa do pobre viandante que se afoita, nesses tempos de sorpresas, a ir á capital, dar execução a suas operações commerciaes. (*A Imprensa*, 12 de maio de 1913)

Portanto, devido às práticas adotadas pelos cangaceiros de cobrar tributos aos comerciantes para eles poderem estabelecer suas relações comerciais, algumas pessoas chegaram a cogitar uma mudança da rota para Mossoró, Iguatú e Rio Branco. Devido ao declínio da atividade comercial na Paraíba e da impotência do governo em combater o cangaço na região, *A Imprensa* questionava: “quem, hoje, do alto sertão quer negocio para Campina Grande, para Itabayanna e mesmo para a capital?” (Idem). Na verdade, eram poucos os sertanejos que se arriscavam em perder o dinheiro, os bens ou à própria vida e quando assim o faziam, só conseguiam ter sucesso com muito rodeiros, cortando estradas e viajando de madrugada.

3.2.4 O combate direto na resistência às forças públicas

“Disse-me alguém que a policia
Sta resolvida a matar
Todo e qualquer cangaceiro
Que conseguir agarrar;
Inda que o peguem dormindo
A sentença é fuzilar!...

Mas a mim é que soldado
Se encanta e não me fuzila,
Porque já sabe que eu tenho
Muita roupa na mochila
E não me deixo pegar
Nem que me botem quizila!...

De emboscada não me prendem
Porque sou muito sagaz;
E como agora não posso
Comprar os oficiais

Vou matando os que poder
 Pois não os perdô mais!”
Antônio Silvino de luto. Francisco das Chagas Baptista

De todos os conflitos nos quais Antônio Silvino se envolveu os mais frequentes e intensos foram, sem dúvida, com as forças policiais tanto do Estado da Paraíba quanto de Pernambuco. O cangaceiro geralmente era perseguido e obrigado a gastar munições, tempo e esforço para permanecer vivo, chegando a fugir de confrontos diretos com forças que julgava ser superiores a sua. Em vários casos, as pessoas vitimadas pelos cangaceiros buscavam na polícia o caminho mais fácil de obter a vingança de modo que, quando não eram contratadas diretamente por algum agente político de sua região para compor as volantes, eles mesmos se colocavam a disposição para tudo quanto o governo precisasse. Segundo a representação de Rego (1976, p. 17) as pessoas mais simples da época imaginavam que o que restava para o sertanejo eram o cangaço e a polícia. Além do mais, por todos os lugares onde passava, Antônio Silvino deixava alguém insatisfeito, desmoralizado e menos rico. Isto motivava inúmeras famílias a persegui-lo, normalmente colocando-se à disposição da polícia. Assim, Silvino estava a cada dia construindo inimizades.

A situação na Paraíba começava a tornar-se extremamente difícil. As tropas volantes – cada vez mais numerosas – não saíam dos rastros das alpercatas de Silvino e sua cabroeira. A ordem do Coronel Mario Barbedo, Comandante-Geral da Polícia, era clara: acabar com o bando de Antônio Silvino. (DANTAS, Op. Cit., p. 190)

A polícia é a única instituição do Estado de Direito que pode fazer uso da força e, para a época, o órgão capaz de dar suporte às elites letradas para por em prática seus ideais positivistas de ordem e de progresso. Os que viam o cangaço como um mal social, faziam de tudo para acabar com o fenômeno, a saber: fazendeiros, comerciantes e políticos, os quais contratavam homens para seus exércitos particulares e para repor as baixas das forças públicas; intelectuais que se expressavam por meio de veículos de comunicação como o jornal e as revistas, meios pelos quais davam informação do paradeiros dos cangaceiros, sobre os ataques a vilas, cidades e fazendas, cobravam empenho das autoridades na perseguição aos cangaceiros e escreviam protestos contra os atos de “vandalismo”, roubos e assassinatos; e populares que colocavam-se à disposição do que fosse possível, no intuito de capturarem Antônio Silvino.

Assim, no cômputo da questão podemos inferir que os confrontos diretos entre cangaceiros e a instituição responsável pela segurança social e defesa dos interesses públicos e privados foram bastante desgastantes para ambos os lados. As lutas e enfrentamentos iam

sendo registradas cotidianamente pelos órgãos da imprensa, bem como pela literatura popular. Após quarenta anos da prisão de Silvino, os jornais locais ainda publicavam artigos informando que o interesse de assassiná-lo ou prendê-lo era comum aos oficiais dos quatro Estados onde Silvino marcou presença (*Jornal de Campina*, 01 de novembro de 1953). Assim, para se falar apenas no Estado da Paraíba, podemos citar o nome de Paulino Pinto, José Ramalho de Luna, Ricardo Soares da Silveira, José Gouveia, Joaquim Henrique de Araujo, Antonio Maurício Pereira de Melo, Raimundo Rangel de Farias, Elisio Sobreira, Augusto Gonçalves de Lima e os sargentos Avelino Diniz da Penha, Manoel Rangel de Farias, etc. etc.

O capitão Francisco Leite Ferreira Tolentino foi um oficial da Polícia paraibana que revelou sincero interesse de capturar Antônio Silvino. Lutou debalde apesar de ter entrado em combate várias vezes e em todas o chefe do bando se evadia e os cangaceiros, sem direção, debandavam-se. Mas Silvino, precavido, indicava certos pontos onde os cabras deviam reunir-se após um tiroteio. E quando Chico Tolentino supunha ter desbaratado, eis que o grupo ressurgia dias depois com muito mais impetuosidade. (Idem).

Essa mesma atividade das tropas policiais e reviravoltas do grupo de Silvino eram verificadas também nos outros Estados, onde as mortes de oficiais como a do Tenente Paulino Pinto e dos Capitães José Augusto e José Gouveia, entre outros, só reforçam as representações sobre a força da resistência empreendida por Silvino, apesar do pequeno grupo que liderava.

Em junho do ano de 1900, Antonio Silvino encontrava-se no lugar denominado Surrão, nas proximidades do Ingá, em casa do amigo José Gato⁴¹. O descanso e a boa alimentação proporcionada por José foram fundamentais para o grupo de cangaceiros poder enfrentar a batalha que se iniciaria ao amanhecer do dia seguinte. Assim, pelas oito horas da manhã do dia dezessete o grupo se preparava para partir quando, inesperadamente, foi cercado por cento e vinte soldados das forças unidas da Paraíba e de Pernambuco, que eram lideradas, respectivamente, pelo Alferes Paulino Pinto de Carvalho e o Capitão Angelim.

⁴¹ Fontes distintas informam que Silvino estava acompanhado de cinquenta cangaceiros. Como não era comum isso acontecer, é possível que seu grupo tivesse se encontrado, talvez por acaso, com algum outro. O *Jornal de Campina*, de vinte de setembro de 1953, informa que o eventual grupo que teria se juntado ao de Silvino era liderado pelo cangaceiro Pilão Deitado, o qual teria morrido no conflito com as forças comandadas por Paulino Pinto. Já o jornal *A República* denuncia que Silvino estava acompanhado por membros das famílias “Guedes e Gatos”, moradoras naquela localidade e opositoras do governo de Gama e Mello. No artigo publicado em vinte e nove de setembro de 1907, já é possível percebermos alguns indícios da trama política estabelecida em torno do cangaceiro, quando o órgão da imprensa afirma que membros dessas famílias formavam uma rede de protetores e comparsas, estabelecidos em vários lugares com o objetivo de fornecer ao grupo de Silvino todos os recursos para se manter, além de informações sobre os passos do governo, e em troca tinham o apoio do cangaceiro para combater seus adversários. Ninguém sabe quem se aproveitava de quem!

A polícia não lhes deu tréguas e os Governos da Paraíba e Pernambuco firmaram um convênio segundo o qual as patrulhas de ambas as Polícias podiam juntas ou isoladas percorrer um e outro Estado. Em razão desta medida a ação de combate aos cangaceiros tornou-se mais violenta, mais eficiente e mais ativa. (*Jornal de Campina*, 20 de Setembro de 1953)

A boa organização desse cerco policial evitou que os cangaceiros fugissem em massa, além de efetuar a prisão de quatorze restante. Percebendo a artilharia pesada dos policiais e tendo sido informado por um de seus homens que a munição havia se acabado, Silvino logo ordenou que o grupo se espalhasse e correu sozinho mato adentro. Com apenas uma bala, porém longe do tiroteio, o cangaceiro subiu numa pequena serra de onde pôde observar a ação dos policiais. Sem ser visto pelos seus inimigos, resolveu gastar sua última munição e num tiro certo conseguiu alvejar o Tenente Paulino Pinto que, não resistindo aos ferimentos, morreu aos vinte e três dias daquele mês. A imprensa local informa que “o capitão Paulino Pinto ficou gravemente ferido, e seus soldados em desespero com o estado do bravo comandante, resolveram após a prisão dos quatorze “sumariar o processo” dos mesmos, sangrando todos a punhal” (*Jornal de Campina*, 20 de Setembro de 1953). Essa ideia teria partido do sargento José Lopes, em combinação com o capitão Angelim e sido executada por um soldado. Da parte de Silvino restou o lamento pela covardia praticada contra os cangaceiros a quem tinham sido dadas garantias de vida. “Ele era cangaceiro e tal coisa não fazia. [...] Dizia se eu tivesse, munição tinha matado, aquele soldado imundo, não tinha nem começado, sangrar o primeiro homem, além de preso algemado” (*A vida do cangaceiro de nome Antônio Silvino*. Antônio Américo de Medeiros).

Se a resistência empreendida pelo cangaceiro era cotidiana, não havia motivo para pressa, tampouco colocar a vida em risco se o combate podia ser decidido em outra ocasião, quando estivesse em melhores condições para a luta, ou seja, a fuga de uma batalha não significava a derrota, mas outro meio de resistir à superioridade do inimigo. Portanto, um recuo estratégico que, em linguagem certauniana, poderia ser chamado de tático, dando mostra que sua experiência levava-o a se valer desse mecanismo como ninguém. Logo, ao agir de forma organizada – ou não – Antônio Silvino acabava por exaurir a determinação das volantes e seus oficiais, isso para não falar que ele contava com o apoio logístico de inúmeros outros grupos de cangaceiros que também preocupavam e atraíam a atenção dos governantes.

Todavia, existia oficiais que se dedicavam exclusivamente a perseguir o grupo de Silvino. O capitão José Augusto, por exemplo, chegou a enfrentar o cangaceiro em diversas ocasiões, ora fugindo do confronto ora colocando Silvino para correr, sem falar nas baixas que ocorriam também de ambos os lados. No início do ano 1900, José Augusto pôs-se na

trilha de Silvino, indo encontrá-lo em Matinhas, próximo a Alagoa Nova. Com um pelotão de quinze praças, o oficial da polícia conseguiu prender um cangaceiro, mas saiu com um soldado baleado. Meses depois,

Em abril de novecentos,
Eu em Cabaças estava
E o capitão Zé Augusto,
Que em minha pista andava,
Cercou-me com trinta praças
Quando eu menos esperava.

Dentro de um engenho velho,
Fiz uma trincheira forte,
De onde atirei cinco horas...
Não houve nenhuma morte!
Dali fugi com os meus
E procurei outro norte. (*Antônio Silvino: vida, crimes e julgamento*. Francisco das Chagas Batista)

No conflito do Surrão lembrado acima, José Augusto também lutou ao lado do Tenente Paulino Pinto na tentativa de acabar com o grupo de Silvino e vendo a destreza do cangaceiro para fugir de tão numerosa força, Augusto teria confessado ao comandante que era “trabalho perdido perseguir Antônio Silvino” (*Os cálculos de Antônio Silvino*. Leandro Gomes de Barros).

Levando-se em consideração outros confrontos, a imprensa pernambucana chegou a dizer que o capitão José Gouveia, residente em S. Thomé, na Paraíba, se destacava como sendo um dos maiores perseguidores de Antônio Silvino. A intriga entre os dois teria iniciado em dez de fevereiro de 1906, quando Antonio Silvino invadiu sua residência e espancou um sobrinho seu (*A Cidade*, 31 de março de 1906). Como todo homem de posses, José Gouveia era daqueles que tinha família grande, que sobrevivia através de suas atividades, mas o atrevimento e desaforo do cangaceiro lhe motivou a ingressar nas forças públicas para combater o grupo liderado por Antônio Silvino.

De Pernambuco saiu
o capitão Zé Gouveia
com uma força volante
por cidade, Vila e Aldeia
a fim de matar Silvino
ou o meter na cadeia.

Tiveram vários encontros
porem de pouca demora
davam duas, três descargas
Silvino caia fora
mas por fim o capitão
Gouveia, foi o caipora. (*Antônio Silvino*. Manoel Camilo)

Por vários dias José Gouveia não teve notícias fidedignas de Silvino, assim passou a caminhar distraído quando, sem que ele imaginasse o cangaceiro lhe armou uma emboscada. Gouveia estava com oito companheiros, dos quais cinco marchavam à frente e atrás, muito distante, ele e os demais soldados. De uma casa de palha que ficava bem ao longe, José Gouveia viu sair um menino correndo, buscando se esconder no mato próximo, porém não ligou para o caso. De repente, escutou forte barulho de tiroteio que vinha da casa de onde a criança tinha saído e correu para averiguar o que ali tinha se passado. Quando chegou ao local, viu dois de seus homens feridos enquanto os outros três atiravam no ponto onde Silvino e seu grupo, protegidos por uma pedreira, tinha preparado a emboscada para exterminar todo pessoal de Gouveia. Entretanto, quando os cangaceiros perceberam a chegada do oficial evadiram imediatamente do lugar. (*A Cidade*, 31 de março de 1906)

Depois desse conflito, os dois teriam se confrontado outras vezes, sempre com equilíbrio de forças que gerava correrias de ambas as partes. Em alguns casos, Antônio Silvino via a “pipoca estalar” como se fosse um “louco trovão, de fogo e fumo a estrondar”, mas quando o capitão Zé Gouveia percebia a superioridade do inimigo, tratava também de fugir. (*A vida criminosa de Antônio Silvino*. Antônio Teodoro dos Santos)

Outrossim, nos inúmeros combates com as forças policiais do Estado, alguns oficiais e muitos soldados foram sacrificados, deixando várias mulheres viúvas e filhos órfãos. Com relação a estes, nem sempre o Estado lhes concedeu pensões. Apenas em períodos de extrema pobreza é que mandava alguma ajuda. Em Campina Grande, por exemplo, viúvas de soldados mortos nos confrontos recorreram, inúmeras vezes, aos jornais da cidade pedindo auxílio para não morrerem de fome. (*Correio de Campina*, 13 de dezembro de 1914)

Antônio Silvino mostrava-se imbatível frente os conflitos, os embates e as perseguições policiais. Todavia, desde o ano de 1909 ele manifestava o desejo de deixar o cangaço. Em outubro desse mesmo ano, quando invadiu a fazenda Queimadas, Silvino pediu ao proprietário da mesma, o Senador paraibano João Coelho Gonçalves, que rogasse em seu favor junto ao Governo do País, pois estava disposto a se entregar (DANTAS, Op. Cit., p. 135-136). Seu desejo era evidente: deixar o cangaço em prol de uma vida mais tranquila. Anos mais tarde,

Sonhando se estabelecer como criador de gado no Estado do Rio Grande do Norte, pediu Silvino a um padre de seu conhecimento que intercedesse por ele junto ao governo. Prometia mudar de vida, desde que suas atividades passadas fossem perdoadas e esquecidas. A resposta foi negativa, o que o enfureceu. (QUEIROZ, Op. Cit., p. 78)

Silvino continuou sua caminhada de conflitos, perseguindo inimigos e confrontando-se com autoridades. Em fins do ano de 1914 as relações entre o cangaceiro e alguns políticos paraibanos, a exemplo do Prefeito de Campina Grande, já estavam bastante desgastadas. Segundo Dantas (Op. Cit., p. 203), em novembro desse ano, Antônio Silvino invadiu a fazenda de Christiano Lauritzen - Cacimba do Boi, no lugar “Corta-dedo”, e matou diversos animais bovinos por causa de dois contos de réis que lhe teria negado o fazendeiro. O fato é que, o Delegado de Polícia de Campina Grande, Tenente João Facundo, sabendo disso, enviou o Sargento Horácio, juntamente com dez praças, na perseguição do grupo de Antônio Silvino. Obedecendo à ordem de seu superior, o Sargento pôs-se na pista dos cangaceiros, que percebendo a perseguição, tomaram animais no lugar Gangorra e seguiram para a Serra de Taquaritinga, em Pernambuco (*Correio de Campina*, 13 de dezembro de 1914).

Silvino ficou scismado;
Quando foi no outro dia
Desceu p’ra Taquaritinga,
No lugar Santa Maria
Procurava descansar,
Arranchou-se em lugar
Aonde sempre dormia.

Ahi passou mais um dia
Até muito descansado.
Na casa dos seus amigos
Como era acostumado,
Porque de nada scismava
Por não saber que estava
Tão perto de ser pegado. (*A prisão do celebre Antônio Silvino*. Leandro Gomes de Barros)

O cerco estava se fechando. As tropas pernambucanas permaneciam em alerta, vagando pelo Agreste e o Sertão. Objetivando por em prática as determinações do governo de Dantas Barreto, diversos voluntários de distritos e povoados de Pernambuco juntaram-se aos delegados de Timbaúba, Igarassú, Nazaré, Limoeiro, Bom Jardim e Taquaritinga para reforçarem às forças policiais. “O sargento Alvim chegou, com outras praças juntou, p’ra seguir na diligencia. Seguiram com oito praças, às onze horas do dia, o sargento interessado, porque há tempos soffria, tiveram pouca demora, quando bateu uma hora, chegaram em Santa Maria” (Idem). No dia 26 de novembro de 1914, o Alferes Teófanés Ferraz Torres saiu de Taquaritinga em perseguição ao grupo de Antônio Silvino, em virtude da denuncia do sub-delegado de Santa Maria. No dia seguinte, amanheceu em Pau Santo, onde teve informações seguras da passagem de Silvino por ali, em companhia de cinco cangaceiros. (*Correio de Campina*, 06 de dezembro de 1914)

A força pública partiu em direção a Riacho Direito e Junco, fazenda deste município, passando também em Caruaru-PB e, finalmente, na Fazenda Lagoa de Lage, situada nos arredores do povoado Olho D'água da Onça. Alí chegando, o alferes Teófanês cercou a casa de Joaquim Pedro e procurou informações acerca de Antônio Silvino. Joaquim Pedro negou saber o paradeiro dos cangaceiros (Idem). Todavia, presumindo serem inverídicas as informações, Teófanês Torres penetrou na casa, prendeu a família de Joaquim Pedro num quarto e, segundo Dantas (Op. Cit., p. 207), passou a espancá-lo e fazer ameaças de morte, no intuito de descobrir o paradeiro do grupo. Uma das filhas do fazendeiro, temendo acontecer o pior, pediu para ele contar a verdade. Além disso, momentos depois, um filho menor de Joaquim Pedro chegou com uma bacia contendo talheres e pratos. “Interrogado o pequeno, se levava comida aos cangaceiros, obteve resposta negativa, afirmando o depoente ter sido portador de comida para trabalhadores de roçado” (*Correio de Campina*, 06 de dezembro de 1914). Mas, após negarem veementemente o paradeiro de Antônio Silvino e seu grupo, Joaquim Pedro acabou cedendo à pressão do Tenente e informou onde os cangaceiros estavam escondidos.

Dirigindo-se ao local indicado, os militares logo avistaram Silvino e seus homens descansando sob um juazeiro. Na tentativa de evitar que os cangaceiros resistissem ou se evadissem do lugar, o alferes ordenou que os policiais avançassem.

O tenente ahi fez ponto
Para não ser presentido,
Mandou seis na retaguarda
Elle ficou prevenido,
O sargento e um soldado
Seguiram por outro lado
Para cercar o bandido.

Foram apertando o cerco,
Chegando mais para a frente,
Quando se achavam bem perto
Ahi gritando o tenente,
Ao sargento encommenda:
Quem for mais fraco se renda,
Morra quem for mais valente. (*A prisão do celebre Antônio Silvino*. Leandro Gomes de Barros)

Deste modo, teve início a batalha que durou aproximadamente uma hora de intenso tiroteio, do qual saiu ferido Antônio Silvino e seu companheiro Joaquim Moura, vulgo “Serra Branca”, enquanto os outros cangaceiros, vendo o chefe baleado, saíram em fuga. Entretanto, descobriu-se que o tiro em Silvino não tinha sido efetuado pelos policiais e sim por um inimigo que, infiltrado em seu grupo, atirava-lhe pelas costas. “Silvino, já quase morto, seu

inimigo chegou: meteu a mão na algibeira, todo o dinheiro roubou, ele depois se arrastando, como que engatinhando, numa morada chegou” (*A vida criminosa de Antônio Silvino*. Antônio Teodoro dos Santos).

Ao cessar dos tiros, Silvino ainda conseguiu, com a ajuda de “Serra Branca”, fugir do local do combate. Porém, vendo que seu ferimento era grave, Silvino pensou entregar-se às autoridades. Inconformado e desapontado com a decisão do chefe, “Serra Branca” acabou tirando a própria vida com um tiro sob o queixo – não queria sofrer nas mãos da polícia. Antônio Silvino, por sua vez, depois de conseguir acomodar-se na casa do fazendeiro Manoel Mendes, mandou um recado ao Tenente Teófanos Torres dizendo que iria se entregar, o que aconteceu na manhã do dia vinte e oito de novembro de 1914 (DANTAS, Op. Cit., p. 209-211). Encerrava-se assim sua jornada no cangaço!

Uma vez preso, Silvino foi levado a Taquaritinga, onde juntou grande aglomerado de gente para vê-lo. O responsável pela operação mandou um telegrama ao Juiz de Direito informando da prisão que tinha feito,

[...]
este pela voz da fama,
respondeu o telegramma
deveras bem satisfeito.

Dizia no telegramma:
“meu illustre delegado,
peço encarecidamente
que tenha todo cuidado,
embora seja assassino,
porém Antônio Silvino
seja muito bem tratado” (*A prisão do celebre Antônio Silvino*. Leandro Gomes de Barros)

Segundo Antônio Teodoro dos Santos (*A vida criminosa de Antônio Silvino*) o cangaceiro ficou dois dias e uma noite na cadeia de Taquaritinga, onde foi muito bem tratado por enfermeiros e médicos que lhes receitavam medicamentos nacionais e importados. Os cuidados especiais dedicados a Silvino indicavam que ele tinha mesmo a simpatia de pessoas poderosas da terra. Enquanto uns desejavam que ele tivesse morrido no combate contra as forças lideradas pelo Tenente Teófanos Torres, outros zelavam por sua saúde como retribuição aos inúmeros serviços que o cangaceiro lhes teria prestado. Assim, quando se encontrava em melhores condições Silvino foi conduzido até Caruarú e depois partiu de trem até a cidade de Recife, onde ficou recluso por dois anos a espera do julgamento. Chegado esse dia, “p’ra cidade de Olinda levaram Antônio Silvino. Era aí seu julgamento, a pena do seu destino, para a justiça escutar Silvino se declarar porque tornou-se assassino”.

Todavia, independentemente das acusações e perseguições perpetradas pelos jornais da época contra Antônio Silvino – identificando-o como uma pessoa que não tivesse sentimentos ou como um assassino sanguinário e sem escrúpulos –, com sua prisão, alguns jornais, que antes o combatiam, passaram a desconstruir essas representações negativas que eles mesmos contribuíram para formar durante todo o tempo em que Silvino esteve no cangaço. Talvez, essa mudança de tom da imprensa com relação ao cangaceiro tenha ocorrido devido ao reconhecimento de seu lado humano, identificado através de alguns atos de caridade, respeito e solidariedade, dispensados a muitos nordestinos.

Assim, um dia depois de sua prisão, alguns órgãos da imprensa chegaram a afirmar que Antônio Silvino não era um cangaceiro completamente boçal e destituído de todos os sentimentos humanos, pois havia fatos na vida de Silvino que não se explicavam numa vida de absoluto domínio. O *Correio de Campina* reconheceu que Silvino gostava de respeitar famílias, “embora muitas vezes roubasse-lhes o chefe”; que, ao se encontrar com pessoas conduzindo dinheiro e sabendo que o dinheiro não pertencia ao condutor, o deixava passar sem que fizesse qualquer mal; e que nos tempos críticos, teria tomado dinheiro dos mais ricos para distribuir com os necessitados. (*Correio de Campina*, 13 de dezembro de 1914)

É por isto que dissemos, Antônio Silvino não era de tudo destituído de sentimentos humanitários; é uma alma negra coberta de crimes, mas algumas vezes visitada por isto que chamamos compaixão. Se isto não tem lugar para ser aplicado a vida de tamanho monstro humano, então ele tudo fazia para se celebrar, e neste caso vem o outro adjectivo: não é um cangaceiro completamente boçal. (Idem)

No geral, independente da intencionalidade de cada representação na produção do imaginário paraibano sobre Antônio Silvino, todas elas foram relevantes para que pudéssemos pensá-lo em vista de uma postura centrada no “modelo de encontro”, possibilitando a percepção de um ser múltiplo, possuidor de várias características que a ele foram atribuídas, anteriormente, de forma separada. Assim sendo, entendemos que a vida de Silvino, como a de muitos outros cangaceiros, não era apenas de conflitos com os grupos sociais que manteve relações ou de correrias entre um Estado ou outro. Eles também estabeleciam laços de solidariedade, apoio mútuo, amizades, intimidades...

3.3 Resistindo com: táticas e solidariedades

As experiências conflituosas vivenciadas pelos cangaceiros estavam, muitas vezes, relacionadas aos laços de solidariedade formados com pessoas de diversos grupos sociais. Nesse caso, pode-se perceber que as brigas decorriam dos sentimentos em defesa da moral e

da honra, fossem em favor de algum componente do grupo, de pessoas pobres ligadas ao mesmo – os coiteiros – ou de algum amigo mais abastado que vez ou outra precisava de “ajuda”. Entretanto, vale salientar que por traz de certas ajudas, estava o interesse em angariar algum tipo de crédito ou dinheiro daquele a quem se prestava serviço.

Levando-se em consideração a vida de Antônio Silvino, sugerimos a hipótese de que suas táticas⁴² utilizadas para burlar as normas e as perseguições das forças públicas e dos poderes socialmente legitimados, juntamente com os laços de solidariedade mantidos em quase todos os lugares por onde andou, foram determinantes para que ele pudesse resistir/sobreviver por tanto tempo através do cangaço. Se o cangaço já era visto como uma saída possível para se enfrentar as graves crises econômicas e as desigualdades sociais no Nordeste brasileiro, as táticas e as solidariedades eram essenciais para a existência do próprio cangaceiro.

Nesse sentido, as representações que discutiremos adiante mostram o cotidiano de muitos homens, mulheres e crianças que mantiveram algum tipo de contato com o fenômeno do cangaço, principalmente no que se refere a aproximações sensíveis de amizades ou de troca de interesses. Deste modo, independente da análise ser realizada nas obras de José Lins do Rego ou na literatura de cordel, em jornais ou em processos criminais, as trilhas que nos levam até o cangaceiro Antônio Silvino estão repletas de indícios que dão conta de sua passagem pelo território paraibano, de uma trajetória que foi sendo construída e marcada não apenas por contendas, brigas, roubos ou assassinatos, mas também por cordialidades, união, respeito, amizades e diversão.

Se as sociabilidades experimentadas por Silvino estavam atreladas, cotidianamente, às relações de conflitos com as forças policiais, suas movimentações entre territórios distintos podem ser visto também como táticas, ou seja, como uma maneira de resistir num determinado momento de fragilidade ou mesmo de incapacidade para luta. A esse respeito, as representações que dão conta das fugas de Antônio Silvino para os Estados vizinhos ao da Paraíba corroboram para o entendimento da questão.

⁴² Partindo do conceito discutido por Certeau (1994, p. 100), a tática pode ser entendida como uma reação àquilo que os grupos de saber e poder pretendem impor em determinado território. Utilizar-se de táticas é burlar normas, é desviar dos padrões impostos socialmente, é, enfim, a “antidisciplina”. O homem que assim o faz objetiva permanecer vivo no campo em das relações de poderes. Assim, pensar em Antônio Silvino e nos cangaceiros, num contexto em que se pretendia ou que se pensava num projeto de normatização para a sociedade, é pensar em homens que estando subordinados às autoridades políticas e institucionais e vivendo em condições precárias, lutavam por certo ideal de justiça, de igualdade e de melhores condições de vida, utilizando-se de diversas artimanhas, táticas de sobrevivência, burlando as regras por meio do banditismo (OLIVEIRA, 2009, p. 10-11)

Assim, ao refletir sobre a passagem de Silvino pela Vila de São João do Sabugi, rumo ao Rio Grande do Norte, Dantas (2006, p. 53) observa que o cangaceiro teria visitado algumas pessoas, almoçado e jantado na casa de um e outro. Nessas visitas ele costumava conversar bastante. Bem humorado, falava de forma detalhista e mansa, não demonstrava ser a figura cruel representada cotidianamente nos jornais. Essa afeição era verificada também entre as pessoas mais abastadas da região do agreste paraibano, como senhores de engenho e poderosos coronéis, os quais, o recebiam com distinção.

Na Paraíba o cangaceiro tinha esconderijos extremamente seguros e confiáveis, espalhados por entre a vasta região entre Alagoa Grande e Ingá. Nessa Zona, vários figurões lhe davam apoio. Coronel Eufrásio Câmara, de Cabaças; o Major Virgílio Mendonça, do Pirauá e o Coronel Manoel Borba, em Mogeiro. (Idem, p. 77)

Em algumas fazendas Silvino chegava sem avisar previamente ao proprietário, a exemplo da visita que fez a Augusto Rezende, dono da Fazenda Grossos, distante três léguas do Ingá. Lá chegando, no dia vinte e seis de junho de 1908, por volta das quatro horas da tarde, o grupo de Silvino encontrou, além dos membros da família Rezende, “o bacharel João Demetrio”, os quais, segundo o jornal *O Município*, ficaram surpreendidos com a chegada dos cangaceiros, “precisamente na ocasião de uma palestra onde se achavam quase todos da casa” (*O Município*, 28 de Junho de 1908). Entretanto, apesar de os membros da casa parecerem surpresos com Silvino, suas visitas ali não era incomum, pois ao apresentar-se ao bacharel Augusto Rezende, logo lhe foi oferecida uma cadeira para sentar e participar da conversa. Sentindo-se muito a vontade, Antônio Silvino falou alegremente dos últimos episódios de sua vida, sendo todo o conteúdo da palestra publicado no mesmo órgão da imprensa. Assim, pode-se verificar que certas famílias abastadas recebiam o cangaceiro em casa e não escondiam isso de ninguém, aliás, até saía nos jornais.

Segundo Rego (1980a), nesse mesmo ano, Silvino teria mandado um bilhete ao “Coronel José Paulino”, influente fazendeiro do Pilar, dizendo que lhe faria uma visita. Ao receber a notícia, a casa ficou em pânico, pois no ano anterior Silvino havia arrasado a casa do Comendador Joaquim Pio Napoleão, então prefeito daquela Vila. No entanto, Antônio Silvino foi ao engenho do “Coronel Paulino” em visita de cortesia (REGO, 1980a, p. 14).

Nesse encontro, Silvino não demonstrou ser o “super-herói” que recheava o imaginário das crianças e de boa parte dos populares. Durante a visita que fez à fazenda Santa Rosa, ele se desnuda perante o menino Carlinhos, neto do fazendeiro. Para ele o cangaceiro não passava de um simples sertanejo que vivia do crime e fugindo da polícia. O próprio Carlinhos, narrador-personagem do romance, nos conta que o grupo de Antônio Silvino

chegou à porta da casa-grande da Fazenda já de noite, com o chefe à frente e seus doze homens à distância (Idem, p. 15).

Subiu a calçada como um chefe, apertou a mão do meu avô com um sorriso na boca. Levado para a sala de visita, os cabras ficaram enfileirados na banda de fora, numa ordem de colegiais. Só ele tomava intimidade com os de casa. Ficávamos nós, os meninos, numa admiração de olhos compridos para o nosso herói, para o seu punhal enorme, os seus dedos cheios de anéis de ouro e a medalha com pedras de brilhante que trazia no peito. O seu rifle pequeno, não o deixava, trazendo-o entre os joelhos. À hora do jantar foram todos para a mesa. Ele na cabeceira, e os cabras em ordem, todos calados, como se estivessem com medo. Só ele falava, contava histórias – o último cerco que os macacos lhe deram em Cachoeira de Cebola – numa fala de tataro, querendo fazer-se de muito engraçado. (Idem)

Para Carlinhos, Silvino tinha perdido o prestígio de herói. É que além da simplicidade e da fala bamba, a arrogância e impetuosidade com que teria tratado seu avô não eram dignas de um herói. Esta sensibilidade do menino nos leva a pensar que os cangaceiros, mesmo proclamados em canções e cordéis ou denunciados como criminosos pelos jornais, não eram muito diferentes dos homens da terra.

Já com relação às ações de solidariedades, o cangaceiro as fazia por bondade ou caridade, tanto é que sua imagem ficou gravada de forma romântica na literatura, canções e poesia popular como um cangaceiro cortês e gentil. Porém, Silvino parecia compreender que aquilo lhe era vantajoso por achar que algum dia seria retribuído, por bem ou por mal.

A protecção que muitos lhe dispensavam justifica-se perfeitamente nos bem fundados receios que a todos causavam as perversas surpresas de Antonio Silvino. Mesmo na esfera em que viveu, o famigerado bandoleiro gosava de reaes sympathias, pelo respeito que sempre teve á honra do lar. (*A Imprensa*, 11 de dezembro de 1914)

Ainda em 1908, Silvino trilhava pelos sertões quando avistou um casebre cujo moradores não conhecia, aproximou-se e pediu um pouco de água para beber. De dentro da casa uma mulher falou que acabara de dar a luz a uma criança e que por isso não podia atendê-lo, mas pediu-lhe que entrasse para se servir. Vendo as precárias condições da mulher, o cangaceiro perguntou onde estava o marido da mesma, sendo informado de que o dono da casa tinha saído para trabalhar no sentido de conseguir algo para eles comerem. Incomodado com a miséria da família, vendo que eles não tinham como se alimentar naquele dia, Silvino informou quem era, assou carne para a mulher comer, deixou um pedaço de queijo e cinquenta mil réis para seu resguardo (*“A Vida do cangaceiro” de nome Antônio Silvino. Antônio Américo de Medeiros*). Para a época e nas condições em que a família se encontrava, o dinheiro deixado pelo cangaceiro valia muito, talvez tivesse sido providencial para a sobrevivência da mulher e do filho recém nascido. Era natural que em situações como aquela

as pessoas se sentissem no dever de retribuir a ajuda prestada pelo cangaceiro – embora deveriam esconder publicamente –, ampliando assim a rede de solidariedades.

Assim como nas representações literárias, as imagens refletidas em processos criminais também nos dão pistas dos laços de solidariedades estabelecidos entre de Silvino e parte da sociedade paraibana. Através do Dossiê Antônio Silvino – composto por correspondências e auto de perguntas (acusações e interrogatórios) de processos criminais que tratam do envolvimento de Antônio Silvino com o cangaço na Paraíba –, podemos problematizar, além das sociabilidades com populares, os laços de amizade com pessoas que participavam de grupos sociais de poder, a saber: oficiais da polícia, fazendeiros, comerciantes e políticos.

Os documentos contidos no Dossiê nos possibilitam pensar no conjunto de relações que propiciavam aos cangaceiros uma maior resistência cotidiana. Em uma das cartas contidas no documento, enviada anonimamente da vila de São Vicente aos redatores do jornal *A Província*, vemos que Antônio Silvino e seus três companheiros (Cocada, Rio Preto e Baliza) passaram o dia três de março de 1904 “em casa do senhor Juzino (sic) escrivão do Jury” de Timbaúba, com o objetivo de assassinar um cidadão conhecido por Sergio. Segundo o informante, “não é a primeira vez que elles vêm a Timbaúba porque desponhem de elementos de um negociante que toda vez que precisão teem a casa delle negociante a desposição” (*Dossiê Antonio Silvino*. IHGP. Grifo nosso). Apesar de várias pessoas e autoridades daquela região saberem que Silvino costumava visitar e descansar nos engenhos “Sipó Branco” e “Capibaribe”, nada faziam para combater seu grupo. Parecia que o cangaceiro desfrutava de prestígio dos abastados do lugar.

A semana passada Antonio Silvino meteu-se até a cassar veados em companhia de alguns senhores de engenhos do município de Nazareth, nas matas de Aurora, Macoans (sic), Tabatinga, Araticuns, todos estes logares de matta são dos engenhos assima escriptos todos pertencem ao destrito Vicência em Nazareth. (Idem)

Meses mais tarde, em vinte e nove de setembro de 1904, por volta das sete e meia da manhã da terça-feira, Antônio Silvino entrou em Queimadas juntamente com Cocada e Rio Preto, dirigiu-se até a casa do Capitão Abílio e pediu-lhe que mandasse chamar o Subdelegado, dizendo-lhe que informasse de sua presença ao Delegado da região. Em seguida, percorreu as casas de comércio pedindo dinheiro, auxiliado pelo referido Abílio. Depois, os três cangaceiros participaram de um almoço na casa do mesmo Capitão. O tempo que Silvino esteve no povoado foi de, aproximadamente, uma hora e meia, tempo gasto em corresponder as demonstrações de carinho/admiração de famílias que moravam nos arredores.

Com o fim do almoço, Silvino despediu-se de todos bastante prazeroso pelo bom acolhimento que lhe dispensaram os Queimadenses, dirigindo-se em seguida para Caraúbas onde, na casa do Capitão Maneco, demorou cerca de duas horas conversando e bebendo com diversas outras pessoas da região que, sabendo de sua presença por ali, também foram cumprimentá-lo. Seguindo sua trilha, fizeram outra refeição na casa do Capitão Miguel, no “Engenho Tanques”, e depois partiram para o “Engenho Japaranduba”, onde permaneceram por toda tarde e parte da noite, saindo somente após o assassinato de Francisco Sobral.

Como se não bastasse as sociabilidades estabelecidas com os cangaceiros naquela região paraibana, inúmeras pessoas informaram que, uma vez estando ciente desse fato, o delegado do lugar mandou um reforço de oito policiais para a povoação Surubi, porém eles só apareceram dois dias depois em Umbuzeiro, com destino ao local do crime (Idem). Há de se perceber que não havia muito interesse por parte das autoridades policiais de algumas localidades em perseguir o grupo de Silvino, pois o tempo que levaram para chegar aos lugares dos crimes praticados, a exemplo do caso de Francisco Sobral, era suficiente para os cangaceiros fugirem. Para ambas as partes, os laços de solidariedade eram mais vantajosos do que o combate!

Os próprios cangaceiros, quando presos e julgados, davam conta do leque de amizades que eles conservavam por onde passavam. Num depoimento à Justiça, o cangaceiro Firmino Paulo da Silva, conhecido como “Fura Moita”, disse que na Paraíba Antônio Silvino mantinha relações amigáveis com várias pessoas: “no lugar Juá, em casa do velho Ribeiro, conferenciava o chefe Antônio Silvino com Manoel Velho, subdelegado de Serra Redonda e com Manoel Bento, morador no Juá de Cabaças”⁴³. Também, sabia que Antônio Francisco, morador em Queimadas, era o encarregado por Antônio Silvino da compra de armamentos e munição.

A partir de sua própria experiência, ao juntar-se a Antônio Silvino, em 1905⁴⁴, Fura Moita conta que seguiu, juntamente com o grupo de cangaceiros, para o lugar Riacho do Fundo, onde ficaram escondidos por vários dias. Após isto, o grupo partiu para Gurinhensinho

⁴³ Processo Criminal de Firmino Paulo da Silva, vulgo Fura Moita (réu), nº 33, Campina Grande. 1ª Vara do Tribunal do Júri. Fórum Afonso Campos, 1906, p. 8

⁴⁴ Idem, p. 7. Apesar de Firmino Paulo da Silva informar que havia entrado no grupo de Antônio Silvino no ano de 1905, o jornal *A União* já noticiava a presença deste cangaceiro no ano de 1900. Nos parece que “Fura Moita” mentiu em seu depoimento à Justiça, no intuito de se livrar da culpa de muitos outros crimes que, por ventura, teria cometido durante os anos que efetivamente passou no grupo de Silvino. Além disso, é interessante observar que o jornal *A União* noticiou a morte de “Fura Moita” no ano de 1900 (Cf. *A União*. Parahyba do Norte, 25 jun. 1900, apud DANTAS, Op. Cit., p. 45). Porém, vimos que em 1906 ele estava vivo e sendo processado na 1ª Vara do Tribunal do Júri, em Campina Grande-PB. Logo, entendemos que o jornal teria se equivocado ao dar a notícia ou, então, o fez no sentido de enfatizar a ação policial e tranquilizar a população com a morte do cangaceiro.

e lá ficaram na casa de Nicolau por um período de, aproximadamente, um mês. Porém, após esse período de estadia, o grupo se dividiu para evitar qualquer possibilidade de perseguição por parte da força policial paraibana. Em virtude dessa separação, Fura Moita “saiu para Cabaças, permanecendo ali durante dois meses escondido, sem ter tido ciência o respectivo proprietário”⁴⁵. Todavia, após esse tempo, o grupo tornou a se reunir em “Marés”, perto de Serra Redonda, e andou por diversos lugares da Paraíba, visitando sitiantes e fazendeiros que lhes forneciam alimento e dinheiro para o sustento. Restabelecida a formação do grupo

voltaram para o lugar já referido Riacho do Fundo, de onde tornaram a partir para o Jucá e estiveram em casa de Herculano Velho seguindo depois para Serra de Cabaças para a casa de uma viúva de nome Ursulina, fazenda do Coronel Eufrásio Câmara, onde permaneceram pelo espaço de cinco dias e depois para o Jucá em casa do velho Jovino d’onde partiram para a Serra de Queimadas, Distrito de Fagundes, d’este termo para a casa de Antônio Francisco aonde estiveram ocultos pelo espaço de trinta dias, pouco mais ou menos e logo depois seguiram para Vertente do Lásó (sic), do Estado de Pernambuco, de onde voltaram para Cabaças e ali permaneceram.⁴⁶

Além dessas informações, o depoimento do vaqueiro Manoel Joaquim de Moura à Justiça paraibana corrobora com os indícios de que Antônio Silvino manteve boas relações com grandes fazendeiros ou, pelo menos, era bem atendido quando solicitava algum tipo de “ajuda”. Antes de falarmos sobre a experiência de Joaquim de Moura, podemos supor a respeito desse grupo de poder específico, que as ajudas não eram dadas necessariamente por medo ou receio do cangaceiro agir com violência, pois os ricos fazendeiros podiam contratar um numeroso grupo de capangas para proteger seus bens e sua família. O que deve ser levado em conta é o jogo de auto-ajuda, no qual os benefícios concedidos por uma das partes podiam ser visto como uma carta que ficava por baixo das mangas e que poderia ser utilizada a qualquer momento.

Portanto, quando Manoel Joaquim de Moura foi questionado pelo Tenente Felizardo Toscano de Brito, comandante de uma força volante que perseguia Antônio Silvino, acerca do motivo que o levou a entregar um envelope contendo duzentos mil reis ao cangaceiro, respondeu que em fevereiro de 1907 Silvino encontrava-se hospedado na casa de Manoel Bonifácio, nas proximidades da vila de Umbuzeiro-PB, e vendo-o passar chamou-o e ordenou que ele fosse à residência de seu patrão, Coronel João Dourado, residente em Caramurú, do Município de Nazareth-PE, buscar a importância de quatrocentos mil reis. Ao saber que estava tratando com Antônio Silvino, fez o que lhe foi ordenado, transmitiu o recado ao patrão que relutou em remeter a importância pedida, mas acabou mandando duzentos mil reis e uma

⁴⁵ Processo criminal de Firmino Paulo da Silva, Op. Cit., p. 7

⁴⁶ Idem, p. 7-8

carta dizendo que estava dando aquele dinheiro com receio de ser atacado, que Silvino não fosse a sua residência e que só não mandou a quantia pedida porque não tinha no momento. (*Dossiê Antônio Silvino*. IHGP)

Manoel Joaquim de Moura retornou para sua residência, na “Fazenda Santa Anna”, no município de Cabaceira-PB, onde em quatro de abril daquele ano Silvino foi visitá-lo com o objetivo de saber resposta do dinheiro solicitado. Naquela ocasião ele entregou os duzentos mil reis e a carta, mas sem que nenhum dos cangaceiros soubesse ler, Antonio Silvino queimou a carta, sendo suas informações transmitidas pelo próprio Joaquim Moura que teria ouvido a leitura feita por seu patrão. Desse depoimento é possível observarmos que as pessoas envolvidas naquela relação podiam estar sobre um clima de tensão constante, pois a desconfiança também se manifestava através das sociabilidades. Sendo assim, o problema pode ser esclarecido com um questionamento: por que o próprio Silvino não foi buscar o dinheiro na residência do Coronel João Dourado, já que ele normalmente freqüentava o território e vizinhanças do município de Nazareth?

Vários jornais da Paraíba e de Pernambuco davam notícias dos crimes, dos feitos e das vitórias do cangaceiro sobre seus opositores. Informações que tinham entre outros objetivos denunciar o banditismo e clamar às autoridades responsáveis pela ordem social uma enérgica ação contra os criminosos.

Antônio Silvino governou os dois Estados 19 anos, em cujo período sentenciou ele centenas de pessoas a pena última, deportou milhares, empobreceu outros tantos, incendiou casas e povoações inteiras, casou, batizou, e tudo fez sem que respeitasse as leis do país e nem as autoridades constituídas pudessem interromper-lhe a danificadora ação. (*Correio de Campina*, 13 de dezembro de 1914)

Além disso, os vários crimes cometidos por Silvino, os modos com que agia e as táticas que utilizava para burlar normas sociais, driblar os cercos da polícia e conquistar a simpatia de populares e até de grandes fazendeiros e chefes políticos, causavam certa desconfiança entre os administradores do Estado da Paraíba e seus auxiliares no interior. Diante disso, não “havia confiança comercial nas transações em grosso com os retalhadores no centro, e não havia confiança entre os proprietários vizinhos” (*Correio de Campina*, 06 de dezembro de 1914), pois eles desconfiavam sempre de uma intervenção violenta de Silvino, quando incitado pelos desafetos.

Por outro lado, ao ajudar ou defender os pobres nos momentos de crise Antônio Silvino ampliava sua rede de solidariedades uma vez que, ao receber seu apoio, as pessoas conservavam um sentimento de gratidão que podia ser recompensado em qualquer momento. Quando, em 1907, Silvino invadiu a Vila de Barra de São Miguel-PB e assaltou a Mesa de

Rendas, exigiu que lhe entregasse o dinheiro contido no cofre e mandou seus homens fazer uma fogueira para queimar todos os livros, documentos e estampilhas da Repartição (DANTAS, Op. Cit., p. 106). Segundo João Agra de Oliveira Silva, em depoimento prestado a Sérgio Augusto de S. Dantas, Antônio Silvino disse ao Capitão Manoel Henrique que aquela documentação não valia de nada, que o povo não tinha dinheiro nem para se alimentar, quanto mais pagar impostos (Idem). Fato parecido ocorreu em Serrinha, no ano de 1910, quando Silvino ordenou ao funcionário responsável pelo recolhimento do imposto de “barreira” que ele só cobrasse a metade do tributo aos sertanejos que ali passassem (*Antônio Silvino: vida, crimes e julgamento*. Francisco das Chagas Batista). Portanto, práticas como essas o levavam a experiências de vida que estavam acima de qualquer contrato social.

Em outro momento, Silvino descansava no Engenho Boa Vista quando se deparou com um rapazinho pedindo-lhe para entrar no grupo de cangaceiros com o objetivo de vingar uma surra que seu pai tinha levado. Indagando quem era o pai dele, onde morava e quem o teria espancado e por qual motivo, o rapaz respondeu a Silvino que moravam perto de Alagoa Nova e quem havia batido em seu pai tinha sido seu patrão juntamente com um filho, isto devido seu pai ter ido denunciar o filho do fazendeiro por ter tirado a virgindade da filha. Indignado com tal fato, Silvino foi ao rico e obrigou-o logo a dar dois contos de réis ao velho p’ra da surra se tratar e obrigou o tal rapaz com a dita moça casar. (*Antônio Silvino*. Manoel Camilo)

Num período em que a honra familiar parecia estar acima da lei, casos como estes não eram comuns acontecer, mas quando ocorriam os pobres sempre ficavam à mercê da situação, esperando por uma justiça que parecia não se esforçar para punir os mais abastados. Nesses casos, a opção era pegar em armas e fazer justiça com as próprias mãos ou esperar que um ou outro cangaceiro tomasse suas dores, vingando a família desmoralizada, desonrada. É certo que tais afirmativas são passíveis de questionamento, já que a Justiça e a Lei foram criadas para avaliar os desvios às normas sociais, punir os infratores e regular a ordem, independentemente da etnia ou condição social dos que a elas se submetem. Todavia, em se tratando dos grupos sociais mais abastados, da região e do período em questão, isso era quase impossível de acontecer. Em pesquisa desenvolvida junto ao projeto *Populares nos discursos da imprensa e da justiça paraibana (1890-1930)*, realizadas no Fórum Afonso Campos, em Campina Grande, por exemplo, dos mais de oitocentos e quarenta processos pesquisados não encontramos nenhum em que uma pessoa rica fosse condenada por algum crime cometido contra um pobre, aliás, tirando um caso isolado, em que um fazendeiro é acusado de

assassinar a esposa em sua própria casa, não encontramos nenhum outro registro de gente abastada sendo processada. A justiça parecia ser mesmo cega!?

Nas mediações de Souza, Malta e Condado o cangaceiro preservava alguns amigos como Justino Fernandes e Neco Delgado, nas terras dos quais passava de dois a três meses descansando. Em *Antônio Silvino*, o poeta Manoel Camilo conta-nos que em uma das passagens do cangaceiro por aquelas regiões ele teria encontrado duas senhoras viúvas chorando, as quais interrogaram o porquê de tanto lamento. Uma delas lhe explicou que aquele choro se dava por motivo de seu patrão colocar o gado num roçado que elas tinham cultivado, mandou-as ir embora das terras e derrubou a casa onde ambas habitavam. Revoltado com a situação das senhoras, Silvino as acompanhou até a casa do proprietário para resolver a questão. Chegando ao local indicado, chamou o dono da fazenda, obrigou-o a pagar as despesas da destruição e doar o terreno para as senhoras, mandando chamar um escrivão para lavrar a escritura do mesmo. O cangaceiro “justiceiro” parecia exercer uma função que por direito era de responsabilidade dos magistrados da lei. Ademais, é incerto afirmar que essa justiça praticada por ele fosse de fato respeitada, pois não sabemos quais as reais condições de seus protegidos nas consecutivas relações com os indivíduos de poderes.⁴⁷

Voltando ao assunto do assalto que Silvino perpetrou à casa de Pio Napoleão, em vinte e oito de fevereiro de 1907, na Vila do Pilar, as representações indicam que ao tomar conta do comércio o cangaceiro teria percebido que parte daquela população era muito pobre, passando então a “ajudar” pelo menos aos populares que o seguia: “uns quatrocentos mil réis, com os pobres distribuí. Não serve isto prá minh’alma, porque esta eu já perdi, mas serve prá os miseráveis que estavam nus e eu os vesti” (*Antônio Silvino: vida, crimes e julgamento*. Francisco das Chagas Batista). Além do mais,

O Capitão Antônio Silvino baixou para a casa de comércio, abriu as portas largas, e mandou que todos entrassem. Ia dar tudo que era do comendador aos pobres. Foi uma festa. Peças de fazenda, carretéis de linha, chapéus, mantas de carne, sacos de farinha, latas de querosene, fogos do ar, candeeiros, tudo distribuído como por encanto. (REGO, 1980b, p. 206)

Seguindo suas trilhas em sentido ao sertão pernambucano Silvino avistou uma fazenda onde, no terreiro havia uma mulher que se chamava D. Branca. Vendo o homem armado se aproximar, ela com medo entrou correndo em casa a fim de se esconder, trancando todas as portas e janelas. Ao chegar à residência, Silvino chamou diversas vezes antes que

⁴⁷ Apesar de utilizarmos a representação de Manoel Camilo, bem como a de Francisco Alves Martins – sobre o conflito entre Silvino e “Currupião”, relatada em seguida –, entendemos que tais fatos possam não ter ocorrido, que eles tenham sido tão somente fruto da imaginação dos poetas, ainda assim são invenções válidas. É que falam daquilo que está gravado no imaginário popular, isto é, imaginário em torno de Silvino “justiceiro”.

alguém lhe respondesse. Vendo sua insistência a D. Branca acabou cedendo e apareceu de sobressalto à porta, perguntando-lhe o que desejava. O cangaceiro pediu água para beber e quis saber onde estava o dono da fazenda, pois desejava comer alguma coisa e passar a noite ali para descansar, mas sabendo que o fazendeiro havia viajado fazia três dias ficou um pouco receoso por não gostar de pernoitar em casa que o dono não estivesse. Mas insistiu mesmo assim, dizendo para a mulher não se preocupar que ele pagaria toda a despesa e ainda ficaria devedor. Temendo o homem armado, a dona da casa imaginando que não adiantaria muito negar aquele pedido logo ofereceu um armazém que ficava um pouco afastado da residência, perguntando se aquele local servia para ele dormir.

Até então Silvino não havia se identificado como tal, armou sua rede no local oferecido e, antes de se deitar, foi chamado para jantar. Ao conversar com a senhora, Silvino quis disfarçar sua verdadeira identidade, informando que se chamava “Antônio Pinheiro Azevedo de Aragão” e que há cinco dias viajava pelo sertão com destino à casa de um irmão que morava em Petrolina. Era comum ele agir desse modo para não causar uma falsa impressão no primeiro contato com as pessoas, pois, apesar de seu nome ser conhecido e querido por muitos, em geral a imagem do cangaço era mal vista pela sociedade.

Naquele momento o pensamento de Silvino estava certo, sua ação teria deixado D. Branca mais calma e a vontade para dizer que quando o viu chegando ao terreiro tinha ficado com medo, pensando que ele fosse um cangaceiro. Além do mais, sua fisionomia a fizera lembrar da casa do pai, Genesino, morador na Paraíba e muito amigo do cangaceiro Silvino, do qual inclusive guardava uma fotografia.

Mas, o interessante dessa relação que Silvino estabeleceu com essa senhora é o fato de ele a ter defendido de “Currupião”. No meio da conversa com Silvino, D. Branca viu o vulto de uma pessoa no terreno da casa e foi ver quem era. Imediatamente percebeu que se tratava de “Currupião” e já foi entrando triste e chorando.

Ainda sem saber que estava acompanhada do próprio Antônio Silvino, a mulher se lamentava e achando que se encontrava sozinha pôs-se a rezar, pedindo para os poderes divinos lhe defender de “Currupião”. O cangaceiro, por sua vez, imaginava como o destino lhe poderia ser tão cruel, cruzando sua vida com a de tantos outros criminosos. Porém, gostava dessas aventuras e sem que dissesse nada, deixou a mulher chorando e foi deitar-se em sua rede, quando menos esperava ouviu os batidos na porta da casa principal: “Abra a porta dona branca, quem chama é Currupião e se não abrir a porta eu boto ela no chão, quero cama pra dormir e uma ceia de capão” (Idem).

Adentrando á residência o homem ordenou que a senhora matasse uma galinha para ele se alimentar, que ia aguardar deitado na cama e assim que a comida estivesse pronta ela fosse lá “falar” com ele. Tremendo de medo pelo que pudesse lhe acontecer D. Branca foi cumprir as ordens de seu opressor. Quando saiu para ir buscar a galinha que estava no poleiro, o cangaceiro lhe abordou dizendo para ela não se assustar que ele iria resolver aquela questão com Currupião. Ouvindo isso D. Branca se desesperou, pedindo que ele não fizesse aquilo senão aquele homem, que já era assassino, os mataria. Nesse momento o cangaceiro se revela:

Senhora não tenha medo
pois esse negro assassino
precisa criar vergonha
hoje vou dar lhe um ensino
a senhora está falando
é com Antônio Silvino.

Sou eu Antônio Silvino
e não lhe peço segredo
dei meu nome trocado
quando cheguei logo cedo
só não falei a verdade
pra senhora não ter medo. (Idem)

Segundo o poeta, D. Branca ainda estava apavorada, mas confiou em Silvino que acabou assassinando Currupião e, logo em seguida, saiu por outras trilhas ainda de madrugada para não ser perseguido por alguma força policial.

Quando as relações ocorriam com gente de poder, Antônio Silvino normalmente respeitava a autoridade e a lei dos coronéis e dos fazendeiros. Um dia, ao passar pela Fazenda Pantaleão, uma propriedade de Albuquerque Né, fazendeiro que ele não conhecia, Silvino apenas cumprimentou-lhe à distância, tirando o seu chapéu. Mas, quando ficou sabendo de quem se tratava, voltou para pedir perdão por ter passado na propriedade armado, justificando isto pela vida de riscos que levava, fugindo sempre dos inimigos e da polícia. (VAINSENER, Op. Cit..)

Desta forma, Antônio Silvino parecia ser uma pessoa inconstante e na maioria das vezes sua ação ocorria eventualmente, dependendo do momento e das necessidades. Se ele foi cortês com Albuquerque Né, com outros fazendeiros não se comportou do mesmo modo. Pelo contrário, sabendo de alguém que tinha vida confortável e que não lhe era simpático, fazia questão de rapinar os bens, utilizando-os para compra de armas, para o próprio sustento do grupo e, de vez em quando, distribuía o resultado dos furtos com os mais pobres (DANTAS, Op. Cit., p. 131). Assim, muitos pobres, que viviam indignamente em terras impróprias, satisfaziam-se em saber que grandes fazendeiros e chefes políticos eram enfrentados e

humilhados por Antônio Silvino, seu “justiceiro”, ou seja, ainda que o cangaceiro não lhes doasse nada pessoalmente, se sentiam representados, como se fossem eles a perpetrar a referida humilhação.

Em algumas imagens do romance *Fogo Morto* podemos observar a importância de Antônio Silvino para as pessoas mais pobres. Em uma delas, quando da passagem de um mascate, Pascoal Italiano, pela fazenda Santa Rosa, do coronel José Paulino, esse teria discutido com o popular José Passarinho. O fato é que, sem forças para brigar com Pascoal, José Passarinho dissera que o capitão Antônio Silvino o vingaria (REGO, 1980b, p. 50).

Boa parte da população sertaneja gostava de Silvino. Os crimes que cometia, estava dentro do seu pensamento de justiça, diferentemente dos policiais que, objetivando capturá-lo, prendia, espancava ou assassinava homens, mulheres e até crianças. O Tenente Maurício era um oficial que representava esse tipo de policial, “por onde passava, era como um pé-de-vento, assombrando os homens, como aquele oficial do 14, dos tempos do Quebra-Quilos, aquele de quem a sua mãe lhe falava como de um enviado do demônio” (Idem, p. 210).

Uma vez, a tropa do Tenente Maurício prendeu Vitorino Carneiro da Cunha, primo do Coronel José Paulino, por ele ter atrapalhado a perseguição que o chefe de polícia fazia a Antônio Silvino. Além da prisão, os policiais haviam batido no velho Vitorino da Cunha. Indignada com a situação, D. Adriana, esposa da vítima, exclamou: “- Que miséria. Dar num homem como Vitorino! Tenho fé em Deus que o Capitão Antônio Silvino me lava os peitos” (Idem, p. 228).

Mas, as sociabilidades vivenciadas por Silvino não ocorriam apenas com as pessoas mais simples, elas se davam também entre as pessoas abastadas como fazendeiros ou grandes comerciantes. Em se tratando das resistências cotidianas, as trocas de favores ou os serviços prestados a esses grupos sociais eram de suma importância para a sobrevivência do cangaceiro, pois passavam a receber a infra-estrutura (dinheiro, alimento, abrigo, armas, etc.) necessária para a continuidade de seu modo de vida.

Em outubro de 1899, a imprensa pernambucana noticiava um fato relevante para aquela população: o fim do casamento entre Tereza Pontual dos Santos Dias Melo, filha do usineiro Antônio dos Santos Dias, e o bacharel José Tavares de Melo. A separação se dava pelo fato de Tereza Tavares ter fugido para casa do pai, alegando ao mesmo que o marido vinha maltratando-a frequentemente. No entanto, José Tavares não se conformava com a separação, desejava de toda forma fazer as pazes com a esposa, mas o pai da mesma o impedia de vê-la.

Depois de ter fugido de um conflito com o capitão José Augusto, na Paraíba, Antônio Silvino foi descansar em Pernambuco, pois estava sofrendo bastante com as perseguições promovidas pelos oficiais paraibanos. Seu primo, Argemiro Pereira de Moraes, lhe arranhou um lugar na terra de um amigo onde puderam passar cerca de um mês repousando e se reforçando. “Naquele esconderijo apareceu um doutor, disse a Antônio Silvino meu amigo de valor, lhe dou seis contos de réis pra ir buscar meu amor” (“*A vida do cangaceiro*” de nome Antônio Silvino. Antônio Américo de Medeiros). Assim, perdendo as esperanças de ter sua esposa de volta, José Tavares encontrou em Silvino a solução para seu problema, cuidando de contratar os serviços do cangaceiro para ir buscar sua mulher na casa do pai, dizendo-lhe que a separação estava ocorrendo por imposição do Sr. Antônio dos Santos Dias⁴⁸.

Vendo a possibilidade de levantar um bom dinheiro⁴⁹, Silvino aceitou o serviço sem, ao menos, investigar a veracidade das informações. Dias depois, o grupo de Antônio Silvino entrou na Usina Santa Filonila, no município de Escala-PE, situado a cinquenta quilômetros de Recife, cercou a casa-grande e disparou diversos tiros, matando um trabalhador da fazenda e a filha menor do coronel Santos Dias, a jovem Feliciano, de apenas treze anos. Após o cessar fogo, o bando entrou na casa.

Iniciou-se o saque de bens de valor pela cabroeira em sonoro frenesi. A Sra. Tereza apresentou-se ao chefe. De imediato foi segura por dois homens e forçada a acompanhar a corja. Em prantos, a mulher dirigia-se a Silvino: - *Não me leve! Eu prometo voltar para minha casa e para meu marido!* (DANTAS, Op. Cit., p. 37)

Confiante na promessa da moça, Antônio Silvino retirou-se para não causar mais constrangimentos. O assassinato da jovem Feliciano iria lhe causar remorsos para o resto da vida, para não falar da perseguição que seria empreendida pelo coronel com o fim de vingar a morte da filha. Enfim, lamentando a viagem perdida por não ter cumprido com o acordo, Silvino torna a se reunir com o bacharel José Tavares e conta-lhe sobre o ocorrido. Silvino ainda recebeu um conto de réis para cobrir as despesas e retornou à Paraíba fugindo das forças pernambucanas, sendo visto e combatido em Fagundes pelo capitão Zé Augusto (“*A vida do cangaceiro*” de nome Antônio Silvino. Antônio Américo de Medeiros).

Apesar de todas as dificuldades de se viver naquelas áreas do Nordeste, não raro as festas aconteciam em fazendas, sítios e em pequenas comunidades. As festividades davam-se

⁴⁸ Além das matérias publicadas nos jornais de época, inúmeras representações foram produzidas no tocante a esse caso, passando pelas análises de autores como Mello (Op. Cit., p. 359-360, 388), Dantas (Op. Cit. p. 35), bem como de poetas populares, a saber: Antônio Américo de Medeiros (“*A vida do cangaceiro*” de nome Antônio Silvino) e Francisco das Chagas Batista (*Antônio Silvino: vida, crimes e julgamento e O interrogatório de Antônio Silvino*).

⁴⁹ Segundo Frederico Pernambucano de Mello, a oferta feita a Antônio Silvino de Seis Contos de Reis fora feita pelo “cruzeteiro” Epifânio Barreto, em nome de José Tavares de Melo. Cf. MELLO, Op. Cit., p. 359

em comemoração aos aniversários, batizados, casamentos e noivados, entre outros. Com um pouco de dinheiro contratava-se sanfoneiros, zabumbeiros e tocadores de cuícas para animar a festa. Os convidados, esses também eram muitos. Surgiam de toda a vizinhança e, às vezes, até de muito longe. As bebidas eram feitas à base de cachaça que, misturando-se com alguma fruta batida e açúcar, formava a “batida”. A comida também não faltava e, dependendo da comemoração e condição de cada um, sempre tinha uma galinha, uma cabra ou um garrote cozido ou assado para satisfazer os convidados.

Eram nessas festas, portando, que os cangaceiros deixavam aflorar suas alegrias, seus prazeres, sentimentos que a vida no cangaço tendia a apagar. Ao interagirem com a sociedade nestes momentos de felicidade, sentiam-se, de fato, pertencentes a ela. A dança, a bebida, o flerte e o namoro faziam, por algumas horas é certo, com que eles se sentissem novamente homens comuns.

Na obra *cangaceiros*, José Lins do Rego nos retrata algumas festividades que ocorriam naqueles Sertões do tempo passado. Em uma delas, Aparício Vieira apareceu, com seus homens, na fazenda do Major José Soares, onde o mesmo dava uma festa para alguns convidados. Contudo, a presença do cangaceiro não teria agradado, pelo contrário, a casa enchera-se de pânico e a tensão era visível entre muitos. Mas ele não estava ali para acabar a festa e sim para se divertir, para dançar um pouco. Era só o que desejava para ele e para seus homens.

Aparício entrou na sala e perguntou pela filha do dono da casa. A mocinha correu para o quarto. Não queria vir e chorava alto, como menina apanhando. Depois se chegou. E tremia como vara verde. O homem mandou que o harmônico tocasse um chote e saiu com a menina se arrastando na sala. (REGO. 1976, p. 16-17)

Dançou também com outras mulheres. Uma delas foi Ester, a qual o achou muito bonito, bonito como nunca tinha visto outro na sua vida. Dançou com ele e não teve medo. “Medo de quê? Cangaceiro não é bicho” (Idem, p. 18). E parece que daquela dança surgiu um romance. Ester era moça bonita, de pele clara, olhos negros e cabelos longos. Teria se apaixonado por Aparício Vieira e dizia que iria ter um filho dele, estava grávida (Idem, p. 19).⁵⁰

A exemplo de Aparício, personagem construído literalmente, Antônio Silvino era outro que não perdia a oportunidade de participar de uma boa festa. Em fevereiro de 1901 teria recebido um convite para participar de uma festa de casamento que ocorreria naquele

⁵⁰ Voltamos a lembrar que apesar de *Cangaceiros* se tratar de uma obra de ficção, com personagens fictícios, não significa, naturalmente, que não sirva para representar o cangaço na vida real.

mesmo mês, no Rio Grande do Norte, na fazenda Pedreira. O proprietário da fazenda, o Coronel Janúncio, casaria sua filha, Maria Iluminata, com o Sr. Cipriano Bezerra Galvão Santa Rosa, um importante cidadão de Acari.

Chegando à fazenda, dia antes das comemorações, Silvino foi muito bem recebido pelo proprietário que lhe forneceu hospedagem e pediu que os homens ficassem à vontade. Depois, ao conversar em particular com o chefe do grupo, “ofereceu-lhe a casa do engenho para o pernoite”, porém Silvino não achava seguro, preferiu ficar no mato. De sorte, pois no dia seguinte apareceu por lá uma volante policial, comandada pelo oficial de polícia Francisco Tolentino Leite, que há dias vinha no encalce dos cangaceiros. O confronto foi inevitável e os homens de Antônio Silvino acabaram por fugir. (MELLO, Op. Cit., p. 51-53)

É certo que Silvino e seus homens não participaram da festa, mas, isso é apenas uma pequena amostragem de suas diversões e, assim como o caso de Aparício Vieira, na ficção, Silvino e muito dos cangaceiros que existiram não deixavam de se relacionar amorosamente com as mulheres que lhes pareciam simpáticas. No caso de Antônio Silvino, especificamente, verifica-se que ele teve vários filhos. Um deles inclusive, Severino Baptista de Moraes, chegou a ser Tenente da Reserva da Marinha brasileira. (Idem, p. 293).

3.4 Tramas e teatralização do político em torno de Antônio Silvino

“Todo sistema de poder é um dispositivo destinado a produzir efeitos, entre os quais os que se comparam às ilusões criadas pelo teatro”.

Georges Balandier (apud ARANHA, 2006, p. 25)

Levando-se em consideração que as sociabilidades geram laços que se desencadeiam também no campo do político, entendemos que todo e qualquer sistema de poder tende a causar reflexos de “ilusões de ótica” na própria sociedade. Nesse sentido, concordamos com o pensamento de Aranha (2006, p. 26) quando afirma que um sistema de poder político só pode se perpetuar na medida em que seus dirigentes se transformem em agentes capazes de criar, em seus governados, imagens que lhes sejam inteiramente favoráveis, nas quais seu poder nunca se apresente “‘desnudo’ ou revelado em toda sua ‘transparência’, pois essa é uma imagem que levaria os governados a se decepcionarem com o sistema político vigente”.

Em sintonia ao conceito de teatralização política discutido por esse historiador⁵¹, queremos alertar, entre outros casos, para os governantes que aparecem repentinamente e são compreendidos pela sociedade como “heróis”. Acerca do estudo em questão, vemos que os homens que comandavam a política no Nordeste do País se propunham a exterminar o banditismo em vista da ordem, do desenvolvimento, da paz e das boas relações econômicas. “Trata-se, no caso, de herói que conquista a adesão do grande público não por ser considerado o mais capacitado para governar e sim em razão de sua ‘força dramática’” (Idem). Uma vez em destaque no cenário político, suas ações e modo de pensar ganha a simpatia dos governados que lhes dão o poder. Assim, com os mecanismos necessários para manipular as massas, “ele engendra uma autoridade mais espetacular do que a rotineira” (BALANDIER apud ARANHA, 2006, p. 27).

Como nos palcos culturais, em que os personagens buscam ao máximo representar seu papel a fim de trazer o espectador para o mundo imaginário em construção, a teatralidade também ocorre nas cotidianas cenas do político, quando seus atores buscam “produzir imagens que convençam a maioria de que está assegurado um futuro irradiante para a sociedade em que vive” (ARANHA, 2006, p. 28). O sentido escatológico que levará as pessoas à plenitude é apropriado em vistas das práticas, normas e ações desenvolvidas no presente, isto é, que ilumina o presente no sentido obter benefícios futuro.

A teatralização política é levada aqui ao seu mais alto grau, conquanto trata-se de fazer crer que um futuro promissor pode ser traçado de antemão, contando muito, para tal convencimento, o tom com que o argumento é exposto, que deve ser enfático, e o gestual ou expressão facial, que devem transmitir segurança, firmeza etc. (Idem)

Com relação à temática em estudo, as tramas do político em favor dos interesses dos grupos de poder da época em destaque, fossem eles para se aproveitar do cangaço com objetivo de manipular eleições ou para atacar um grupo político rival, principalmente através dos jornais⁵², estavam acompanhadas de propostas de progresso e desenvolvimento social. A postura enérgica das tropas policiais deveria mostrar que sua ação extinguiria o “mal” do cangaceirismo que há muitos anos vinha destruindo a sociedade (*Gazeta de Notícias*, 15 de Maio de 1911) e, conseqüentemente, proporcionaria melhorias na disciplina e comportamento

⁵¹ No que diz respeito às tramas políticas enfocadas por Aranha (2006) vale ressaltar que seu objeto são os embates ocorridos no Parlamento e/ou na imprensa em torno das supostas benfeitorias para o povo cujo os governantes locais diziam representar.

⁵² Lembremos que os órgãos de imprensa à época eram totalmente comprometidos com as famílias de elite que então disputavam o poder em cada localidade, razão pela qual, fosse da situação ou da oposição, costumavam inventar o que quer que fosse para desmerecer o outro. Portanto, o jornal se configura como uma fonte rica para se pensar o fenômeno político e o jogo que o caracteriza.

interpessoal, bem como desencadearia o aumento na segurança das relações comerciais entre o interior e o litoral.

Outro aspecto que aponta para a teatralização diz respeito ao fato de o político fingir representar, falar e agir em nome do povo que o elegeu quando na prática o faz visando seus aliados, cúmplices, amigos e familiares. O fingimento pode ser utilizado quando da proposição de idéias infundadas, ou que seus autores compreendem não poderem ser realizadas, como na questão de os governantes tentarem se defender das acusações de darem proteção aos cangaceiros, dizendo que eram perseguidores dos “bandidos, quando na prática as pessoas sabiam que eles mantinham bons relacionamentos. Além disso, como o historiador salienta, “não há dúvida de que esses embates ocorriam entre os próprios pares – e aqui mais uma vez toda uma teatralização se fazia presente -, onde supostos inimigos de ontem tornavam-se aliados hoje e vice-versa” (ARANHA, 2006, p. 30).

Por outro lado, tomando por base as teses propostas por James Scott, a qual aponta para as resistências empreendida pelos grupos subalternos frente as relações de poderes, Celso Nascimento afirma que

a relação de poder sacrifica a sinceridade ao sugerir um comportamento de submissão, e quanto mais ameaçador o poder, maior a máscara que o dominado deverá usar frente ao dominador. Essa relação fornece um guia de comportamento que independe da posição dos dominados, mas que não deve parecer atuação, sob risco de atrair a descrença dos dominantes, e requer um processo constante de ocultamento e vigilância, pois os dominados têm um papel bem claro a cumprir nesse teatro, demonstrando aceitar e, mais do que isso, participar da subordinação a que estão submetidos, o que não implica necessariamente que se trate de uma “mentira”, mas são regras de convivência – e, por que não dizer, de reciprocidade assimétrica – entre opostos. (NASCIMENTO, 2009, p. 94)

Assim sendo, quando lidamos com a questão do teatro político em torno do cangaceiro Antônio Silvino não devemos esquecer-nos de sua ativa participação nas cenas cotidianas. Ao certo, ele não se fez fantoche nas mãos dos “donos” do poder. Pelo contrário, quando se encontrava no centro das tramas sabia tirar proveito da situação, apropriando-se das querelas dos grupos rivais para conseguir proteção, dinheiro, armas, munições e alimento, ou seja, sobrevivia taticamente à sombra do inimigo. Desse modo, as imagens apresentadas nos discursos jornalísticos e/ou autos processuais dão conta de seu envolvimento com a política local durante boa parte do tempo em que esteve no cangaço.

O nome de Antônio Silvino começou a ganhar destaque no cenário político nortista deste os princípios do século XX, quando teria se envolvido na questão da morte do proprietário do engenho Jucá, capitão Porfírio de Queiroz. As querelas apresentadas na imprensa, principalmente através dos jornais *A Cidade* e *A Província*, davam conta do

envolvimento do cangaceiro com políticos pernambucanos e paraibanos, a saber: Antônio da Silva Pessoa, Antônio Vicente Pereira de Andrade, Manoel Caetano Pereira de Queiroz entre outros que, querendo desvincular seus nomes ao do cangaceiro, passaram a publicar, nos mesmos jornais, cartas que denunciavam uma possível associação do oponente com Antônio Silvino.

Para entendermos as tramas e os debates perpetrados por Antônio da Silva Pessoa e Antônio Vicente de Andrade nos órgãos da imprensa, vale informar como Antônio Silvino envolveu-se na questão. Antes de abordarmos as tramas políticas, vale salientar que tudo indica que o cangaceiro não teve participação no assassinato do fazendeiro Porfírio de Queiroz, ocorrido em fins do ano de 1903. Seu nome só aparece na documentação quando Antônio da Silva Pessoa encaminha uma carta ao jornal *A Província* informando que soube da estadia do cangaceiro na vila de S. Vicente, do município de Nazareth-PE, onde o coronel Manoel Caetano Pereira de Queiroz o teria procurado e pedido sua intervenção, “no sentido de não serem soltos os indivíduos presos como mandatários do assassinato do seu inditoso irmão, o major Porfírio” (*A Província*, 10 de fevereiro de 1904 apud *Arquivo Dr. Flávio Maroja*). A questão ganha importância pelo fato de, no dia seguinte a essa notícia o mesmo jornal informar que Silvino teria recebido quinhentos mil réis para dar segurança aos propósitos de Manoel Queiroz, garantindo-lhe “que os homens não seriam soltos e se alguém tenta-se libertá-los por *habeas-corpus* passaria pela boca do seu rifle”. Estava armado o circo!

Indignado com as publicações em *A Província*, Antônio Vicente Pereira de Andrade, como membro da família Queiroz, lança-se como defensor de sua honra e hombridade, passando a combater o coronel Antônio Pessoa por meio de um órgão da imprensa de Nazareth, o jornal *A Cidade*, e tudo sendo reproduzido por *A Província*. Nesse sentido, em onze de fevereiro de 1904 foi publicada uma carta de sua autoria que tentava explicar o encontro entre Silvino e Porfírio Queiroz. Dizia que

o encontro do coronel Queiroz com o bandido Silvino deu-se por acaso em S. Vicente e felizmente foi presenciado por inúmeras pessoas d'aquelle povoado. À casa do capitão Inojosa, onde o coronel Queiroz descansava de passagem, chegaram repentinamente Silvino e seus companheiros. A casa encheu-se de curiosos e das pessoas qualificadas (!) do logar e todos viram e ouviram o que, então, se passou.” (*A Província*, 11 de fevereiro de 1904 apud *Arquivo Dr. Flávio Maroja*).

Antônio Vicente reforça seu argumento dizendo que o coronel Queiroz tinha a consciência tranquila por não ter praticado nenhum ato que desonrasse a sua conduta, até porque pela confiança depositada por seus amigos exercia o cargo de segundo suplente de

delegado e por isso “não nega nem jamais o fez, que tivesse encontrado, sem que o quizesse, aquelle bandido, estando felizmente daquella occasião fora do logar onde mora” (*A Província*, 12 de Fevereiro de 1904 apud *Arquivo Dr. Flávio Maroja*). Entretanto, há controvérsia em seu discurso, pois se a casa de Inojosa foi palco de encenação, onde várias pessoas se fizeram presentes para assistir o “espetáculo” proporcionado pela presença do cangaceiro, porque ninguém reagiu contra o mesmo? E se entre o círculo das pessoas de poder em S. Vicente o coronel Queiroz se destacava como autoridade policial, homem de influência e posição social privilegiada, porque não tomou nenhuma atitude para capturar o cangaceiro? O que estavam a esconder da sociedade? Talvez, uma possível associação com o cangaceiro Antônio Silvino.

Contradição por contradição, Antonio Vicente limitou-se a negar a entrega de dinheiro a Antonio Silvino em S. Vicente, como também o pedido do coronel Queiroz da intervenção do chefe dos cangaceiros no processo do crime do Jucá. Portanto, é possível observar que nas primeiras exposições de Antônio Vicente na imprensa, ele disse que quando Silvino entrou em S. Vicente o coronel Queiroz estava na casa de Inojosa. Disse também que as “pessoas qualificadas” que seguiam o cangaceiro testemunharam o encontro, e no artigo de dezoito de fevereiro de 1904, contou que o “simples” encontro teria ocorrido no meio da rua e não dentro da residência. Para Antônio Pessoa era difícil provar seus argumentos contra o chefe político de Timbaúba e S. Vicente, pois seria improvável que nesse povoado encontrasse alguém que se propusesse a falar que testemunhou as transações do coronel Queiroz com Antonio Silvino.

Além do mais, Antônio Vicente disse que o coronel Pessoa conhecia os chefes da política paraibana que se colocavam a serviço de Silvino e vice-versa, provavelmente Vicente se referia a umas declarações feitas pelo próprio Silvino no Engenho Tabatinga e publicadas em diversos jornais, nas quais dizia que Eptácio Pessoa, irmão de Antônio da Silva Pessoa, e seus amigos eram seus protetores. Todavia, o coronel Pessoa se esquivava de tais denúncias, dizendo que não conhecia nenhum chefe da política paraibana que prestava serviços ao cangaceiro e devolvendo as acusações disse “que o sogro do dr. Antonio Vicente, confabulara com Antonio Silvino; disse mais que lhe fornecera dinheiro pedindo a sua intervenção no processo do crime do “Jucá”” (*A Província*, 18 de Fevereiro de 1904 apud *Arquivo Dr. Flávio Maroja*. Grifo nosso).

Do outro lado da contenda, em visita à Capital paraibana, Antônio Pessoa soube pelo amigo coronel Isidro da Cunha, além de outras informações, que Manoel Bernardino estava sendo processado em Nazareth, como mandatário do assassinato do major Porfírio de Queiroz, isso por imposição de Silvino, a quem o teria como inimigo. Segundo Antônio

Pessoa, Manoel Bernardino residia em Campina Grande e lhe foi apresentado por um amigo, como um homem de bem, trabalhador, honesto e, devido possuir alguns bens não se achava seguro por ser intrigado com Silvino, motivo pelo qual o levou a procurar-lhe, em outubro de 1903, com o propósito de pedir auxílio para capturar o cangaceiro. Acertado o acordo entre os dois, Bernardino ganhou a confiança do coronel Pessoa, sendo contratado para prestar serviços em uma fazenda de sua propriedade, localizada em Umbuzeiro.

O jornal *A Província*, parecendo ter algum interesse em defender Antônio Pessoa, afirmou, em sete de fevereiro de 1904, que Antônio Silvino, objetivando se vingar desse mesmo coronel, por causa de ter sido ameaçado de morte, fez com que incluísse no processo dos assassinos do Jucá o nome de Manoel Bernardino como mandatário do crime. Porém, essa informação não era verdadeira, pois Silvino só teria se encontrado com o coronel Manoel de Queiroz em princípios de 1904 e o nome de Bernardino já constava nos autos processuais desde novembro do ano anterior.

Comparando as cartas escritas por Antônio da Silva Pessoa, também encontramos incoerências em seu discurso. Depois de um cansativo embate, ele chegou a declarar que Bernardino não era seu morador, “como por engano disse *A Província*”, tampouco seu protegido. Apenas teria lhe apoiado com o fim de prender Silvino. Além disso, informou que não conhecia Bernardino nem tinha conhecimento de sua conduta, mas, com base no testemunho de dezenas de pessoas “qualificadas”, tinha certeza que no, dia e noite do assassinato do capitão Porfírio, Bernardino se encontrava em Umbuzeiro doente de um pé e só saiu dali quando soube do fato, seguindo em companhia de mais três pessoas para os lados do Jucá, em perseguição de Silvino e seus companheiros (*A Província*, 16 de Fevereiro de 1904 apud *Arquivo Dr. Flávio Maroja*. Grifo nosso).

Das relações interpessoais entre os grupos políticos de poder, as acusações e troca de ofensas se estendem até os órgãos da imprensa e, desses, aos demais grupos sociais (nada muito diferente ao que ocorre em nossos dias, principalmente durante os processos políticos). Assim, preocupados em defender o correligionário, *A Província* dispara contra *A Cidade*, dizendo que o semanário de Nazareth, ao invés de denunciar o cangaceiro ao governo não perde a oportunidade de atacar aos que não “erguem brindes em sua honra e nem lhe rendem preitos”, atribuindo a autoria de uma carta publicada n’*A Província*, sobre Antônio Silvino, ao “prezadíssimo amigo sr. coronel Antonio da Silva Pessoa”. Segundo o mesmo jornal, *A Cidade* teria assim procedido com a finalidade de defender os protetores de Silvino naquela localidade pernambucana, na qual o cangaceiro teria feito “as quintas de seu recreio” (*A Província*, 19 de maio de 1904 apud *Arquivo Dr. Flávio Maroja*).

Em épocas de eleições no Nordeste do país, era preciso que os governantes criassem uma ilusão em seus governados, disfarçando suas reais intenções de continuarem na supremacia da política local e, nesse caso, se o cangaço era entendido como um mal para a sociedade, a encenação girava em torno da perseguição aos ditos bandidos ou tentar associá-los ao grupo político rival para enfraquecê-lo. Além disso, poderiam utilizar-se dos serviços dos cangaceiros para manipular as eleições, oprimindo, ameaçando, espancando e até proibindo os eleitores de comparecerem às urnas.

Em algumas imagens da obra de José Lins do Rego podemos perceber a união entre cangaceiros e políticos que desejavam derrubar os opositores que estavam no poder. Nos sertões alagoano, “Cazuza Leutério” era o homem que mandava em tudo: nas eleições, no júri, na economia, na sociedade. Ele só não tinha forças para mandar no cangaceiro “Aparício Vieira” ou, pelo menos, esse conseguia envidar meios de resistir às teias elaboradas pelo político. Quando o “Capitão Custódio” ouvia falar em política logo lhe vinha à mente o nome do coronel Cazuza Leutério. Certo dia o promotor de Alagoas de Baixo, rapaz filho dos Wanderley de Triunfo lhe foi falar acerca do assunto, mas o capitão Custódio foi logo lhe dizendo:

Senhor doutor, aqui quem manda é Cazuza Leutério, manda mais do que o Governo. Jatobá e Tacaratu é o mesmo que fazenda dele. E está tudo acabado. Foi assim na Monarquia e assim entrou pela República. Haja rei, haja presidente, manda Cazuza e está acabado. [...] Eu sei é que, hoje em dia, de nada vale o direito do voto. Manda Cazuza Leutério nas eleições e no Júri. O resto é conversa. (REGO, 1976, p. 27)

O juiz de Tacaratu, intermediando um amigo promotor de Triunfo, chamou o capitão Custódio para uma conversa sobre política. O promotor desejava o apoio de Custódio para as eleições de Deputado, não que ele fosse capaz de se sobrepôr ao Cazuza e sim porque tinha o apoio do cangaceiro Aparício Vieira. Todavia, Custódio foi sincero com o colega: não queria saber de política, tampouco se meter com o Cazuza Leutério. Todos sabiam que o Cazuza era a “desgraça” do sertão. E só mesmo o cangaceiro Aparício podia acabar com ele (Idem, p. 62). Entretanto, tudo não passava de uma trama da família do coronel Januário, da cidade de Caratinga, para derrubar Cazuza Leutério e assumir o poder absoluto do terceiro distrito ao qual faziam parte.

Casos como esses eram comuns e recorrentes em todos os sertões do Nordeste do Brasil, ora os políticos querendo fazer-se à custa dos cangaceiros, ora tomando certa distância dos mesmos para não terem problemas de ordem maior. Assim, em épocas de eleições, era visível a associação entre um grupo e outro e, nesses casos, as tramas e teatralizações políticas assumiam a forma de verdadeiros espetáculos. Nesses espetáculos, o cangaceiro nem sempre

se contentava com o papel figurante, ao contrário sua ação era tão ativa que parecia que era ele o agente político da situação.

Todos conhecem a situação excepcionalmente consternante que atingiu a Parahyba, na época em que teve de exercer o difícil cargo de chefe do poder executivo, o Exmo. Sr. Dr. Gama e Mello. [...] A Parahyba recorda ainda entristecida a época de perturbações que gerou a agitação política de 1899 e 1900, quando mais do que nunca o banditismo recrudesciu obrigando o poder a dispêndios excessivos para vencel-o. (*A República*, 12 de Outubro de 1907)

Na conjuntura política da Paraíba, Antônio Silvino não se fazia esperar pelos acontecimentos, pois desejava a todo custo derrotar os governos que lhe perseguia. Nesse sentido, visitava os eleitores das zonas interioranas do Estado: “do Pombal até Campina, não houve um só eleitor, que eu não fosse a casa delle, pedir-lhe com muito amor, que votasse em Rego Barros, para ser governador” (*A ira e a vida de Antônio Silvino*, Leandro Gomes de Barros). Para “ganhar” o voto das pessoas mais pobres, o cangaceiro teria gastado muito dinheiro, aliciando eleitores com roupas e alimentos.

Disse a certos eleitores
Muita gente fica atôa
Ai da quelle que votar
Com Eptacio Pessôa,
Dessa macaca que tenho
Quebra o cabo, o lápis vôa.

Tenho uma opinião
Que morro porem não minto
Aqui sem ser Rego Barros
Outro vindo eu não consinto. (Idem)

No Estado da Paraíba, assim como nos demais Estados do Nordeste, alguns grupos de cangaceiros se viam na obrigação de reagir à opressão governamental empreendida pelos grandes proprietários de terra. Tudo leva a crer que Silvino se uniu a Franklin Dantas e ao Dr. Santa Cruz no apoio ao coronel Rego Barros, evidentemente, com o propósito maior de derrubar o governo de Eptácio Pessoa. Isso era comprovado por cartas e telegramas – recebidos e reproduzidos pelos órgãos da imprensa – que davam conta dos crimes cometidos pelos cangaceiros antes das eleições. Nesse sentido, *O Paiz* divulgou que os cangaceiros cometeram inúmeras depredações em Taperoá.

Da fazenda do Coronel Pedro Pimenta levaram cerca de 20:000\$, ouro, que arrancaram das mãos dá esposa de Pimenta, entregando-os aos Drs, Santa Cruz e Franklin Dantas. O Coronel Pimenta tem cartas destes, ameaçadoras. (*Arquivo Dr. Flávio Maroja* – IHGP)

Concomitante com tal publicação, o *Jornal do Commercio* confirmou o recebimento de algumas cartas que informavam os detalhes do assalto praticado em Santa Luzia, o qual teria sido liderado por Franklin Dantas, “*que trazia uma lista de contribuições, montando a doze contos de réis*” (Idem. Grifo do documento). Segundo os informantes que teriam testemunhado o assalto, quando Franklin Dantas tomou a vila, entregou aos cangaceiros que lhes acompanhava uma lista constando nomes das pessoas ricas do lugar e o valor que cada uma deveria entregar. Depois, passou a fazer propagandas para a eleição do coronel Rego Barros, dizendo que contava com o governo federal e “com dez mil rifles para a posse daquelle coronel” (Idem).

O referido jornal parecia estar indignado com tal fato, disparando criticas aos opositores do governo dizia:

Eis ahi de que qualidade são os “correligionários do Coronel Rego Barros” e a “revolução política” que, no dizer de um ou dous jornaes desta Capital, estão os ditos “correligionários” movendo contra o Governo da Parahyba! É um movimento revolucionário... contra a bolsa alheia, effectuado por bandos de cangaceiros sob o commando de três cangaceiros graduados – Antonio Silvino, Franklin Dantas e Santa Cruz. (Idem)

Do outro lado, apropriando-se da máquina do Estado, o governo não deixou os populares votar na opposição. Não sabemos qual dos dois grupos atuava melhor naquela teatro político, pois o grupo governista também fazia uso da força, através da policia, dos capangas pessoais e de cangaceiros que a ele se unia por algum motivo.

Todos em Santa Luzia
Me prometteram votar
Porem a opposição
Chegou e não poud entrar
O governo não deixou
Nem um eleitor olhar.

A votação do governo
Lá foi de carga cerrada
O coronel Rego Barros
De voto não teve nada
A opposição de fôra
Não poud tomar chegada. (*A ira e a vida de Antônio Silvino*, Leandro Gomes de Barros)

Silvino teria dito em Santa Luzia que se o coronel Rego Barros perdesse a eleição, ele faria uma opposição ferrenha ao pessoal do governo. Dito e feito. Decorridos mais ou menos um mês do desfecho eleitoral, o cangaceiro entrou naquela localidade, foi ao juiz de direito e roubou-lhe treze contos de réis. Depois foi a casa do prefeito, tomou diversos objetos de valor e tocou fogo na moradia, destruindo móveis e outros objetos. Saindo ligeiro dali, para

evitar perseguição, seguiu a trilha rumo ao vizinho Estado de Pernambuco e passando pelo povoado de S. Mamede parou para comer algum alimento. Seu recente rastro lhe obrigava a se movimentar com rapidez, era preciso mudar brevemente para o outro Estado, assim entrou em Santa Maria, perto de Taquaritinga, e em Bom Jardim, onde atacou diversos comerciantes e fazendeiros.

Quando viu perdida a eleição do Coronel Regos Barros, Silvino pensou em não se envolver mais com política, mas passou a perseguir a oposição (*Antônio Silvino de Luto. Francisco das Chagas Baptista*). Contando com a união estabelecida com Franklin Dantas e Santa Cruz, o cangaceiro mandou avisar ao governo federal que anulasse as eleições na Paraíba, sob pena de atacar o Estado.

Era evidente que na trama política em questão, um lado sempre queria se defender das acusações feitas pelo outro. Assim sendo, na tentativa de mascarar as coligações com os cangaceiros, Franklin Dantas promove um ataque, via imprensa, contra o grupo político de Epitácio Pessoa, acusando-o de fazer associações com criminosos e envidar meios ilícitos para conseguir seu triunfo eleitoral.

Na coluna “Política da Parahyba”, o *Gazeta de Notícias* publica uma carta de Franklin Dantas, intitulada “Cousas da revolução. Aos homens limpos”, cujo teor deixa transparecer toda a sua astúcia e disfarce político para atingir seus adversários. Em suas linhas iniciais ele informa que só fazia oposição ao governo devido às desonestidades praticadas e o descompromisso para com a Paraíba, fato que lhe encorajava e lhe dava esperanças de ver seu Estado livre da opressão da oligarquia que o dominava.

Interferindo na política do meu Estado, os motivos que me impellem a fazel-o não prometiam da ambição ou da sede de posições honorarias; faço o em atenção aos interesses da minha numerosa família, cujas propriedades se estendem desde o território do Rio Grande do Norte até Pernambuco (município de S. José do Egypto), sendo que a zona intermédia, que pertence aos sertões parahybanos, é em grande parte ocupada por propriedades de meus amigos. (*Gazeta de Notícias* apud *Arquivo Dr. Flávio Maroja*)

Portanto, a política paraibana é entendida aqui como meio para se garantir os benefícios pessoais das grandes famílias proprietárias de terra, ou seja, a beleza da política, da busca pelo bem estar social, pelo desenvolvimento econômico, técnico e científico, é sobrepujado pelo pensamento aquinhoado e individual de alguns poucos que visa único e exclusivamente a permanência de suas regalias.

Franklin Dantas afirmava não ter ambições políticas, que no advento da República recusou aderir ao novo regime, não obstante as eminentes solicitações do Marechal Deodoro

da Fonseca e do seu “patrício” Aristides Lobo, mas buscava a todo custo defender os privilégios de seus parentes e amigos que formavam um poderoso grupo no interior do Estado. Segundo o próprio Franklin, seus pares constituíam um

elemento firme e coeso, que não se confunde e não se bandeia, o que continue para mim, para o meu irmão, para o meu cunhado e sobrinhos a grande obrigação, o dever de enfrentarmos, mesmo através de cruéis provações como as que presentemente experimentamos, a prepotência dos déspotas. (Idem)

Se o grupo político dos Dantas vivia reprimido pela política imperial no Nordeste brasileiro, com a mudança engendrada pelo governo do Marechal Hermes eles se sentiram confiantes e amparados pelo sentimento de uma política lícita e de uma verdade eleitoral que se desencadearia em alguns pontos do país. Pelo menos era o discurso da época!

Para tal grupo, a Paraíba deveria seguir o exemplo de outros Estados nortistas, a exemplo de Pernambuco, Ceará e Alagoas, se libertando da politicagem mesquinha, corrupta e interesseira. No seu modo de ver, a oportunidade para tal libertação surgiu com a candidatura de Rego Barros, que teve o apoio do grupo da oposição e a adesão de alguns elementos do governo. Antes mesmo que o palco teatral começasse a ser armado, as tramas do político já se refletiam na cena pública paraibana.

Assim, sem perda de tempo, os Dantas passaram a apoiar o candidato que, segundo os mesmos, “libertaria” o povo paraibano do sofrimento. Tal apoio era revestido de uma propaganda que objetivava a aceitação popular nos municípios sertanejos, todos subordinados ao mando daqueles que compunha o mesmo grupo dos Dantas. Para quem dizia que não desejava se envolver com política, a cena se torna cômica! Faltava outra estratégia para enfraquecer o grupo rival: associá-lo aos grupos armados de capangas e cangaceiros.

As acusações partem do próprio Franklin Dantas, que dizia que “os olygarchas, prepotentes e sem escrúpulos, compreendendo que o triumpho dos opposicionistas nas urnas seria estupendo, recorre aos mais ferozes e deprimentes processos para evital-o” (Idem). O processo a que ele faz referência diz respeito ao aliciamento de criminosos e cangaceiros – alguns dos quais, inclusive, teriam sido expulsos do grupo de Antonio Silvino –, bem como sua incorporação à policia do interior; ao regime de subornos, surras, depredações de propriedades da oposição e apreensão de títulos eleitorais, tudo sido recomendado aos seus subordinados nos municípios “*que todos os meios eram bons para o triumpho do governo*” (Idem. grifo do documento).

Além disso, Franklin Dantas informa que em S. João do Cariry ele próprio presenciou o processo pelo qual o alferes José Vicente, sob a orientação das autoridades

locais, tentou assassinar seu amigo, Coronel Rego Barros, e que, diante desse ato criminoso, o governo estadual manteve-se em silêncio e nenhuma providência ordenou, pelo contrário, teria ficado satisfeito com o depoimento do juiz de direito local, até porque o depoimento seguiu fielmente as instruções para alterar os fatos. Afirmou ainda que, depois do coronel Rego Barros, as primeiras vítimas da oligarquia chefiada por Eptácio Pessoa foi sua família e os seus amigos do Teixeira, os quais sofreram diversos abusos por parte da guarnição liderada pelo Capitão Augusto.

No geral, partindo das alegações apresentadas nos jornais ou na justiça, é difícil apontar qual dos grupos políticos estava com a razão. Todavia, os mesmos documentos dão indícios de suas tramas, encenações e fingimentos para tentar ludibriar a sociedade e garantir suas posições de mando e de poder. Assim, durante todo o tempo em que esteve no cangaço, Silvino foi enredado ou se fez envolver em tramas e teatralizações que, muitas vezes, decidiram o destino político do Estado da Paraíba e de suas cidades mais importantes no interior.

Entre as inúmeras experiências políticas vivenciadas por Silvino na Paraíba, vale a pena discutirmos seu envolvimento com o prefeito de Campina Grande, Christiano Lauritzen. Já na primeira década do Século XX, o nome do cangaceiro era associado aos homens que faziam política no interior paraibano. Na edição de nove de março de 1907, *A Província* informava que havia autoridades e chefes políticos que, uns por medo e outros por interesses, “prestam occultamente a Antonio Silvino o mais decidido apoio, embaraçando por todos os meios a acção da policia”. Nesses casos os “homens da lei” eram manobrados para fazerem rondas desinteressadas, fingindo estarem perseguindo os cangaceiros quando, na verdade, aquela ação não passava de uma trama para mascarar as reais pretensões do poder e do mando naquelas localidades.

Em outubro daquele mesmo ano o cangaceiro esteve com seu grupo em Monte Alegre, distante cinco léguas de Campina Grande, onde teria espancado um cidadão conhecido por Agostinho. *A República*, de vinte de outubro de 1907, informou que depois dos conflitos ocorridos ali, o grupo de Antônio Silvino seguiu a trilha com destino a Timbaúba do Gurjão, onde visitou diversos negociantes, a um dos quais comprou ouro e pediu-lhe para encarregar-se de mandar encavar uma moeda de ouro, e, como o negociante lhe respondesse que não tinha por quem reenviar a moeda depois de encravada, Antonio Silvino indicou-lhe o Coronel Christiano Lauritzen, como pessoa a quem podia entregar a moeda. Porém, pedindo ao cangaceiro para não se envolver naquela questão, o comerciante “trocou a moeda por outra menor, já encastada”. O próprio comerciante narrou o fato a diversas pessoas num

estabelecimento comercial de Campina, acrescentando que Silvino estava ameaçando surrar os eleitores da região do Cariri que votassem na oposição.

Sabemos que além de governar Campina Grande, Christiano Lauritzen era proprietário de terras e dono de um jornal na cidade, o *Correio de Campina*. Assim sendo, aproveitando-se do poder adquirido e praticado em diversos segmentos da vida pública, Lauritzen, a exemplo de outros políticos, tomava seu jornal como objeto de composição das tramas e teatralizações criadas em torno da política local, onde e através do qual atacava seus adversários e defendia-se das acusações de associar-se ao cangaceiro Antônio Silvino.

Portanto, ao rebater outro órgão da imprensa que lhe fazia oposição, o *Correio de Campina* disse que *O Norte* tinha publicado, sob o título “Fita Lauritzen”, mais uma mesquinhez de seu diretor contra o prefeito de Campina (*Correio de Campina*, 06 de dezembro de 1914). O fato é que *O Norte* passou a afirmar em fins de 1914 que o referido prefeito era amigo de Silvino, mas tentando disfarçar tal associação passou a informar em seu órgão de notícia que era inimigo do mesmo, inclusive lhe fazia perseguição. Para *O Norte* aqueles discursos não passavam de estratégia para garantir, durante as eleições municipais, o aumento das forças federais que teriam, entre outros fins, o objetivo de pressionar e obrigar o eleitorado a votar em Lauritzen.

“O Norte” tenha cuidado com os seus *sisidos informantes* que poderão intrigar-o com o cangaceiro e dahi lhe advirem sérios prejuízos na sua propaganda jornalística. Se elles sabem, assim, com tamanha segurança que Antonio Silvino *continúa a manter com Lauritzen as mais cordeaes relações*, é visto que convivem com o famigerado na maior intimidade, conhecendo-lhes todas as relações amistosas, todos os passos de sua vida. (Idem)

Apesar de o *Correio de Campina* afirmar que as acusações disparadas pelo *O Norte* ao seu diretor eram caluniosas e incoerentes, uma vez que não havia pessoa alguma que as admitissem como verdadeira, parecia mesmo que Lauritzen mantinha boas relações com o cangaceiro Antônio Silvino. Nesse sentido, podemos perceber em outras matérias publicadas em jornais como *O Município* e *A República* vários indícios da rede de solidariedades estabelecidas entre eles.

Numa das notícias, percebemos que durante uma visita que fez a Augusto Resende, proprietário da Fazenda Grossos, próximo a vila do Ingá, Antônio Silvino disse que o Dr. Affonso Campos era o responsável por um avulso espalhado em Campina Grande, “no qual se apontavam como seus protectores a diversas pessoas qualificadas do referido município, entre ellas os coronéis Christiano Lauritzen e Claudino Nobrega” (*O Município*, 28 de Junho de 1908).

Na outra, *A República* disse que após os governos do Dr. Gama e Mello e do Desembargador Peregrino de Carvalho (os quais, segundo o mesmo jornal, teriam perseguido os cangaceiros com bastante tenacidade), subiu ao poder o “Governo do Supremo, e alardeando remodelações por simples *fiat*, fez nascer nos habitantes do centro a esperança de que em breve estariam livres de Antonio Silvino” (*A República*, 29 de Setembro de 1907). Todavia, nada ocorreu, pelo contrário o cangaceiro passou a ter mais liberdade, aprovando as mudanças ocorridas na política local.

O fato é que, após os conflitos entre Silvino e a Companhia Great Western, analisados anteriormente, a força federal interveio na cidade de Campina onde foi recebida pelos representantes do Supremo, “que lhes ofereceram hospedagem, banquetes, e gente competente para guiar as diligencias. Todos esses oferecimentos foram acceitos pelo Commandante da expedição na certeza de em poucos dias ver seus esforços coroados de êxito” (Idem). Entretanto, o Capitão Formel ficou sabendo que Priseus e Antonio Guedes, guias apresentados pelo Coronel Christiano Lauritzen, eram amigos de Antonio Silvino, inclusive, o Guedes tinha participado do grupo de Silvino e, naquele momento, era quem lhe fornecia munições.

Decepcionado com tais fatos, o Capitão Formel retirou-se com a força para o Ingá e mandou prender Priseus, enquanto Antonio Guedes morreu tentando resistir à prisão. Por sua vez, Antonio Silvino não se sentindo a vontade com o movimento das forças federais, pediu aos “supremistas” que retirassem aquelas forças, mas como não foi atendido, dirigiu-se ao Presidente do Estado por um telegrama, através do qual dizia:

Estou satisfeito com a direcção política do Estado. Não me têm incommodado os macacos estaduaes, pois os supremistas cá do centro não consentem que elles se ponham no meu encaço. Com os Gouveias vou satisfeito. Aplaudo as mudanças políticas que o governo do collega *supremo* effectuou em certos Municipios, sobretudo no de Campina Grande e ultimamente na Cabaceiras. Com um dos supremistas cá do interior janto muitas vezes junto, brincando com suas lindas criancinhas, e admirando até que não lhe faça mal o leite de vaccas nutridas com caroço de algodão. Faça S. Exc. serem retirados os macacos federaes, que eu prestigiarei a política do collega *Supremo* com todo o meu appoio, ajudando, com o meu incontestável prestigio, os chaleiras e os macacos em tudo que for preciso para perpetua-a, em todos os saltos mortaes que se fizerem necessários. Desistirei também da indemnisação. Minha palavra é um tiro. (Idem. grifo nosso)

Portanto, apesar de todas essas informações, o *Correio de Campina* sai em defesa de seu diretor (aliás era uma das funções desse órgão de notícias) afirmando que era impossível Christiano Lauritzen dar proteção ao grupo liderado por Silvino, pois, segundo eles

Um criminoso pode ser escondido numa propriedade, furtando-se das diligencias da policia; mas um grupo de bandoleiros que percorre, em correrias contínuas, os Estados de Pernambuco, Parahyba e Rio Grande do Norte, como pode ser protegido

por uma pessoa domiciliada em qualquer parte desses três Estados? (Correio de Campina, 06 de dezembro de 1914)

Reforçando o argumento, o jornal afirma, em treze de dezembro de 1914, que Antônio Silvino era inimigo de Lauritzen há anos, devido à forte perseguição que este político lhe promoveu, através das forças comandadas pelo Alferes Maurício. Mas, o jornal dizia não entender ou não saber quais os motivos que tinham levado o cangaceiro a fazer destruição na fazenda do coronel Lauritzen, prometendo matar o gado e depredar a propriedade. Talvez isso tenha se dado pelo fato de Silvino entrar em conflito com Christiano Lauritzen devido assassinar o Alferes Maurício.

Enfim, partindo das discussões perpetradas aqui, podemos questionar: os políticos tinham interesse ou não em proteger os cangaceiros? E os órgãos da imprensa, o que objetivavam com suas denúncias de associações entre cangaceiros e os homens de poder, apenas prestar um serviço à sociedade? Eram ingênuas as publicações que diziam, por exemplo, que no Governo do Sr. Álvaro Machado, Antônio Silvino vivia “feliz”, “desocupado e tranquilo”, matando, roubando e cometendo os mais variados tipos de crime pelo interior do Estado (*A República*, 23 de outubro de 1907)? Em se tratando da política do período e porque não dizer dos dias atuais, acreditamos que toda ação, tudo o que se pensa e fala tem um propósito de mascarar as reais pretensões de um grupo ou outro. É por isso que os políticos se apropriam e ressignificam tanto a arte de encenar!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao cruzarmos por essas trilhas, ficamos com a sensação de que a “cultura plebéia” vem se reinventando ao passar dos tempos, apropriando-se de determinadas situações e fenômenos sociais e (re)significando-os em favor de suas necessidades econômicas, sociais e culturais para resistir às imposições de normas, costumes, comportamentos e ideologias dos grupos de poderes socialmente legitimados. Nesse sentido, o cangaço surgiu como uma alternativa e, porque não dizer, como uma forma de sobrevivência dentro de um território onde as relações de poderes caracterizavam-se pela enorme disparidade entre os dominantes e os subalternos, fundamentadas por um conjunto de instituições e pelo próprio sistema que defendia os interesses dos primeiros.

Assim, quando a Instituição Judiciária não cumpria com a função social que lhe foi atribuída, de julgar e punir todos aqueles que se desviavam das normas pré-estabelecidas, alguns homens viam no cangaço o meio mais fácil de vingar alguma ofensa sofrida por sua família, seja a ofensa um estupro, uma surra, um assassinato, um furto ou, simplesmente, uma injúria. Em outros casos, após “fazer justiça” com as próprias mãos, as pessoas simples buscavam o cangaço como refúgio, como uma forma de livrar-se das amarras da Lei. Depois, acomodando-se ou acostumando-se com a vida de bandoleiro passavam, normalmente, a fazer do cangaço seu meio de vida.

Tendo o cangaço se originado de um conjunto de fatores atrelados às injustiças sociais e as desigualdades políticas, econômicas e sociais que fizeram com que muitos homens pegassem em armas para resolverem questões que eram de responsabilidade dos governantes. Além do mais, entendemos que a existência desse movimento social ocorreu porque algo estava errado socialmente falando, em particular pela falta de autoridade para coibir injustiças.

Acerca do imaginário hodierno sobre o cangaço, vale destacar que ele é fruto de representações criadas ora por poetas e cancioneiros populares, que buscavam atribuir significações heróicas para os homens que consideravam ser os paladinos dos pobres, ora por intelectuais de instituições públicas (tribunais da justiça) e privadas (órgãos da imprensa), que pretendendo defender seus interesses, tratavam os cangaceiros como simples criminosos que causavam o mal e a desordem à sociedade. Assim, percebe-se que, apesar de o discurso literário também ver o cangaceiro como criminosos, normalmente as representações

apresentavam-se de forma romântica, no sentido atribuir a ele uma função heróica de “defensor” e/ou “vingador” do povo.

Todavia, diferente dessas representações, o cangaceiro aparecia nos jornais como criminoso, assassino, indivíduo que assaltava e roubava estabelecimentos comerciais e que extorquia fazendeiros e políticos. Tais imagens eram justificadas pelo próprio discurso jornalístico, que dizia que Antônio Silvino, a exemplo de muitos outros, teria se tornado uma ameaça ao projeto de mudança social que vinha se intensificando naquele momento, principalmente, a partir da introdução de diversos símbolos ditos modernos. No entanto, se percebe que os jornais defendiam os interesses dos “todos poderosos” da sociedade, até porque alguns fazendeiros e políticos eram, também, donos de jornais. Como vimos, o próprio Christiano Lauritzen era um grande proprietário de terras, político e dono do jornal *Correio de Campina*.

Independente das elaborações discursivas em torno do cangaço, pode-se perceber que, ao passar do tempo, ele foi se institucionalizando, organizando-se em torno de uma estrutura de poder que criou suas próprias leis, normas de comportamento e de ação frente às dificuldades que iam surgindo cotidianamente. E isso não ocorreu por acaso, a (re)apropriação que os cangaceiros fizeram da estrutura legal de poder - a instituição policial - lhes proporcionavam melhores condições nos momentos de combate direto com as forças públicas.

Ao discutirmos a indumentária do cangaceiro, fizemos no sentido de tentar questionar o imaginário que veio sendo construído durante as últimas décadas: de um cangaço homogêneo, com características universais e comuns a todos os grupos que existiram. Nosso intuito foi mostrar que os grupos de cangaceiros, cada qual em seu tempo e lugar, tinham suas particularidades, seu modo de ser, de agir e de se vestir.

Nas muitas trilhas percorridas, normalmente, nos deparávamos com as ambiguidades do cangaceiro Antônio Silvino, sejam elas a partir do contato com os símbolos do moderno (principalmente o trem e o telégrafo) ou nas relações entre os populares e as pessoas de poder. Sempre manifestando certa ambivalência em suas relações, na tentativa de resistir às perseguições que os governos lhes fazia ou, simplesmente, atacar determinadas instituições ou pessoas, o cangaceiro parecia dizer que estava ali, se fazendo presente, e apesar de seu poder ser limitado chamava a atenção e preocupava intelectuais, comerciantes, fazendeiros e governantes.

Se Antônio Silvino fez do cangaço seu meio de vida, talvez não o tenha feito em vão. Talvez tenha feito pelo fato de querer sobreviver às adversidades que se apresentavam cotidianamente. E se ele conseguiu passar dezessete anos no cangaço é porque havia uma rede

de solidariedade que lhe proporcionou uma maior resistência às “caçadas” policiais. Uma rede que se estendia desde as pessoas mais pobres – que silenciosa e sub-repticiamente, apoiava o grupo de cangaceiros na esperança de ser vingada, de ver seus opressores punidos por todo mal e desprezo que lhe dedicavam – até os mais abastados e governantes que se aproveitavam do fenômeno do cangaço para conseguir seus próprios interesses – muitas vezes envolvendo o nome do cangaceiro em suas tramas e teatralizações políticas para tentarem ganhar eleições.

Enfim, ao tentarmos passar por esses caminhos, acreditamos ter dado nossa parcela de contribuição à história do cangaço, mas fica-nos a certeza de que, das relações de conflitos e solidariedades vivenciadas pelo cangaceiro Antônio Silvino, muito ainda falta para ser desvendado, discutido, problematizado e questionado. Temos consciência que em alguns momentos, as análises foram superficiais e o senso crítico não esteve tão apurado, mas ficamos tranquilos e entendemos que isso pode ser melhorado com a prática historiográfica. Sabemos, também, que não atentamos para todos os rastros do cangaceiro, tampouco para os demais indícios que as fontes apresentam o que, de certo modo, é muito positivo para despertar e instigar outros historiadores a seguir por essas complexas e sinuosas trilhas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1986.

ANDRADE, Mário de. **Macunaíma**: o herói sem nenhum caráter. Edição crítica de Telê Porto Ancona Lopez. Rio de Janeiro/ São Paulo: Livros Técnicos e Científicos / Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, 1978.

ANDRADE, Oswald de. **Marco Zero II – Chão**. Rio de Janeiro: Globo, 1991.

ARANHA, Gervácio Batista. Seduções do moderno na Parahyba do norte: trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas (1880-1925) In: SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de; et al. **A Paraíba no Império e na República**: Estudos de História Social e Cultural. João Pessoa: Idéia, 2003. p. 79-132

_____. **Trem e imaginário na Paraíba e região**: tramas político-econômicas (1880-1925). Campina Grande: EDUFCG, 2006.

ARAUJO, Antonio Amaury Corrêa; FERREIRA, Vera. **Fatos do Cangaço**. In: <http://www2.uol.com.br/lampiao/pages/cont2.htm>, acesso em 22 jul 2009, 13:37 hs.

BARBOSA, Severino. **Antônio Silvino, o rifle de ouro**: vida, combates, prisão e morte do mais famoso cangaceiro do sertão. Recife: CEPA, 1979.

BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: _____. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Tradução de John Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000. p. 25-67.

BATISTA, Francisco de Assis Batista. Da economia moral à resistência cotidiana camponesa. In: _____. **Nas trilhas da resistência cotidiana**: o protagonismo exercitado pelos camponeses no Cariri paraibano (1900-1950). Doutorado em Sociologia, Campina Grande, UFCG, 2010, p. 27-56

BRESCIANI, Maria Stella. Permanência e ruptura no estudo das cidades. In: FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A. de F. (Orgs). **Cidade & História**. Salvador: UFBA/Faculdade de Arquitetura. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo; ANPUR, 1992.

BURKE, Peter. Unidade e variedade na história cultural. In: _____. **Variedades de história cultural**. Tradução de Alda Porto. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 231-267.

CARDOSO, Tania Maria de Sousa. Origem e instituição do Cangaço. In: _____. **Diário do Nordeste**, 2005. (Fonte: <http://www.camarabrasileira.com/cordel43.htm>. acesso em 5 jun 09. 14:37 hs)

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. In: **Dados**, nº 2, vol 40, 1997, ISSN 0011-5258.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Artes de fazer. V.1. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

DANTAS, Sérgio Augusto de Souza. **Antônio Silvino: o cangaceiro, o homem, o mito**. Natal: Cartgraf, 2006.

DAVIS, Natalie Z. Las formas de la historia social. In: **Historia social**, nº 10, primavera/verano, 1991.

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios**. Tradução de Marina Appenzeller. Campinas, SP: Papirus, 1993.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e fanáticos: gênese e lutas**. 9. ed. Rio de Janeiro: BERTRAND BRASIL S.A., 1991.

FERNANDES, Raul. **Antônio Silvino no RN**. Natal: CLIMA, 1990.

FERREIRA, Antonio Celso. Literatura: A fonte fecunda. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 61-91.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **O Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 3. ed., Positivo, 2004.

FOUCAULT, Michel. O nascimento da medicina social. In: _____. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 11. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal**. 10. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand, 1989. p. 169-178.

_____. Sinais: raízes de um Paradigma Indiciário. In: **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GRINBERG, Keila. Processos criminais: A história nos porões dos arquivos judiciais. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 119-139.

HOBBSBAWM, Eric J. **Rebeldes primitivos**. Tradução de Waltensir Dutra. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1970

_____. **Bandidos**. Tradução de Donaldson Magalhães Garschagen. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 80

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LIMA, Luciano Mendonça de. **Cativos da “Rainha da Borborema”**: uma história social da escravidão em Campina Grande – Século XIX. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009 (Coleção Teses e Dissertações).

LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. Fotografias: Usos sociais e historiográficos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 29-60.

LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 2. ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010. p. 111-153.

MEDEIROS, Leonilde de Servolo. Apresentação. In: FACÓ, Rui. **Cangaceiros e Fanáticos**: gênese e lutas. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009 (Revisitando o Brasil; v. 2)

MELLO, Frederico Pernambucano de. **Guerreiros do sol**: violência e banditismo no Nordeste do Brasil. 4. ed. São Paulo: A Girafa Editora, 2005.

MENEZES, Maria Aparecida de. O cotidiano camponês e a sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James C. Scott. In: **Raízes**: revista de ciências sociais e econômicas. v. 21, n. 01. Campina Grande: UFCG/PPGS, jan/jun 2002, p. 32-44.

MONTEIRO, Hamilton de Mattos. **Nordeste Insurgente (1850-1890)**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

NASCIMENTO, Celso Gestermeier do. Campesinato, economia moral e resistência. In: _____. **Os Aymara**: construindo a revolução índia no ciberespaço. Doutorado em Sociologia. Campina Grande, UFPB/UFCG, 2009, p. 69-105

NOBREGA, Geralda Medeiros da. Literatura e história: um diálogo possível. In: SILVA, Antônio de Pádua Dias da. (Org). **Literatura e Estudos Culturais**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2004. p. 83-106.

OLIVEIRA, Aglae Lima de. **Lampião, Cangaço e Nordeste**. 3. ed. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1970.

OLIVEIRA, Deuzimar Matias de, **Antônio Silvino na Paraíba**: entre o herói e o bandido (1897-1914). Monografia de Licenciatura em História. Campina Grande, UFCG, abril de 2008.

_____. **Uma história social do cangaço na Paraíba (1897-1914)**. Monografia de Bacharelado em História. Campina Grande, UFCG, março de 2009.

OLIVEIRA, Deuzimar Matias de; ARANHA, Gervácio Batista. Organização do arquivo da 1ª Vara do Tribunal do Júri e estudo de populares em Campina Grande (1890-1920). In: **Revista Pesquisa**. v.1, n.3 (mai/jun 2007). Campina Grande: PRPG/UFCG, 2007, p. 389-395.

OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. O Ronco da Abelha: resistência popular e conflito na consolidação do Estado nacional, 1851-1852. Informes de pesquisa. In: **Almanack brasileiro**. n. 1. Maio de 2005. (fonte: www.scielo.gov. acesso em 10/nov/2009).

PEREIRA, Auricélia Lopes. **O rei do cangaço e os vários Lampiões**. 2000. 326 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.

PESAVENTO, Sandra Jayahy. **História & História Cultural**. 2. ed. 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 39-43

PRATT, Mary Louise. Introdução: crítica na zona de contato. In: **Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação**. Tradução de Jézio Hernani Bonfim Gutierre. Bauru, SP: EDUSC, 1999. p. 23-38

PROST, Antoine. História social e cultural indissociavelmente. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François (orgs.). **Para uma história cultural**. Tradução de Ana Moura. Lisboa: Editorial Presença, 1998. p. 123-137

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Os cangaceiros**. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

REGO, José Lins do. **Menino de Engenho**. 28. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio. 1980.

_____. **Fogo Morto**. 19. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1980.

_____. **Cangaceiros**. 6. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1976.

RODRIGUES, Márcia B. F. Razão e sensibilidade: reflexões em torno do paradigma indiciário. In: **Dimensões** (Ufes). Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, nº 17, 2005, p. 213-221.

ROLNIK, Raquel. História urbana: história na cidade?. In: FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A. de F. (Orgs.). **Cidade & História**. Salvador: UFBA/Faculdade de Arquitetura. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo; ANPUR, 1992

SCOTT, James C. Formas cotidianas de resistência camponesa. Traduzido por Marilda A. de Menezes e Lemuel Guerra. In: **Raízes: revista de ciências sociais e econômicas**. v. 21, n. 01. Campina Grande: UFCG/PPGS, jan/jun 2002, p. 10-31.

_____. **Los dominados y el arte de la resistencia**. México, D. F.: Era, 2000. p. 147-149.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 4. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

SILVA, Maria Dalva. **O cangaço: uma interpretação histórica**. Monografia de conclusão de curso, Campina Grande, UFPB, 1983.

SOUSA, Fábio Gutemberg R. B. de. Introdução: leituras da cidade. In: **Cartografias e imagens da cidade: Campina Grande – 1920-1945**. Doutorado em História, Campinas, 2001. p. 1-17.

_____. **Memória da justiça paraibana:** higienização, organização e catalogação da documentação judiciária do Fórum Afonso Campos - Campina Grande - PB. Projeto de Pesquisa PIBIC/CNPq/UFCG, 2006.

SOUTO MAIOR, Mário. **Antônio Silvino:** capitão de trabuco: Rio de Janeiro: Arquimedes, 1971.

TÁVORA, Franklin. **O Cabeleira.** São Paulo: Editora Três, 1973.

TERRA, Rute Brito Lêmos. **Memória de lutas:** literatura de folhetos do Nordeste (1893 a 1930). São Paulo: Global Ed., 1983.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum:** estudos sobre a cultura popular tradicional. Traduzido por Rosaura Eicheemberg. 3ª Reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. Prefácio. In: **A formação da classe operária inglesa I:** A árvore da liberdade. Tradução de Renato Busatto Neto e Cláudia Rocha de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 9-14.

_____. **Senhores e caçadores:** a origem da lei negra. Tradução de Denise Bottmann. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FONTES

a) Jornais:

1. A Cidade, Nazareth-PE, 1906
2. A Imprensa, Parahyba-PB, 1897-1903; 1912-1914
3. A República, Parahyba-PB, 1907-1908
4. A Província, Recife-PE, 1904-10
5. A União, Parahyba-PB, 1906-1911
6. A Voz do Sertão, Patos-PB, 1914
7. Correio da Semana, Itabayana-PB, 1913-1914
8. Correio da Serra, Areia-PB, 1909-1910
9. Correio da Tarde, Parahyba-PB, 1910
10. Correio de Campina, Campina Grande-PB, 1913-1914
11. Correio do Interior, Guarabira-PB, 1912
12. Diário de Pernambuco, Recife-PE, 1910
13. Gazeta de Notícias, Parahyba, 1911
14. Jornal de Campina, Campina Grande-PB, 1953
15. O 15 de Novembro, Campina Grande-PB, 1910
16. O Centro, Areia-PB, 1911
17. O Ingaense, Ingá-PB, 1914
18. O Município, Itabayanna-PB, 1908
19. O Pharol, Bananeiras, 1910

b) Cordéis

1. A briga de Antonio Silvino com Lampião no inferno, José Costa Leite, 1972
2. A confissão de Antonio Silvino, Leandro Gomes de Barros, s/d
3. A filha do cangaceiro, Adalgiso Carlos, s/d
4. A ira e a vida de Antônio Silvino, Leandro Gomes de Barros, s/d
5. A luta de Antônio Silvino com o Diabo, Antônio Teodoro dos Santos, s/d
6. A morte de Cocada e a prisão de suas orelhas, Francisco das Chagas Batista, 1908
7. A política de Antônio Silvino, Francisco das Chagas Batista, 1908

8. A prisão do celebre Antônio Silvino, Leandro Gomes de Barros, s/d
9. A prisão de Antônio Silvino, Francisco das Chagas Batista, s/d
10. A vida completa de Antônio Silvino, Siqueira e Comp., 1915
11. A vida criminosa de Antônio Silvino, Antônio Teodoro dos Santos, s/d
12. “A vida do cangaceiro” de nome Antônio Silvino, Antônio Américo de Medeiros, s/d
13. Antônio Silvino no cárcere, Leandro Gomes de Barros, s/d
14. Antônio Silvino, Manoel Camilo, s/d
15. Antônio Silvino na casa do fazendeiro, Benoni Conrado, s/d
16. Antônio Silvino na cadeia, Autor Desconhecido, s/d
17. Antônio Silvino se despedindo do campo, Leandro Gomes de Barros, s/d
18. Antônio Silvino no Juri. Debate de seu advogado, Autor desconhecido, 1957
19. Antônio Silvino: vida, crimes e julgamento, Francisco das Chagas Batista, s/d
20. Antônio Silvino de luto, Francisco das Chagas Batista, s/d
21. Antônio Silvino e o negro Currupião, Francisco Alves Martins, s/d
22. Antônio Silvino, o rei dos cangaceiros, Leandro Gomes de Barros, s/d
23. Antonio Silvino na eleição de Rego Barros para governador da Paraíba, Leandro Gomes de Barros, 1912
24. As bravuras de Antônio Silvino em honra de um velho amigo, Luis Rodrigues de Lira.
25. As lágrimas de Antônio Silvino por Tempestade, Leandro Gomes de Barros, s/d
26. As proezas de Antônio Silvino, Leandro Gomes de Barros, 1908
27. Bode, cangaço e lutas, José Cavalcante e Ferreira Dila, s/d
28. Como Antônio Silvino fez o Diabo chocar, Leandro Gomes de Barros, s/d
29. Encontro de Lampião com Antônio Silvino, José Costa Leite, s/d
30. Jesuíno Brilhante: braço avançado da justiça. Gonçalo Ferreira da Silva, s/d
31. Luta do Diabo com Antônio Silvino, Autor desconhecido, s/d
32. Magia de um cangaceiro, José Cavalcante e Ferreira Dila, s/d
33. O encontro de Antônio Silvino com o valente Bidú, Apolônio Alves dos Santos, s/d
34. O encontro de Antônio Silvino com o valente Nicácio na Vila de Trapiá, Severino Cesário, s/d
35. O interrogatório de Antônio Silvino, Francisco das Chagas Batista, s/d
36. O leão na jaula: Antônio Silvino, Leandro Gomes de Barros, s/d
37. O nascimento de Antônio Silvino, Leandro Gomes de Barros, s/d
38. O perdão de Antônio Silvino e a quengada do advogado, Leandro Gomes de Barros, s/d
39. O silêncio de Antônio Silvino, Autor desconhecido, s/d

40. O sonho de Antônio Silvino na cadeia, Leandro Gomes de Barros, 1918
41. O testamento de Antônio Silvino, Antônio Batista Guedes, 1914
42. Os cálculos de Antônio Silvino, Leandro Gomes de Barros, 1908
43. Poema matuto “Tirar raça”, Benoni Conrado, s/d
44. Projectos de Antônio Silvino, Autor desconhecido, 1925
45. Um cangaceiro diferente: Antônio Silvino, José Praxedes Barreto, 1978

c) Processos Criminais e Manuscritos:

1. Dossiê Antônio Silvino (Correspondências e autos de perguntas, acusações e interrogatórios) sobre o envolvimento de Antônio Silvino com o cangaço na Paraíba, 1904-1908
2. Sumário por crime de homicídio contra Firmino Paulo da Silva (vulgo Fura Moita). Arquivo do Primeiro Tribunal do Júri do Fórum Afonso Campos. Campina Grande-PB, 1907.
3. Sumário por crime de homicídio contra Manoel Baptista de Moraes (vulgo Antônio Silvino). Arquivo do Primeiro Tribunal do Júri do Fórum Afonso Campos. Campina Grande-PB, 1906.

ARQUIVOS E INSTITUIÇÕES PESQUISADAS

Arquivo Átila de Almeida. UEPB (Campina Grande-PB)

Arquivo Dr. Flávio Maroja. IHGP (João Pessoa-PB)

Arquivo Eclesiástico da Paraíba (João Pessoa-PB)

Arquivo da 1ª Vara do Tribunal do Júri. Fórum Afonso Campos (Campina Grande-PB)

Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (João Pessoa-PB)

Museu Histórico de Campina Grande (Campina Grande-PB)